

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE TOLEDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E
AGRONEGÓCIO – PGDRA

NADJA SIMONE MENEZES NERY DE OLIVEIRA

POBREZA DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DA REGIÃO NORDESTE DO
BRASIL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

TOLEDO
2018

NADJA SIMONE MENEZES NERY DE OLIVEIRA

POBREZA DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DA REGIÃO NORDESTE DO
BRASIL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE/ *Campus* de Toledo, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

Orientador: Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima

Co-orientadora: Prof^a. Dra. Augusta Pelinski Raiher

TOLEDO
2018

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Menezes Nery de Oliveira, Nadja Simone
Pobreza das mulheres chefes de família da Região
Nordeste do Brasil : uma análise multidimensional / Nadja
Simone Menezes Nery de Oliveira; orientador(a), Jandir
Ferrera de Lima; coorientador(a), Augusta Pelinski Raiher,
2018.
184 f.

Tese (doutorado), Universidade Estadual do Oeste do
Paraná, Campus de Toledo, Centro de Ciências Sociais
Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento
Regional e Agronegócio, 2018.

1. Feminização da pobreza. 2. Pobreza multidimensional.
3. Nordeste. 4. Desenvolvimento econômico. I. Ferrera de
Lima, Jandir. II. Pelinski Raiher, Augusta. III. Título.

NADJA SIMONE MENEZES NERY DE OLIVEIRA

POBREZA DAS MULHERES CHEFES DE FAMÍLIA DA REGIÃO NORDESTE DO
BRASIL: UMA ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Regional e Agronegócio da
Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE/ *Campus* de Toledo, como requisito
parcial para a obtenção do título de Doutora.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Jandir Ferrera de Lima
Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Prof. Dr. Jefferson Andronio Ramundo Staduto
Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Prof^ª. Dra. Zelimar Soares Bidarra
Universidade Estadual do Oeste do Paraná –
UNIOESTE

Prof^ª. Dra. Ana Cecília de Medeiros Nitzsche Kreter
Universidade de Rhein Waal – HSRW – Alemanha

Prof. Dr. Jhon James Mora Rodriguez
Universidade ICESI – Colômbia

Toledo, 18 de junho de 2018.

Dedico este trabalho à minha amada Mãe,
Maria da Penha Menezes, meu exemplo de
força, garra e determinação.

AGRADECIMENTOS

É chegado o término de mais uma etapa, e muitos foram aqueles que me acompanharam nesta caminhada, uns de forma direta, outros indiretamente. Durante a realização deste projeto, existiram momentos difíceis, mas também houve momentos de alegria, de satisfação e de realização.

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me conceder a vida e a oportunidade de realizar este trabalho.

À minha mãe, Penha Menezes, que é o meu exemplo de força e determinação, e a minha fortaleza na luta pelos meus tantos ideais.

Às minhas irmãs e eternas amigas, Ethyenny Menezes e Diva Menezes, pelo apoio, incentivo e carinho de sempre.

Ao meu sobrinho, Heitor, que mesmo com tão pouca idade sempre entendeu o motivo da minha ausência. Agradeço os áudios com as mensagens de carinho e incentivo, pelas raras, porém inesquecíveis chamadas de vídeo surpresas no meio da tarde.

Aos meus cunhados e cunhadas, Maicus Gómez, Helder Jr Gómez, Paola Candamil, Jeniffer Hernández, Severo Alves e Ives Holanda, por todo o incentivo e apoio.

À minha querida sogra, Fabiola Varela, pelo o apoio, incentivo, carinho e amizade, a minha mais profunda gratidão. Ao meu sogro, Helder Gómez, pelo incentivo e apoio.

Ao meu amado marido, Cristian Gómez, por vivenciar comigo essa jornada, por me oferecer apoio e motivação nos momentos em que eu mais precisei, por toda a sua bondade, pela paciência, pela compreensão, pelo o seu companheirismo, por todo o amor e carinho de sempre.

À minha família, em especial aos meus tios Boanerges Menezes, Márcia Almeida, Jorge Menezes, Tarcízio Menezes, Salete Menezes e Paulo Fernando Menezes, às minhas primas-irmãs Renata Menezes e Amanda Menezes, por sempre se fazerem presentes em minha vida de forma tão especial e singular.

Aos meus orientadores, Jandir Ferrera de Lima (orientador) e Augusta Pelinski Raiher (co-orientadora), a minha mais profunda gratidão pela dedicação, pelo compromisso com o meu aprendizado, incentivo e contribuições a este trabalho. Ao professor Jandir, agradeço ainda, pela sua inteira disponibilidade e prontidão em me atender e por toda a orientação recebida nesses anos de trabalho em conjunto.

À banca examinadora, professores Jefferson Staduto, Zelimar Bidarra, Ana Cecília Kreter e Jhon Mora, pelas sugestões e contribuições a esta pesquisa.

A todos os demais professores do PGDRA/UNIOESTE, especialmente ao Jefferson Staduto, Zelimar Bidarra, Carla Schmidt, Mirian Schneider, Weimar da Rocha Júnior e Pery Shikida por todo conhecimento transmitido em suas aulas e apoio em todos os momentos.

Um agradecimento muito especial aos funcionários do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) e do Departamento de Economia, especialmente à Clarice Stahl, Roseli Lotte e Luiz A. Hesper (In memoriam).

A todos os meus colegas e amigos do PGDRA/UNIOESTE pela troca de experiências, pelas palavras de incentivo e companheirismo nesta fase tão crucial, especialmente Sandra Pinela e Tatiani Del Bianco.

À CAPES, pelo apoio financeiro, sem o qual, certamente este trabalho não teria condições de ser realizado.

Emfim, aos demais familiares, amigos e colegas de curso e a todos aqueles que, direta ou indiretamente, colaboraram e apoiaram a elaboração desta tese.

Muito obrigada!

Ninguém escapa ao sonho de voar, de ultrapassar do espaço onde nasceu, de ver novos lugares e novas gentes. Mas saber ver em cada coisa, em cada pessoa, aquele algo que a define como especial, um objeto singular, um amigo – é fundamental. Navegar é preciso, reconhecer o valor das coisas e das pessoas é mais preciso ainda!

Antoine de Saint - Exupéry

OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de. **Pobreza das mulheres chefes de família da Região Nordeste do Brasil**: uma análise multidimensional. 2018. 184 f. Tese (Pós-Graduação, Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo/Brasil, 2018.

RESUMO

A presente pesquisa teve por objetivo analisar o processo de feminização da pobreza na Região Nordeste do Brasil, por meio de uma abordagem multidimensional. Para tal, estimou-se o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI) tendo por base os microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relativos ao período de 2004 até 2015. Os resultados da incidência da pobreza (H) evidenciaram que no Brasil a proporção de mulheres chefes de família pobres foi inferior à proporção masculina. Em 2004, o percentual de mulheres pobres que eram chefes de suas famílias era de 55,03%, já no ano de 2015 esse mesmo percentual caiu para 39,31%. A intensidade da pobreza ou pobreza média (A) no ano de 2004 revelou que essas mulheres eram em média privadas em cerca de 20,07% do total de indicadores considerados, o que correspondeu a 7 dos 37 indicadores. Em 2015, essa proporção representou 18,53% dessas mulheres, isto é, elas apresentaram em média privações em aproximadamente 7 dos 37 indicadores. Os resultados da incidência da pobreza ajustada (MPI) apontaram que em 2004 cerca de 11,05% das mulheres brasileiras eram multidimensionalmente pobres, no ano de 2015 o percentual de mulheres nessa condição caiu para 7,28%. Na região Nordeste, diferentemente do observado para as chefes de família do Brasil, foi possível constatar que as mulheres são multidimensionalmente mais pobres do que os homens, o que caracteriza a ocorrência do processo de feminização da pobreza. Também se observou que para as chefes de família da Região Nordeste, as dimensões do acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e consumo de bens se mostraram mais vulneráveis em todos os anos do período analisado. No ano de 2015, aproximadamente 53,34%, 48,04% e 34,52% dessas mulheres eram privadas nessas dimensões, respectivamente. Em comparação aos homens chefes de família da Região Nordeste, as mulheres foram mais privadas nas dimensões referentes à vulnerabilidade familiar e na disponibilidade de recursos até o ano de 2011 e, a partir do ano de 2009, no uso do tempo. Também se observou uma sensível diminuição na pobreza multidimensional para as mulheres chefes de família do Nordeste, cujo MPI para o período de onze anos, fora reduzido em 29,65% enquanto o mesmo indicador para as mulheres chefes de família do Brasil foi reduzido em 34,12%. No entanto, as dimensões relativas ao trabalho e à renda foram as que mais contribuíram para a inserção da mulher nordestina em uma condição de pobreza, e são assim, temas que exigem mais atenção do poder público, pois a distância verificada no percentual de privações observadas nessas dimensões em relação ao Brasil se mostrou significativa.

Palavras-chave: Feminização da pobreza. Pobreza multidimensional. Nordeste. Desenvolvimento econômico.

OLIVEIRA, Nadja Simone Menezes Nery de. Poverty of female heads of households in the Northeast Region of Brazil: a multidimensional analysis. 2018. 184 f. Thesis (Post-Graduate, PhD in Regional Development and Agribusiness) - State University of Western Paraná, Toledo/Brazil, 2018.

ABSTRACT

The objective of this research is to analyze the poverty feminization process in the Northeast's Brazilian region, from 2004 to 2015, through a multidimensional approach. For this purpose, was estimated the Multidimensional Poverty Index (MPI) by using the microdata of the National Household Sample Survey (PNAD) for the years 2004 to 2015. the poverty incidence results (H) showed that in Brazil the proportion of poor female heads of household was lower than the male proportion. In 2004, the percentage of poor women who were heads of their families was 55.03%; by 2015, the percentage of poor women fell to 39.31%. The intensity of poverty or average poverty (A) in 2004 revealed that these women presented, on average, 20.07% deprivations of the total indicators considered, which corresponded to 7 of the 37 indicators. In 2015, this proportion represented 18.53%, which means that these women presented on average deprivations in approximately 7 of the 37 indicators. The results of the incidence of adjusted poverty (M0), revealed that in 2004 about 11.05% of Brazilian women were multidimensionally poor, in 2015 the percentage of women in this condition fell to 7.28%. In the Northeast region, unlike that observed for female Brazilian heads of household, it was possible to verify that women in this region are multidimensionally poorer than men, and to confirm the poverty feminization process occurrence in this Region, since poverty in this Region declined more among men than among women. It was also observed that for the female heads of families in the Northeast Region, the dimensions of access to work, availability of resources and consumption of goods were those in which women were more vulnerable in all the years of the analyzed period. In 2015, approximately 53.34%, 48.04% and 34.52% of these women were deprived in these dimensions, respectively. In comparison to male heads of household in the Northeast Region, women were more deprived in terms of family vulnerability, availability of resources until the year 2011, and from the year 2009 on the use of time. There was also a noticeable decrease in multidimensional poverty for female heads of households in the Northeast, whose MPI for the eleven year period has been reduced by 29.65% while the same indicator for female heads of household in Brazil was reduced and 34,12%. The dimensions related to work and income were the ones that contributed the most to the insertion of northeastern women into a condition of poverty and are thus subjects that require more attention from the public power, since the verified distance in the percentage of deprivations observed in these dimensions in relation to Brazil was significant.

Keywords: Feminization of poverty. Multidimensional Poverty. Northeast. Economic development.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Diagrama esquemático da pesquisa	24
Figura 2 – Raízes filosóficas do conceito de pobreza	27
Figura 3 – Funções de utilidade.....	28
Figura 4 – Função de utilidade – bem-estar social	29
Figura 5 – Círculo vicioso da pobreza feminina	70
Figura 6 – Destaque da Região Nordeste do Brasil	72
Figura 7 – Total da população brasileira por Região em 2018.....	73
Figura 8 – Participação das atividades econômicas no Valor Adicionado Bruto dos estados do Nordeste em 2012.....	74
Figura 9 – Taxa de desemprego e taxa de crescimento da População Ocupada do Nordeste (2003-2014)	75
Figura 10 – Número de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil (1981 - 2014)	84
Figura 11 – Evolução da proporção de pobres (pobreza unidimensional): Brasil e regiões (1992 - 2014)	85
Figura 12 – Distribuição percentual da população feminina brasileira segundo situação de pobreza.....	90
Figura 13 – Dimensões do MPI (M_0).....	105
Figura 14 – Vulnerabilidade Familiar (2004-2015) – Brasil.....	115
Figura 15 – Privação no Acesso ao Conhecimento (2004-2015) – Brasil	117
Figura 16 – Privação no Acesso ao Trabalho (2004-2015) – Brasil	120
Figura 17 – Privação na Disponibilidade de Recursos (2004-2015) – Brasil	122
Figura 18 – Privação no Uso do Tempo (2004-2015) – Brasil	125
Figura 19 – Privação nas Condições Habitacionais (2004-2015) – Brasil.....	127
Figura 20 – Privação no Consumo de Bens (2004-2015) – Brasil	129
Figura 21 – Incidência de pobreza (H) dos chefes de família do Brasil (2004-2015).....	130
Figura 22 – Intensidade da pobreza (A) dos chefes de família do Brasil (2004-2015).....	131
Figura 23 – Pobreza multidimensional (M_0) dos chefes de família do Brasil (2004-2015)..	132
Figura 24 – Vulnerabilidade Familiar – 2004 a 2015 – Nordeste	139
Figura 25 – Privação no Acesso ao Conhecimento – 2004 a 2015 – Nordeste.....	143
Figura 26 – Privação no Acesso ao Trabalho – 2004 a 2015 – Nordeste	145
Figura 27 – Privação na Disponibilidade de Recursos – 2004 a 2015 – Nordeste	152

Figura 28 – Privação no Uso do Tempo – 2004 a 2015 – Nordeste	155
Figura 29 – Privação nas Condições Habitacionais – 2004 a 2015 – Nordeste	159
Figura 30 – Privação Consumo de Bens – 2004 a 2015 – Nordeste	160
Figura 31 – Incidência de pobreza (H) dos chefes de família da Região Nordeste do Brasil (2004-2015).....	162
Figura 32 – Intensidade da pobreza (A) dos chefes de família da Região Nordeste do Brasil (2004-2015)	163
Figura 33 – Pobreza multidimensional (M_0) dos chefes de família da Região Nordeste do Brasil (2004-2015)	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – População total do Nordeste por estado no ano de 2018	73
Tabela 2 – Produto Interno Bruto e participação dos estados do Nordeste em 2012	74
Tabela 3 – Número de pessoas com 10 ou mais anos de idade que trabalhavam na semana de referência e percentual de trabalhadores com carteira assinada por sexo (2014).....	76
Tabela 4 – Í Número de pessoas com 10 ou mais anos de idade que trabalhavam na semana de referência nos estados do Nordeste e proporção por sexo (2014)	74
Tabela 5 - Índice de Gini no Brasil e Regiões (1995 a 2015)	86
Tabela 6 – Distribuição percentual da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo e Faixa de Rendimento no Trabalho Principal no Brasil (2001-2015).....	89
Tabela 7 – Perfil das mulheres chefes de família do Brasil (2015)	92
Tabela 8 – Amostra e amostra expandida das PNADs de 2004 a 2015	98
Tabela 9 – Percentual de mulheres chefes de família privadas nas dimensões e componentes do MPI - Brasil – 2004 a 2015	112
Tabela 10 – Percentual de homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI – Brasil – 2004 a 2015.....	113
Tabela 11 – Distribuição de alunos matriculados em cursos presenciais em IES brasileiras por sexo e Região (2004 e 2015)	118
Tabela 12 – Indicadores nos quais as mulheres chefes de família do Brasil sofreram maior privação para cada dimensão, quando $k=12$ (2004 e 2015)	134
Tabela 13 – Nordeste: percentual de mulheres chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI (2004-2015).....	137
Tabela 14 – Nordeste: percentual de homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI (2004-2015)	138
Tabela 15 – Dimensão 1: indicadores dos componentes da dimensão vulnerabilidade familiar para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)	140
Tabela 16 – Taxa de fecundidade total para as Regiões geográficas do Brasil (2000 – 2015)	141
Tabela 17 – Taxa de fecundidade total para os estados do Nordeste (2000 – 2015)	142
Tabela 18 – Dimensão 2: indicadores dos componentes da dimensão acesso ao conhecimento para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)	143
Tabela 19 – Dimensão 3: indicadores dos componentes da dimensão acesso ao trabalho para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)	146
Tabela 20 – Nordeste: emprego formal por subsetor de atividade (2004 - 2015)	148

Tabela 21 – Dimensão 4: indicadores dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)	149
Tabela 22 – Dimensão 5: indicadores dos componentes da dimensão uso do tempo para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015).....	153
Tabela 23 – Dimensão 6: indicadores dos componentes da dimensão condições habitacionais para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)	156
Tabela 24 – Dimensão 7: indicadores dos componentes da dimensão consumo de bens para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015).....	160

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1** – Síntese comparativa das definições de pobreza e feminização da pobreza..... 65
- Quadro 2** – Definição das dimensões, componentes e variáveis do MPI 107

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANA	Agência Nacional das Águas
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF	Índice de Desenvolvimento das Famílias
IDG	Índice de Desigualdade de Gênero
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
IES	Instituição de Ensino Superior
IES	Índice de Exclusão Social
IETS	Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
IPH	Índice de Pobreza Humana
IPM	Índice de Pobreza Multidimensional
MPI	Índice de Pobreza Multidimensional
OIT	Organização Internacional do Trabalho
ONU	Organização das Nações Unidas
PEA	População Economicamente Ativa
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POF	Pesquisa de Orçamento Familiar
PPP	Poder de Paridade de Compra
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RNB	Renda Nacional Bruta
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNDP	United Nations Development Programme

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
1.1 ESTRUTURA DA PESQUISA	24
2 POBREZA: DEFINIÇÃO E ABORDAGENS	25
2.1 DEFINIÇÃO DE POBREZA E SUAS CAUSAS	25
2.1.1 A Abordagem Unidimensional da Pobreza	37
2.1.1.1 <i>Linhas de pobreza</i>	40
2.1.2 A Abordagem Multidimensional da Pobreza	45
2.1.2.1 <i>Indicadores sintéticos de pobreza multidimensional</i>	52
2.2 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA	58
2.3 CÍRCULO VICIOSO DA POBREZA FEMININA E CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA.....	67
3 PANORAMA DA TRAJETÓRIA DA POBREZA NO BRASIL	72
3.1 A REGIÃO NORDESTE.....	72
3.2 A ECONOMIA BRASILEIRA E A PERSISTÊNCIA DA POBREZA NAS DÉCADAS DE 1980, 1990 E 2000.....	77
3.3 POBREZA NO BRASIL VIA UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	87
4 METODOLOGIA	96
4.1 BASE DE DADOS E A ÁREA DE PESQUISA.....	96
4.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: OS DADOS E O INDICADOR DE ANÁLISE	99
4.2.1 Construção do MPI.....	100
4.2.2 Dimensões, Variáveis e Linhas de Corte Seleccionadas para a Construção do MPI	104
4.2.3 Descrição das variáveis	105
5 ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA FEMININA	111
5.1 ANÁLISE DA POBREZA FEMININA NO BRASIL SEGUNDO AS DIMENSÕES DO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL PARA OS ANOS DE 2004 A 2015.....	111
5.1.1 Dimensão Vulnerabilidade Familiar	113
5.1.2 Dimensão Acesso ao Conhecimento	116
5.1.3 Dimensão Acesso ao Trabalho	119
5.1.4 Dimensão Disponibilidade de Recursos	121
5.1.5 Uso do Tempo	123

5.1.6 Condições Habitacionais	126
5.1.7 Consumo de Bens	128
5.2 POBREZA MULTIDIMENSIONAL FEMININA NO BRASIL (2004 A 2015).....	130
5.3 ANÁLISE DA POBREZA FEMININA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL A PARTIR DO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL PARA OS ANOS DE 2004 A 2015.....	136
5.3.1 Dimensão Vulnerabilidade Familiar	139
5.3.2 Dimensão Acesso ao Conhecimento	142
5.3.3 Dimensão Acesso ao Trabalho	144
5.3.4 Dimensão Disponibilidade de Recursos.....	149
5.3.5 Uso do Tempo	152
5.3.6 Condições Habitacionais	155
5.3.7 Consumo de Bens	159
6 CONCLUSÕES	166
REFERÊNCIAS	171
APÊNDICE A – Brasil: percentual de mulheres chefes de família privadas nas dimensões e componentes do MPI – 2004 a 2015	181
APÊNDICE B – Brasil: percentual de homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI – 2004 a 2015	182
APÊNDICE C – Nordeste: percentual de mulheres chefes de família privadas nas dimensões e componentes do MPI (2004-2015).....	183
APÊNDICE D – Nordeste: percentual de homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI (2004-2015).....	184

1. INTRODUÇÃO

Ao se analisar a evolução da pobreza no Brasil nos três últimos decênios, observou-se que na década de 1980 os desequilíbrios e o baixo crescimento econômico elevaram as desigualdades sociais e contribuíram para o aumento da incidência da pobreza. A elevação do grau de pobreza naquele período derivou-se principalmente de dois fatores: i) o comportamento da taxa média de crescimento econômico anual, que decrescia a taxas na ordem de -1,5% a.a (ao ano); e ii) pelo aumento do nível de concentração de renda, que no período alcançou 63% da renda nacional apropriada pelos 20% mais ricos. A parcela da renda destinada à população pertencente ao grupo dos 50% em situação de pobreza fora reduzido de 14% para 12% (ROCHA, 1992; BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001; BARROS; MENDONÇA, 1995; OLIVEIRA, 2014).

Na década de 1990, a proporção de indivíduos em condição de pobreza foi reduzida de 44% em 1992 para 34% em 1999, em todo o Brasil. Também houve uma diminuição na razão do hiato de pobreza¹, indicando que além de reduzir de dimensão, a pobreza ainda fora amortizada em intensidade. E, além disso, a proporção de pobres no país se manteve em um nível perto dos 34%. Os níveis de pobreza observados na década de 1980 e início da década de 1990 mantiveram-se relativamente estáveis, apresentando redução nos índices após a implementação do Plano Real. Condições econômicas e políticas públicas favoreceram a melhoria dos indicadores de pobreza do país na primeira metade da primeira década dos anos 2000, com melhorias dos índices de extrema pobreza observados desde a implementação do Plano Real (ROCHA, 2003; OLIVEIRA, 2014).

Sob o ponto de vista do critério de renda, a partir do ano de 2003 a quantidade de indivíduos em situação de pobreza absoluta no Brasil diminuiu cerca de 20 milhões de pessoas e a proporção de pobres reduziu-se à metade. Esse resultado também foi acompanhado por significativas melhorias na condição de vida da população brasileira, como a melhora no acesso a serviços públicos, maior formalização do mercado de trabalho, elevação da oferta de crédito e redução dos preços de bens duráveis (ROCHA, 2006; 2013). Esses avanços observados nas condições de vida da população brasileira nesse período também foram constatados em diferentes estudos que utilizaram diferentes metodologias, dentre os quais: Barros, Henriques e Mendonça (2001); Rocha (2003; 2006); Kageyama e Hoffmann (2006); Bagolin e Ávila (2006); Neder (2008).

¹ Informa a intensidade da pobreza, ou seja, o desvio médio da renda dos pobres em relação ao valor de referência dado pela linha de pobreza.

Especificamente no caso do Nordeste do Brasil, a redução da pobreza e extrema pobreza² se deveu fundamentalmente ao crescimento da renda. Por outro lado, a educação e a experiência laboral, foram os principais fatores responsáveis pela desigualdade de renda nos estados nordestinos (SANTOS, 2011).

Barros (2014) evidenciou que a pobreza, mensurada sob o prisma da renda, isto é, via uma perspectiva unidimensional, alcançou 35,55% da população do Nordeste no ano de 2009. Ao passo que sob a ótica multidimensional³, a pobreza abrangeu cerca de 57% da população nordestina no mesmo ano. Isso demonstra que a pobreza não é um problema exclusivamente de “privação econômica”, mas de maior complexidade, pois considera fatores como as condições de vida das pessoas: educação, saúde, acesso ao mercado de trabalho, condições de moradia, etc. Ottonelli (2013) concorda com Barros (2014), via uma abordagem multidimensional da pobreza, e afirma que a renda é a principal responsável pela incidência da pobreza na Região Nordeste, seguida do componente educação, saúde e, em menor medida, das condições habitacionais.

Em 2010, 1.509 municípios nordestinos, de um total de 1.794, permaneceram no círculo vicioso de pobreza. Em torno de 84% dos municípios nordestinos tiveram seus subíndices (renda, longevidade e conhecimento) do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) abaixo da média brasileira. A respeito dos potenciais fatores que contribuem para a permanência dos municípios nordestinos no círculo vicioso da pobreza, constatou-se que as condições iniciais acerca da concentração de renda e da escolaridade interferem na chance de permanência na pobreza. Tal fato significa que o aumento de 1% na concentração de renda eleva em aproximadamente 7,7% a probabilidade de um município permanecer no círculo vicioso da pobreza; o aumento em 1% no percentual da população com 25 anos ou mais com ensino fundamental reduz a probabilidade do município continuar no nesse círculo vicioso em 24% (OLIVEIRA; FERRERA DE LIMA; RAIHER, 2017).

Nos anos de 2003 e 2012, quando analisada a pobreza por meio da abordagem multidimensional, a Região Nordeste apresentou maior vulnerabilidade na dimensão de acesso ao trabalho. Da população nordestina, 43% tem dificuldade de se colocar no mercado de trabalho, sobretudo no que diz respeito à remuneração, que no período analisado passou de 40%

² Medidas pelas linhas de pobreza e extrema pobreza que se referem ao custo monetário para um indivíduo, em dada localidade e tempo, em um nível de medida de bem-estar. Desse modo, uma pessoa pode ser considerada pobre se estiver sobre ou abaixo a um nível de renda pré-estabelecido, essa faixa que delimita essa fronteira é denominada de linha de pobreza.

³ Para Barros (2014) a pobreza vista desde uma perspectiva multidimensional deve levar em consideração não apenas as informações sobre a renda, mas também características sociais, culturais e políticas que influenciam no bem-estar dos indivíduos.

para 38% do total de domicílios que contavam com pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo. No entanto, a maior vulnerabilidade encontrada para as famílias nordestinas consistiu no acesso ao conhecimento, pois contavam nos anos de 2003 e 2012 com uma proporção de adultos analfabetos em seus domicílios de 72% e 76%, respectivamente. A proporção de domicílios com presença de adultos analfabetos funcionais também fora incrementada, passando de 58% para 68,5% (OLIVEIRA; SOUZA; DEVIDÉ JUNIOR, 2015; OLIVEIRA, 2014).

São poucos os estudos que analisam a pobreza via uma perspectiva de gênero e por meio de uma abordagem multidimensional. E os estudos realizados tendo em conta tal abordagem estão centrados em países europeus e africanos. Em um estudo realizado para a Europa, Alkire, Apablaza e Jung (2014) encontraram evidências de que as mulheres são multidimensionalmente mais pobres do que os homens, e não há variabilidade significativa para essa lacuna de gênero em todos os países europeus.

Com relação ao Brasil, Ferreira e Marin (2016) calcularam uma medida multidimensional da pobreza para as mulheres das cinco regiões brasileiras para os anos de 2001 e 2011. Os resultados obtidos pelos autores mostraram que no ano de 2001, em relação às demais regiões brasileiras, a Região Nordeste mostrou a maior concentração da pobreza média, ou seja, maior proporção de mulheres em situação de pobreza ou com mais privações, e também maior intensidade da situação avaliada. O Sudeste foi a região que apresentou a menor concentração de pobreza média e de incidência nesse ano. Ao passo que no ano de 2011, a Região Norte apresentou a maior quantidade de mulheres em situação de pobreza, e a Região Sul a menor.

Conforme Melo (2005), a pobreza afeta os sexos de forma desigual, e para as mulheres essa realidade de carências é mais aguda. Um dos motivos refere-se à vida dupla das mulheres (trabalho e lar) e na busca por empregos mais flexíveis que permitam isso, e quando a mulher se auto intitula como chefe de família, na maioria das vezes ela não tem um parceiro, ou seja, a mulher, através de sua renda, se torna a única mantenedora do lar. O oposto acontece quando o homem é o chefe e sua renda pode ser complementada com a renda de seu cônjuge ou companheira (BRAVO,1998; NOVELLINO, 2004). Por isso, há uma maior tendência das famílias chefiadas por mulheres estarem mais inserida na pobreza. Deste modo, abordar a pobreza pela ótica feminina enriquece a análise de tal fenômeno, pois permite entendê-lo como um processo.

Nesse contexto, a escolha em se estudar as mulheres, e como a pobreza as afeta, se justifica devido ao fato de serem elas quem ficam, na grande maioria dos casos, com a guarda

dos filhos no momento em que as famílias se desfazem - consistindo assim em uma referência da existência de um núcleo familiar - uma vez que são as crianças que apresentam maior vulnerabilidade dentro das famílias. Conforme dados do IBGE do ano de 2015, em caso de separação, aproximadamente 86% das mães ficam com os filhos sob a sua guarda. Assim, destaca-se a importância fundamental do papel da mulher no processo do desenvolvimento no sentido de fomentar a expansão das capacidades humanas (SANTOS; KERSTENETZY, 2007; SEN, 1997).

Além do mais, em comparação aos homens que são pais, são as mulheres, que efetuam a educação básica das crianças e concedem mais renda para acesso dos seus filhos à escolarização. Na maioria das ocasiões, as mulheres são mais pobres do que os homens, em determinadas sociedades elas são mais privadas, por exemplo, da educação e de várias formas de liberdade. Embora as mulheres estejam cada vez mais inseridas na participação da vida econômica, elas ainda apresentam, juntamente com as crianças, maior vulnerabilidade. Ao mesmo tempo, o maior número de famílias situadas abaixo da linha de pobreza tem a mulher na posição de chefe dessas famílias. De acordo com dados da PNAD, no ano de 2015 cerca de 20%, (5.428.846)⁴ dos domicílios brasileiros chefiados por mulheres se encontravam abaixo da linha de pobreza⁵. Nesse mesmo ano, aproximadamente 33,95% (2.542.461) dos domicílios com chefia feminina na Região Nordeste possuíam rendimento familiar per capita abaixo da linha de pobreza (SEN, 1997; TODARO; SMITH, 2012).

Nesse sentido, cabe chamar a atenção para o papel da mulher na “luta” para reduzir a pobreza, pois existem poucos estudos sobre a relação gênero feminino versus pobreza, o que nos leva a discutir a feminização da pobreza. Basicamente, a feminização da pobreza se refere ao fato de as mulheres estarem, ao longo do tempo, se tornando mais pobres do que os homens. Tal fenômeno é um processo no qual as carências implícitas no conceito multidimensional de pobreza se tornam mais comuns ou intensas entre as mulheres ou nos lares por elas chefiados (MEDEIROS; COSTA, 2008).

Vale salientar que a feminização da pobreza não deve ser confundida com a prevalência de níveis maiores de pobreza entre as mulheres ou domicílios/famílias com chefia feminina. Feminização é um processo, enquanto ‘maior nível de pobreza’ é um estado. A feminização da pobreza remete à comparação entre os gêneros. Dessa maneira, há feminização da pobreza não apenas numa situação de perda de renda das mulheres, mas também numa situação em que a

⁴ Amostra foi expandida por meio da variável peso da pessoa (V4729).

⁵ Considerando uma linha de pobreza referente a R\$ 394,00, o que corresponde a ½ salário mínimo do ano de 2015.

pobreza diminui mais entre os homens do que entre as mulheres (MEDEIROS; COSTA, 2008; NOVELLINO, 2004).

Nesta pesquisa, para fins de análise, o processo de feminização da pobreza ocorre quando a pobreza que aflige as mulheres se reduz menos em comparação ao homem, dessa forma entende-se que esse fenômeno é um processo no qual as carências implícitas no conceito multidimensional de pobreza se tornam mais comuns ou intensas entre as mulheres ou nos lares por elas chefiados.

Visto que os estudos que abordam a temática da feminização da pobreza são ainda insuficientes no Brasil, essa pesquisa nos remete aos seguintes questionamentos:

O processo de feminização da pobreza, no contexto multidimensional, ocorre no Brasil e se dá com maior incidência na Região Nordeste? Assim, quais as variáveis que devem ser priorizadas na política pública para reduzir a feminização da pobreza no Nordeste do Brasil?

As respostas preliminares à essas questões nos remetem às seguintes hipóteses:

- i) As famílias da Região Nordeste que são chefiadas por mulheres são multidimensionalmente mais pobres em relação as famílias sob chefia masculina dessa Região.
- ii) Na Região Nordeste, a pobreza das chefes de família não tem apenas a renda como determinante, como preconiza as teorias convencionais.

Uma vez que existem poucos estudos que analisam as diferenças entre os sexos para a literatura multidimensional da pobreza, e os poucos estudos existentes têm suas análises centradas para países europeus e africanos, e dado que os estudos sobre pobreza no Brasil estão centrados fundamentalmente na análise do agregado familiar, não fazendo sua distinção de sexos, a presente pesquisa vai além do estabelecimento de uma associação entre renda e a feminização da pobreza. Pois seu objetivo geral é analisar o processo de feminização da pobreza na Região Nordeste brasileira no início do século XXI, por meio de uma abordagem multidimensional.

Dentre os objetivos específicos, propõem-se:

- i) Estimar o Índice de Pobreza Multidimensional (MPI)⁶ proposto por Alkire e Foster (2011) para o Brasil e para a Região Nordeste no período de 2004 a 2015, visto que o MPI ainda não tenha sido estimado tendo como parâmetro a feminização da pobreza;
- ii) Analisar os resultados do MPI para cada uma das dimensões que o compõem, focalizando o sexo feminino; e
- iii) Discutir os resultados focando o perfil das políticas públicas essenciais para dirimir

⁶ MPI: *Multidimensional Poverty Index*.

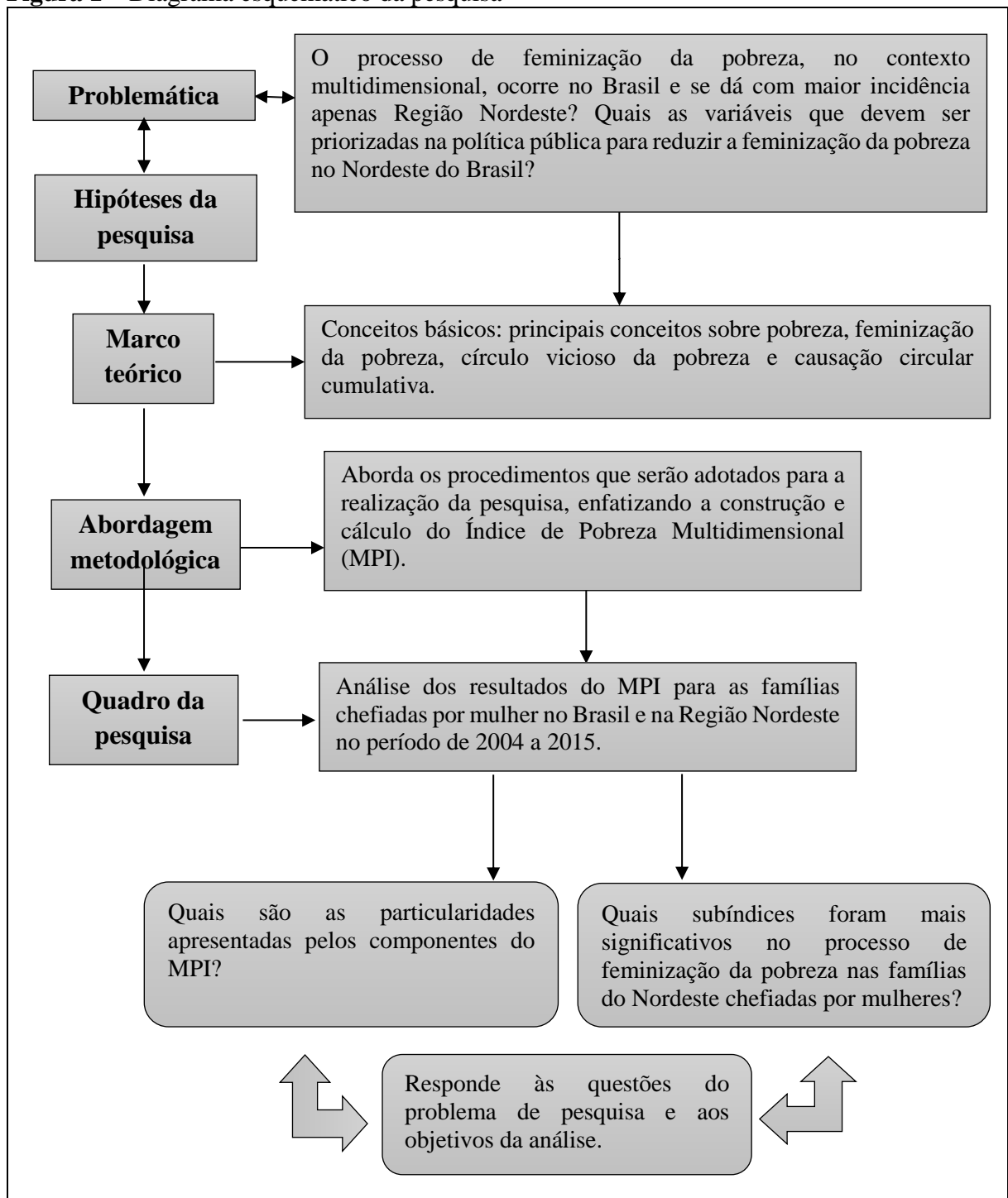
a pobreza multidimensional da mulher.

Esta pesquisa divide-se em mais cinco capítulos. No capítulo 2, é abordado o marco-teórico conceitual em que foi realizada uma revisão da literatura correlata, mostrando os principais conceitos de pobreza e feminização da pobreza que serviram de base para os procedimentos metodológicos e o teste de hipótese do presente trabalho. Neste capítulo também são expostas as teorias do círculo vicioso da pobreza e da causação circular cumulativa, propostos por Gunnar Myrdal. Uma análise sobre o panorama da pobreza no Brasil e a sua persistência nas décadas de 1980, 1990 e 2000, bem como a apresentação do perfil das mulheres chefes de família do Brasil e do Nordeste no ano de 2015, é feita no Capítulo 3. O Capítulo 4 apresenta os procedimentos metodológicos da pesquisa que foram utilizadas para o tratamento dos dados, assim como uma análise da estatística descritiva dos mesmos. Nesse capítulo também são expostos o recorte espacial, o período a ser analisado e as variáveis selecionadas para a construção do Índice de Multidimensional de Pobreza (MPI). As análises sobre a pobreza multidimensional e o processo de feminização da pobreza das famílias com chefia feminina do Brasil e Região Nordeste no período de 2004 a 2015 são realizadas no Capítulo 5. O sexto e último capítulo traz as principais conclusões da pesquisa, tecendo recomendações e sugestões para estudos futuros.

1.1 ESTRUTURA DA PESQUISA

A Figura 1 a seguir mostra como o a tese foi dividida e o modo como a mesma se estrutura esquematicamente. A tese está dividida em seis capítulos, cada qual com os seus objetivos de modo a atender os objetivos propostos nesta pesquisa e responder as questões do problema de pesquisa e os objetivos de análise.

Figura 1 – Diagrama esquemático da pesquisa



Fonte: elaboração própria.

2. POBREZA: DEFINIÇÃO E ABORDAGENS

Antes de apresentar a estimação do índice multidimensional de pobreza feminina para a Região Nordeste, é preciso entender o objeto de estudo da presente pesquisa, suas formas, definições e causas na literatura que discute essa temática. Conforme Sen (1977), medir a pobreza envolve dois problemas: o primeiro consiste em identificar os indivíduos pobres da população total; já o segundo consiste em, com a informação disponível, construir um índice de pobreza. No entanto, o que é pobreza? Quais são os tipos de pobreza? Quais são as suas causas? Tais questões precedem os problemas apontados por Amartya Sen, para respondê-las se faz necessário um conceito de pobreza. Com esse intuito, o presente capítulo abordará os aspectos conceituais da pobreza e a sua origem.

2.1 DEFINIÇÃO DE POBREZA E SUAS CAUSAS

O pensamento da pobreza, sob um ponto de vista analítico, e não científico, originou-se a partir da ideia de subsistência surgida na Inglaterra durante o reinado de Elizabeth I, derivada da chamada “Lei dos Pobres”, que vigorou entre os anos 1531 e 1601. Essa época foi marcada por um intenso êxodo rural culminando na elevação da população urbana inglesa, esse excesso de oferta de mão de obra não era absorvido no mercado de trabalho urbano o que, conseqüentemente, elevou o número de indivíduos em situação de mendicância no país (CODES, 2008).

A pobreza era, até o século XIX, interpretada como uma condição natural e inevitável para a maioria da humanidade, de forma que tal fenômeno só poderia ser considerado um problema social se a população diretamente afetada pela pobreza, inconformada com tal realidade, pusesse em perigo a ordem em vigor. Com o surgimento da Revolução Industrial, a pobreza passou a ser tema de estudo científico, e por volta do final do século 19, foi sentida a necessidade por parte dos pesquisadores e governos de medir o seu tamanho e tentar compreender as suas origens. Apenas a partir do final do século XX, se percebeu que o crescimento econômico não era capaz de resolver as questões relacionadas às desigualdades sociais que a temática emergiu e se intensificou em outras regiões da Europa e nos países em processo de desenvolvimento. Desde então, houve uma evolução no sentido de se tentar compreender de maneira mais profunda e minuciosa a pobreza (SCHWARTZMAN, 2007; CODES, 2008; OLIVEIRA, 2014).

A pobreza é, em muitos aspectos, a pior forma de privação que uma pessoa pode sofrer, pois envolve não apenas uma situação em que se é privado o bem-estar material, mas de se viver uma vida digna e aceitável. Tal fenômeno deve ser compreendido por meio de uma conjuntura social, histórica e cultural. Dessa forma, não existe uma definição única de pobreza, visto que este é um termo com significado dinâmico em que vários fatores podem determinar sua condição.

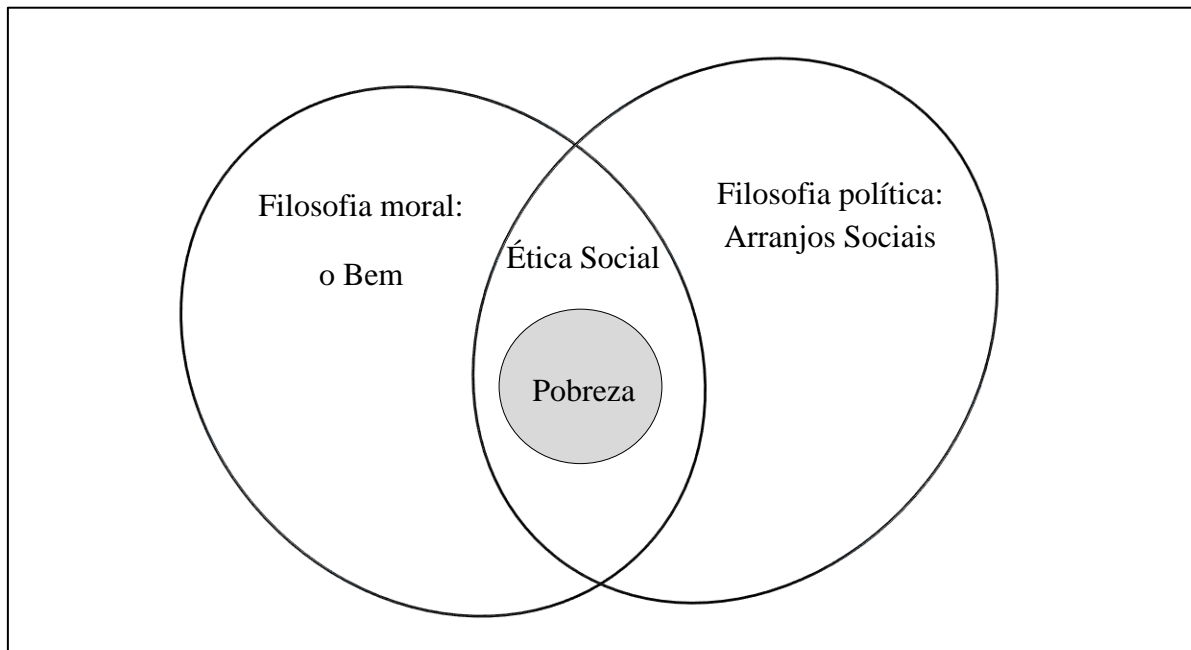
A pobreza pode ser analisada do ponto de vista da renda (unidimensional) ou à luz da ótica que incorpora aspectos não econômicos (multidimensional), o que também pode ser ou não contextualizado conforme a estrutura sociopolítica da sociedade. Entender a complexidade desse fenômeno, seus variados conceitos e abordagens, abrange a possibilidade de que sejam elaboradas políticas públicas que visem soluções eficazes para esse problema. Nesse sentido, é de extrema importância que um país tenha clara a sua definição de pobreza, pois tal definição se tornará um indicador das necessidades básicas de sua população a serem perseguidas e atendidas (CRESPO; GUROVITZ, 2002; HOFFMANN, 2000; OLIVEIRA, 2014).

A compreensão da pobreza modificou-se ao longo do tempo, expandindo a sua complexidade à proporção que novos parâmetros foram incorporados à sua definição. A complicação da medição da pobreza reflete a dificuldade de sua definição, essa complexidade aumenta na medida em que se usam métodos participativos nos quais os indivíduos definem seus próprios indicadores de pobreza. Várias terminologias foram e vem sendo utilizadas ao longo do tempo para definir a pobreza. A pobreza pode ser interpretada como: nível baixo de renda ou consumo; subdesenvolvimento humano; exclusão social; vulnerabilidade; falta de recursos; necessidades básicas não satisfeitas; e privação relativa. (MAXWELL, 1999).

Asselin (2009) aponta que o conceito de pobreza teve sua origem da ética social, podendo ser vista como parte fundamental da filosofia política⁷. Segundo o autor, para se ter uma relação com temas mais familiares da Teoria Econômica, pode-se dizer que essa área de investigação filosófica pertence aos fundamentos da teoria da escolha social. A ética social também está enraizada na filosofia moral, a teoria do Bem-Estar ou Bem. Então, pensar a pobreza significa identificar uma situação considerada inaceitável e injusta em uma sociedade, ou seja, o conceito de pobreza surge de considerações normativas do significado de justiça. De modo a tornar mais claro a ascendência do conceito de pobreza por esse autor, na Figura 2 são exibidas as raízes filosóficas da pobreza.

⁷ A filosofia política é um ramo da filosofia responsável pelo estudo da teoria dos arranjos sociais.

Figura 2 - Raízes filosóficas do conceito de pobreza



Fonte: Asselin (2009, p. 169).

Nesse contexto, deve-se ter em conta que o conceito de pobreza é fundamentalmente um conceito ético, pois, em essência, para se pensar a pobreza deve-se identificar as situações individuais que se consideram inaceitáveis, que sejam desleais ou injustas, em uma dada sociedade. Então, o conceito de pobreza deriva basicamente de considerações normativas com respeito à equidade. Dentro do corpus da filosofia política, a teoria da justiça é o campo mais apropriado em que deve ser tomado como base para o desenvolvimento do conceito de pobreza (ASSELIN, 2009).

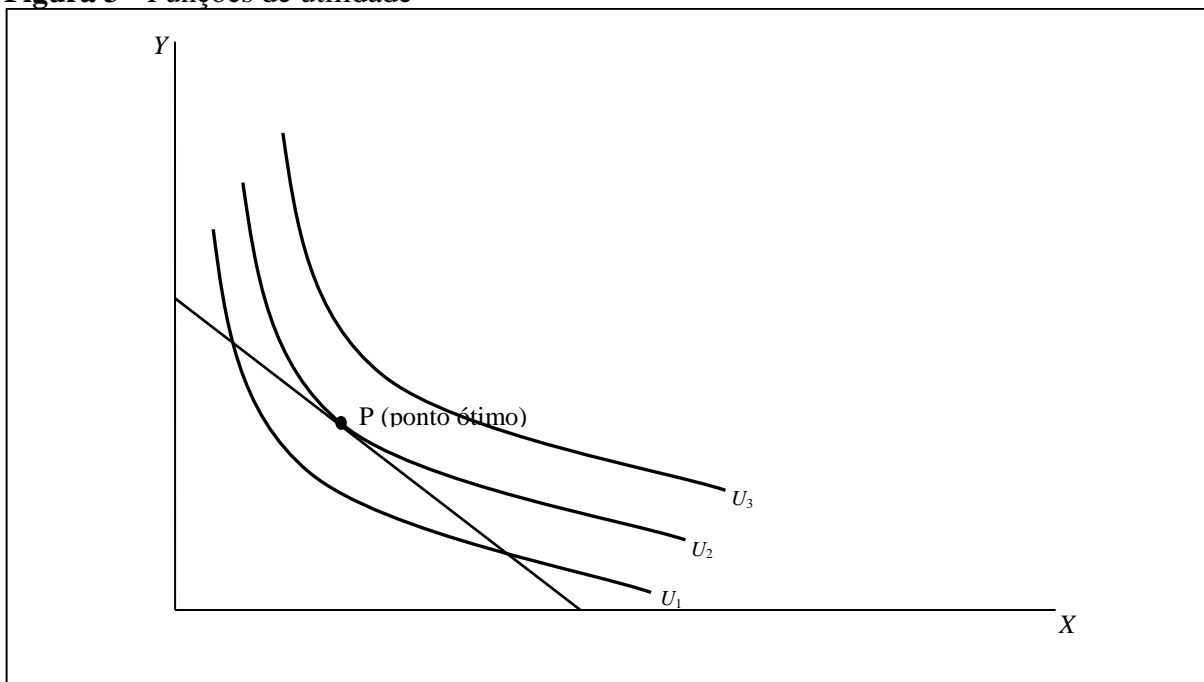
A busca por uma sociedade justa é, na verdade, a busca por alguma forma de equidade entre os membros desta sociedade, uma posição equitativa sendo definida pela igualdade de todos os membros com relação às “coisas” que precisam ser especificadas. A principal questão na definição de justiça social é a “igualdade de quê”? O principal desafio no que diz respeito a ideia de igualdade consiste na heterogeneidade básica dos seres humanos, pois eles se diferenciam uns dos outros não apenas nas características externas, por exemplo, na fortuna herdada, no ambiente natural e social em que se vive, mas também nas características pessoais, como a idade, o sexo, a propensão às doenças, a condição física e habilidades mentais. As avaliações das reivindicações de igualdade tem que chegar a um acordo com a existência da diversidade humana generalizada (ASSELIN, 2009; SEN, 1982).

Destarte, a diversidade estrutural entre os indivíduos possui um forte efeito sobre o significado e as consequências da igualdade em dado espaço regional. Mesmo com um nível

idêntico de liberdade, não significa que diferentes pessoas irão alcançar o mesmo nível de realizações. O que também não quer dizer que tal realidade (indivíduos com o mesmo grau de liberdade) não possa acontecer, por exemplo, em famílias mais ricas pode ocorrer, devido a fatores culturais, que alguns ou até mesmo todos os membros da família sofram de desnutrição. Isto é, pessoas que possuem os mesmos recursos não necessariamente possuem uma igual liberdade às mesmas conquistas, pois, uma das consequências da diversidade humana consiste no fato de que a igualdade em um mesmo espaço tende a ir, de fato, com a desigualdade em outro (ASSELIN, 2009).

A escola marginalista da Ciência Econômica tenta medir o bem-estar dos indivíduos através da utilidade, que especificamente é representada por curvas de indiferença (Figura 3). Porém, Asselin (2009) ressalta que o utilitarismo é a mais reconhecida forma de assistencialismo. O assistencialismo, visto apenas como utilidade individual, é definido em termos de alguma característica mental, como prazer, felicidade ou desejo. O enfoque do bem-estar tem por objetivo basear as comparações de bem-estar, e as decisões de política pública, unicamente em utilidades individuais. Conforme o autor, a essência desse enfoque está no conceito de uma *ordem de preferências* sobre os bens, sendo essa ordem de preferências representada por uma função de utilidade, na qual se acredita que o valor é uma estatística suficiente para avaliar o bem-estar de um indivíduo.

Figura 3 - Funções de utilidade

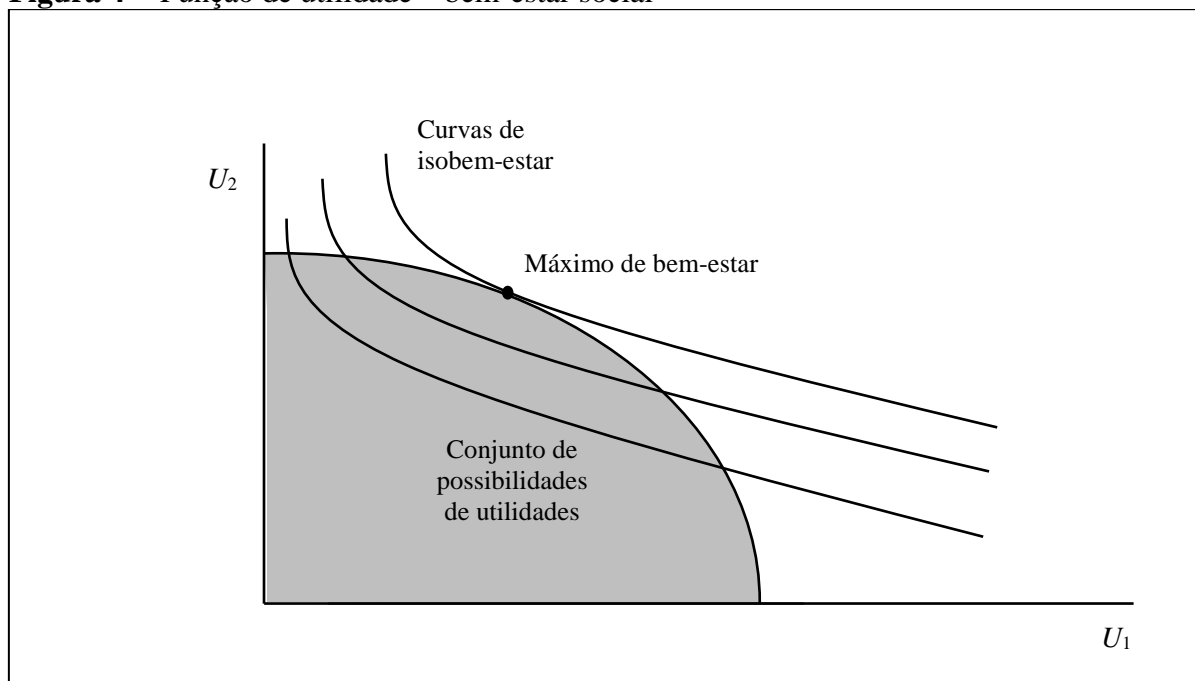


Fonte: Adaptado de Hicks (1946, p. 16).

No entanto, Asselin (2009) acredita que o utilitarismo, visto como uma teoria da organização social, não é em primeiro lugar e nem explicitamente uma teoria da igualdade. Conforme ilustra o autor, desde o início da tentativa da ciência econômica em se medir o bem-estar, especialmente com o conceito da “mão invisível” de Adam Smith, se percebeu que o melhor logro social poderia ser alcançado como resultado de todos os agentes econômicos perseguindo a sua própria utilidade. Isto é, ao se dar uma maior oportunidade para que os indivíduos pudessem maximizar suas utilidades individuais, uma utilidade social agregada, resultado de uma combinação de todas as utilidades individuais, poderia ser aumentada. Nessa relação reside uma raiz dupla da maximização, como uma característica das teorias do bem-estar, e de alguma ou outra forma a da igualdade como um subproduto desse processo de maximização, entendido como um objetivo social. Assim, conforme esse autor, teorias bem-estaristas são, naturalmente, teorias de crescimento.

Para a teoria do bem-estar, a equidade é um subproduto da maximização da utilidade agregada, e consiste em grande parte da igualdade das utilidades marginais individuais (Figura 4).

Figura 4 - Função de utilidade – bem-estar social



Fonte: Varian (2006, p. 663).

Por meio de um espaço de realização reduzida da utilidade, a análise marginalista transpõe considerações de igualdade no espaço da renda como um espaço de recursos, em que a renda determina o nível de utilidade. Assim, a pobreza, de acordo com a teoria do bem-estar,

se define como um nível socialmente inaceitável das políticas de renda, e dessa forma, as políticas de redução da pobreza irão, em sua maioria, agir no sentido de tentar aumentar a *produtividade* dos pobres (ASSELIN, 2009).

Pela ótica do utilitarismo, a pobreza consiste em qualquer forma de desigualdade, que é uma fonte de exclusão social, na distribuição das condições de vida essenciais para a dignidade humana. Tais condições de vida correspondem às capacidades dos indivíduos, famílias e comunidades em satisfazer suas necessidades básicas no que se refere a renda, educação, saúde, alimentação/nutrição, acesso à água potável, saneamento, habitação (condições de vida), acesso aos bens produtivos, acesso aos mercados, e participação comunitária/paz social (ASSELIN, 2009).

Ravallion (1992) acredita que o que se entende por padrão de vida em uma sociedade varia de acordo com sua época e com a renda média da população. Nesse sentido, ele se preocupa em como medir o bem-estar dos indivíduos. Para o autor, três questões-chaves devem ser consideradas antes de se medir a pobreza: a primeira questão se refere a como avaliar o bem-estar individual ou o bem material; a segunda consiste em saber a que nível se deve medir o bem-estar, e como afirmar que um indivíduo é ou não é pobre; a terceira questão se refere em como agregar os indicadores de bem-estar individual em uma única medida de pobreza. As duas primeiras questões dizem respeito ao problema de identificação, ou seja, quais indivíduos são pobres, e o quanto eles são realmente pobres. Já a terceira questão refere-se ao problema de agregação, isto é, quanta pobreza de fato existe conforme os parâmetros anteriormente estabelecidos.

Por isso, existem diferentes abordagens conceituais e formas de se medir o bem-estar individual e, conseqüentemente, o nível de pobreza. As abordagens podem diferir tanto em termos da importância que o pesquisador atribui ao julgamento do próprio indivíduo sobre o seu bem-estar, quanto em termos da importância dada à ideia essencialmente materialista do padrão de vida versus conceitos menos tangíveis, mas provavelmente não menos importantes, como aqueles relacionados aos direitos, ou seja, à lógica de justiça.

No entanto, se faz necessário considerar as distinções entre as abordagens assistencialista “*welfarist*” e a não assistencialista “*nonwelfarist*”. A primeira abordagem compara exclusivamente o bem-estar em níveis individuais, ou seja, medido pela utilidade na qual o indivíduo é capaz de julgar seu próprio bem-estar. Já a segunda abordagem pode ter pouca ou nenhuma consideração sobre as informações dos serviços públicos. Tal distinção é importante para as decisões tomadas na mensuração do bem-estar, pois, geralmente países em desenvolvimento costumam atribuir um alto peso nas conquistas nutricionais em suas medidas

de pobreza. Embora seja claro todos os valores de consumo individual de alimentos, por vezes os indivíduos desconhecem a importância da nutrição para o bem-estar. Assim, uma abordagem não assistencialista pode considerar que os pobres estão em uma melhor situação, mesmo que os pobres não estejam de acordo (RAVALLION, 1992).

Ainda assim, há divergências de opiniões no que concerne aos enfoques assistencialistas e não assistencialista. É possível evitar ideias não assistencialistas, visando à avaliação do bem-estar com base exclusivamente em informações de utilidade. Ao agirem dessa forma, uma série de problemas são encontrados, dentre eles: quando se elimina a possibilidade de comparar as utilidades entre os diferentes indivíduos, bem como se impede a informação da não utilidade, então pode haver pouca esperança de formar comparações de pobreza consistentes ou outras decisões sobre o bem-estar social. Isso leva a se admitir explícitas comparações interpessoais de utilidade; desse modo, a questão mais polêmica é a relevância da informação da não utilidade, e, em particular, na medida em que se acredita que os indivíduos sabem o que é melhor para si. Há situações em que julgamentos pessoais de bem-estar podem ser considerados suspeitos, seja em razão da falta de informação, ou por causa da incapacidade de escolha racional, mesmo diante de um cenário com informação perfeita (RAVALLION, 1992).

Não obstante, é comum encontrar juízos de valor na abordagem não assistencialista subjacentes a discussões políticas sobre a pobreza. Um exemplo disso ocorre quando se percebe que os argumentos em favor do *workfare* (bem-estar em troca de trabalho)⁸ não parecem ser motivados por um desejo de se aumentar a utilidade individual dos destinatários, pois se acredita que tal utilidade será certamente maior se alguém realiza uma transferência de dinheiro (RAVALLION, 1992).

No entanto, as informações sobre as utilidades, ou seja, as preferências dos indivíduos, frequentemente possuem uma relativa importância na formulação dos objetivos e nas limitações dos problemas políticos, principalmente quando os incentivos são importantes. Nesse contexto, o bem-estar não é claramente um princípio universalmente aceitável para as decisões políticas (RAVALLION, 1992).

Com relação ao conceito de padrão de vida, este pode ser baseado na abordagem assistencialista ou não assistencialista. De qualquer maneira, o padrão de vida de uma pessoa é

⁸ Oposta a lógica do bem-estar como direito incondicional do *welfare*, a abordagem do *workfare* acredita que os indivíduos beneficiários dos programas sociais de combate à pobreza devem trabalhar para obter tais benefícios. Basicamente significa o bem-estar em troca do trabalho. Para maiores detalhes ver Gough (2000); Besley e Coate (1992).

geralmente mensurado levando em consideração a dependência exclusiva de consumos individuais de bens ofertados por particulares no mercado. Nessa abordagem o consumo atual é geralmente considerado como o indicador preferido de bem-estar na realização de trabalhos empíricos, e o rendimento é utilizado apenas como uma *proxy* para o consumo (RAVALLION, 1992).

A abordagem assistencialista normalmente enfatiza a despesa agregada de todos os bens e serviços consumidos para medir o padrão de vida dos indivíduos. Em contrapartida, a abordagem não assistencialista leva em consideração as formas específicas de privação, como o consumo inadequado de alimentos, ou mais restritamente, a nutrição inadequada. Um ponto de desacordo que pode haver das avaliações de bem-estar entre os defensores do assistencialismo e do não assistencialismo consiste no fato de que não há garantias de que um indivíduo com consumo total que seja adequado para adquirir um pacote mínimo estipulado com diversos produtos básicos de fato eleja consumir tal pacote (RAVALLION, 1992).

No entanto, o padrão de vida não é a única forma de se pensar o bem-estar. Pois é possível dizer que o que realmente se quer medir é a “oportunidade” de consumo das famílias em vez do consumo real, para tanto, seria necessário dispor de informações sobre a riqueza, o que é raro e muitas vezes pouco confiável. Nesse caso, a renda é claramente uma melhor medida dessa oportunidade de consumo do que o consumo real, se a poupança é positiva. O inverso é verdadeiro no caso em que as poupanças são negativas, uma vez que as poupanças passadas também influenciam as oportunidades de consumo em uma determinada data ou período. A ótica da oportunidade de consumo não fornece um argumento convincente para que seja preferível a renda e não o consumo como indicador de bem-estar para as famílias (RAVALLION, 1992).

As ideias não assistencialistas de “direitos” também podem influenciar as escolhas feitas para se medir o bem-estar. Essa abordagem argumenta que há uma preocupação com a pobreza porque na verdade o foco dessa preocupação está centrado na realização do direito de se participar em uma sociedade, que por sua vez, depende essencialmente da renda, mais especificamente da renda em forma de dinheiro. Assim, não apenas se prefere a renda como também se pode desejar atribuir pesos diferentes aos componentes da renda diferentemente do usual. Por exemplo, os benefícios sociais recebidos do Estado em forma de renda, mas com algum estigma social, pode adicionar pouco à capacidade de se participar na sociedade (RAVALLION, 1992).

Assim como em Ravallion (1992), Rocha (2006) acredita que a definição relevante irá depender basicamente do padrão de vida e da forma como as diversas necessidades são

satisfeitas em determinado sistema socioeconômico. Em outras palavras, ser pobre significa que o indivíduo assim considerado não dispõe dos meios adequados para operar adequadamente no grupo social em que vive. Tal privação pode ser apenas material ou incluir elementos de natureza social e cultural, vis-à-vis dos recursos disponíveis.

Rocha (2006) difere substancialmente da concepção de pobreza apresentada por Asselin (2009). A autora acredita que a pobreza é um fenômeno complexo que pode ser genericamente definido por uma situação na qual as necessidades dos indivíduos não são atendidas de forma adequada. No entanto, ainda conforme a autora, para entender esse conceito amplo e vago se faz necessário especificar quais são essas necessidades individuais e qual o nível de atendimento pode ser considerado adequado para atender tais necessidades.

Rocha (2006) também se preocupa com o caráter absoluto ou relativo no modo como se aborda o tema da pobreza, bem como a adoção da renda como o critério de aferição ou a utilização da abordagem das necessidades básicas (*basic needs*) tanto na conceituação como na mensuração da pobreza.

Desse modo, a autora considera que a pobreza pode ser conceituada através de três diferentes abordagens, a saber: pobreza absoluta, pobreza relativa e insuficiência de renda. A pobreza absoluta está estreitamente relacionada com as questões de sobrevivência física, portanto, ao não atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo necessário à sobrevivência. Já o conceito de pobreza relativa define as necessidades a serem satisfeitas de acordo com o padrão de vida da sociedade, significando incorporar a redução das desigualdades de meios entre os indivíduos como objetivo social. Isto é, implica em delimitar um conjunto de indivíduos relativamente pobres em uma sociedade em que o mínimo necessário à sobrevivência já é garantido a todos. No que diz respeito à terceira definição de pobreza, insuficiência de renda, Rocha (2006) considera que em economias nas quais a maioria das necessidades dos indivíduos são supridas via trocas mercantis, é natural que a noção de atendimento dessas necessidades sejam realizadas indiretamente, via renda. Ao seu turno, isso significa estabelecer um valor monetário associado ao custo do atendimento das necessidades médias individuais em determinada população de acordo com o seu padrão de vida pré-estabelecido.

Seguindo nessa mesma direção, Barros, Henriques e Mendonça (2001) consideram que a pobreza se refere a situações de carência nas quais os indivíduos não são capazes de manter um padrão mínimo de vida condizente com as referências socialmente estabelecidas em cada contexto histórico.

Kageyama e Hoffmann (2006) consideram que a pobreza envolve múltiplos aspectos, além da restrição de renda e de bens, uma vez que também representa a ausência de capacidades

básicas que permitam uma vida plena e criativa na qual os indivíduos possam participar das decisões inerentes às comunidades em que estão inseridos.

Dessa forma, a pobreza não deve ser classificada apenas pela baixa renda, mas também se faz necessário incluir algum indicador de privação de bens essenciais cuja disponibilidade depende em parte de gastos públicos. Assim, Kageyama e Hoffmann (2006) sugerem uma classificação de pobres e não pobres com base em uma combinação do nível de renda e de três itens básicos de infraestrutura domiciliar, considerados indispensáveis para uma existência minimamente aceitável. Para operacionalizar tal conceito, os autores sugerem a combinação de critérios de renda e carências de equipamentos básicos, como acesso a água potável, luz elétrica e instalações sanitárias adequadas.

Assim como Rocha (2006) considerou três abordagens para definir a pobreza, Kageyama e Hoffmann (2006) também consideram três formas possíveis semelhantes para classificar a pobreza, que são: pobreza absoluta, relativa e subjetiva. Na pobreza absoluta, o indivíduo é considerado inserido em uma condição de pobreza quando possui menos que o mínimo objetivamente definido, o que remete à abordagem tradicional da subsistência. A pobreza relativa determina como pobre o indivíduo que possui menos que os outros na sociedade e faz referência ao padrão de vida, ao contexto social e ao padrão de consumo médio predominante na sociedade. Já a pobreza subjetiva caracteriza o pobre como aquele que sente que não possui o suficiente para continuar, o que remete assim ao fator de exclusão social.

Tendo em conta a existência de diferentes e múltiplas interpretações sobre o significado da pobreza e as diversas formas de classificação da pobreza dos indivíduos para cada vertente (unidimensional e multidimensional), Spicker (1999) identificou doze formas possíveis de interpretar a pobreza, a saber:

i) Necessidade: nessa abordagem a pobreza é baseada em um conceito material. Pessoas são pobres porque elas não têm algo que precisam, ou porque não possuem os recursos necessários para obter as coisas das quais necessitam. A pobreza consiste na carência de bens ou serviços materiais, em uma carência de bem-estar físico e mental, estreitamente relacionada com a carência de recursos econômicos e de consumo.

ii) Padrão de privação: as pessoas podem experimentar necessidades particulares como falta de moradia ou frio, sem que isso seja suficiente para se constituir uma situação de pobreza. A duração é importante, pois as privações temporais, como as experimentadas por vítimas de catástrofes, não são suficientes para constituir pobreza. Assim, a pobreza se define como a existência de um padrão de privação, mais do que a própria privação.

iii) Insuficiência de recursos: tendem a implicar em um baixo consumo, a pobreza

pode ser uma forma de necessidade causada pela insuficiência de recursos;

iv) Padrão de vida: pobreza vista como um nível de vida, medido em termos de renda ou consumo, está abaixo do que geralmente se considera um mínimo decente em um dado período de tempo;

v) Desigualdade: pessoas são pobres porque se encontram em desvantagem em comparação a outras na sociedade, o grau de desigualdade na sociedade levam as pessoas a se situarem abaixo do padrão de vida mínimo aceitável da sociedade;

vi) Posição econômica: a pobreza é designada conforme a classe a que pertence uma pessoa, a qual é um aspecto da desigualdade que representa uma questão da estrutura social, e não da desigualdade de recursos ou consumo. Recursos e consumo são, de acordo com essa definição, um indicador de posição social. Na análise marxista, as classes se definem em termos de sua relação com os meios de produção, e nos países desenvolvidos os pobres são principalmente aqueles que estão marginalizados com relação ao sistema econômico. Já na análise weberiana, as classes fazem referência a pessoas de distintas categorias econômicas, assim a pobreza constitui uma classe, quer quando se estabelece diferentes categorias de relação social (como exclusão ou dependência) ou quando a situação dos pobres se pode distinguir das demais;

vii) Classe social: o conceito de pobreza como classe social identifica a posição econômica com o status socioeconômico. Tal conceito se baseia na vinculação da classe com os papéis sociais e ocupacionais. Portanto, o conceito de classe é utilizado como um meio de definir a posição dos pobres em termos estruturais;

viii) Dependência: nessa definição são pobres as pessoas que recebem algum tipo de benefício social em razão de sua falta de meios, assim, em termos sociológicos, a pobreza não se refere a todas as pessoas que possuem uma renda insuficiente, mas sim aquelas que são dependentes;

ix) Falta de segurança básica: a pobreza nessa definição ocorre quando há ausência de um ou mais fatores que permitam que indivíduos e famílias assumam responsabilidades básicas e desfrutem de direitos fundamentais. A pobreza crônica ocorre quando a falta de segurança básica afeta simultaneamente vários aspectos da vida das pessoas, quando é prolongada, e quando compromete seriamente as chances das pessoas de recuperar os seus direitos e de reestabelecer as suas responsabilidades em um futuro previsível;

x) Falta de direito (posses): a falta de direito é fundamental para a condição de pobreza, pessoas que têm os direitos necessários não são pobres. Pois tanto a privação como a falta de recursos refletem a falta de direitos, em vez da ausência de itens essenciais em si. A

falta de moradia resulta da falta de acesso à habitação ou à terra, não por falta de moradia. Assim como a fome não resulta da falta de comida, mas sim da falta de acesso à comida, ou seja, na incapacidade das pessoas de comprarem o alimento que existe;

xi) Exclusão: a exclusão pode ser vista não apenas em termos de renda, mas também em questões como a saúde, a educação, acesso aos serviços e à moradia. Vários fenômenos decorrem da exclusão social, como o ressurgimento da falta de moradia, crises urbanas, tensão étnica, aumento do desemprego de longa duração e altos níveis persistentes de pobreza. Assim, essa definição remete à natureza multidimensional da pobreza, vista como um conjunto de relações sociais em que as pessoas são excluídas da participação do padrão normal da vida social; e

xii) Condição inaceitável: a pobreza consiste em privação grave, e as pessoas são consideradas pobres quando suas circunstâncias materiais são consideradas moralmente inaceitáveis. Pobreza não consiste apenas em dificuldades, mas em dificuldades inaceitáveis. O termo pobreza carrega consigo uma implicação e um imperativo moral de que algo deve ser feito a respeito.

Conforme Spicker (1999), todas essas interpretações da pobreza são mutuamente excludentes, embora várias delas possam ser aplicadas ao mesmo tempo, e algumas não possam ser aplicadas em todas as situações. Ainda que as definições de pobreza podem se basear em qualquer uma dessas definições, a maioria dos estudos que abordam tal fenômeno têm focado no que concerne às necessidades, ao padrão de vida e aos recursos insuficientes.

Por necessidade deve-se entender como a carência de bens e serviços materiais requeridos para que uma pessoa viver e atuar como um membro na sociedade. Em contrapartida, o termo padrão de vida deve ser entendido não apenas como privações predeterminadas mas também ao fato de se viver com menos que outras pessoas. Já o conceito de pobreza como insuficiência de recursos diz respeito à falta de riqueza para que uma pessoa possa adquirir aquilo que necessita para satisfazer suas necessidades. No entanto, a satisfação de tais necessidades não são suficientes para que uma pessoa deixe de ser pobre, pois essa satisfação pode não ter sido procurada através de recursos próprios (SPICKER, 1999).

Em sua busca para identificar os conceitos de pobreza, Spiker (1999) cobre tanto os aspectos sociais como os psicológicos para estabelecer o grau de pobreza. De fato, não ter os meios necessários para satisfazer as necessidades humanas mais básicas como possuir uma habitação decente, ter uma alimentação balanceada, vestimenta e educação acaba provocando discriminação por parte da mesma sociedade que faz diferença entre aquele indivíduo que tem daquele que não tem, o que, por sua vez, afeta o estado psicológico dos indivíduos pobres.

Ravallion (1992) acredita que a pobreza existe em determinada sociedade quando uma ou mais pessoas não alcançam um nível de bem-estar material considerado o mínimo razoável para o padrão da sociedade.

Kageyama e Hoffmann (2006), consideram que as causas da pobreza são basicamente oriundas de dois aspectos fundamentais: o primeiro ocorre em decorrência do subdesenvolvimento regional e local, que impõe privações em condições básicas de existência, como luz elétrica, água encanada e instalações sanitárias, assim como na dificuldade de acesso aos serviços de saúde e educação; e o segundo se deve ao fato da pobreza possuir raízes nas características demográficas e nas limitações do capital humano e financeiro das famílias, o que acaba prejudicando a capacidade de elevar a renda familiar.

A superação do subdesenvolvimento depende mais de investimentos públicos e privados em infraestrutura e serviços básicos; já o segundo aspecto teria que ser atacado em duas frentes: na melhoria da educação fundamental, incluindo programas de esclarecimento de controle da natalidade e de normas de higiene, e na melhoria das condições de acesso ao mercado de trabalho, seja pelo crescimento dos empregos assalariados, seja pelo apoio às atividades autônomas, ou ainda pela diversificação das fontes de renda da família (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006).

Barros, Henriques e Mendonça (2001) consideram que a pobreza responde a dois determinantes imediatos: a escassez agregada de recursos e a má distribuição de recursos existentes. Desse modo, a causa da pobreza não está só na escassez, absoluta ou relativa, de recursos, mas sim na enorme desigualdade na distribuição de renda que há principalmente em países subdesenvolvidos como é o caso do Brasil.

Frente ao exposto, faz-se necessário apresentar as diferentes abordagens do estudo sobre a pobreza. Deste modo, na próxima seção são abordados dois enfoques que se ocupam em definir a pobreza: a abordagem unidimensional (monetária) e a abordagem multidimensional.

2.1.1 A Abordagem Unidimensional da Pobreza

A visão de pobreza como insuficiência de renda surgiu a partir dos estudos científicos de Charles Booth e de Benjamim Seebohm Rowntree nos séculos XIX e XX, respectivamente. O trabalho de Booth contribui no sentido de categorizar oito grupos de classes sociais. Do total, quatro desses grupos representavam diferentes graus de pobreza. Já o estudo de Rowntree (1901) dividiu a pobreza em duas categorias: a primeira consistia em estimar a pobreza a partir de uma linha de pobreza representada por um valor monetário, em que fosse possível ao

indivíduo realizar uma dieta nutricional adequada, obter vestuário e pagar aluguel. Nesse contexto, o autor define a pobreza na abordagem da insuficiência de renda. A segunda categoria se configurava na realização de entrevista por parte dos pesquisadores com as famílias, que visivelmente se encontravam em situação de pobreza. O autor chegou ao resultado de que aproximadamente 10% da população de York, na Inglaterra de 1899, viviam em situação de pobreza, isto é, que essa proporção da população estava situada abaixo do nível mínimo de despesa/consumo indispensável à sobrevivência (LANDERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

Os anos da Segunda Guerra Mundial, 1939-1945, propiciaram a retomada dos estudos sobre a pobreza com o enfoque da subsistência. O relatório de segurança social elaborado por Beveridge destacou a importância de assegurar um nível de pleno emprego como modo de garantir um vínculo social. O conceito de subsistência surgiu na Inglaterra e se desenvolveu em duas fases. Na primeira aparecem aspectos nutricionais, como os presentes em Rowntree (1901), em que o conceito de subsistência advinha das *poor laws* (lei dos pobres), e a segunda fase, que se caracterizava pela busca de explicações para a baixa seguridade social e assistências nacionais no período pós segunda guerra (CODES, 2008).

Assim, o bem-estar de um indivíduo é tradicionalmente medido pela quantidade de bens e serviços a que este pode ter acesso. Na abordagem monetária da pobreza, doravante denominada unidimensional, a análise se volta à variável renda, uma vez que a renda tem a capacidade de determinar o poder de compra do agente econômico. Tal abordagem compreende que, em geral, dada a renda, as necessidades individuais são supridas por meio de aquisição de bens. Nessa abordagem, a pobreza é entendida como insuficiência de renda, o que, por sua vez, limita tal abordagem apenas à esfera do consumo, impossibilitando que o indivíduo tenha as suas necessidades relacionadas à sua sobrevivência satisfeitas, ou seja, o indivíduo está limitado a apenas alcançar um nível de bem-estar mínimo. Em referido enfoque, a pobreza é mensurada tendo em conta uma linha de pobreza.

A pobreza vista como insuficiência de renda é respaldada pela corrente teórica da Economia Neoclássica e é fundamentada pela lógica utilitarista. Conforme essa corrente do pensamento econômico, a utilidade para um indivíduo é representado por alguma medida do seu prazer ou felicidade, o que implica em uma noção de valor fundamentada exclusivamente na utilidade individual, definida em termos subjetivos. O comportamento do indivíduo, em seu papel de agente consumidor, se destina a alcançar a maximização dessa utilidade. Os seus gastos em consumo irão refletir a utilidade que as mercadorias consumidas geram para ele. Dessa forma, o seu bem-estar individual é determinado com base na sua função consumo e, conseqüentemente, o bem-estar social é definido como a soma das utilidades individuais

maximizadas, ou seja, pela função consumo total (SEN, 2000; 2001; LANDERCHI, 1997; SILVA, LACERDA; NEDER, 2011).

Uma vez que na abordagem unidimensional a renda ou o consumo são entendidos como indicador exclusivo do bem-estar, em que a pobreza é percebida como insuficiência de renda ou consumo, tal concepção acaba impedindo que seja alcançado por parte do indivíduo um nível mínimo de bem-estar que seja capaz de maximizar a sua utilidade total. Assim, a concepção de pobreza, conforme essa abordagem, está relacionada ao conceito da satisfação das necessidades mínimas para a sobrevivência do indivíduo, ou seja, a necessidade mínima de nutrientes que fosse capaz de manter um indivíduo vivo. O bem-estar, dentro desta visão, seria representado pelas variáveis monetárias, sendo a pobreza identificada como insuficiência de renda ou consumo (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003; ASSELIN, 2009).

Laderchi, Saith e Stewart (2003) acreditam que a validade da abordagem unidimensional da pobreza depende, em parte, de algum desses fatores: se a utilidade é uma definição adequada de bem-estar; se o gasto monetário é uma medida satisfatória de bem-estar; se uma pequena redução na utilidade engloba tudo o que se entende por pobreza; e da justificação da linha de pobreza em particular.

O uso do enfoque monetário da pobreza nos estudos sobre essa temática pode ser justificado de duas maneiras: em primeiro lugar pelo enfoque dos direitos mínimos, em que uma renda básica é considerada um direito sem referência à utilidade, mas sim à liberdade de escolha oferecida. Em segundo lugar, o uso de um indicador monetário é frequentemente invocado não porque os recursos monetários são uma medida utilitária, mas porque é assumido que pode ser uma *proxy* apropriada para medir outros aspectos relacionados ao bem-estar e pobreza. Essa última justificativa, além de constituir em uma *proxy* de bem-estar, também possibilita uma quantificação e comparação intertemporal de bem-estar (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

Corroborando esse fato, Rocha (2006) ressalta que as preocupações iniciais sobre as desigualdades sociais e a pobreza, via uma perspectiva nutricional, não surgiram nos países pobres, em que o problema é mais crítico. As discussões sobre pobreza foram iniciadas em países desenvolvidos, logo após a euforia da reconstrução do pós-guerra, o que representou um alerta entre os cientistas sociais envolvidos com a questão da sobrevivência de grupos desprivilegiados em resposta ao discurso fundamentalmente triunfalista dos políticos. O cerne do debate estava em alertar para situações de privação em que as questões de sobrevivência física não faziam parte do escopo. O problema da pobreza em países desenvolvidos fez com que se fosse enfatizado o caráter relativo da definição de pobreza, ou seja, o nível que separa

os pobres dos não pobres.

2.1.1.1 Linhas de pobreza

Os estudos sobre pobreza unidimensional estabelecem duas vertentes: a primeira relaciona a renda indispensável capaz de satisfazer exclusivamente as necessidades de caráter nutricional, denominada de linha de indigência ou de pobreza extrema; a segunda vertente envolve um conjunto mais amplo de necessidades individuais, como saúde, educação, habitação, transporte, entre outros, essa última será abordada mais adiante com o enfoque das capacidades.

A linha de pobreza consiste no nível de renda que possibilita ao indivíduo uma vida digna. Porém, essa metodologia tão somente transfere o problema para a aceção do que é “indispensável”. Nesse sentido, a linha de pobreza serve como um referencial para os formuladores de políticas sociais, uma vez que o objetivo passa a ser o de levar essas pessoas acima da linha de pobreza (HOFFMANN, 2011).

Para a fixação de uma linha de pobreza cinco decisões importantes devem ser consideradas: a primeira consiste em decidir se esta será baseada na renda ou no consumo; na segunda, determinar a unidade a ser estudada: o indivíduo, a família, o domicílio, *per capita* ou adulto-equivalente; a terceira, decidir se a análise consistirá em uma única linha de pobreza ou na divisão entre linha de pobreza rural e urbana, ou ainda em diferentes regiões; a quarta, se a linha de pobreza será concebida de forma científica, política, subjetiva ou por mera conveniência; e finalmente a quinta definição diz respeito a como poderão ser usados outros indicadores além da renda e consumo (FIELDS, 2001; OLIVEIRA, 2015).

Ravallion (1992) considera a existência de quatro linhas de pobreza unidimensional: a linha de pobreza absoluta, a relativa, a subjetiva e a dual. Estima-se a linha de pobreza absoluta a partir do custo de uma quantidade de bens considerados necessários que irão suprir as necessidades básicas de consumo. No entanto, essa linha não está sujeita a abrangência de toda a distribuição, e por essa razão, as pessoas com renda inferior a essa linha podem ser denominados definitivamente pobres ou indigentes. Esse tipo de linha de pobreza, por sua vez, é a que baseia a abordagem unidimensional da pobreza. Essa forma de metodologia é útil quando se deseja construir uma única linha, no entanto, devido às especificidades de cada região e preferências dos agentes, esse procedimento deve ser utilizado com precaução quando for aplicado separadamente para cada região, setor ou data em que as comparações são realizadas.

A linha de pobreza relativa avalia as necessidades a serem satisfeitas levando em

consideração o padrão de consumo médio predominante na sociedade, de maneira a diminuir as disparidades existentes em meio aos agentes. Vale destacar que os países em desenvolvimento têm a sua atenção voltada à linha de pobreza absoluta, ao passo que países desenvolvidos focam na linha de pobreza relativa, uma vez que o mínimo essencial à subexistência é assegurado. Ao contrário da linha de pobreza absoluta, a linha de pobreza relativa irá depender da dimensão de toda a distribuição.

A combinação simples de duas linhas de pobreza irá resultar em uma linha de pobreza dual ou híbrida, na tentativa de se estabelecer uma linha de pobreza múltipla com o intuito de se realizar comparações de pobreza. Ravallion (1992) ainda esclarece o caráter subjetivo na formulação das linhas de pobreza, uma vez que derivam de julgamentos subjetivos dos agentes acerca do que de fato consiste um padrão de vida mínimo socialmente estabelecido. Desse modo, a linha de pobreza é definida como sendo o valor mínimo estabelecido necessário para que um indivíduo possa participar adequadamente de um contexto social.

Bourguignon e Chakravarty (2003) acreditam que um indivíduo deve ser considerado pobre se a sua renda estiver situada abaixo da linha de pobreza. E, para os autores, a linha de pobreza refere-se ao custo monetário para um indivíduo, em dada localidade e tempo, a um nível de medida de bem-estar que serve como principal instrumento para identificar os pobres. São tidos como pobres os indivíduos que não alcançam esse nível de bem-estar determinado, e como os que o alcançam como não pobres, isto é, uma pessoa pode ser considerada pobre se estiver sobre ou abaixo a um nível de renda pré-estabelecido, essa faixa que delimita essa fronteira é denominada de linha de pobreza. Ou seja, a insuficiência de bem-estar também consiste em uma caracterização da pobreza. Tal bem-estar é determinado por variáveis tanto de aspecto monetário como de não monetário. No caso, seus estudos utilizam como parâmetro o aspecto monetário.

Do mesmo modo, Rocha (2006) argumenta que quando se diz respeito a necessidades nutricionais, esse nível de renda pré-estabelecido é chamado de linha de indigência, ou extrema pobreza, em razão do caráter essencial das necessidades alimentares, ao passo que, quando se faz referência a um conjunto mais abrangente de necessidades, tal valor é denominado de linha de pobreza. Tais parâmetros são utilizados para distinguir dois subgrupos na população de acordo com a renda, respectivamente, de indigentes e não-indigentes, no caso da linha de extrema pobreza, e pobres e não-pobres, no caso da linha de pobreza. Dessa forma, são definidos como pobres os indivíduos que possuem rendimentos inferiores ao valor estabelecido para a linha de pobreza, e como indigentes ou extremamente pobres aqueles cuja renda for inferior a linha de extrema pobreza, isto é, aquela capaz de atender apenas às

necessidades nutricionais.

Com frequência se utiliza a proporção de gasto com alimentos de um domicílio/família como indicador de bem-estar dos mesmos. Tal escolha se apoia na Lei de Engel, segundo a qual a proporção de gasto com comida tende a decrescer à medida que se aumenta a renda. Dessa forma, o bem-estar passa a ser mensurado através da proporção dos gastos em bens não-alimentícios (FERES; MANCERO, 2001).

Conforme Feres e Mancero (2001), o consumo calórico também consiste em uma forma de se medir a pobreza unidimensional. Sob esse método, a linha de pobreza irá corresponder ao nível de renda ou de gasto que permite alcançar um consumo predeterminado de calorias. A linha de pobreza sob essa vertente pode ser calculada de duas maneiras. Um delas consiste em selecionar uma subamostra de domicílios com um consumo calórico próximo ao preestabelecido e utilizar a sua renda média como linha de pobreza. A outra forma consiste em elaborar uma regressão estatística entre consumo calórico e renda, e com a relação encontrada avaliar a renda necessária para consumir as calorias preestabelecidas.

A utilização da renda como parâmetro para medir o nível de vida de uma sociedade fundamenta-se na estreita relação existente entre o nível de renda e os indicadores de bem-estar físicos, que serviriam como uma aproximação dos indicadores físicos de qualidade de vida. A pobreza absoluta ou relativa e sua mensuração via linhas de pobreza ou indigência implica atribuir papel central à renda como *proxy* do bem-estar individual. No entanto, também deve-se avaliar a existência de muitos questionamentos a respeito de sua efetiva funcionalidade, tais como utilizar de forma exclusiva esse critério em nações cuja renda é muito baixa, nas quais a auto produção e consumo sem origem monetária possuem impactos igualmente importantes; também se deve considerar as diferenças nos níveis de preços, as características culturais e de desenvolvimento de cada nação em análise, entre outras especificidades (ROCHA, 2006).

A busca pelo índice ideal deve-se ater ao aspecto que o fenômeno da pobreza assume e às possibilidades reais de políticas públicas, envolvendo desde disponibilidade de dados estatísticos até recursos para intervenção. Segundo Rocha (2006), no Brasil, uma vez que grande parcela de sua população não dispõe de recursos para fazer face às suas necessidades básicas, há um consenso de que o conceito relevante de pobreza no país seja o da pobreza absoluta. Assim sendo, para o caso brasileiro é natural estudar a pobreza utilizando as abordagens da renda e das necessidades básicas (*basic needs*) de forma complementar. Ou seja, trata-se de estabelecer linhas de pobreza como crivo básico para diferenciar pobres e não pobres com base em sua renda e em seguida caracterizar a subpopulação pobre utilizando tanto outros critérios de renda, grau de insuficiência de renda, desigualdade de renda, como outros

indicadores relacionados às necessidades básicas de educação, habitação, saneamento, acesso a saneamento, entre outros. Tal procedimento é fundamentalmente flexível na medida em que tanto a definição e o nível da linha de pobreza quanto a escolha dos indicadores da qualidade de vida podem ser estabelecidos em função de condições concretas e propósitos específicos.

Mesmo com toda controvérsia que envolve a fixação de um valor para a linha de pobreza que, por sua vez, seja capaz de atender necessidades fundamentais alimentares e não alimentares, ocorre que quanto mais desenvolvida for uma sociedade, mais relevante se torna a ideia de que a pobreza se distancia do atendimento das necessidades de sobrevivência. Nesse sentido, a utilização da renda para definir linhas de pobreza se deve à estreita correlação existente entre o nível de renda e os indicadores de bem-estar físico (ROCHA, 2006).

Entre os critérios utilizados para definição das linhas de pobreza, podem ser considerados o rendimento pessoal em dólar, o rendimento *per capita* domiciliar tendo por base o salário mínimo, o consumo de calorias essenciais à subsistência ou a cesta básica convertida em renda. Embora as linhas de pobreza e indigência possam se constituir o ponto de vista mais estimado na preleção e nos métodos de quantificação da pobreza pelos pesquisadores do tema, ainda é possível se observar fragilidades e restrições (ALBUQUERQUE, 2011).

Conforme a abordagem da pobreza unidimensional, é possível construir uma medida invariante no tempo das condições de vida dos indivíduos em uma sociedade, tal medida condiz com a noção de linha de pobreza. A linha de pobreza é um parâmetro que permite a determinada sociedade estabelecer como pobres, ou em condição de pobreza, todos aqueles indivíduos que se encontrem abaixo do seu valor. Logo, haverá pobreza quando existirem famílias vivendo com renda familiar *per capita* inferior ao nível mínimo necessário capaz de satisfazer suas necessidades mais fundamentais e imediatas (BARROS; HENRIQUES; MENDONÇA, 2001).

De acordo com Comim e Bagolin (2002), a tendência do uso de indicadores monetários de pobreza é frequentemente justificada devido a quatro fatores principais: i) o grau de correlação entre a insuficiência de renda e as demais privações relacionadas ao estado de ser pobre; ii) indisponibilidade de outras estatísticas sociais; iii) dificuldade de ponderação e agregação de distintas dimensões sociais; e iv) necessidade de medidas homogêneas que tornem possível a comparação entre diferentes regiões ou localidades.

Por mais que o enfoque da pobreza unidimensional seja o mais difundido e, sobretudo, utilizado em maior escala para se medir o grau de pobreza dos indivíduos, via linhas de pobreza e extrema pobreza, algumas críticas são feitas pelos estudiosos dessa temática. Pois embora a renda seja uma importante ferramenta para se medir a pobreza, pode ocorrer que com uma renda mais alta o consumo de um indivíduo seja capaz de melhorar a posição de alguns de seus

atributos monetários e não monetários, mas ao mesmo tempo, pode ser que não exista mercado para alguns desses atributos não monetários, como no caso de algum bem público. Também pode acontecer o caso em que os mercados são muito imperfeitos, por exemplo, no caso de racionamento (BOURGUINON; CHAKRAVARTY, 2003; RAVALLION, 1992; 1998).

Nesse sentido, utilizar a renda como indicador de bem-estar não é totalmente apropriado, por conta da paridade do poder de compra em diferentes sociedades. Assim, em alguns casos deve ser complementada com outros atributos ou variáveis, como habitação, alfabetização, expectativa de vida, provisão de bens públicos e assim por diante. O bem-estar é essencialmente multidimensional. Sob a ótica da abordagem das capacitações e funcionamentos, em que os funcionamentos lidam com o que uma pessoa pode fazer em última instância, e capacidades indicam a liberdade que uma pessoa possui em termos de funcionamentos. Por esta razão, medidas de pobreza que utilizem tão somente a renda monetária como medida de bem-estar são inapropriadas (BOURGUINON; CHAKRAVARTY, 2003).

Hoffmann (1998) também acredita que a renda é uma medida insuficiente e de grande imperfeição para que, por si só, tenha condição de avaliar as condições de vida dos indivíduos e das famílias, apesar de considerar a melhor medida isolada dessas condições. Destarte, será o grau de renda de uma família específica, as condições de saúde e o nível de educação de seus membros, entre outras condições, que serão capazes de fazer com que uma determinada família se encontre ou não em uma condição de pobreza.

Ao se limitar a pobreza a um indicador monetário, geralmente a renda, pode acarretar o risco de se superestimar a pobreza. Um exemplo é o que acontece nas áreas rurais em que, conforme Neder (2008), os indicadores de pobreza estritamente baseados na condição de insuficiência de renda tendem a superestimar a quantidade de pessoas e domicílios pobres, na medida em que não consideram o valor dos rendimentos de autoconsumo (SALAMA; DESTREMAU, 1999).

Ao mesmo tempo, o uso exclusivo de indicadores monetários de pobreza pode levar ao erro de subestimação da pobreza, pois, esta pode ser mais ampla do que pode parecer no âmbito da renda. Além do mais, a abordagem utilitarista representada pela renda não é capaz de captar o interesse geral das condições de igualdade, em razão das diversidades existentes entre os indivíduos. Restringir as desigualdades a essa dimensão negligencia outros modos de observá-la, assim como os meios para se chegar à equidade (SEN, 2000; 1980).

A renda em si, só é capaz de manifestar uma parcela ínfima das variadas formas de vida humana. Para Sen (1997) e Laderchi, Saith e Stewart (2003), a renda não deve ser considerada

um indicador razoável em razão das diferenças enfrentadas pelos indivíduos para transformá-la em realizações. Deve-se considerar o fato de que algumas pessoas necessitem de mais renda do que outras para alcançarem os mesmos resultados.

Nesse contexto, Sen (2000) acredita que as análises sobre a pobreza até podem começar com informações que dizem respeito à renda, no entanto, tais análises não devem terminar tão somente nessas informações. A abordagem unidimensional da pobreza tende a minimizá-la, induzindo a uma simplificação do debate sobre suas causas e seus efeitos. Nesse sentido, a abordagem multidimensional da pobreza estabelece um avanço para o pensamento científico sobre essa problemática exatamente por expandir a visão e as discussões sobre o assunto, com resultados importantes no que se refere ao planejamento, execução e sucesso das políticas públicas de redução da pobreza.

Frente ao exposto, fica evidente que a abordagem unidimensional da pobreza é a mais utilizada e difundida, contudo, nem por isso a referida abordagem resistiu às críticas, uma das quais se refere ao fato de essa não ser capaz de analisar, por exemplo, os efeitos externos produzidos pelo Estado como transportes públicos, seguridade, saúde, educação, segurança, entre outros. Isto é, a análise da pobreza via uma abordagem unidimensional não é capaz de captar outras necessidades dos indivíduos.

No entanto, as demais abordagens, principalmente aquelas que se ocupam em conceituar, medir e avaliar a pobreza por meio de múltiplos atributos ou variáveis, vêm ao longo do tempo tendo uma aceitação cada vez maior, na medida em que revelaram as limitações da abordagem monetária para definir a pobreza e contribuíram para uma maior compreensão de tal problemática. Nesse sentido, a próxima seção tem como intuito apresentar a abordagem que se preocupa em definir, medir e avaliar a pobreza via uma perspectiva multidimensional.

2.1.2 A Abordagem Multidimensional da Pobreza

A partir da década de 1970, a abordagem unidimensional da pobreza, que era relacionada com as necessidades nutricionais necessárias à sobrevivência, passou a ser criticada em razão da nova percepção de que as necessidades humanas não deveriam ser vistas apenas como necessidades físicas, mas também como necessidades sociais.

A crítica se baseava no argumento de que as pessoas não deveriam ser vistas apenas como organismos individuais, que necessitam repor suas energias nutricionais, mas também como indivíduos sociais que desempenham papéis sociais. Um segundo argumento dessa crítica se baseava no fato de que a obtenção da medida das necessidades básicas de nutrição não é

universal. Isto é, o custo e a quantidade de gêneros alimentícios mudam de acordo com os papéis sociais desempenhados pelos indivíduos, os hábitos alimentares e os tipos de alimentos ao dispor de cada sociedade.

Centrar o debate sobre a pobreza apenas no aspecto unidimensional (monetário) é demasiado simples. Por esse ângulo, para se estudar a pobreza se faz necessário incluir a discussão com relação ao ingresso do indivíduo aos serviços básicos, sob uma ótica multidimensional. Assim sendo, duas outras linhas teóricas dos estudos da pobreza podem ser acrescentadas: a das necessidades básicas e a das capacidades. A abordagem das necessidades humanas básicas vai além de questões relativas à alimentação e incorpora uma maior gama dessas necessidades humanas, como educação, saneamento e habitação. Essa abordagem é capaz de captar outros aspectos da vida cotidiana dos indivíduos, que não apenas as questões nutricionais e, do ponto de vista econômico, é extremamente benéfica, uma vez que eleva a produtividade do indivíduo. Ao serem assim considerados, esses aspectos introduzem o caráter multidimensional nas pesquisas relacionadas à pobreza (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003; DUCLOS; ARAAR, 2006).

Embora o conceito de valor esteja no cerne da Economia, pode parecer surpreendente que não haja uma conta satisfatória para se medir o bem-estar tanto em termo individual quanto em termos sociais. A dificuldade com o conceito de utilidade decorre do fato de que os teóricos do consumidor se baseiem no conceito de preferência revelada que utiliza apenas a informação racional. No entanto, “preferência fixa”, os consumidores fazem sob diferentes cenários de preço e renda. Ao contrário dessa lógica, o argumento é que o conteúdo aspiracional das preferências não é fixado, mas que em vez disso, as preferências variam juntamente com a renda, o que, por sua vez, minimiza qualquer efeito benéfico do crescimento da renda sobre a felicidade humana. Diante dessas dificuldades, deve-se procurar então abandonar a ideia de avaliar o bem-estar da sociedade, incluindo o bem-estar individual. Em vez disso, deve-se obedecer as regras que governam a escolha coletiva e a interação social, jugaldas contra critérios processuais como a igualdade, o acordo ou a não violação dos direitos, ou seja, sob uma perspectiva de justiça, a sociedade deveria permitir que os indivíduos atuem segundo suas próprias preferências, sem se interessar em saber o que há por trás dessas preferências (ANAND; HUNTER; SMITH, 2005).

Como resposta a esse desejo, surge uma abordagem alternativa proposta por Sen (1977; 1979; 2000) com o argumento de que o arcabouço informacional do bem-estar é muito estreito e limitado. Nesse conceito se definiria que os estados sociais eficientes são aqueles em que a situação de um indivíduo não pode ser melhorada sem que haja uma perda compensatória na

situação para o outro indivíduo. Conforme o autor, é preciso que se aceite a relevância sobre informações das características do mundo que não sejam preferências reveladas pelos indivíduos. Deve-se, então, partir de uma concepção do que faz uma boa vida para um ser humano, e construir a partir disso uma teoria do bem-estar social.

Tal abordagem alternativa surge com o chamado enfoque das capacidades. Proposta inicialmente pelo economista indiano Amartya Sen (1983; 1984), a teoria das capacitações associa a pobreza às privações de necessidades básicas sofridas pelos indivíduos, na inexistência de oportunidades para se realizar alguns níveis mínimos de funcionamentos. Esses funcionamentos, por sua vez, vão desde questões fundamentais de como estar bem nutrido, possuir uma boa saúde até questões mais complexas como ser feliz, possuir respeito próprio e participação na vida social.

As capacitações consistem na liberdade de um indivíduo para realizar combinações alternativas de funcionamentos. Para essa abordagem, a pobreza consiste na privação das capacidades básicas dos indivíduos, e não apenas como uma renda inferior a um patamar pré-determinado. Mais especificamente, a pobreza está relacionada à privação de liberdade das pessoas de serem capazes de eleger uma vida melhor e mais satisfatória que lhes rendam um maior bem-estar, no sentido em que lhes seja possível saber decidir o que comer a fim de poderem prover suas carências nutritivas, e o que vestir, onde morar, o acesso à saúde, à educação e à justiça, garantindo-lhes exercer inteiramente suas liberdades sociais e políticas e de serviços públicos. Por capacidade, deve-se entender como sendo o conjunto de combinações alternativas de funcionamento de possível realização. A capacidade é tida como uma forma de liberdade: liberdade substantiva no sentido de ser possível realizar combinações alternativas de funcionamentos ou a liberdade de se optar por estilos de vida variados (SEN, 1983;1984; 2000).

Nessa visão, a pobreza é constituída por diferentes dimensões, que agrega os elementos que se referem ao enfoque das necessidades básicas, como também destaca a capacidade dos indivíduos no que diz respeito às escolhas em relação ao bem-estar e às maneiras de se alcançá-las. Além do mais, essa abordagem acrescenta ao entendimento da pobreza, pois evidencia qual qualidade de vida as pessoas avaliam para si (funcionamentos), sendo que essa qualidade de vida escolhida não se resume à dotação de renda que esses indivíduos possuem, mas também a outros fatores relativos à condição de vida.

Altas taxas de morte prematura, elevadas taxas de desnutrição, afligindo principalmente as crianças, morbidez persistente, analfabetismo, entre outras deficiências, são reflexos da privação de capacidades elementares dos indivíduos em uma sociedade. No entanto, cabe salientar que de modo algum a abordagem das capacitações despreza a ideia de que uma renda

baixa é uma das causas principais da pobreza, uma vez que a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação da capacidade de uma pessoa (SEN, 2000).

Entretanto, tal abordagem considera que a relação entre renda e capacidade é fortemente afetada pela idade do indivíduo, por exemplo, por necessidades específicas de idosos e dos muito jovens; pelos papéis sexuais e sociais, como as responsabilidades especiais da maternidade e também as obrigações familiares determinadas pelo costume; pela localização, por exemplo, como o risco de se morar em localidades com propensão a inundações ou secas, ou insegurança e violência devido ao fato de se morar em bairros pobres e muito populosos; pelas condições epidemiológicas, como doenças endêmicas em uma região; e por outras razões que um indivíduo pode não ter controle ou controle limitado.

Também pode existir um “acoplamento” de desvantagens entre privação de renda e adversidade da conversão de renda em funcionamentos. Desvantagens como idade, incapacidade ou doença reduzem o potencial do indivíduo para auferir renda. Ao mesmo tempo, tornam mais difícil converter renda em capacidade, uma vez que uma pessoa mais velha, mais incapacitada ou mais gravemente enferma carece de mais renda para satisfazer suas necessidades como assistência, próteses, tratamento, entre outras, e obter os mesmos funcionamentos. Tal realidade implica que a “pobreza real” (no que se refere à privação de capacidades) pode ser mais intensa do que pode parecer quando essa é considerada no espaço da renda (SEN, 2000).

No que diz respeito à distribuição da renda, Sen (2000) ressalta que a forma como é distribuída dentro das famílias acarreta complicações adicionais na abordagem da pobreza que se baseia apenas nessa variável. Conforme o autor, se a renda familiar é usada desproporcionalmente no interesse de alguns membros da família em detrimento de outros, por exemplo, no caso em que haja dentro da família uma sistemática preferência pelos meninos na alocação dos recursos familiares, os resultados causam distorções. Dessa forma, o grau de privação dos membros negligenciados, neste caso as meninas da família, pode não se refletir adequadamente pela renda familiar. Assim, fica mais fácil constatar a privação das meninas quando se verifica a privação das capacidades (mortalidade, morbidez, subnutrição, negligência médica, mais elevadas) do que se fosse empregada a análise baseada na renda.

Nesse contexto, conforme teoria das capacitações, são entendidos como pobres as pessoas desprovidas de capacidades, elementos básicos para se agir em sociedade, além de chances para atingir graus consideráveis de concretizações e conquistas. Esta abordagem torna real o reconhecimento da inserção de variáveis tão importantes para a determinação de pobreza, além da renda, ao buscar inserir a escassez de capacitações como um complemento de análise.

A abordagem das capacitações está fundamentada basicamente em mensurar o bem-estar dos indivíduos de acordo com a liberdade que esses possuem em ter ou fazer aquilo que almejem, com base no princípio da justiça. Busca-se avaliar a liberdade de escolha individual que está fortemente relacionada à qualidade de vida. Desse modo, tem-se a possibilidade de capturar características relevantes como heterogeneidades pessoais, diversidades ambientais, variabilidades no clima social, diferenças de perspectivas relativas e distribuições intrafamiliar. Além do mais, a pobreza vista como privação das capacitações básicas pode refletir-se em diferentes aspectos, como em morte prematura, analfabetismo, subnutrição e mesmo no fenômeno da desigualdade entre os sexos (SEN, 2000).

Tanto a perspectiva da pobreza vista pela ótica das capacidades insatisfeitas quanto à relacionada ao baixo nível de renda estão relacionadas, posto que a renda se configura em um importante meio para a obtenção de capacidade. Dessa forma, quanto mais capacidades uma pessoa possui, maior será a probabilidade de se obter uma renda mais elevada. Porém, uma renda mais elevada não implica necessariamente uma satisfação mais elevada. Nesse sentido, tal relação é importante para a redução da pobreza de renda. O acesso a uma melhor educação básica e serviços de saúde além de elevar diretamente a qualidade de vida das pessoas também aumenta o potencial de se auferir renda e, dessa forma, livrar-se da pobreza medida pela renda (SEN, 2000).

Para Sen (2000) a redução da pobreza de renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza, pois considera perigoso ver a pobreza segundo a perspectiva limitada da privação de renda e a partir daí justificar investimentos em educação, serviços de saúde, etc., com o argumento de que são bons meios para a redução da pobreza. Para o autor, isso seria confundir os fins com os meios. Nesse contexto, a pobreza deve ser entendida como a privação da vida que as pessoas realmente podem levar e das liberdades que elas realmente têm. A expansão das capacidades humanas enquadra-se justamente nesse ponto. Tendo sempre em conta que o aumento das capacidades humanas tende a caminhar junto com a expansão das produtividades e do poder de auferir renda. Assim, um aumento de capacidades ajuda direta e indiretamente a enriquecer a vida humana e a tornar as privações humanas mais raras e menos crônicas. As relações instrumentais, por mais formidáveis que sejam, não podem substituir a necessidade de uma compreensão básica da natureza e das características da pobreza.

Para Sen (2000), existem alguns casos em que todos podem estar de acordo sobre a natureza do bem-estar, quaisquer que sejam os seus compromissos mais gerais, e que o debate sobre os demais temas é parte do que faz uma vida boa em uma boa sociedade. O principal argumento é de que a oportunidade de viver uma vida boa, ao invés da acumulação de recursos,

é o que mais importa para o bem-estar, e que as oportunidades resultam da capacidade que as pessoas possuem. Assim, a abordagem das capacidades está muito mais centrada nas pessoas do que nos bens. Não obstante, Anand, Hunter e Smith (2005) afirmam que a abordagem das capacidades constituiu uma das contribuições teóricas mais significativas para a análise do bem-estar.

Os argumentos em defesa do uso dessa abordagem consistem no fato de que a pobreza pode ser identificada em termos de privação de capacidades; a abordagem concentra-se em privações que são intrinsecamente importantes, em contraste com a renda baixa, que sob o ponto de vista dessa abordagem é importante apenas instrumentalmente. Além disso, existem outras influências sobre a privação das capacidades, e, portanto, sobre a pobreza real, além do baixo nível de renda que, como já exposto, não é único instrumento de geração de capacidades. A relação instrumental entre baixa renda e baixa capacidade é variável entre comunidades e até mesmo entre famílias e indivíduos, assim o impacto da renda sobre as capacidades é contingente e condicional (SEN, 2000).

Qualquer aproximação baseada na igualdade deve ser expressa na dimensão de igualdade de capacidades, levando em consideração a diversidade entre as pessoas. Ou seja, uma quantidade determinada de recursos (renda ou bens) não é garantia para a conquista de iguais capacidades para as pessoas, todavia, devem ser consideradas as necessidades individuais de cada uma e suas possibilidades de alcançá-las. No entanto, as capacidades reais dependem do poder que mulheres e homens possuem, de forma que o conceito de poder está estreitamente ligado com a avaliação das desigualdades de gênero. As assimetrias de poder têm efeitos sobre outros tipos de assimetrias tanto dentro das famílias como na sociedade (SEN, 2000).

A abordagem das capacidades pode ser vista como um complemento da análise econômica utilitarista da pobreza, e que não necessariamente tais abordagens seriam extremos e opostos. Segundo o autor, é possível denotar as capacidades por meio de uma função $c(q, x)$ que depende da quantidade consumida de bens (q) e das características do lar (x). Conforme o autor, no enfoque das capacidades de Amartya Sen, a função de utilidade é uma função das capacidades, que pode ser expressa como $u = u(c)$. Ao se substituir o termo c da função utilidade pela função $c(q, x)$, percebe-se que é possível expressar a utilidade unicamente em termos de q e x , mesmo assim as capacidades continuam determinando o bem-estar individual: $u = u(c(q, x)) = v(q, x)$. Desse modo, Ravallion (1998) considera que a abordagem das capacidades representa um passo intermediário que conecta a utilidade com o consumo de bens, e não necessariamente o oposto ao uso do consumo na medição do bem-estar (RAVALLION,

1998).

Contudo, Asselin (2009) argumenta que a escola das necessidades básicas transpõe o debate da equidade da teoria social para a área política e vai diretamente para a questão da pobreza. Tal abordagem considera que os tipos de pobreza devem ser identificados e erradicados em uma perspectiva de curto prazo.

Sem desconsiderar a abordagem da produtividade como política de redução da pobreza dos bem-estaristas, identifica um pequeno conjunto de realizações que correspondem à satisfação de algumas necessidades básicas e exige que as políticas de redução da pobreza assegurem o mais rápido possível que todos os indivíduos alcancem essas satisfações básicas. Nesse sentido, a escola das necessidades básicas não se guia nem por objetivos assistencialistas nem por considerações de liberdade, mas fundamentalmente por preocupações humanitárias. De tal modo, as políticas de redução da pobreza devem então olhar para o empoderamento do pobre.

Diante do exposto, é possível perceber que o cerne da análise da abordagem das capacidades se concentra no que as pessoas são capazes de ser e fazer, não em suas rendas e muito menos em suas possibilidades de consumo, que por sua vez representam apenas meios para se alcançar o bem-estar.

A habilidade das pessoas para converter recursos em funcionamentos varia de acordo com a saúde, a presença de alguma incapacidade física, ou o gênero. A contribuição da abordagem das capacidades para a análise da pobreza consiste em melhorar o entendimento da natureza e das causas da pobreza e privação ao desviar a atenção dos meios (renda) para os fins que os indivíduos têm razão para buscar e para as liberdades de poder alcançar esses fins.

Nesta pesquisa, a pobreza é entendida com um fenômeno multidimensional, sem, no entanto, desprezar a importância da insuficiência de renda para a sua definição, visto que a renda é um dos meios necessários de acesso e manutenção do bem-estar.

Os recursos monetários são importantes para a definição da pobreza, pois é o acesso a esses recursos que tornará possível a aquisição de produtos e serviços que também são contabilizados no bem-estar individual, assim como também o são os outros fatores não monetários. Em resumo, e como enfatizado em Sen (2000), a renda é uma condição necessária, mas não suficiente para se eliminar a condição de pobreza dos indivíduos.

2.1.2.1 Indicadores sintéticos de pobreza multidimensional

A partir da década de 1990, inspirado no conceito de desenvolvimento humano⁹, foi desenvolvida uma série de indicadores multidimensionais considerados capazes de medir a qualidade de vida e a evolução da pobreza dos países. Os índices multidimensionais diferenciam-se da abordagem monetária da pobreza, pois os parâmetros envolvidos nos cálculos de tais índices referem-se aos resultados, isto é, estão relacionados aos fins e não aos meios de se atingir o bem-estar (ROCHA, 2003).

Os indicadores de pobreza podem ser diferenciados através da divisão em meio/fim e quantitativo/qualitativo. Os indicadores-meio se referem aos meios que são necessários para se atingir determinado fim. Por sua vez, os indicadores-fim são aqueles que medem os resultados em si, por exemplo, o acesso ao mercado de trabalho seria um indicador-meio e o consumo de bens e serviços seria um indicador-fim (LOK-DESSALIEN, 1998).

Entre as medidas multidimensionais de pobreza destaca-se o Índice de Pobreza Humana (IPH) e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), elaborados em meados da década de 1990, através do conceito de desenvolvimento humano, pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Desde a década de 1990, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) apresenta o seu Relatório de Desenvolvimento Humano (RDH) no qual é avaliado o estado do desenvolvimento humano, definido como o processo de ampliação das possibilidades de escolha dos indivíduos.

Em 1997 surge o Índice de Pobreza Humana (IPH) no RDH do PNUD com a finalidade de responder à necessidade de avaliar as conjunturas de pobreza e de privação multidimensionais com o acesso à saúde, nutrição ou habitação, enquanto situações de entrave ao desenvolvimento humano principalmente ao nível dos países do hemisfério sul.

O Índice de Pobreza Humana (IPH) mede as privações no desenvolvimento humano e reflete a distribuição do progresso ao mensurar o volume de privações que ainda existem. O IPH-1 e o IPH-2 consideram as mesmas dimensões do IDH (vida longa e saudável, acesso ao conhecimento e padrão de vida digno).

⁹ O desenvolvimento humano é um processo de alargamento das escolhas das pessoas. Em princípio essas escolhas são infinitas e variam no tempo. Mas independentemente do nível de renda, as três escolhas essenciais se resumem à capacidade para ter uma vida longa e saudável, adquirir conhecimentos e ter acesso aos recursos necessários a um padrão de vida adequado. O desenvolvimento humano, contudo, não acaba aí. As pessoas também dão grande valor à liberdade política, econômica e social, à oportunidade de ser criativo e produtivo, ao respeito próprio e aos direitos humanos garantidos. A renda é um meio, tendo como fim o desenvolvimento humano (UNDP, 1990, p.10).

O IPH-1 mede as privações dos indivíduos para os países em processo de desenvolvimento. As variáveis do IPH-1 são: a) vida longa e saudável, que representa a proporção de pessoas nascidas hoje que não deverão ultrapassar os 40 anos; b) o acesso ao conhecimento, medido pela proporção de adultos analfabetos; c) o padrão de vida digno, ou seja, a carência na provisão de bens e serviços básicos (que podem ser adquiridos por meios públicos ou privados), refletida pela porcentagem de pessoas sem acesso aos serviços de saúde e água potável e pela proporção de crianças com peso deficiente.

O IPH-2 é calculado para países industrializados e, além das dimensões utilizadas para medir o IPH-1, é acrescida uma quarta dimensão no cálculo do IPH-2, a exclusão social medida pela taxa de desemprego de longo prazo. As variáveis do IPH-2 são: a) vida longa e saudável, que representa a proporção de pessoas nascidas hoje que não deverão ultrapassar os 60 anos; b) o acesso ao conhecimento, pela proporção de pessoas cuja capacidade para ler e escrever não é suficiente para ser funcional; c) o padrão de vida digno como porcentagem de pessoas com privação de renda – com renda disponível inferior a 50% da renda média das famílias; d) a exclusão social, pela proporção de desemprego de longa duração (12 meses ou mais).

Uma das limitações do IPH se refere a sua capacidade de apenas realçar privações agregadas, nas três dimensões do IDH, não quantificando, pelo contrário, privações conjuntas, ou seja, o número de indivíduos particulares, de agregados familiares, de grupos atingidos por situações de pobreza e privações, que se manifestam frequentemente sobrepostas.

Elaborado por Mahbub ul Haq em parceria com o economista indiano Amartya Sen, o IDH visa ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano, mais especificamente, o IDH foi elaborado como alternativa ao PIB *per capita* utilizado para medir os avanços nas condições de vida das pessoas. O IDH se resume em três indicadores que captam as deficiências em saúde, educação e renda capaz de auferir um padrão de vida decente, esses pilares fundamentais são mensurados da seguinte maneira:

- i. Uma vida longa e saudável (saúde) medida pela expectativa de vida ao nascer;
- ii. Acesso ao conhecimento (educação) medido pela média de anos de educação pelos adultos, que consiste no número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos, e a expectativa de anos de escolaridade que uma criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança e;
- iii. Padrão de vida (renda) medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de

referência.

Embora tenha contribuído no sentido de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, o IDH não compreende todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da "felicidade" dos indivíduos, muito menos indica "o melhor lugar no mundo para se viver". Democracia, participação, equidade, sustentabilidade são outros dos muitos aspectos do desenvolvimento humano que não são contemplados no IDH. Ainda assim, o IDH possui o grande mérito de sintetizar o entendimento do tema e ampliar e fomentar o debate.

Posteriormente, no ano de 2010, foram elaborados outros indicadores complementares de desenvolvimento humano, dentre os quais o Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) e o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM).

O Índice de Desigualdade de Gênero (IDG) reflete desigualdades com base no gênero e é composto por três dimensões, a saber:

- i. Saúde reprodutiva - medida pelas taxas de mortalidade materna e de fertilidade entre as adolescentes;
- ii. Empoderamento (autonomia) - medida pela proporção de assentos parlamentares ocupados por cada gênero e a obtenção de educação secundária ou superior por cada gênero; e
- iii. Atividade econômica - medida pela taxa de participação no mercado de trabalho para cada gênero.

Esse índice mede a perda no desenvolvimento humano resultante da desigualdade entre homens e mulheres, variando também de 0 a 1. No entanto, ao contrário do índice de desenvolvimento humano, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade entre os gêneros.

O IDG substitui os anteriores Índice de Desenvolvimento relacionado ao Gênero e Índice de Autonomia de Gênero. Ele mostra a perda no desenvolvimento humano devido à desigualdade entre as conquistas femininas e masculinas nas três dimensões do IDG.

De fato, a erradicação da pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, assim como a promoção da igualdade de gênero por meio do empoderamento de todas as mulheres e meninas, constituem dois dos dezessete objetivos traçados na Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU).

Para atingir o objetivo 1, acabar com a pobreza em todas as formas e lugares, sete metas foram traçadas, a saber:

- i. Erradicar a pobreza extrema, até 2030, para todas as pessoas em todos os lugares, que é atualmente medida como pessoas vivendo com menos de US\$ 1,90 por dia;
- ii. Reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais até 2030;
- iii. Implementar, em nível nacional, medidas e sistemas de proteção social adequados, para todos, incluindo pisos, e até 2030 atingir a cobertura substancial dos pobres e vulneráveis;
- iv. Garantir até 2030 que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças;
- v. Construir até 2030 a resiliência dos pobres e daqueles em situação de vulnerabilidade, e reduzir a exposição e vulnerabilidade destes a eventos extremos relacionados com o clima e outros choques e desastres econômicos, sociais e ambientais;
- vi. Garantir uma mobilização significativa de recursos a partir de uma variedade de fontes, inclusive por meio do reforço da cooperação para o desenvolvimento, para proporcionar meios adequados e previsíveis para que os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, implementem programas e políticas para acabar com a pobreza em todas as suas dimensões; e
- vii. Criar marcos políticos sólidos em níveis nacional, regional e internacional, com base em estratégias de desenvolvimento a favor dos pobres e sensíveis a gênero, para apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.

Já para alcançar o objetivo 5, igualdade de gênero, da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, nove metas foram traçadas, a saber:

- i. Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte;
- ii. Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos;

- iii. Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas;
- iv. Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais;
- v. Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;
- vi. Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão;
- vii. Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais;
- viii. Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres; e
- ix. Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis.

Em 2010 foi introduzido pelo o IDH o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), o qual identifica privações múltiplas no que diz respeito à educação, saúde e padrão de vida nos mesmos domicílios. As dimensões de educação e saúde se baseiam em dois indicadores cada, enquanto a dimensão do padrão de vida se baseia em seis indicadores.

A dimensão referente à saúde é formada por dois indicadores, a saber: taxa de mortalidade infantil e taxa de nutrição. Já a dimensão da educação é composta pelos indicadores anos de escolaridade e número de crianças matriculadas. Por fim, a dimensão do padrão de vida é composta por seis, a saber: acesso à eletricidade; acesso à água potável limpa; acesso à saneamento apropriado; acesso a combustível para cozinhar; acesso a uma casa com pavimento

de terra; e, não tendo carro, a propriedade, no máximo, de dois dos seguintes bens: bicicleta, moto, rádio, geladeira, telefone e televisão.

Metodologicamente, o IPM resulta do produto de duas medidas. A primeira é a da taxa multidimensional da contagem de pessoas e a segunda é a intensidade/amplitude da pobreza. Assim, os indicadores são ponderados e os níveis de privação são computados para cada domicílio na pesquisa. Um corte de 33,3%, que equivale a um terço dos indicadores ponderados, é usado para distinguir entre os pobres e os não pobres. Se o nível de privação domiciliar for 33,3% ou maior, esse domicílio (e todos nele) é multidimensionalmente pobre.

Do mesmo modo, cada uma das três dimensões que compõem o IPM concorre com uma ponderação de 1/3, e, para cada dimensão os respectivos indicadores possuem igual peso. Assim, no caso da saúde e da educação, com dois indicadores cada, esses indicadores valem 5/3 e, no que ao padrão de vida digno se refere, cada um dos seus seis indicadores concorre com 5/9. A soma dos dez indicadores ($5/3+5/3+5/3+5/3+5/9+5/9+5/9+5/9+5/9+5/9$) é igual a 1.

Para cada família ou domicílio, efetua-se o somatório das respectivas privações multiplicadas pelo seu peso, ou seja, a pontuação de privação ponderada. Assim os domicílios com um nível de privação maior que ou igual a 20%, mas menor que 33,3%, são vulneráveis ou estão em risco de se tornarem multidimensionalmente pobres.

O IPM é um indicador complementar de acompanhamento do desenvolvimento humano e tem como objetivo acompanhar a pobreza que vai além da pobreza de renda, medida pelo percentual da população que vive abaixo de PPP US\$1,25 por dia. Ele mostra que a pobreza de renda relata apenas uma parte da história.

No Brasil, Pochmann e Amorim (2003) elaboraram o Índice de Exclusão Social (IES) a fim de traçar o grau de desigualdade existente entre as Regiões do Brasil e fomentar a implementação de políticas públicas que visem dirimir as desigualdades sociais. O IES sintetiza a situação de cada município do Brasil no que diz respeito aos indicadores de inclusão/exclusão social, a saber:

- i. Percentual de chefes de família pobres no município;
- ii. Taxa de emprego formal da população em idade ativa;
- iii. Desigualdade de renda;
- iv. Taxa de alfabetização de pessoas com idade acima dos cinco anos;
- v. Número médio de anos de estudo do chefe do domicílio;
- vi. Percentual de jovens na população; e

vii. Número de homicídios para cada 100.000 habitantes.

O IES varia de 0 a 1, em que as piores condições estão próximas de zero, enquanto as melhores condições se aproximam de um. Para esses autores a pobreza é medida através da renda, dessa forma, se considera pobre a família que vive com uma renda *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo.

Barros, Carvalho e Franco (2003; 2006) também empregaram a abordagem multidimensional, baseados no entendimento da pobreza sob o aspecto das necessidades básicas e das capacitações, para estabelecer um índice escalar multidimensional de pobreza familiar, baseado nas informações da PNAD, elaborando o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF).

O IDF é composto por 6 dimensões, 26 componentes e 48 indicadores. Segundo os autores, um dos grandes benefícios do IDF é a possibilidade de desagregação dos dados, o que, por sua vez, viabiliza dimensioná-los para grupos demográficos. Além disso, esse índice também é utilizado como parâmetro para a concessão do benefício do Programa Bolsa Família.

2.2 FEMINIZAÇÃO DA POBREZA

Pobreza e a sua relação com homens e mulheres têm sido tratada de forma independente, o que de certa forma explica o papel específico de cada de cada gênero na agenda política e nas pesquisas científicas. O desenvolvimento teórico de ambos os conceitos ao longo do tempo tem sido notável. Como visto na seção anterior, embora a definição mais frequente se refira à carência de renda, vários outros enfoques surgiram com relação a sua conceituação. Já o conceito de gênero, como enfoque teórico e metodológico da constituição cultural das diferenças entre os sexos, se transformou em uma categoria de análise cada vez mais importante. A pobreza vista desde uma perspectiva de gênero delinea que as mulheres apresentam um nível de pobreza mais intenso que os homens em decorrência da discriminação de gênero (ARRIAGADA, 2005).

A desigualdade não é um fenômeno homogêneo, ela se manifesta em vários aspectos. No caso da desigualdade de gênero é possível identificar sete tipos de desigualdade, a saber: na mortalidade; na natalidade; nos desenvolvimentos básicos derivados das oportunidades de se escolarizar ou para cultivar talentos para participar em funções valiosas ou gratificantes na comunidade; em termos de oportunidades de educação e formação para o trabalho; no emprego, promoção laboral e tipos de ocupação; na propriedade de terras e moradias, o que reduz a voz das mulheres e suas possibilidades de se interessar no comércio, economia e atividades sociais;

e, por fim, na divisão do trabalho, expressada nas relações no interior dos lares com a carga de trabalhos domésticos e de cuidado infantil, e na sociedade, refletidas no emprego e reconhecimento (SEN, 2001).

Para Sen (2001), existem disparidades sistemáticas nas liberdades que os homens e mulheres desfrutam nas diferentes sociedades, tais diferenças não se resumem exclusivamente a desigualdades na renda ou recursos. Apesar das diferenças dos níveis salariais e de remuneração constituírem uma parte importante no que diz respeito às desigualdades relativas ao sexo, existem, no entanto, muitas outras esferas de benefícios diferenciais, como na divisão do trabalho intrafamiliar, na assistência ou educação recebida e nas liberdades que se permitem a diferentes membros de uma família ou sociedade desfrutar.

O empoderamento das mulheres é produto da capacidade que elas possuem em agir e se expressar com liberdade. As mulheres necessitam ter capacidade de escolha para que assim possam desfrutar de uma vida livre. No entanto, em muitos casos, ficam limitadas ao processo histórico de construção social e cultural que determinam os papéis de cada sexo. O aumento dos capitais tangíveis (posse de ativos) e, principalmente, intangíveis (educação) à disposição em um território é essencial. As relações intrafamiliares organizam o tempo e o trabalho dos membros das famílias, e no caso das mulheres, a elas cabe ainda atividades de reprodução (STADUTO, 2015). Mais do que um papel de reprodução, a mulher *assume ex post* um papel de responsável pela organização familiar, e isso é um ponto que a diferencia dos homens, e que faz com que ela acabe assumindo os trabalhos mais flexíveis, e que, conseqüentemente, lhes confere uma menor remuneração.

A relação entre gênero e pobreza é um tema complexo e controverso que ultimamente vem sendo debatido com mais frequência na academia. Embora muito tenha sido realizada no sentido de formulação de políticas baseada na ideia de feminização da pobreza, a natureza exata da relação entre gênero e pobreza necessita ser melhor compreendida e operacionalizada na formulação de políticas públicas. A dificuldade se origina das diferentes formas e contornos que as desigualdades de gênero e pobreza tomam dependendo do contexto econômico, social e ideológico. Outra dificuldade envolve a escassez de dados desagregados por sexo para uma série de países (CAGATAY, 1998).

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) considera o gênero como determinante na pobreza das mulheres. A ideia central é a de que existem fatores de gênero que incidem no nível de vulnerabilidade das pessoas à pobreza, tal como nas suas capacidades de subjugar-la. Para as mulheres, os determinantes que podem contribuir para torná-las mais predispostas a vivenciarem a pobreza incluem:

- i. disparidades na participação no mercado de trabalho, as quais se traduzem em menores taxas de atividade em relação às taxas de homens;
- ii. desvalorização econômica e social das tarefas realizadas por mulheres, o que se configura em menores salários e em uma discriminação ocupacional que designa às mulheres os postos de trabalho mais precários, com menor formalização e contribuindo para a perpetuação da ideia de que as mulheres não são capazes de atuar em atividades de melhor qualidade;
- iii. desigualdade no acesso a recursos produtivos, tais como crédito, terra ou capital produtivo; e
- iv. desigualdade de oportunidades para envolver-se nas tomadas de decisão, dada pela baixa participação de mulheres em postos de comando tanto no setor público quanto no privado.

A ideia de que as mulheres são mais pobres do que os homens deu origem ao conceito de "feminização da pobreza". Esta ideia tornou-se popular tanto na definição e análises da pobreza como nas estratégias de sua redução. Assim, o foco nas mulheres tornou-se um veículo para a redução da pobreza sensível ao gênero. As mulheres pobres tornaram-se explicitamente o foco da formulação de políticas, por exemplo, nas áreas de programas de microcrédito e atividades de geração de renda (CAGATAY, 1998), no Brasil uma das exigências do Programa Minha Casa Minha Vida¹⁰ é que o imóvel, financiado através desse programa, tenha a titularidade da mulher em sua escritura.

Mais precisamente, a partir dos anos de 1970, alguns trabalhos começaram a analisar a pobreza sob um ponto de vista de gênero, tais estudos, em grande parte, identificaram um aumento da proporção de mulheres pobres, e denominaram tal processo de feminização da pobreza. Assim, acreditava-se na existência de situações que contribuíam para o aumento da pobreza nos lares chefiados por mulheres, por exemplo, percebeu-se que o número desse tipo domicílio aumentava cada vez mais e que os mesmos estavam situados nos estratos mais pobres da população. Outra característica observada nesses lares era a de que as mulheres dedicavam mais tempo às atividades domésticas e extradomésticas, enfrentavam maior desemprego, trabalhavam menos horas e recebiam menores salários. Além do mais, os lares com chefia feminina nessa década caracterizavam-se por conterem um maior número de dependentes (AGUILAR, 2011).

¹⁰ O Programa Minha Casa Minha Vida é uma iniciativa do governo federal brasileiro em parceria com estados, municípios e entidades sem fins lucrativos, que oferece financiamento de moradias em áreas urbanas para as famílias de baixa renda.

O conceito de femininização da pobreza aparece primeiramente no estudo da americana Diane Pearce (1978), intitulado: *The feminization of poverty: Women, work, and welfare*. Esse trabalho tinha como foco principal a descrição, em termos estatísticos, no que se referia ao aumento de lares chefiados por mulheres nos Estados Unidos, que passaram de 10,1% em 1950 para 14% no ano de 1976, ou seja, um aumento de quase 40% (38,6%), e a sua correlação com a deterioração das condições de vida dessas chefes de família em termos de pobreza medida pela renda.

O fenômeno da feminização da pobreza está atribuído ao aumento do percentual de famílias pobres chefiadas por mulheres. Neste caso, além de serem as únicas provedoras de renda nessas famílias (considera-se famílias aquelas em que há somente um adulto do sexo feminino e nenhum adulto do sexo masculino), ainda sofriam desvantagens especialmente no que se referia ao mercado de trabalho. Especificamente, a feminização da pobreza é entendida como um fenômeno no qual as mulheres vêm, ao longo do tempo, se tornando mais pobres do que os homens (NOVELLINO, 2004).

Pearce (1978) reconhece que, evidentemente, existem mulheres pobres, porque essas vivem em domicílios chefiados por homens que são pobres, de tal modo sua análise centrou-se nas mulheres “que são pobres porque são mulheres”. Ou seja, a autora investiga quais são as consequências econômicas de se ser mulher, sem contar com o apoio de um cônjuge, e que acabam por conduzir a uma situação de pobreza.

Para Pearce (1978), a feminização da pobreza deve ser estudada sob os aspectos das fontes de renda e do resultado das políticas públicas de redução da pobreza. As fontes de renda são categorizadas pela autora em: i) salarial; ii) transferência privada, como pensão alimentícia; e iii) transferência pública, que nesse caso pode ser de dois tipos: aquela recebida em caso de licença ou aposentadoria, no caso em que tenham direito a seguridade social; e aquelas recebidas pelas mulheres em situação de pobreza que são beneficiadas por programas de combate à pobreza que pertencem as políticas públicas do Estado. Assim, o estudo da feminização da pobreza via políticas públicas visa verificar se tais políticas de fato auxiliam na superação de extrema pobreza das mulheres chefes de família ou acabam perpetuando tal condição.

Para Cagatay (1998), o fenômeno da feminização da pobreza significa uma ou a combinação das seguintes constatações: i) as mulheres comparadas aos homens têm uma maior incidência de pobreza; ii) a pobreza das mulheres é mais grave do que a dos homens; e ii) ao longo do tempo, a incidência de pobreza entre as mulheres está aumentando em relação a incidência entre os homens.

Na década de 1980 as inúmeras crises econômicas que afetaram os países em desenvolvimento acabaram deteriorando as condições de vida das mulheres, principalmente aquelas situadas nos estratos com menores recursos (monetários). As funções de chefia do lar, reprodução e reposição da força de trabalho recaíram com mais intensidade sobre as mulheres desses países em crise.

Especialmente a partir de 1980 são intensificadas as análises sobre a relação entre gênero e pobreza. A maioria dos trabalhos, sobretudo os aplicados aos países subdesenvolvidos, demonstraram um aumento do número de mulheres pobres proporcionalmente ao número observado para os homens. Deste modo, reconheceu-se que o sexo é um fator que determina a pobreza e contribui para o aumento da vulnerabilidade feminina, bem como a idade, a etnia, a localização geográfica, dentre outros. Além das diferenças que se tem no mercado de trabalho, outros fatores começaram a ser apresentados como determinantes nesta vulnerabilidade (GODOY, 2004).

Bravo (1998) atribuiu o acesso limitado da mulher no que se refere aos recursos materiais e sociais (como capital produtivo, educação, treinamento, etc.), juntamente com a restrição que se faz quanto à sua participação na tomada das principais decisões nas esferas política, econômica e social, como determinantes dessa desigualdade de oportunidades. Conforme a autora, a divisão sexual do trabalho que determina às mulheres o espaço reprodutivo (privado) e aos homens o espaço produtivo (público) é o fator estrutural determinante da situação de pobreza das mulheres em relação aos homens¹¹.

Ocorre que durante o período de gravidez, na infância dos seus filhos e na velhice, as mulheres costumam encontrar menores oportunidades no que diz respeito à geração de renda. Nestas fases, a situação pode ser atenuada caso aconteça uma separação ou viuvez, o que pode impulsioná-las a tentar uma atividade remunerada mesmo que em condições precárias e com baixos salários. No entanto, é realidade que ao tornarem-se chefes de família a situação se agrava, considerando a condição de exclusiva mantenedora do lar. Ser mãe solteira também acentua sua vulnerabilidade à pobreza, por potencialmente interromper seus estudos. Em todos os casos, quando conseguem transpor as barreiras do mercado de trabalho, boa parte das mulheres encontra tão somente atividades informais e com baixa remuneração (GELINSKI; PEREIRA, 2005).

Não há um consenso, tampouco clareza, acerca do significado da feminização da pobreza ou se essa pode ser empiricamente observada. A feminização da pobreza tem sido

¹¹ O trabalho reprodutivo é medido pelo número de pessoas que realizam o trabalho dos afazeres domésticos, do cuidado infantil, da saúde, etc. Já o trabalho produtivo é medido pela quantidade de ocupados.

associada em primeiro lugar à percepção da proporção de famílias chefiadas por mulheres (FCMs), e em segundo lugar ao aumento da participação feminina em atividades informais do setor urbano de baixo retorno. Desse modo, o conceito de feminização da pobreza tem sido usado para dar significado a proposições distintas. A primeira é que as mulheres possuem uma maior incidência de pobreza do que os homens; a segunda que a pobreza feminina é mais severa do que a dos homens; e a terceira que há uma tendência para maior pobreza entre as mulheres, particularmente associada com o aumento das taxas de FCMs (BRIDGE, 2001).

O domicílio é um local chave da discriminação de gênero e de subordinação e, deste modo, um alvo importante para analisar as questões de gênero e pobreza. No entanto, as pesquisas domiciliares partem do pressuposto de que os recursos domésticos são igualmente compartilhados.

A conceituação sobre a pobreza muitas vezes negligencia as diferenças existentes entre homens e mulheres em termos de acesso à renda, recursos e serviços. Tais diferenças podem ocorrer dentro dos agregados familiares entre homens e mulheres ou entre os indivíduos, isto é, entre homens solteiros e mulheres solteiras, ou entre famílias chefiadas por mulheres em uma desvantagem em relação às famílias chefiadas por homens. Há também diferenças com base no sexo, no que diz respeito a vulnerabilidades como doença e violência (WARATTEN, 1995).

A partir da década de 1990, a “feminização da pobreza” se estende com mais intensidade no léxico do desenvolvimento e políticas sociais a nível global, circulando no discurso e como requisito de financiamento de diversos organismos internacionais. A exemplo, o Banco Mundial, ao analisar as políticas destinadas ao combate das desigualdades de gênero, através do seu relatório intitulado *Toward Gender Equality*, propôs abertamente que as políticas públicas focassem nas mulheres no que diz respeito à educação, saúde, serviço de extensão rural, infraestrutura rural e urbana, e em áreas como segurança e geração de emprego e renda (AGUILAR, 2011; FARAH, 2004).

Bianchi (1999) considera que a feminização da pobreza deve ser analisada via taxas de pobreza ao longo do tempo. Deve-se analisar além da proporção de mulheres entre os pobres, a razão entre a proporção de mulheres pobres e a proporção de homens pobres. Assim, a feminização da pobreza deve ser entendida como o risco relativo da mulher estar na pobreza em relação ao homem.

A diferença entre o hiato do rendimento entre os sexos se eleva significativamente quando se faz a distinção entre domicílios chefiados por mulheres versus os chefiados por homens. Essa diferença decorre não pela produtividade apresentada, mas pela concentração da

atividade feminina em segmentos menos organizados da economia, com maior recorrência de contratos informais e menor presença sindical (MELO, 2005).

Vale observar que a feminização da pobreza não deve ser confundida com a prevalência de graus mais altos de pobreza entre as mulheres e famílias chefiadas por mulheres, entretanto deve ser entendida através da mudança no perfil da pobreza, possuindo assim uma dimensão temporal. Portanto, o processo de feminização da pobreza está relacionado ao aumento da pobreza no universo feminino ao longo do tempo (COSTA et al., 2005).

Não obstante, quando se faz uma análise apenas em certo momento, tendo em vista identificar a existência de uma disposição maior de as mulheres ou de os domicílios chefiados por mulheres serem pobres, fala-se sobre representação feminina na pobreza. O referido conceito faz alusão à comprovação de uma maior pobreza em meio as mulheres ou entre as famílias por elas chefiadas em um ponto específico no tempo (COSTA et al., 2005).

Para Novellino (2004), a demarcação da feminização da pobreza inicia quando a mulher, sem cônjuge ou companheiro, passa a ser responsável pelo sustento da família, tornando-se provedora do seu sustento e dos seus filhos. Conforme a autora, a chefia domiciliar por parte das mulheres configura em um dos indicadores de pobreza que aflige um grande número de mulheres. Tal afirmação se fundamenta nas seguintes realidades: i) há uma tendência das mulheres, em razão da demanda de suas funções reprodutivas, optarem por trabalhos de períodos parciais ou em regime de trabalho temporário; ii) há discriminação salarial, isto é, em média os salários recebidos pelas mulheres são inferiores aos recebidos pelos homens; iii) as ocupações das mulheres estão mais concentradas em atividades que exigem menor qualificação e para as quais os salários pagos são mais baixos; e iv) há uma maior participação feminina nos níveis mais baixos da economia informal.

Todavia, independentemente do tipo de análise que se é realizada, se ao longo do tempo ou em um ponto específico deste, o mais importante é a verificação do fenômeno e a identificação das suas causas. Dessa forma, como destacado por Shadpour (2013), ao minimizar a pobreza feminina, diretamente se reduz a condição de pobreza das crianças, tendo em vista que boa parte das famílias monoparentais é chefiada por mulheres, as quais, na média, possuem patrimônios inferiores do que as famílias chefiadas pelos homens.

Frente ao exposto, a análise da pobreza via uma perspectiva de gênero possibilita o entendimento de uma série de processos compreendidos nesse fenômeno, suas dinâmicas e características em determinados contextos, que explicam que certos grupos, em razão do seu sexo, estão mais propensos e expostos a uma situação de pobreza.

Nesta pesquisa será adotado o conceito de feminização da pobreza que ocorre quando a

pobreza que aflige as mulheres se reduz menos em comparação ao homem, independentemente da presença do cônjuge ou companheiro na unidade familiar, visto que se entende que tal fenômeno é um processo no qual as carências implícitas no conceito multidimensional de pobreza se tornam mais comuns ou intensas entre as mulheres ou nos lares por elas chefiados.

A seguir são apresentadas em linhas gerais as diferenciações conceituais dos principais temas abordados nessa pesquisa no que diz respeito à pobreza e à feminização da pobreza, bem como as variáveis utilizadas na mensuração de tais fenômenos (QUADRO 1).

Quadro 1 - Síntese comparativa das definições de pobreza e feminização da pobreza

Autor	Conceituação de pobreza	Principais dimensões/variáveis
Albuquerque (2011)	Percebida como um fenômeno multidimensional que se expressa em termos de deficiência de capacidades básicas e insatisfação de necessidades humanas.	Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) composto por 6 dimensões: saneamento, educação, trabalho, renda e demografia, que se desdobram em 18 componentes e em 21 indicadores ou variáveis.
Anand e Sen (1997)	Pior forma de privação que uma pessoa pode sofrer, pois envolve não apenas uma situação em que se é privado o bem-estar material, ela também nega a oportunidade para se viver uma vida digna e aceitável.	Índice de Pobreza Humana (IPH) composto por três indicadores: 1) privação de sobrevivência, dado pela proporção de pessoas com expectativa de vida inferior aos 40 anos na população; 2) privação de educação e conhecimento, dada pela proporção de pessoas analfabetas na população; e 3) privação econômica, dada pela média simples entre a proporção da população sem acesso à água tratada, a proporção de pessoas com acesso a serviços de saúde e a proporção de crianças até cinco anos de idade desnutridas.
Asselin (2009)	Qualquer forma de desigualdade, que é uma fonte de exclusão social, na distribuição das condições de vida essenciais para a dignidade humana.	Indicador de pobreza multidimensional composto por 8 indicadores: 1) Subemprego: falta de emprego; 2) Domicílio com doente crônico; 3) Domicílio com adultos analfabetos; 4) Domicílio com as crianças não indo para a escola; 5) domicílio não tem rádio nem TV; 6) Tipo de habitação; 7) Água potável; e 8) Saneamento.
Bagolin e Ávila (2006)	Refere-se não apenas à carência de renda e recursos, mas também como uma privação de capacidades, ou seja, na impossibilidade de realização de determinados funcionamentos por parte dos indivíduos.	Índice de saúde: número de médicos e leitos para cada mil pessoas; taxa de mortalidade infantil e expectativa de vida. Índice de segurança: número de policiais por habitante e número de homicídios e tentativas de homicídios por 100 mil habitantes. Índice de educação: porcentagem de adultos analfabetos funcionais e média de anos de estudo para a população acima dos 25 anos. Índice de segurança alimentar: percepção das pessoas sobre sua situação e a condição real de aquisição de alimentos.
Barros, Carvalho e Franco (2003)	Entendida como um fenômeno multidimensional, conforme a abordagem das capacidades de Amartya Sen.	Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) composto por 6 dimensões (ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais) que se desdobram em 26 componentes e 48 variáveis.
Bourguignon e Chakravarty (2003)	Compreendida em termos de falhas de funcionamento ou, mais precisamente, em falhas dos níveis das linhas de pobreza dos próprios atributos.	Linha de pobreza monetária de US\$ 2 ao dia e Linha de pobreza educacional de 4 anos de escolaridade (indivíduos são considerados pobres se possuem escolaridade abaixo dos 4 anos de estudo).
Comim e Bagolin (2002)	Entendida como um fenômeno multidimensional, conforme a abordagem das capacidades de Amartya Sen.	Linha de pobreza de 2 salários mínimos e PIB <i>per capita</i> para a pobreza monetária. Indicadores de acesso à justiça, saneamento, taxa de mortalidade infantil e taxa de evasão escolar para a pobreza multidimensional.
Kageyama e Hoffmann (2006)	Além da restrição de renda e de bens, também representa a ausência de capacidades básicas que permitam uma vida plena e criativa na qual os indivíduos possam participar das decisões inerentes às comunidades em que estão inseridos.	Linha de pobreza - de R\$ 150,00 referente a meio salário mínimo do ano de 2005. Indicadores não monetários de qualidade de vida: 1) presença de água canalizada em pelo menos um cômodo; 2) existência de banheiro ou sanitário no domicílio ou na propriedade; e 3) luz elétrica no domicílio.
Lopes, Macedo e Machado (2003)	Perspectiva multidimensional da pobreza atrelada à definição de exclusão social.	Indicador de pobreza multidimensional composto por 4 atributos (dimensões): 1) renda domiciliar <i>per capita</i> ; 2) infraestrutura domiciliar; 3) nível de escolaridade domiciliar; e 4) percentual de moradores em situação precária.
Neder (2008)	Fenômeno multidimensional não relacionado exclusivamente a variáveis econômicas, como também a variáveis culturais e políticas.	Índice sintético e multivariado de pobreza composto por 5 grupos de indicadores: 1) condições domiciliares; 2) abastecimento de água, esgotos, coleta de lixo e energia elétrica; 3) mercado de trabalho; 4) educação e 5) renda, que se desdobram em 16 indicadores básicos e em 13 variáveis.
Ottonelli (2013)	Sinônimo de privação, essa entendida por meio de uma perspectiva multidimensional da pobreza conforme a Abordagem das Capacitações.	Índice <i>fuzzy</i> de pobreza (IFP) composto por 4 dimensões ou capacidades: 1) educação; 2) saúde; 3) condições habitacionais; e 4) renda, que se desdobram em 19 indicadores ou variáveis.
Ravallion (1992)	Consiste na privação de um nível de bem-estar material que constitui um mínimo razoável para se alcançar o padrão de vida da sociedade.	Linhas de pobreza rural e urbana para a Indonésia de 10.294 e 17.381 rúpias, respectivamente.

...Continua

...Continuação

Rocha (2006)	Situação na qual as necessidades dos indivíduos não são atendidas de forma adequada. Um indivíduo será pobre quando não tiver aos seu dispor os meios adequados para operar adequadamente no grupo social em que vive.	Linhas de pobreza e extrema pobreza para as regiões metropolitanas brasileiras (totalizando 24 regiões de análise) de acordo com o consumo das famílias e os preços ao consumidor que foram extraídos das informações da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF).
Sen (2000)	Percebida como privação das capacidades básicas, ou seja, nas privações das liberdades substantivas para levar um tipo de vida valorizado por cada indivíduo.	Expectativa de vida; taxa de mortalidade infantil por 1000 nascidos vivos; e taxa de alfabetização dos adultos.
Feminização da pobreza		
Barroso (1978)	Aumento do número da incidência de pobreza em famílias chefiadas por mulheres.	Proporção de mulheres chefes de família; idade; anos de estudo; distribuição percentual segundo atividade na semana de referência; estado civil; rendimento mensal do chefe de família; número de empregados e autônomos;
Bianchi (1999)	Em termos absolutos, ocorre quando as mulheres correm maior risco de pobreza do que os homens e quando as famílias mãe-filho experimentam níveis de pobreza muito mais elevados do que as famílias biparentais.	Proporção de renda: domicílios chefiados por mulheres e do arranjo familiar monoparental mãe-filho. Transferências de renda pública; transferência de renda privada.
Bravo (1998)	Entendida como um aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens, como resultado dos diferentes papéis e posições assumidos por mulheres e homens dentro da sociedade.	Trabalho não remunerado e remunerado; Divisão sexual do trabalho; Acesso ao trabalho remunerado; Decisões de maternidade; Divisão no uso de contraceptivos; Acesso à posse de ativos; Acesso à educação e capacitação; Acesso à tomada de decisões estratégicas; Capacidade de independência econômica; Vulnerabilidade e violência física; Compartilhamento da maternidade; Características dos domicílios; que se desdobram em 25 variáveis.
Costa <i>et al.</i> (2005)	Considera 6 definições possíveis para a feminização da pobreza: 1) aumento da proporção de mulheres entre os pobres; 2) aumento da proporção de pessoas em famílias chefiadas por mulheres entre os pobres; 3) aumento absoluto na incidência ou na intensidade de pobreza entre as mulheres; 4) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens; 5) aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres; e 6) aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres e de famílias chefiadas por homens.	Rendimento domiciliar correspondente à soma oriunda de todas as fontes de renda (salário, aluguel, juros). Três linhas de pobreza com valores de R\$ 110,33 (Linha A); R\$ 146,67 (linha B); e R\$ 190,00 (linha C).
Deere, Alvarado e Twyman (2012)	Apontada como o aumento na incidência ou na intensidade da pobreza entre as pessoas de famílias chefiadas por mulheres em relação às pessoas de famílias chefiadas por homens.	Propriedade de ativos: terra; habitação; gado; negócios; bens duráveis; ativos financeiros;
Melo (2005)	Fenômeno ocorrido quando se percebe um aumento nos diferenciais de incidência ou de intensidade da pobreza entre mulheres e homens.	Renda familiar <i>per capita</i> . Linha de pobreza referente a R\$ 180,00 (meio salário mínimo do ano de 2001) e Linha de extrema pobreza (indigência) de R\$ 45,00, ou seja, referente a 1/4 do salário mínimo vigente no ano de 2001.
Pearce (1978)	Aumento do número de famílias pobres chefiadas por mulheres, ou seja, fenômeno no qual as mulheres vêm ao longo do tempo se tornando mais pobres do que os homens.	Fontes de renda: 1) salarial; 2) transferência privada; e 3) transferências públicas. E análise de resultados das políticas públicas de redução da pobreza.

Fonte: elaboração própria com base na literatura pesquisada.

O estudo do fenômeno da pobreza, tanto no tocante a sua abordagem monetária quanto a sua abordagem multidimensional, se mostra bastante consolidado na literatura que aborda tal

temática (QUADRO 1). Já no que diz respeito aos estudos que abordam o fenômeno da feminização da pobreza, é possível perceber que a maioria trata a sua análise com base em variáveis monetárias.

A perspectiva de gênero aponta ao mesmo tempo uma perspectiva multidimensional, pois se consideram os múltiplos papéis que desempenham homens e mulheres na família, no mercado de trabalho e na sociedade (CLERT, 1998). Assim, estudar a pobreza da mulher via uma perspectiva multidimensional colabora no sentido de melhor compreender quais fatores, além da renda, causam tal fenômeno, além de indicar a quais desses fatores as políticas públicas de combate à pobreza devem direcionar as suas ações.

A compreensão do fenômeno da pobreza no feminino requer a adoção de um conceito multidimensional de pobreza, que ultrapasse a mera dimensão monetária, bem como a combinação de metodologias complementares - quantitativas e qualitativas - que possibilitem mensurar a incidência, a intensidade e a severidade da pobreza, abranger os procedimentos complexos que constituem as desigualdades e a vulnerabilidade do gênero feminino, assim como analisar a privação objetiva e subjetiva de bem-estar (PEREIRINHA, 2008).

Costa et al. (2005) sugerem que sejam realizados estudos sobre tal fenômeno com medidas multidimensionais. Nesse sentido, cabe mais uma vez ressaltar a importância de se estudar o referido problema por meio de uma abordagem multidimensional de forma a contribuir com o melhor entendimento do processo da pobreza feminina, visto que o estudo da pobreza através de uma perspectiva de gênero possibilita o entendimento de uma série de processos compreendidos nesse fenômeno, suas dinâmicas e características em determinados contextos, que explicam que certos grupos, em razão do seu sexo, estão mais propensos e expostos a uma situação de pobreza.

2.3 CÍRCULO VICIOSO DA POBREZA FEMININA E CAUSAÇÃO CIRCULAR CUMULATIVA

A pobreza é um fenômeno complexo que pode ser entendida por meio de diferentes abordagens, conforme já apresentado. No entanto, não basta apenas entender os conceitos e as causas da pobreza, deve-se também entender o porquê de alguns indivíduos não conseguirem superar tal problemática. Nesse sentido, essa seção tem por objetivo apresentar as contribuições de Gunnar Myrdal para explicar os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento das nações, e dessa forma, de seus habitantes, para tanto, esse autor recorreu aos mecanismos cumulativos e as causações circulares como fontes explicativas.

O conceito de causação circular e cumulativa deduz que quanto mais se conhece a forma como os fatores econômicos e não econômicos se inter-relacionam, maiores são as chances de se alcançar bons resultados em termos de políticas, principalmente as políticas voltadas à alteração do sistema social. Nesse contexto, a causação circular cumulativa pode ter efeitos tanto negativos quanto positivos. Uma situação de pobreza e exclusão social se reforça cumulativamente, isto é, ‘a pobreza se torna a sua própria causa’. O mesmo reforço ocorre para uma situação de bonança e vida plena (MYRDAL, 1968; RAIHER; FERRERA DE LIMA, 2014). Nesse sentido, no caso da pobreza feminina a busca pela sua redução pode propiciar às mulheres maior poder aquisitivo e produtividade no trabalho, o que resultaria em salários maiores e desse modo um processo cumulativo em ascensão.

Com o princípio da causação circular cumulativa, Myrdal (1997) buscava analisar as relações estabelecidas entre espaços desenvolvidos de forma desequilibrada, os quais acarretariam crescentes agravamentos nas disparidades em termos de desenvolvimento dos países, ou seja, a causação circular cumulativa buscava explicar o porquê de determinadas regiões serem desenvolvidas e outras não e, dessa forma, entender os condicionantes do subdesenvolvimento de determinadas regiões, assim como as medidas que deveriam ser tomadas para superar o subdesenvolvimento.

Para Myrdal (1968), o processo social é descrito por um estado de equilíbrio entre forças, indo na contramão do equilíbrio e gerando mais desigualdade. Por trás da noção de equilíbrio estável estaria a ideia de que, em resposta a uma mudança em determinada direção, surgiriam, automaticamente, mudanças secundárias em direção oposta à primeira, de modo a neutralizá-la.

Deste modo, uma tendência automática à estabilização do sistema social não poderia ser verificada; em vez disso, haveria uma tendência de distanciamento do estado de equilíbrio, o qual seria explicado pelo processo de causação circular cumulativa. Uma vez que este processo cumulativo, nutrido pela causação circular, não fosse controlado, causaria desigualdades crescentes. É sob essa lógica que Myrdal afirma que o problema dos países subdesenvolvidos, com grande parte de suas populações imersa na pobreza, reside em efeitos propulsores fracos que, deixados as livres forças do mercado, originam ou aumentam as desigualdades regionais, e considera que essas desigualdades promovem obstáculos ao progresso nestes países.

Destarte, segundo o princípio da causação circular cumulativa, uma determinada região, a partir de um efeito propulsor, pode se tornar desenvolvida e esse efeito positivo pode promover um aumento de investimentos para a localidade, tornando-a um polo de desenvolvimento. No entanto, tal efeito pode dar-se de forma negativa, causando uma

regressão, acentuando ainda mais o caráter de subdesenvolvimento de determinadas regiões. Tal situação acontece porque regiões prósperas tendem a atrair cada vez mais desenvolvimento originado de investimentos procedentes de regiões mais pobres. O processo de causação circular cumulativa da pobreza amplia as desigualdades entre países prósperos e países pobres, e, portanto, ocasiona disparidade entre os níveis de desenvolvimento entre esses países, ou regiões.

A mulher inserida em uma condição de pobreza muitas vezes não tem acesso aos nutrientes mínimos necessários à sua sobrevivência, sendo assim subnutrida, o que necessariamente debilitará a sua saúde, fazendo com que a sua capacidade laboral e a sua produtividade sejam baixas. Isso significa que a mulher será pobre, pois talvez passe a auferir menos renda ou até mesmo saia do mercado de trabalho, implicando que não terá acesso nem ao mínimo suficiente, em termos nutricionais, para sobreviver, e assim por diante (MYRDAL, 1997).

A solução para esse inevitável destino só cessaria, conforme a teoria de Myrdal, com a implantação planejada de reformas e de políticas econômicas, por meio da ação do Estado, que tivessem como objetivo a geração de um equilíbrio estável e a redução dos níveis de pobreza. Portanto, sua teoria confere um papel importante ao Estado, no sentido de que esse deve agir como um agente de promoção do desenvolvimento regional. Para Myrdal, o círculo vicioso do atraso econômico e da pobreza será interrompido por meio das intervenções do Estado com vistas à promoção do crescimento econômico com integração nacional.

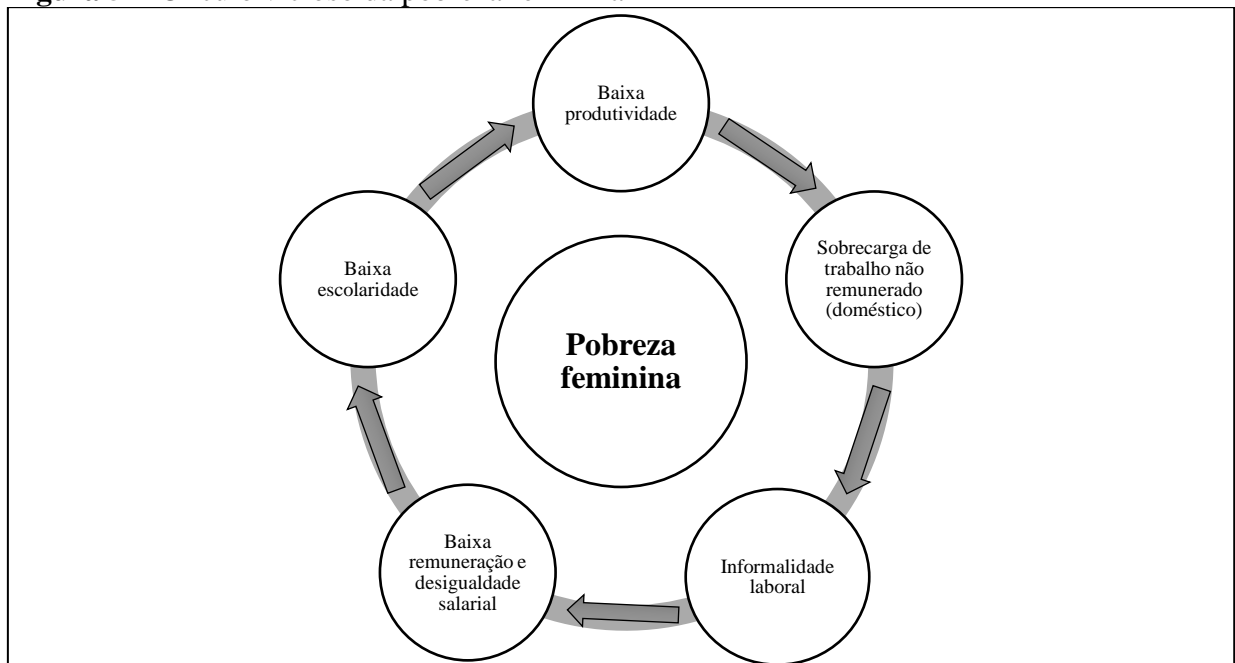
A pobreza e a miséria aumentam a probabilidade de doenças nas pessoas, o que leva à redução da produtividade do trabalho e, conseqüentemente, no agravamento do quadro de pobreza. Neste sentido, se torna indispensável atuar elevando o patamar de desenvolvimento econômico com a finalidade de reduzir os indicadores de mortalidade. Baixos níveis de mobilidade social e educação, por exemplo, são algumas das causas das desigualdades socioeconômicas que se observam em uma sociedade, pois intensificam as desigualdades regionais internas e internacionais, causando a diminuição dos salários e a produtividade dos indivíduos, dificultando assim a melhoria na qualidade de vida dos membros de uma sociedade, perpetuando e acirrando as desigualdades internas e externas. (MYRDAL, 1968; 1970).

Com efeito, a teoria do capital humano argumenta que a educação torna as pessoas mais produtivas, eleva seus salários e tem forte influência sobre o crescimento econômico de uma região. A educação, mensurada por meio do nível de qualificação de uma população, contribui para reduzir as diferenças econômicas e fortalecer as economias regionais, uma vez que, uma força de trabalho instruída, com qualidade de vida, acesso aos serviços sociais básicos e

cidadania plena terá mais produtividade e eficácia em suas atividades. Regiões nas quais os investimentos em educação, saúde e acesso a alimentação são mais elevados em relação às demais tendem a auferir maiores ganhos de produtividade. Investir em capital humano também é uma importante ferramenta para se reduzir as desigualdades econômico-regionais. Esses investimentos geram no longo-prazo bem-estar social tanto para força de trabalho, quanto para a sociedade como um todo. Neste contexto, cabe ao Estado o papel de priorizar a criação de escolas e universidades destinadas à preparação de cientistas e pesquisadores, ação essencial para o desenvolvimento econômico e rompimento do círculo vicioso da pobreza de uma nação (VIANA; FERRERA DE LIMA, 2010; MYRDAL, 1968).

Na Figura 5 são apresentados os elementos que reforçam o círculo vicioso e a causação circular cumulativa da pobreza feminina conforme literatura apresentada. Como é possível observar, a baixa escolaridade, que implica em uma baixa produtividade laboral, a sobrecarga no trabalho reprodutivo (doméstico), que acaba condicionando as mulheres para a informalidade, a baixa remuneração e a desigualdade salarial, são os principais fatores que contribuem para o círculo vicioso da pobreza feminina.

Figura 5 - Círculo vicioso da pobreza feminina



Fonte: elaboração própria com base na literatura pesquisada.

Neste capítulo buscou-se, através do aporte teórico, apreender a pobreza através das suas abordagens unidimensional, multidimensional e de gênero, por meio de revisão da literatura correlata. Também foram expostas as teorias do círculo vicioso da pobreza e da causação

circular cumulativa, propostos por Gunnar Myrdal. Sendo evidenciado os principais fatores que determinam a inserção da mulher em uma condição de pobreza.

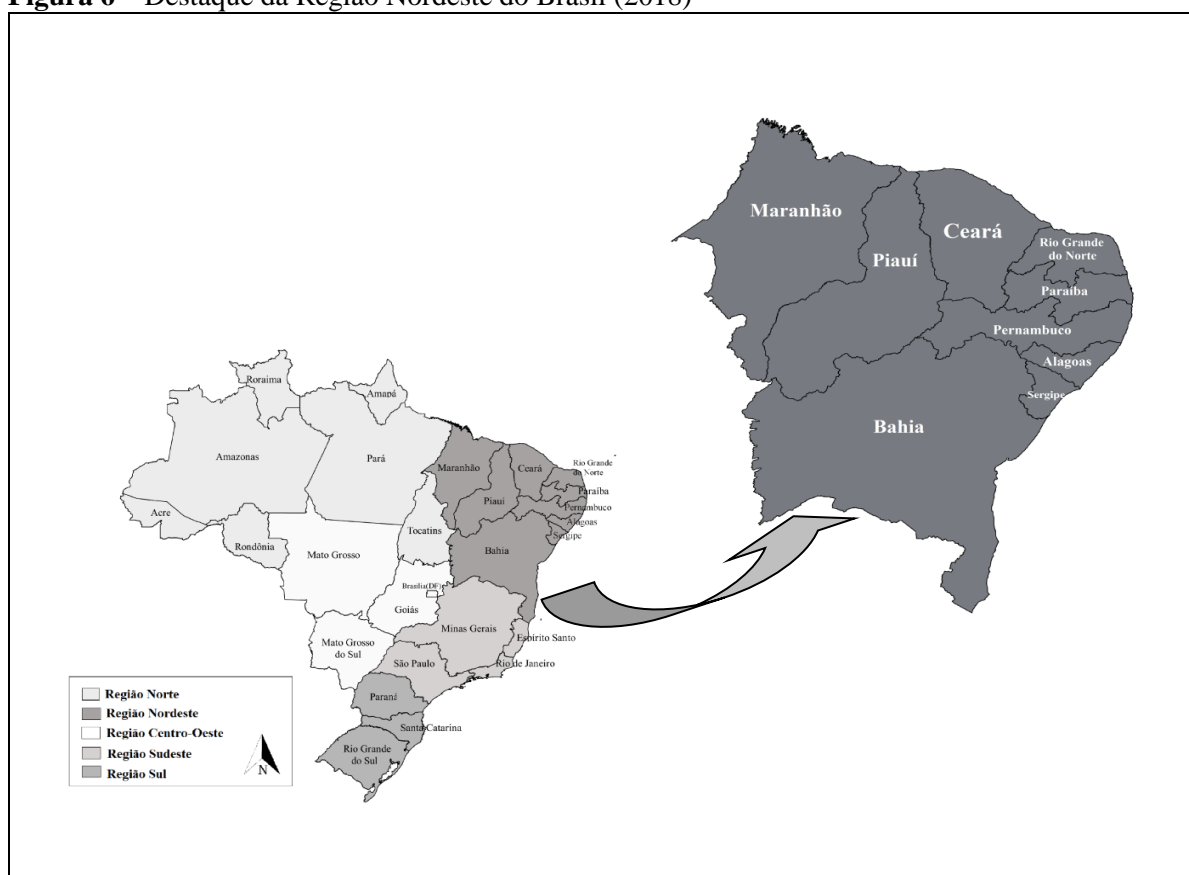
3. PANORAMA DA TRAJETÓRIA DA POBREZA NO BRASIL

Este capítulo tem por objetivo apresentar algumas características da região Nordeste em termos econômicos e demográficos, e analisar a trajetória da pobreza no Brasil e a sua persistência nas décadas de 1980, 1990 e 2000. Para tal, são apresentados os estudos realizados para esse período, que focam a análise da pobreza sob a ótica da insuficiência da renda, levando em consideração a ótica do gênero.

3.1 A REGIÃO NORDESTE

A Região Nordeste (Figura 6) é a que possui a maior quantidade de estados, sendo formada por nove unidades federativas, a saber: Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, possuindo 1.794 municípios em 2012 (IBGE, 2013).

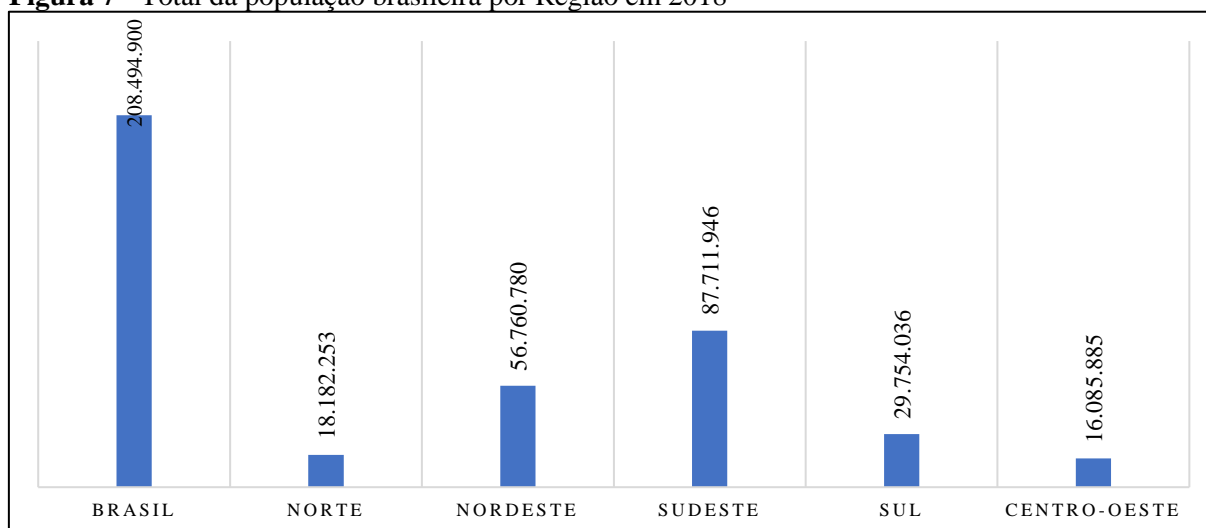
Figura 6 – Destaque da Região Nordeste do Brasil (2018)



Fonte: elaboração própria com base no shape disponibilizado pelo IBGE.

Em termos populacionais, a região Nordeste ocupa o posto de segunda mais povoada do país com 56.560.081 milhões de habitantes, o que representa 27,66% do total da população brasileira. Desse total 28.825.611, ou seja, 50,96% são do sexo feminino e 27.734.470 (49,09%) são do sexo masculino. Tais dados, podem ser melhor observados na Figura 7 e na Tabela 1.

Figura 7 - Total da população brasileira por Região em 2018¹²



Fonte: IBGE (2018).

Conforme a Tabela 1, todos os estados da região Nordeste seguem o mesmo formato de distribuição de suas populações, isto é, são compostas em sua maioria por indivíduos do sexo feminino. O estado do Maranhão é o que possui uma distribuição mais igualitária, com 49,23% de sua população composta por homens e 50,77% formada por mulheres.

Tabela 1 - População total do Nordeste por estado no ano de 2018

Estado	População total	Homens	Mulheres
Alagoas	3.322.379	1.595.815	1.726.564
Bahia	14.812.617	7.211.608	7.601.009
Ceará	9.076.426	4.406.739	4.669.687
Maranhão	7.035.055	3.463.008	3.572.047
Paraíba	3.996.496	1.929.789	2.066.707
Pernambuco	9.496.735	4.559.676	4.937.059
Piauí	3.263.754	1.584.209	1.679.545
Rio Grande do Norte	3.479.010	1.696.742	1.782.268
Sergipe	2.278.308	1.101.092	1.177.216
Nordeste	56.760.780	27.548.678	29.212.102

Fonte: IBGE.

¹² Projeção.

Dados do IBGE mostram que região Nordeste teve participação de 13,6% no Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro no ano de 2012. Os estados da Bahia, Pernambuco, Ceará e Maranhão foram responsáveis conjuntamente por aproximadamente 72,8% da contribuição da região no cômputo do PIB nacional em 2012 (TABELA 2).

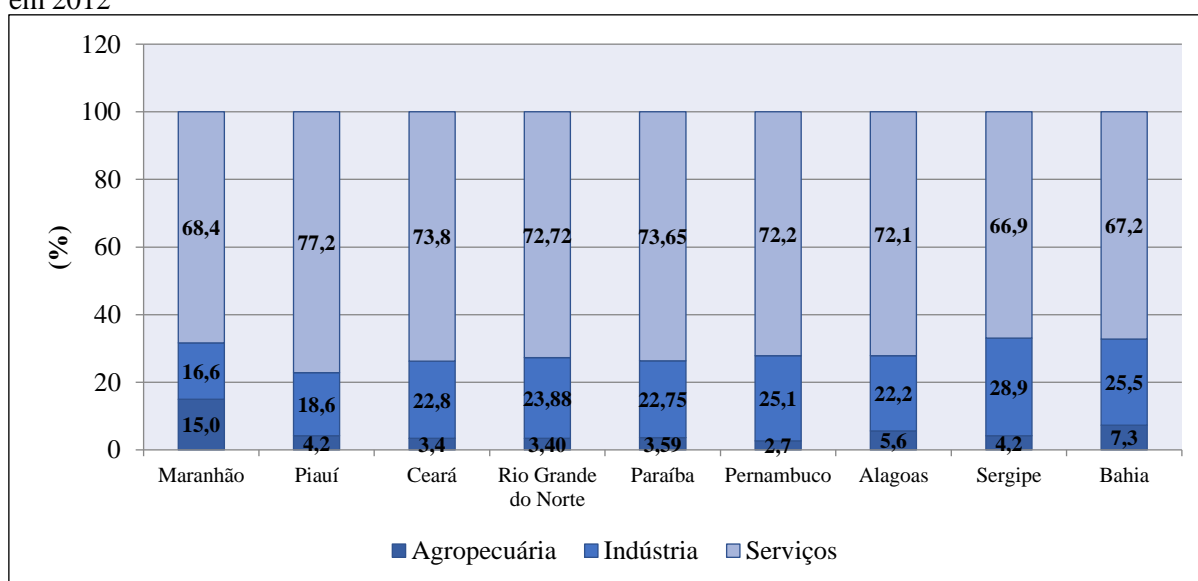
Tabela 2 - Produto Interno Bruto e participação dos estados do Nordeste em 2012

Estados	Produto Interno Bruto	
	Valor corrente (em milhões de R\$)	Participação (%)
Maranhão	58.820	1,3
Piauí	25.721	0,6
Ceará	90.132	2,1
Rio Grande do Norte	39.544	0,9
Paraíba	38.731	0,9
Pernambuco	117.340	2,7
Alagoas	29.545	0,7
Sergipe	27.823	0,6
Bahia	167.727	3,8
Nordeste	595.382	13,6
Brasil	4.392.094	100,0

Fonte: IBGE.

A Figura 8 esboça a participação das atividades econômicas, agropecuária, indústria e comércio, no valor adicionado bruto dos estados do Nordeste no ano de 2012. Como é possível perceber, o produto bruto gerado pelas economias dos estados nordestinos em 2012 esteve, sobretudo, concentrado no setor de serviços.

Figura 8 - Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto dos estados do Nordeste em 2012

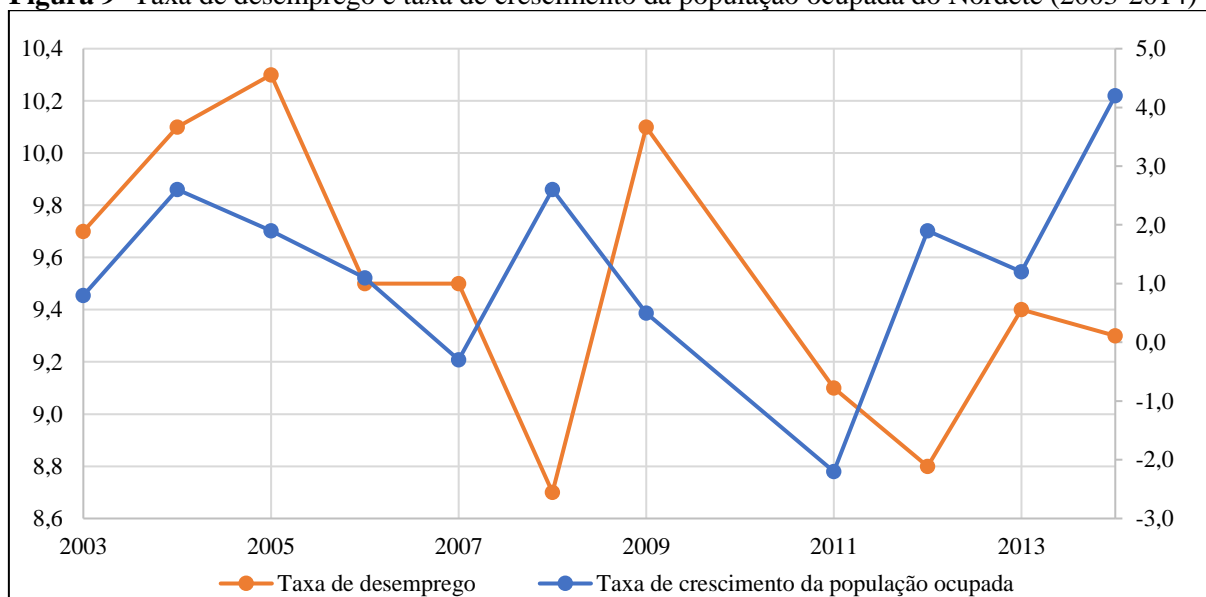


Fonte: IBGE.

No Piauí, esse foi o setor que mais contribuiu no valor bruto da produção no estado. O setor da indústria aparece como o segundo que mais contribuiu na formação do produto bruto nos estados da região, e o setor agropecuário ocupou a terceira colocação, sendo esse último setor mais influente na composição do PIB do estado do Maranhão, em comparação ao PIB dos demais estados da região em 2012.

Ao longo do período de 2003 a 2014 a taxa de desemprego no Nordeste manteve-se em níveis relativamente baixos, alcançando menor taxa no ano de 2008 e maior taxa nos anos de 2004 e 2009, no entanto observa-se que há em curso um movimento de arrefecimento do mercado de trabalho (Figura 9). De fato, o crescimento moderado apresentado pela economia nacional nos últimos anos acabou afetando a criação de postos de trabalho, provocando uma desaceleração da taxa de crescimento da ocupação.

Figura 9 -Taxa de desemprego e taxa de crescimento da população ocupada do Nordeste (2003-2014)



Fonte: IBGE.

No que diz respeito ao mercado de trabalho, de acordo com a PNAD 2014, o número de indivíduos com 10 ou mais anos de idade que se encontravam trabalhando na semana de referência no Brasil correspondia a aproximadamente 95 milhões de pessoas, o que representava 46,7% dos habitantes do País no ano de 2014. O Sudeste concentrava uma população de trabalhadores de 41,1 milhões de pessoas, 43,3% do total de trabalhadores do País, seguido do Nordeste, com 23,9 milhões de pessoas, 25,3% do total nacional. No Nordeste, os Estados de Bahia e Ceará concentram 43,8% da população de trabalhadores da Região (Tabelas 3 e 4).

Este grupo de quase 95 milhões de trabalhadores está assim distribuído (TABELA 3): 67,28% têm carteira de trabalho assinada e outros empregados sem carteira de trabalho assinada, 32,72%. Os números da PNAD 2014 revelaram que o Nordeste possuía 23,9 milhões de empregados no mercado de trabalho, sendo 57% com carteira assinada e 43% ocupados sem carteira assinada. A proporção de trabalhadores do sexo masculino se revelou superior em relação à proporção de trabalhadoras com carteira assinada no Brasil e em todas as suas regiões, no entanto, foi a Região Nordeste que apresentou maior diferença entre essas proporções, a diferença entre a proporção de homens e mulheres com carteira assinada nessa região chegou a 8,98 p.p.

Tabela 3 - Número de pessoas com 10 ou mais anos de idade que trabalhavam na semana de referência e percentual de trabalhadores com carteira assinada por sexo (2014)

Região	Total	%	Carteira assinada (%)		
			Total	Homem	Mulher
Brasil	94.845.018	100	67,28	70,36	63,33
Norte	7.399.051	7,8	55,31	58,03	51,32
Nordeste	23.953.567	25,3	57,0	60,77	51,79
Sul	14.860.898	15,7	76,87	79,85	73,42
Sudeste	41.104.216	43,3	74,11	77,75	69,72
Centro-Oeste	7.527.286	7,9	68,5	71,7	64,17

Fonte. Elaboração própria com base na PNAD (2014).

Conforme mostra a Tabela 4, todas as regiões brasileiras apresentaram uma proporção de homens ocupados acima da de mulheres. No Nordeste, em particular, os homens representam 58,26% da força de trabalho, 16,52% a mais do que o contingente do sexo feminino. Entre os estados nordestinos, a maior proporção de homens ocupados fora encontrada no estado de Alagoas com 62,92%, e conseqüente, a menor proporção de mulheres ocupadas nesse estado em 2014.

Tabela 4 - Número de pessoas com 10 ou mais anos de idade que trabalhavam na semana de referência nos estados do Nordeste e proporção por sexo (2014)

Estado	Total	Sexo (%)	
		Homem	Mulher
Maranhão	2.858.778	59,56	40,44
Piauí	1.488.805	59,04	40,96
Ceará	3.733.706	58,27	41,73
Rio Grande do Norte	1.441.868	59,43	40,57
Paraíba	1.708.993	59,04	40,96
Pernambuco	3.776.377	57,97	42,03
Alagoas	1.181.067	62,92	37,08
Sergipe	995.396	57,59	42,41
Bahia	6.768.577	56,95	43,05

Fonte. Elaboração própria com base na PNAD (2014).

Dessa forma, observa-se que a força de trabalho no Brasil no ano de 2014 se mostrou, sobretudo, concentrada na região Sudeste, essa força de trabalho era predominantemente masculina e apresentava um contingente expressivo de pessoas ainda sem os direitos trabalhistas respeitados e assegurados, uma vez que 32,72% dos trabalhadores brasileiros em 2014 não possuíam carteira de trabalho assinada.

Na região Nordeste, a força de trabalho se mostrou concentrada nos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará, que em conjunto representaram 59,6% dos trabalhadores da região. E, assim como o observado para o Brasil, a força de trabalho nordestina era predominantemente masculina e possuía uma proporção de trabalhadores sem carteira assinada superior em 10,28 p.p. em relação à proporção nacional.

3.2 A ECONOMIA BRASILEIRA E A PERSISTÊNCIA DA POBREZA NAS DÉCADAS DE 1980, 1990 E 2000

Na década de 1970 houve o início de uma intensa redução da pobreza no país, acompanhando o forte crescimento da economia nacional, com declínios muito modestos, ou mesmo estagnação do problema da pobreza, na década seguinte. Esse forte crescimento da econômica foi chamado de “milagre econômico” e o II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND). O resultado desses planos contribuiu para que a proporção de pobres no Brasil fosse reduzida de 68,4% em 1970 para 35,3% em 1980 (MONTEIRO, 2003; ROCHA, 2013).

Já a década de 1980 foi marcada por políticas de combate aos desequilíbrios externos (*déficits* no balanço de pagamentos) e internos (aceleração inflacionária). O baixo crescimento econômico e a elevação das desigualdades sociais contribuíram para a incidência da pobreza.

Rocha (1992) divide os anos 1980 em em três fases: a primeira compreende o período de 1981 a 1983, no qual o Brasil enfrentou uma recessão que fez aumentar os indicadores de pobreza principalmente nas áreas urbanas e metropolitanas do país. Na segunda fase, datada entre os anos de 1984 a 1985, houve a recuperação na economia impulsionada pela elevação das exportações, o que fez com que a pobreza se tornasse nacionalmente equilibrada, com exceção da região metropolitana do Estado do Rio de Janeiro que nesse período manteve uma trajetória de empobrecimento. E, por fim, a terceira fase contempla o período a partir do ano de 1986, no qual os indicadores de pobreza acompanharam os movimentos inflacionários, ou seja, aumentaram.

O Plano de Estabilização Cruzado (1986) contribuiu para a forte redução da pobreza. Esse Plano, essencialmente, consistiu em medidas de estabilização monetária de congelamento

de preços e políticas de abono salarial, com reajustes acima da inflação. Essa última medida permitiu maiores ganhos para as famílias brasileiras situadas na base da distribuição de renda. No entanto, a redução da pobreza em 1986 fora mais observada nas metrópoles do Centro-Sul do país em comparação as regiões Norte e Nordeste, regiões essas que sofreram mais na questão de abastecimento, em razão do próprio congelamento de preço. De início, com a implementação do Plano Cruzado a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza no Brasil caiu de 35% para 23,7%. Posteriormente, dado um novo ciclo de aceleração inflacionária a proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza¹³ aumentou para 30% (ROCHA, 1992).

No período de 1981 a 1995 a participação populacional imersa na pobreza apresentou um enfoque cada vez mais regional, principalmente, no comparativo entre regiões Norte e Nordeste versus as regiões Centro-Sul, do que no aspecto rural versus urbano. Entre as regiões, o padrão de desigualdade da incidência de pobreza pouco se modificou e ao longo desse período a pobreza adotou um caráter mais urbano do que rural, a despeito da desaceleração do processo de migração do país. Tal realidade se deveu especialmente a reestruturação da indústria e ao implemento da política de renda que garantiu aos idosos do país uma renda mensal vitalícia no valor de um salário mínimo, tendo maior impacto nas regiões rurais do país, onde o custo de vida costuma ser relativamente baixo (ROCHA, 1998).

O grau de pobreza alcançou valores máximos no início da década de 1980, no qual a proporção de pobres ultrapassou os 50% da população nos anos de 1983 e 1984. Combinações entre as flutuações macroeconômicas e o crescimento populacional fizeram o número de pobres no país chegar a marca dos 64 milhões na crise de 1983 e menos de 38 milhões em 1986. O final da década 80 foi marcado por uma aceleração do montante de pessoas pobres (BARROS, HENRIQUES, MENDONÇA, 2001).

Então, as elevações dos indicadores de pobreza nos anos 1980 derivaram principalmente de dois fatores: o comportamento da taxa média de crescimento econômico anual, que crescia a taxas decrescentes na ordem de -1,5% a.a; e pelo aumento do nível de concentração de renda, que no período alcançou a 63% da renda nacional apropriada pelos 20% mais ricos. A parcela da renda destinada à população pertencente ao grupo dos 50% mais pobres diminuiu de 14% para 12%. De tal modo, as classes mais pobres da sociedade brasileira, ainda mais pela presença de menores níveis de escolaridade nesse segmento, foram as que sentiram mais fortemente os

¹³ Em geral, linha de extrema pobreza diz respeito ao valor mínimo necessário para adquirir uma cesta alimentar nutricionalmente adequada em determinado momento e lugar. A linha de pobreza, além de incluir o valor dessa cesta alimentar, também inclui o valor mínimo necessário para satisfazer demais necessidades elementares, como habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, transporte, lazer etc.

efeitos dos aumentos dos indicadores de desigualdade no Brasil nesse período (BARROS, MENDONÇA, 1995a e 1995b; BARROS, MACHADO, MENDONÇA, 1997).

Um marco importante dessa década foi a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil em 05 de outubro de 1988. Um dos objetivos fundamentais da Constituição Federal (CF) de 1988, que consta no artigo 3º inciso III, é erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais. Além disso, a Constituição Federal de 1988 conta com um capítulo específico para a Seguridade Social, em que são designadas ações relativas à saúde, previdência e assistência social. Dessa maneira, foi instituída a Seguridade Social no Brasil. Dentre as políticas públicas destinadas ao enfrentamento da pobreza no país que foram adotadas destacam-se a ampliação do benefício mínimo da Previdência Social para trabalhadores urbanos e rurais para um salário mínimo e a concessão da aposentaria para trabalhadores rurais independente de contribuição pré-existente.

Mudanças significativas foram introduzidas no sistema previdenciário na década de 1990, principalmente no que diz respeito à concessão de aposentadoria para os trabalhadores rurais, pois alguns problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais passaram a ser mais discutidos, como a sazonalidade e a informalidade, e a solução surgiu com as Leis no 8.212 (Plano de Custeio da Seguridade Social) e no 8.213 (Plano de Benefícios da Previdência Social) que entraram em vigor em 1991 (KRETER, 2004).

A década de 1990 também foi marcada pelo processo de abertura da economia brasileira, nesse período entre 1992 e 1997 o PIB do país aumentou 21,6% ou 4% ao ano (BALTAR, 2015). Nos anos 1990, a tendência na elevação dos gastos sociais em toda América Latina abriu espaço para um padrão novo de crescimento econômico, partindo da lógica de que a pobreza não se reduz tão somente via crescimento econômico. Porém, o crescimento econômico é condição necessária, pois torna possível elevar o nível de emprego, o padrão de vida e os salários reais. Mas, por si só não é o crescimento econômico condição suficiente. Mesmo com um aumento no PIB *per capita*, se o padrão desse crescimento for urbano-viesado, capital intensivo e centralizador do emprego nos postos qualificados, a pobreza poderá vir a crescer (GAFAR, 1998).

A década de 1990 foi marcada pela a intensificação das políticas públicas direcionadas ao enfrentamento da pobreza no país, com a criação de programas como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)¹⁴ em 1996, de programas de transferência de renda

¹⁴ Direcionado às crianças de sete a quinze anos de idade obrigadas a trabalhar ou submetidas a realização de atividades perigosas ou insalubres.

como o “Comunidade Solidária”, que buscou promover mudanças profundas na política social brasileira no que se referia à saúde, habitação, previdência social e assistência social.

Além das medidas tomadas pelo governo brasileiro para alcançar a estabilidade monetária por meio do Plano Real (1993-1994), ainda foram adotadas políticas de distribuição de renda, tais como Bolsa Escola, Bolsa alimentação, entre outras. Essas políticas começaram a ter efeitos entre o período de 1994 a 1998, quando ocorreu crescimento de 17,4% nos rendimentos dos mais pobres e de 15,4% nos rendimentos dos mais ricos (POCHMANN, 1999).

Rocha (2003), com base em dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF), apresentou uma síntese acerca do comportamento dos índices de pobreza no Brasil para a década de 1990. A proporção de pessoas pobres reduziu de 44% no ano de 1992 para 34% em 1999 em todo o país. Também houve uma diminuição na razão do hiato de pobreza¹⁵, indicando que a pobreza além de ser reduzida em tamanho, também se reduziu em intensidade. A proporção de pobres no país se manteve estável em um nível perto dos 34% a partir 1995.

Rocha (2003) divide essa década em três períodos: o período de crise (1990-1993), o período de implantação do Plano Real (1993-1995), e o período que se consolida a estabilização (1995-1999).

O período de 1990-1993 foi caracterizado pelas seguintes realidades:

- A proporção da população brasileira abaixo da linha de pobreza se manteve estável;
- Mudança na composição da pobreza, aumento nas regiões metropolitanas e redução nas regiões rurais, este último em razão do crescimento do PIB agrícola nesse período;
- A diminuição da pobreza rural foi mais intensa nas regiões Sul e Sudeste em decorrência de uma maior modernização agrícola, bem como pelo deslocamento da população pobre rural dessas regiões para as cidades ou pela realocação desse contingente populacional dessas regiões em atividades não agrícolas no próprio meio rural;
- Em termos de elevação da pobreza nesse período, essa foi mais intensa na região metropolitana de São Paulo devido ao processo de reestruturação industrial que marcou esse período; e

¹⁵ Informa a intensidade da pobreza, ou seja, o desvio médio da renda dos pobres em relação ao valor de referência dado pela linha de pobreza.

- No Nordeste não ocorreram modificações que pudessem ser consideradas relevantes nos índices de bem-estar, visto que essa região possuía uma baixa integração com o mercado nacional.

No período de 1993-1995 houve a estabilização monetária e econômica do país com a implantação do Plano Real, o que contribuiu fortemente para a redução na proporção de pobres do país e para uma melhora em favor dos rendimentos do extrato pertencente à base da distribuição de renda. Essa redução da pobreza se deveu a três razões:

- A primeira consistiu num comportamento mais estável na dinâmica dos preços dos alimentos, a chamada “âncora verde”, pois são os alimentos os bens mais relevantes no orçamento das famílias mais pobres.
- A segunda razão se deveu ao aumento dos bens *non-tradeables*, isto é, bens não comercializáveis com o exterior, os quais não podem ser importados e assim não sofrem com a concorrência externa. Como os bens *non-tradeables* são relacionados aos setores comerciais e de prestação de serviços responsáveis por empregar maior parte da mão de obra com menor renda no país, com a elevação dos preços dos bens desse setor passaram a perceber maiores rendimentos reais.
- A terceira razão se deveu ao aumento do salário mínimo em 42% no ano de 1995, o que colaborou positivamente para os benefícios assistenciais e previdenciários.

Com respeito aos impactos regionais gerados pelo processo de estabilização, Rocha (2003) observou uma diminuição no percentual dos pobres nas metrópoles que teve sua origem no efeito combinado entre crescimento de renda e redução da inflação e pelo aumento do rendimento dos trabalhadores do setor de comércio e serviços. Houve uma maior diminuição da pobreza no período na região Centro-Oeste do país em decorrência do desenvolvimento dos complexos tecnológicos agroindustriais inseridos na região.

No entanto, para a região Norte do Brasil o impacto da estabilização sobre a pobreza nesse período foi menos intenso em decorrência da elevação do crescimento demográfico dessa região impulsionado pela atração de migrantes, sobretudo migrantes agricultores mais pobres.

O último período 1996-1999 foi caracterizado pelo esgotamento do processo de distribuição de renda oriundo do processo de estabilização. A conjuntura macroeconômica mostrava a sobrevalorização da taxa de câmbio, *déficits* públicos crescentes, e contava ainda com um cenário de crises e distúrbios financeiros externos.

No ano de 1999, ou seja, justamente no ano em que ocorreu o ataque especulativo contra o Real, que levou o país a modificar sua política cambial, foi observada uma elevação nos

índices de pobreza e de desigualdade. De acordo com os dados da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) desse período, o percentual de pobres se manteve em um nível estável de 34%, e essa redução concentrou-se, sobretudo, nas regiões rurais, houve, entretanto, elevação desse percentual nas áreas metropolitanas, principalmente em São Paulo, uma vez que atrai grande contingente de migrantes mais pobres.

Barros, Henriques e Mendonça (2001) também encontram evidências sobre a eficácia do referido plano de estabilização monetária na redução da pobreza. Segundo esses autores, o Plano Real em 1995 foi capaz de reduzir a pobreza e a indigência no Brasil em relação à renda, hiato médio de renda e do número de pessoas abaixo da linha de extrema pobreza e de pobreza. Eles ainda constataram que a pobreza no país se apresentou mais sensível a flutuações cíclicas de curto prazo, como a instabilidade macroeconômica.

Ao analisarem diversos países de renda *per capita* similar à do Brasil, constataram que o grau de pobreza no Brasil mostrou-se maior. E, ao analisar os determinantes imediatos da pobreza no Brasil, apontaram que não é a falta de recursos em si que gera a pobreza, mas sim a sua má distribuição da renda. Dados do ano de 1999 corroboram para essa afirmativa dos autores, pois a renda *per capita* no Brasil foi de 5 a 8 vezes maior que a linha de indigência; em relação à linha de pobreza, a renda *per capita* nacional mostrou-se de 3 a 4 vezes maior. Além disso, a renda média dos 10% mais ricos do Brasil era superior em 28 vezes a renda média dos 40% mais pobres. Outra realidade era a divisão do PIB entre essas duas categorias, em que 47,7% eram apropriados pelos 10% mais ricos, ao passo que os 40% mais pobres se apropriavam de apenas 8,1% de toda a riqueza gerada pelo PIB.

Com relação à evolução da pobreza no Brasil na década de 2000, pode-se destacar que o início dessa década foi marcado por uma sucessão de choques econômicos externos sobre a economia nacional, entre os quais merecem destaque a crise energética de 2001, a crise financeira Argentina no início de 2002 e o receio acerca da vulnerabilidade externa da economia brasileira no final de 2002.

O baixo crescimento econômico no início dessa década foi decorrente de um cenário macroeconômico turbulento, resultando na estagnação do rendimento do fator trabalho na economia brasileira, sobretudo nas regiões metropolitanas, com um ligeiro agravamento da pobreza nessas regiões. O impacto dos choques externos sofridos pela economia brasileira foi mais sentido pela categoria de trabalhadores que possuíam uma menor qualificação educacional, o que contribuiu para o agravamento da pobreza observada (ROCHA, 2003).

A partir do ano de 2003, observou-se o forte crescimento da economia brasileira, que desde sua abertura comercial (no início dos anos 1990), o período de 2004 a 2008 foi o de maior

crescimento do PIB brasileiro, ou seja, até antes da crise financeira de outubro de 2008. Entre 2003 e 2006 a taxa de crescimento do PIB brasileiro foi na ordem dos 13,4% e no período de 2007 a 2008, de 6% (BALTAR, 2015).

Conforme Baltar (2015), o crescimento da economia brasileira em 2004-2008 proporcionou a reativação do o mercado de trabalho, melhorou a absorção da População Economicamente Ativa (PEA), elevou o nível e diminuiu a dispersão relativa das rendas do trabalho, devido à política de valorização do salário mínimo.

Tal desempenho da economia e do mercado de trabalho do Brasil se deveu fundamentalmente ao comércio internacional, especialmente em razão da melhora nos termos de troca do comércio externo brasileiro. A crise mundial, contudo, modificou o cenário internacional. Por um lado, interrompeu a melhora nos termos de troca do comércio exterior brasileiro e, em contrapartida, fez aumentar a concorrência internacional sobre a produção brasileira de produtos manufaturados.

A partir do ano de 2001 vários programas sociais também foram estabelecidos nessa década dentre os quais destacam-se o Programa Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, Cartão Alimentação e o Auxílio Gás. Posteriormente, em 2003, esses programas foram unificados em um único programa de transferência de renda, o Programa Bolsa Família¹⁶.

Do ponto de vista da renda, a partir de 2003 a pobreza absoluta no Brasil diminuiu em cerca de 20 milhões de pessoas e a proporção de pobres reduziu-se à metade. Esse resultado também foi acompanhado por melhorias na condição de vida da população brasileira, como a melhora no acesso a serviços públicos, maior formalização do mercado de trabalho, elevação da oferta de crédito e redução dos preços de bens duráveis (ROCHA, 2013).

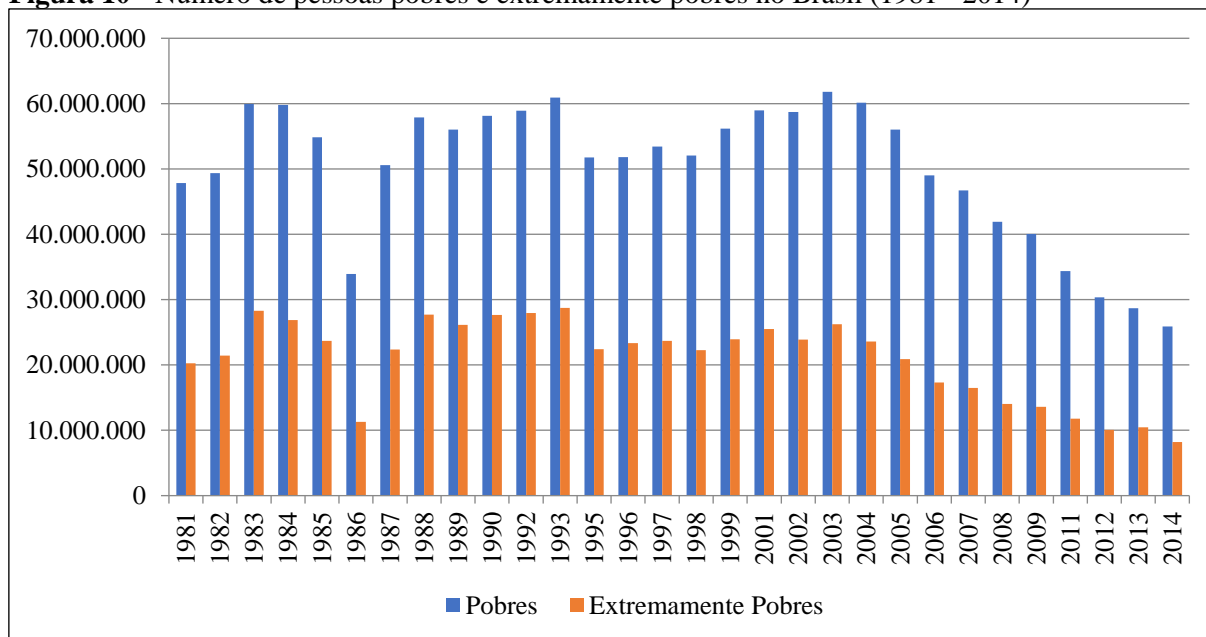
Levando em consideração o período 1981 a 2014, a Figura 10 mostra o número de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil. Há uma associação dos ciclos econômicos com a pobreza, isto é, em períodos de recuperação da economia nacional a pobreza diminui e em épocas de recessão a pobreza se eleva.

Como pode ser observado, há significativa redução no volume de pessoas pobres e extremamente pobres em 1986, ano em que foi implantado o plano Cruzado. Contudo, aumenta-se esse volume de pobres e extremamente pobres, com o fracasso desse plano em 1987, ano em que o Brasil declarou moratória da dívida externa.

¹⁶ O Programa Bolsa Família articula-se em três aspectos básicos: primeiro com a ampliação dos serviços de saúde, educação e nutrição, por meio dos mecanismos de condicionalidades; segundo com a integração dos programas de transferência de renda com os demais programas de assistência e proteção social; e através da busca da superação direta da pobreza por meio da focalização das transferências monetárias decorrentes das ações governamentais.

Mais uma vez foram sentidos os efeitos de um plano de estabilização monetária, dessa vez pelo Plano Real, com redução desse volume em 1995 que se mantém quase que constante até 1999, ano em que há um esgotamento do processo de distribuição de renda. Um declínio gradual nesse montante é observado a partir de 2003 até 2014. Ou seja, 2003 é o ponto de inflexão dessa trajetória recente da pobreza e extrema pobreza no país.

Figura 10 - Número de pessoas pobres e extremamente pobres no Brasil (1981 - 2014)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IPEA/IPEADATA (2016).

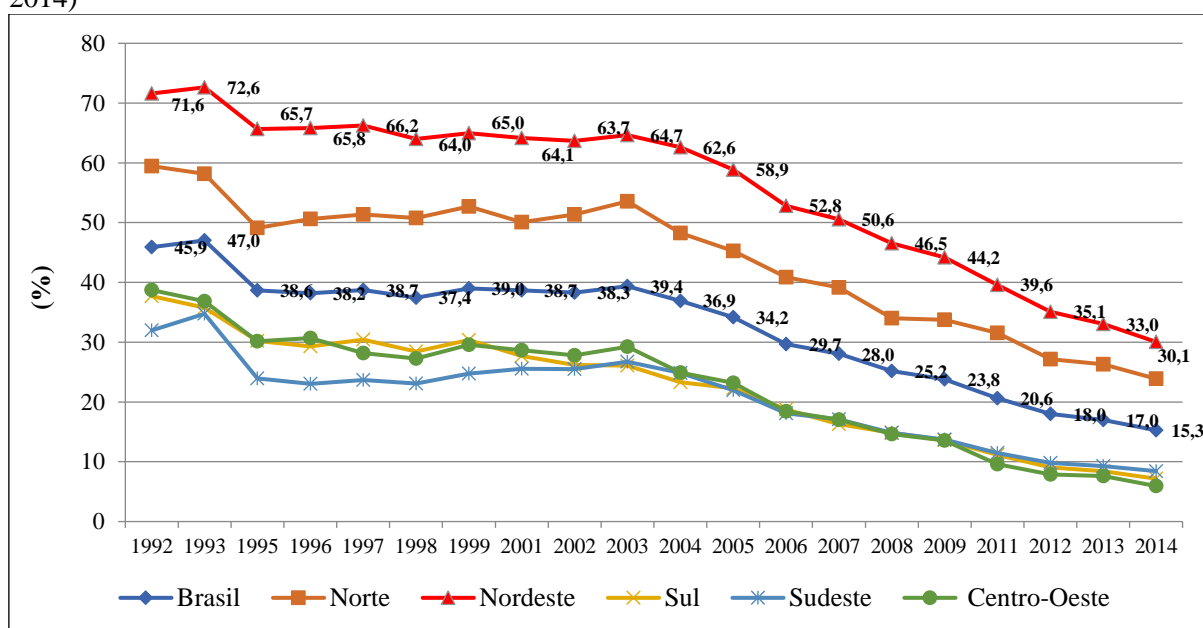
O avanço do Plano Real e da consequente estabilidade econômica entre meados de 2001-2005, a concentração de renda medida pelo coeficiente de Gini no Brasil declinou. Essa redução na desigualdade de renda *per capita* implicou em um quadro de crescente redução da pobreza no país (AZEVEDO, 2007).

Dados da PNAD para o período de 1992 até 2014 compilados pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade (IETS) mostram que a proporção de pobres no Brasil fora reduzida em 66,7%, no entanto, as proporções de pessoas pobres nas regiões Nordeste e Norte foram reduzidas, respectivamente, em 57,9% e 59,8%, respectivamente, menores do que a redução da proporção de pobres no Brasil como um todo. Tal conjuntura pode ser visualizada na Figura 11, na qual se esboça a evolução da proporção de pobres total no Brasil e em suas regiões no período de 1992 a 2014.

As regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste tiveram as suas proporções de indivíduos pobres fortemente reduzidas e acima da redução da proporção observada para o Brasil, tais proporções

foram reduzidas, simultaneamente, em 80,9%, 73,8 e 84,8%. Em 2014 a região Nordeste apresentava 30,1% da sua população pobre, sendo essa porcentagem mais alta do que as outras regiões do país, apesar de que já fora 71,6% no ano de 1992. No entanto, embora a proporção de pobres na região Nordeste ainda ter sido ao longo do período (1992 a 2014) relativamente elevada, em comparação ao Brasil e as suas regiões, essa proporção segue uma tendência de queda.

Figura 11 – Evolução da proporção de pobres (pobreza unidimensional): Brasil e Regiões (1992 - 2014)¹⁷



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD compilados pelo Instituto de Estudos do Trabalho e Sociedade – IETS (2016).

Paralelo à evolução da proporção de pobres, a concentração de renda diminuiu baseado em dados apresentados pelo IPEA/DISOC (2017). Nesses dados, no período de 1995 a 2015, o Índice do Gini¹⁸ foi reduzido, sobretudo nos períodos de ciclos econômicos favoráveis, entretanto essa queda na desigualdade de renda ocorre de maneira mais consistente principalmente a partir do ano de 2001. Entre os anos de 2001 e 2015, o Índice de Gini brasileiro declinou aproximadamente 13,5%, passando de 59,4 para 51,4.

¹⁷ Sem contabilizar a área rural da região Norte.

¹⁸ O índice de Gini mede o grau de desigualdade na distribuição de renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. Teoricamente, seu valor pode variar desde 0 (quando não há desigualdade, isto é, as rendas de todos os indivíduos têm o mesmo valor) e 100 (quando o grau de desigualdade é máximo, isto é, apenas um indivíduo detém toda a renda da sociedade e a renda dos demais indivíduos é nula).

Como pode ser observado na Tabela 5, no período de 1995 a 2006, a concentração de renda no Nordeste era superior a brasileira e as demais regiões. Nos anos de 2007 e 2008 a região Centro-Oeste assume essa posição, passando para o Nordeste em 2009 que ficou nessa posição até o ano de 2013.

Tabela 5 - Índice de Gini no Brasil e Regiões (1995 a 2015)

Ano	Brasil	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste
1995	59,9	58,5	60,3	56,5	56,3	58,2
1996	60,0	58,0	61,9	56,0	55,9	59,8
1997	60,0	58,7	61,6	56,3	55,3	59,6
1998	59,8	58,2	60,9	56,3	55,5	60,0
1999	59,2	56,6	60,4	55,6	56,0	58,9
2001	59,4	56,6	59,9	56,5	54,5	59,5
2002	58,8	56,5	59,4	56,0	52,7	59,2
2003	58,1	54,4	58,4	55,4	52,8	57,7
2004	57,0	54,2	58,2	53,9	51,9	56,9
2005	56,7	53,1	57,0	54,0	51,3	57,3
2006	56,1	52,2	57,2	53,4	50,4	55,9
2007	55,4	53,5	56,3	52,0	50,2	57,1
2008	54,4	51,0	55,6	51,2	49,1	56,3
2009	54,0	52,2	55,6	50,7	48,8	55,5
2011	52,9	53,6	54,3	49,8	46,8	53,3
2012	52,6	51,3	53,4	50,1	46,5	52,7
2013	52,5	51,7	53,5	50,0	46,2	52,5
2014	51,5	50,4	51,3	49,7	45,2	50,6
2015	51,4	49,6	51,2	49,7	45,6	50,3

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD compilados pelo IPEA/DISOC.

A partir do ano de 2014 a concentração de renda nordestina passa a ser a maior entre as regiões, porém um pouco inferior em relação à concentração de renda brasileira. No período de 1995 a 2015, todas as regiões apresentaram diminuição no índice de Gini, ou seja, houve redução da desigualdade de renda em todas as regiões. Entretanto, duas regiões apresentaram maior redução dessa desigualdade (índice de Gini), foi o caso da Região Sul (-19%), que passou de 56,3 para 45,6, e da Região Nordeste (-17,8%) que foi de 60,3 para 51,2.

A redução da pobreza e da desigualdade de renda no Brasil no período em questão se deveu principalmente a fatores como a estabilização monetária que em um primeiro momento proporcionou a redução da inflação, o que implica em aumento do poder de compra que por sua vez tem impacto direto nos níveis de pobreza. Outro fator que contribuiu para a melhoria desses indicadores consiste no aumento dos postos de trabalho e o aumento da formalização, isto é, de empregos formais.

O aumento do salário mínimo real também foi um fator importante na redução da pobreza, nesse aspecto, vale salientar a importância do impacto desse fator na redução da pobreza e desigualdade de renda, pois além do expressivo aumento do poder de compra do

salário mínimo observado no período, o valor do salário mínimo é capaz de influenciar não apenas variáveis do mercado de trabalho, mas também o patamar mínimo na área social, entre eles a aposentadoria. Assim como programas de transferências sociais, por exemplo, o Bolsa Família, também foram responsáveis pela redução da pobreza e desigualdade de renda. A concessão dos benefícios de aposentadorias rurais nesse período também foi importante para a redução da pobreza e concentração de renda no país.

3.3 POBREZA NO BRASIL VIA UMA PERSPECTIVA DE GÊNERO: EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

Costa et al. (2005), com um olhar na pobreza via uma perspectiva de gênero, constataram que no período de 1983 a 2003 houve aumento de aproximadamente 63% na proporção de pessoas que vivem em famílias chefiadas por mulheres sem cônjuge entre os pobres, passando de 11% no ano de 1983 para 18% no ano de 2003. Assim, em reflexo ao processo de mudança demográfica da população brasileira, houve no período um processo de feminização da pobreza das pessoas que viviam em famílias chefiadas por mulheres sem presença de cônjuge.

Quintela, Alves e Silva (2013) apontam que entre 2000 e 2010, a intensidade da pobreza aumentou; no entanto, reduziu a sua incidência, ou seja, reduziu o percentual de pessoas pobres, mas os que permaneceram, se tornaram mais pobres. E, se a presença da mulher na família já é importante por ela estar mais propensa a alocar os recursos intrafamiliares favoráveis à educação e à saúde (DOSS, 2013), numa situação de pobreza ou pobreza extrema essa decisão é mais importante ainda. Suas contribuições extrapolam o espaço doméstico, para influenciar também o desenvolvimento das comunidades locais (PEREIRA, 2015; QUIJANO, 2015).

Ferreira e Marin (2016) calcularam, através do método Alkire e Foster (AF), uma medida multidimensional da pobreza para as mulheres das cinco regiões do Brasil com base nos dados da PNAD dos anos de 2001 e 2011. Os resultados encontrados pelas autoras revelaram que a Região Nordeste foi a que apresentou a maior concentração da pobreza média (A) e da incidência ajustada (M0) em 2001. O oposto aconteceu para a Região Sudeste, ou seja, o Sudeste registrou as menores taxas de pobreza média e da incidência da pobreza ajustada. No ano de 2011, a maior pobreza média (A) se concentrou na Região Norte e a menor, na Região Sul.

Fahel, Teles e Caminhas (2016) aplicaram o MPI no Brasil, com base no método de Alkire e Foster (2011), com o objetivo de analisar a incidência e a intensidade da pobreza. Para tal empregaram os dados da PNAD referentes aos anos de 2002, 2007, 2012 e 2013. As

dimensões escolhidas para compor o índice foram Educação, medida pelos indicadores Anos de Escolaridade e Frequência Escolar; Saúde, dada pelo indicador Mortalidade Infantil; e Padrão de Vida, mensurada pelos indicadores Combustível de Cozinha, Eletricidade, Água, Bens Adquiridos, Saneamento Básico e Tratamento do Lixo. Os resultados evidenciaram que o MPI no Brasil fora reduzido entre os anos de 2002 e 2013, revelou que em todas as localidades há uma alta a contribuição relativa dos indicadores da dimensão Educação, no entanto, para as Regiões Nordeste e Norte, macrorregiões com pobreza multidimensional mais acentuada, é maior a contribuição relativa dos indicadores de Serviços Básicos de Saneamento (lixo, esgoto e água). Outro resultado revelou que todos os indicadores foram piores nas zonas rurais que nas zonas urbanas, ou seja, que a incidência e a intensidade da pobreza no Brasil são rurais.

Brites et al. (2017) também fizeram uso do método AF para analisar a pobreza multidimensional das mulheres das cinco Regiões brasileiras com os dados da PNAD referentes ao ano de 2012. Para tal, os autores selecionaram quatro dimensões (condições básicas de sobrevivência, acesso ao trabalho e renda, acesso ao conhecimento e controle sobre o próprio ambiente) que se desdobraram em dezoito indicadores. Como resultado fora identificado que o destino do lixo domiciliar, a faixa de rendimento, a posse do microcomputador e a condição de ocupação foram os indicadores que mais apresentaram privações em cada dimensão, respectivamente. Ademais, na decomposição para as grandes Regiões, todas elas apresentaram os mesmos indicadores como sendo os que proporcionaram maior privação entre as mulheres: posse do microcomputador, anos de estudo, faixa de rendimento e o destino do lixo.

O mercado de trabalho é uma das esferas em que se pode quantificar claramente as desigualdades sofridas pelas mulheres, basta observar a diferença salarial delas para cargos semelhantes aos dos homens. Além disso, ainda hoje há uma predominância das mulheres se ocuparem com as atividades domésticas nos núcleos familiares, o que as empurra quase que compulsoriamente para uma dupla jornada de trabalho.

O mercado de trabalho, por sua vez, segue padrões favoráveis à estrutura da “família tradicional”, em que o homem é o provedor. Isso fica claro quando encontramos jornadas de trabalho de 8 horas diárias e/ou com horários pré-estabelecidos de entrada e saída. Por exemplo, se o casal tem filhos em idade escolar, um dos pais precisará entrar mais tarde ou sair mais cedo para levar e buscar os filhos no colégio. Onde não há flexibilidade, há uma chance maior da mulher ter que abrir mão da sua escolha em função da família. Em outras palavras, existe forte tendência de segregação ocupacional em favor dos homens, visto que os ganhos das ocupações exercidas principalmente por mulheres são inferiores em relação as ocupações exercidas por eles, além de apresentarem maior rotatividade (KON, 2002; MELO, 2005).

Tendo em conta a distribuição percentual do rendimento no trabalho principal da População Ocupada de 16 anos ou mais do Brasil, no período de 2001 a 2015, a proporção de rendimento recebido pelas mulheres e pelos homens situa-se, em sua maioria, na faixa que corresponde a 1 salário mínimo (SM) (TABELA 6).

Tabela 6 - Distribuição percentual da População Ocupada de 16 anos ou mais de idade, por Sexo e Faixa de Rendimento no Trabalho Principal no Brasil (2001-2015)

Anos	Faixa de Rendimento									
	Até 1 SM		Mais de 1 a 3 SM		Mais de 3 a 5 SM		Mais de 5 a 8 SM		Mais de 8 SM	
	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher	Homem	Mulher
2001	48,46	66,9	35,94	24,4	8,31	5,1	3,27	1,8	4,01	1,8
2002	47,82	66,1	38,61	26,1	6,05	3,9	3,72	2,3	3,8	1,6
2003	48,64	67	37,14	25,2	6,55	4,2	4,68	2,5	2,99	1,1
2004	51,28	69,1	35,71	23,8	7,06	4,3	2,96	1,6	2,98	1,2
2005	46,91	65,5	39,61	27	7,09	4,4	3,39	1,8	3,0	1,3
2006	45,15	63,8	39,42	27,3	8,08	5,1	3,8	2,3	3,55	1,5
2007	40,32	58,8	43,13	31,6	8,56	5,4	4,12	2,5	3,87	1,7
2008	40,68	59,7	44,11	31,6	7,73	4,8	4,01	2,3	3,48	1,5
2009	37,93	56,2	46,33	34,6	7,75	4,9	4,23	2,5	3,75	1,7
2011	34,01	50,2	48,06	38,9	10,53	6,7	2,91	1,9	4,49	2,3
2012	29,73	44,5	49,66	43,1	12,01	7,5	4,79	3,1	3,82	1,9
2013	18,56	28	62,86	60,4	9,14	5,9	5,03	3,4	4,41	2,3
2014	18,28	28,8	61,51	58,6	10,54	6,8	5,07	3,3	4,6	2,5
2015	26,9	39,7	53,33	47,8	10,18	6,7	5,62	3,8	3,98	2,1

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD compilados pelo IPEA/DISOC (2017).

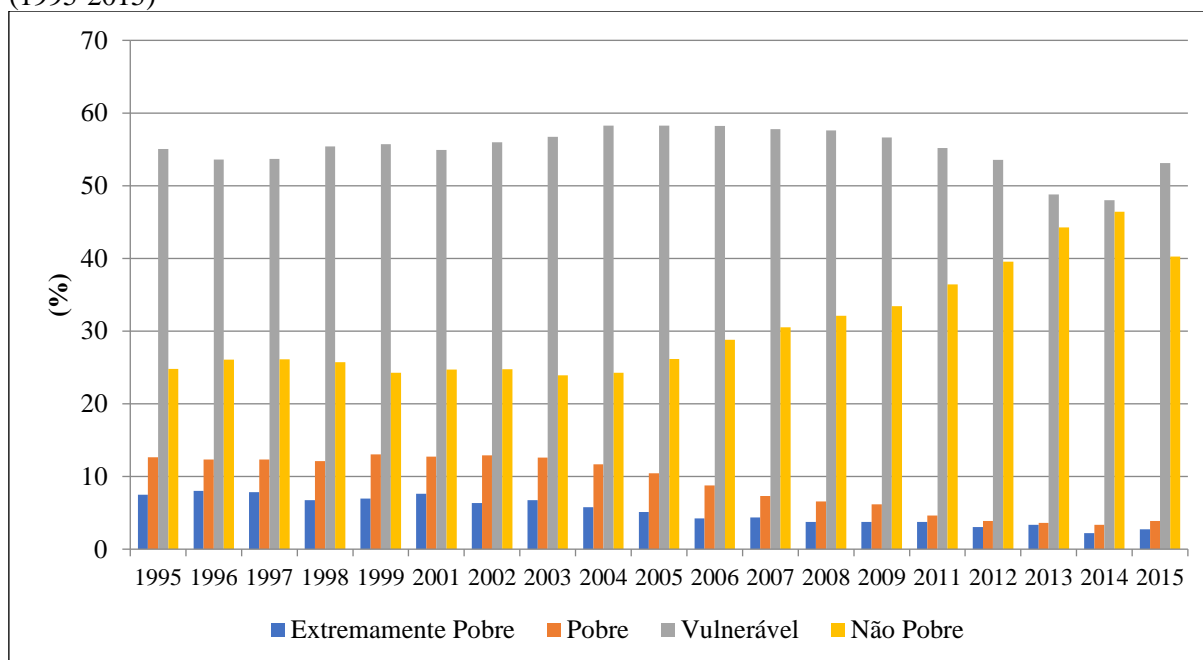
Há muito mais mulheres com rendimentos nessa faixa do que homens, no entanto a participação dos rendimentos de ambos os sexos nesse período vem diminuindo, principalmente a masculina que no período fora reduzida em aproximadamente 44,5%. Já a participação feminina nessa faixa de renda fora reduzida em 40,7%. No que se refere à proporção do rendimento na faixa de 1 a 3 salários mínimos, a participação masculina e feminina também aumentou no período, especialmente a participação das mulheres nessa faixa de rendimento que aumentou em 95,5%.

Destacou-se também o aumento masculino (71,9%) e feminino (112,4%) de participação no percentual de renda na faixa dos 5 até 8 salários mínimos. Também se observa que, com relação à faixa de renda correspondente a mais de 8 salários mínimos, os homens perderam participação no período (-0,7%). Em contraponto, as mulheres tiveram sua participação nessa faixa de renda aumentada em aproximadamente 16,1%.

Na sequência, a Figura 12 apresenta as distribuições percentuais da população feminina segundo sua situação de pobreza no período de 1995 a 2015. Como é possível perceber, nacionalmente, a proporção da população feminina de pobres, ou seja, de mulheres com renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 77,00 e menor que R\$ 154,00, passou de 12,7% em

1995 para 3,9% em 2015, redução de 8,8 pontos percentuais (p.p). Isto significa que em 2015 havia 4,1 milhões de mulheres em situação de pobreza.

Figura 12 – Distribuição percentual da população feminina brasileira segundo situação de pobreza¹⁹ (1995-2015)



Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da PNAD compilados pelo PEA/DISOC (2017).

A proporção da população feminina extremamente pobre, isto é, mulheres com renda domiciliar per capita de até R\$77,00, também foi reduzida ao longo do período. Passando de 7,5% para 2,8%. Ou seja, em 2015 ainda havia no Brasil aproximadamente 4 milhões de mulheres em condição de indigência. Em contraponto, o percentual de mulheres vulneráveis, com renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 154,00 e menor que R\$788,00, até o ano de 2013, representou mais de 50% da população feminina nesse período, reduzindo para abaixo dessa proporção nos anos de 2014 e 2015.

Com relação à população feminina não pobre, isto é, com renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$788 (um salário mínimo de 2015), é possível perceber um aumento dessa proporção no período, principalmente a partir do ano de 2006. Essa proporção passou de 24,8% para 40,3% dessa população.

¹⁹ Situação de pobreza calculada com base no rendimento mensal domiciliar per capita deflacionado pelo INPC, período de referências set./2015. Extremamente pobres – renda domiciliar per capita de até R\$77; Pobres – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 77 e menor que R\$ 154; Vulneráveis – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$ 154 e menor que R\$788; Não pobres – renda domiciliar per capita maior ou igual a R\$788 (um salário mínimo de 2015).

A família é uma instituição-chave da discriminação de gênero e de subordinação e, deste modo, um alvo importante para analisar as questões de gênero e pobreza. As pesquisas domiciliares sobre a pobreza partem do pressuposto de que os recursos domésticos são igualmente compartilhados entre os seus membros.

Os estudos sobre a pobreza muitas vezes negligenciam as diferenças existentes entre homens e mulheres em termos de acesso à renda, recursos e serviços. Conforme Waratten (1995), tais diferenças podem ocorrer dentro dos agregados familiares entre homens e mulheres ou entre os indivíduos, isto é, entre homens solteiros e mulheres solteiras, ou entre famílias chefiadas por mulheres em uma desvantagem em relação às famílias chefiadas por homens. Há também diferenças com base no gênero no que diz respeito às vulnerabilidades como doença e violência.

Os dados e a literatura até aqui expostos evidenciam a associação entre os indicadores de pobreza com a desigualdade de renda e o desempenho da economia nacional, bem como um desfavorecimento da região Nordeste em relação ao Brasil e suas demais regiões, assim como das mulheres em relação aos homens, principalmente no que tange a questão da renda. Diante dessa realidade, é de suma importância que o foco dos estudos relacionados à problemática da pobreza seja direcionado para a Região Nordeste do Brasil. Além disso, uma lamentável realidade brasileira consiste no fato de a pobreza no país também ser geograficamente desigual, pois existe uma sensível diferença entre ser pobre na Região Nordeste ou na Região Sudeste, na área urbana ou na área rural. Ademais, também há desigualdade quando se avalia a pobreza por sexo ou etnia (LOPES; MACEDO; MACHADO, 2003).

Antes de entrarmos propriamente no grupo proposto para a análise, mulheres chefes de família do Brasil e da região Nordeste, entende-se ser oportuno traçar um perfil no sentido de melhor compreender quem são essas mulheres. Com essa finalidade, a Tabela 7 mostra algumas estatísticas para o Brasil e Nordeste sobre o perfil das mulheres que são chefes de família com base nos dados da PNAD referente ao ano de 2015.

O que inicialmente chama a atenção é que, em relação ao número de mulheres chefes de família, tanto no Brasil quanto no Nordeste, os homens nessa situação constituem a maioria (TABELA 7).

No que diz respeito à situação censitária, em sua maioria mulheres e homens chefes de família do Brasil e da Região Nordeste estão domiciliados na zona urbana. As mulheres são a maioria dessa área, correspondendo a 91,11% das chefes brasileiras e a 82,10% das nordestinas. Isso corrobora o que foi evidenciado por Barroso (1978), ao constatar que a chefia feminina familiar era um fenômeno majoritariamente urbano, que poderia ser explicado pelas relações

de trabalho no campo que, por serem menos diferenciadas, tornavam ainda mais complicada a sobrevivência de famílias não chefiadas por homens adultos.

Tabela 7- Perfil das mulheres chefes de família do Brasil e do Nordeste (2015)

Descrição das Variáveis		Brasil				Nordeste			
		Mulher		Homem		Mulher		Homem	
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%
Contingente	Pessoa de referência	29.088.037	40,58	42.588.302	59,42	8.153.581	42,93	10.838.299	57,07
Situação censitária	Urbana	26.503.389	91,11	34.643.785	82,06	6.694.194	82,10	7.463.877	68,87
	Rural	2.584.648	8,89	7.637.357	17,93	1.459.387	17,89	3.374.422	31,13
Idade	10 a 17	151.245	0,52	76.516	0,18	55.151	0,68	30.920	0,29
	18-30	4.059.923	13,96	5.836.730	13,71	1.252.699	15,36	1.698.455	15,67
	31-45	8.305.261	28,55	14.203.106	33,35	2.390.699	29,32	3.618.942	33,39
	46-54	5.174.312	17,79	8.262.380	19,40	1.407.154	17,26	2.006.180	18,51
	55 ou mais	11.397.296	39,18	14.209.570	33,36	3.047.878	37,38	3.355.930	30,96
Cor	Branca	12.911.446	44,39	19.425.127	45,61	2.029.713	24,89	2.653.557	24,48
	Preta	3.279.321	11,27	4.166.486	9,78	1.176.239	14,43	1.376.863	12,7
	Amarela	161.648	0,56	231.319	0,54	17.789	0,22	13.289	0,12
	Parda	12.625.089	43,40	18.599.574	43,67	4.895.247	60,04	6.739.818	62,19
	Indígena	109.385	0,38	165.796	0,39	34.593	0,42	54.772	0,51
Estado civil	Casada (o)	1.716.789	7,26	2.226.684	11,03	666.765	9,78	696.632	11,7
	Desquitada / separada (o)	930.704	3,94	618.234	3,06	184.246	2,7	111.264	1,87
	Divorciada (o)	3.534.669	14,94	2.132.359	10,57	663.758	9,74	381.471	6,41
	Viúva (o)	6.362.139	26,9	1.596.103	7,91	1.553.428	22,79	427.518	7,18
	Solteira (o)	11.107.449	46,96	13.609.547	67,43	3.748.497	54,99	4.336.153	72,84
Mora com cônjuge	Sim	10.173.646	34,98	34.526.035	81,07	2.870.294	35,2	8.826.367	81,44
	Não, já viveu antes	15.809.618	54,35	5.754.691	13,51	4.421.706	54,23	1.484.979	13,7
	Não, nunca viveu	3.104.773	10,67	2.307.576	5,42	861.581	10,57	526.953	4,86
Teve filho nascido vivo até a data de referência	Sim	24.984.835	85,89	-	-	7.198.364	88,28	-	-
	Não	4.103.202	14,11	-	-	955.217	11,72	-	-
Número de componentes na família	1 a 3	22.198.904	76,32	28.744.617	67,49	5.962.021	73,12	6.992.589	64,53
	4 a 6	6.546.927	22,51	13.277.673	31,18	2.060.827	25,27	3.626.863	33,46
	7 a 9	317.186	1,09	532.132	1,25	120.705	1,48	201.582	1,86
	10 ou mais	25.020	0,09	33.880	0,08	3.343	0,12	17.265	0,16
Rendimento mensal do trabalho principal (média)		R\$ 1.523,93		R\$ 2.188,99		R\$ 981,75		R\$ 1.290,84	
Rendimento mensal de todos os trabalhos (média)		R\$ 1.581,86		R\$ 2.254,00		R\$ 1.027,89		R\$ 1.349,57	
Renda familiar per capita	Até 1 SM	16.093.411	55,33	21.600.916	50,72	6.062.057	75,17	7.744.967	72,53
	Mais de 1 SM até 2 SM	7.415.974	25,49	11.872.479	27,88	1.367.032	16,95	1.956.465	18,32
	Mais de 2 SM até 4 SM	3.136.161	10,78	5.513.318	12,95	411.872	5,11	645.804	6,05
	Mais de 4 SM até 6 SM	850.528	2,92	1.394.862	3,28	117.853	1,46	162.025	1,52
	Mais de 6 SM	936.707	3,22	1.630.748	3,83	105.849	1,31	169.096	1,58
Carteira assinada	Sim	5.351.523	61,71	12.747.851	74,53	906.041	46,75	2.169.870	57,84
	Não	3.320.614	38,29	4.356.299	25,47	1.032.095	53,25	1.581.417	42,16
Contribui para a previdência	Sim	8.931.870	61,91	20.196.444	62,00	1.757.438	46,66	3.504.707	42,64
	Não	5.495.744	38,09	12.376.068	38,00	2.008.721	53,34	4.713.995	57,36

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2015).

Quando se trata da zona rural, os homens são maioria tanto no Brasil como na Região Nordeste, representando 17,93% e 31,13%, respectivamente. No que se refere à idade, no Brasil ambos os sexos possuem idade média de 55 anos ou mais. No entanto, para as mulheres, o percentual nessa faixa etária foi maior. Elas foram menos numerosas, ainda assim, mais idosas. Na Região Nordeste as mulheres se concentravam em sua maioria na faixa etária dos 55 anos

de idade ou mais. Já os homens pertenciam, em sua maioria, à faixa etária dos 31 a 45 anos. Nesse sentido, Barros, Fox e Mendonça (1994) já evidenciavam que as mulheres chefes de família tendiam a ser mais velhas que os homens chefes.

Quando considerada a cor declarada pelos chefes de família brasileiros de ambos os sexos, branca e parda eram as cores declaradas. Em sua maioria as chefes brasileiras declararam ter cor branca (44,39%) e parda (45,61%), assim como os homens dos quais 45,61% se consideravam brancos e 43,67 se percebiam pardos. Já as mulheres e os homens chefes de família do Nordeste declararam em sua maioria possuir a cor, ou pertencer a etnia parda 60,04% e 62,19%, respectivamente.

Para o Brasil, no que diz respeito ao estado civil das mulheres chefes de família, em sua maioria essas mulheres ou eram solteiras (46,96%) ou viúvas (26,90%). Já os homens eram majoritariamente solteiros, aproximadamente 67,43% desses. Em sua maioria, essas mulheres não viviam em companhia do cônjuge ou companheiro na época da pesquisa, mas já viveram anteriormente (54,35%). Em contrapartida, os homens chefes de família em sua maioria viviam em companhia de cônjuge ou companheira (81,07%). No que diz respeito à fecundidade, a maioria dessas mulheres chefes de família declararam ter tido filho nascido vivo até a data de referência (85,99%).

Já a realidade apresentada para o Nordeste mostrava que mais da metade das mulheres (54,99%) e dos homens (72,84%) chefes de família eram solteiros. Maior parte dessas mulheres não viviam em companhia do cônjuge ou companheiro na época da pesquisa, mas já viveram anteriormente (54,23%), indicando que mais da metade das famílias chefiadas por mulheres dessa Região são monoparentais, o que prova que de fato, a família chefiada por mulher continua tendo como ponto central para sua identificação a ausência de um companheiro, ou melhor, da figura masculina. Em contrapartida, os homens chefes de família em sua maioria viviam em companhia de cônjuge ou companheira (81,44%).

A ausência do cônjuge ou companheiro no ambiente familiar indica que as mulheres podem estar em situação de maior vulnerabilidade social pois não possuem em suas residências uma rede primária de proteção e geração de renda que é a família. Esse dado também pode sugerir que a mulher pode ter sido reconhecida como chefe pela ausência de um homem na família, realidade que contribui e acentua a vulnerabilidade à pobreza da mulher, pois na condição de exclusiva mantenedora do lar ao tornarem-se chefes de família essa vulnerabilidade se agrava. Assim, muitas destas famílias estavam sob responsabilidade feminina, não por opção das mulheres, mas devido ao abandono do lar pelo cônjuge, o que pode acarretar consequências

substanciais para a sobrevivência das famílias, dado que poderiam ter a desvantagem de contar com um adulto provedor a menos e, portanto, poderiam estar mais vulneráveis à pobreza.

No quesito fecundidade, a maioria dessas mulheres declararam ter tido filho nascido vivo até a data de referência (88,28%). O que evidencia a vulnerabilidade da mulher nesse quesito, pois durante o período de gravidez, na infância dos seus filhos e na velhice, as mulheres costumam encontrar menores oportunidades no que diz respeito à geração de renda.

Vários estudos (Cruces, Galiani, 2003; Pazello, 2006 e Souza, Rios-Neto, Queiroz, 2011; Budig, England, 2001; Pazello, Fernandes, 2004; Veneroso, 2012) evidenciaram que a presença de filhos possui relação negativa com a participação das mulheres no mercado de trabalho e como um dos principais fatores que explicam a menor remuneração recebida pelas mulheres em comparação aos homens.

Conforme Biroli (2018), ter filhos impacta de maneira desigual o exercício do trabalho formal por mulheres e homens uma vez que o trabalho doméstico e o cuidado com os filhos também são repartidos de maneira desigual entre os sexos, ainda quando tanto o pai quanto a mãe trabalham em período integral. Segundo a autora, existe um problema de fundo: a lógica predominante na organização das relações de trabalho ser antagônica ao cuidado. Assim, quem está na posição de cuidar tem que responder a exigências que se chocam. E, dada a divisão sexual do trabalho, o cuidado fica a cargo das mulheres. Isso explica o fato de que mesmo tendo, em média, níveis educacionais superiores aos dos homens, as mulheres se mantêm pior remuneradas. Logo, nessa lógica de mercado, está em vantagem quem pode ser 'liberado' do cuidado. O mercado premia essa 'disponibilidade'.

Com relação ao tamanho das famílias, observou-se que, independentemente do sexo do chefe dessas famílias, mulheres (76,32%) ou homens (67,49%), a maior parte era formada por um total de um a três membros. A mesma realidade se apresentou no Nordeste, em que famílias chefiadas tanto por mulheres quanto por homens eram compostas por um a três membros, 73,12% e 64,53%, respectivamente.

A chefe de família da região Nordeste apresentou a menor média de rendimento mensal do trabalho principal (R\$ 981,75) em comparação aos chefes de família brasileiros e em relação ao homem chefe de família do Nordeste. A média do rendimento mensal do trabalho principal da mulher nordestina ficou abaixo da média brasileira, que de acordo com os dados da PNAD do ano de 2015 correspondeu a R\$ 1.984,42. Com relação à média do rendimento mensal de todos os trabalhos, a mesma realidade foi observada para a mulher chefe de família do Nordeste (R\$ 1.027,89), ficou abaixo da média nacional do ano de 2015 (R\$ 2.047,24) e

consequentemente abaixo da média observada para homens e mulheres chefes de família no Brasil e para o homem chefe de família nordestino.

Para os chefes de famílias femininos e masculinos do Brasil, a renda mensal familiar *per capita* se encontrava na faixa de até 1 salário mínimo, 55,33% quando essas chefes de família eram mulheres e 50,72% quando homens. Na região Nordeste essa proporção era relativamente maior, pois a renda familiar *per capita* era de até 1 salário mínimo para 75,17% das famílias chefiadas por mulher e para 72,53% das famílias que tinham o homem como o seu arrimo.

No tocante à formalidade no mercado de trabalho brasileiro, mais da metade dessas mulheres trabalhavam com carteira assinada (61,71%), no entanto ainda 38,29% dessas trabalhavam na informalidade, isto é, não tinham carteira de trabalho assinada. Apesar de 25,47% dos homens chefes de família trabalharem sem carteira assinada, a formalidade laboral para eles ainda é melhor do que a situação feminina, dado que aproximadamente 74,53% deles trabalhavam com carteira assinada em 2015.

No Nordeste, cerca de 53,25% das mulheres não tinham carteira de trabalho assinada, ao contrário dos homens chefes de família dessa região dos quais 57,84% possuíam carteira assinada. Apesar da formalidade laboral masculina ser superior à feminina nessa região, em relação ao Brasil, os chefes de família do Nordeste enfrentam maior vulnerabilidade nesse quesito.

Com relação à contribuição previdenciária para os chefes de família brasileiros, em sua maioria tanto mulheres quanto homens contribuía para a previdência, sendo 61,91% e 62,00%, respectivamente. O oposto ocorre com os chefes de família da região Nordeste, pois a maioria não contribui para a previdência, 53,34% e 57,36%, respectivamente. Tal resultado sugere que um alto percentual de chefes de família dessa Região estão empregados na informalidade e sob condições precárias de trabalho, implicando que mais da metade desses chefes serão privados, ou não terão o direito a receber esse benefício no futuro.

4. METODOLOGIA

Além dos procedimentos metodológicos, do recorte espacial e do período a ser analisado, são apresentadas nesse capítulo as variáveis selecionadas para a construção do Índice de Pobreza Multidimensional (MPI), baseado no método Alkire e Foster (2011) e Alkire e Santos (2010), utilizado com a finalidade de analisar o desenvolvimento das famílias da Região Nordeste sob chefia femina e analisar a existência do processo de feminização da pobreza em determinada Região em comparação ao Brasil.

4.1 BASE DE DADOS E A ÁREA DE PESQUISA

Cabe lembrar que esta pesquisa considera pobreza um fenômeno multidimensional, sem, no entanto, desprezar a importância da insuficiência de renda para a sua definição, pois a renda é um dos meios necessários de acesso e manutenção do bem-estar. Como pontuado na introdução, nesta pesquisa, para fins de análise, o processo de feminização da pobreza ocorre quando a pobreza que aflige as mulheres se reduz menos em comparação ao homem, dessa forma entende-se que esse fenômeno é um processo no qual as carências implícitas no conceito multidimensional de pobreza se tornam mais comuns ou intensas entre as mulheres ou nos lares por elas chefiados.

É importante frisar que o conceito de gênero²⁰ é diferente do conceito de sexo, uma vez que as relações de gênero não significam relações entre dois sexos e sim como eles são compreendidos socialmente e historicamente. Dado que, tal relação, bem como o conceito de gênero, apenas poderá ser interpretada por meio de um contexto histórico e social. Essa relação não tem a mesma definição em qualquer local e em qualquer tempo, pelo contrário, se modifica e, assim, o que significa ser mulher em uma cultura pode ser diferente em uma outra, da mesma forma acontece com a interpretação do que é ser homem (PASSOS, 2000). Cabe, portanto, ressaltar que nesta pesquisa trabalha-se com o conceito de sexo, isto é, chefes de família do sexo feminino e chefes de família do sexo masculino.

É sabido que o domicílio é um local chave da discriminação de gênero e de subordinação e, deste modo, um alvo importante para analisar as questões de gênero e pobreza. No entanto, esta pesquisa se aprofundará ainda mais nesse espaço e terá o seu foco direcionado à família,

²⁰ gênero é “o conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada” (MELO; BANDEIRA, 2005, p. 47).

mais especificamente para a chefia familiar, pois entende-se que em um mesmo domicílio podem conviver mais de uma família.

Frente a essas definições, essa pesquisa é quantitativa e descritiva: quantitativa, pois, por sua vez, utiliza-se de representações numéricas para explicar o processo de feminização da pobreza; descritiva, pois procurará descrever os aspectos conceituais sobre a pobreza e a feminização de pobreza bem como a literatura econômica empírica sobre a relação entre chefia familiar feminina e pobreza.

No entanto, a pesquisa também busca o entendimento das razões que levam ao processo de pobreza feminina no Brasil e na sua Região Nordeste, fazendo uso, assim, da abordagem qualitativa. A análise qualitativa vai além da configuração experimental-matemática e busca analisar aspectos relacionados com a condição específica dos sujeitos, desse modo, não estando preocupada apenas com a abordagem numérica dos acontecimentos, mas com o entendimento das razões que levaram ao acontecimento dos fenômenos (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Com relação ao método empregado na pesquisa, esse será o método dedutivo, visto que a análise dos resultados partirá da esfera geral para a esfera particular, ou seja, partirá da hipótese de que as famílias nordestinas que são chefiadas por mulheres são multidimensionalmente mais pobres em relação as famílias chefiadas pelos os homens dessa mesma Região.

Os dados utilizados no presente estudo para testar a hipótese e atender os objetivos específicos são extraídos da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)²¹, realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A PNAD foi implementada no Brasil a partir do segundo trimestre de 1967, inicialmente com periodicidade trimestral e cobertura geográfica parcial, sendo restrita apenas as cinco regiões geográficas. Em 1970 foi interrompida devido ao VIII Recenseamento Geral, sendo reiniciada no quarto trimestre de 1971, para os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande Sul, seguindo até o final de 1973 no qual foi introduzida a área urbana das regiões Norte e Centro-Oeste para a pesquisa. Em 1975, foi outra vez descontinuada por causa da realização do ENDEF (Estudo Nacional da Despesa Familiar). No ano seguinte o levantamento foi retomado indo até o ano de 1979, com base anual. A área rural da região Centro-Oeste começou a integrar a PNAD a partir de 1982, e a partir de 2004 passou a abranger

²¹ Optou-se por utilizar os dados fornecidos pela PNAD devido a questões de periodicidade, uma vez que se fosse utilizada outra base de dados, por exemplo, o Censo que produz informações decenais, esse possui uma defasagem de 6 anos, visto que o último Censo foi realizado no ano de 2010.

* A expansão da amostra se deu através da variável V4729 “peso da pessoa”.

todo o território nacional com a inserção das áreas rurais da região Norte, com exceção do estado de Tocantins.

Tendo como referência o mês de setembro, a PNAD investiga anualmente, exceto em anos nos quais são realizados os censos demográficos, de maneira permanente uma diversidade de características gerais com relação a população, educação, trabalho, rendimento e habitação, em que a população de interesse consiste nos domicílios brasileiros e nas pessoas que neles residem. Adicionalmente, em períodos variáveis e dependendo de necessidades de informação para o país, a pesquisa aborda outros temas como as propriedades sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, dentre outras temáticas. Essa pesquisa possui abrangência nacional com desagregação geográfica, a saber: Brasil, Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas que incluem alguns dos municípios das capitais. Sendo assim, as unidades geográficas de menores proporções como os municípios, distritos e os setores não são representados pela PNAD.

A Tabela 8 apresenta a amostra e a amostra expandida das PNADs no período de 2004 a 2015 que foram utilizadas para o cálculo do Índice Multidimensional de Pobreza (IMP) para as mulheres e homens chefes de família do Brasil e da Região Nordeste.

Tabela 8 - Amostra e amostra expandida das PNADs de 2004 a 2015

Ano		Brasil			Nordeste		
		Total	Mulher	Homem	Total	Mulher	Homem
2004	Amostra	122.749	36.061	86.688	37.230	11.403	25.827
	Amostra expandida*	56.599.304	16.627.458	39.971.846	14.841.606	4.545.765	10.295.841
2005	Amostra	126.747	38.722	88.025	38.803	12.168	26.635
	Amostra expandida*	57.905.354	17.690.587	40.214.767	15.158.493	4.753.317	10.405.176
2006	Amostra	129.111	40.409	88.702	38.966	12.499	26.467
	Amostra expandida*	59.413.084	18.595.218	40.817.866	15.524.916	4.980.042	10.544.874
2007	Amostra	126.448	41.603	84.845	38.484	12.868	25.616
	Amostra expandida*	60.325.516	19.847.999	40.477.517	15.766.908	5.272.060	10.494.848
2008	Amostra	125.670	43.838	81.832	38.469	13.959	24.510
	Amostra expandida*	61.925.467	21.601.865	40.323.602	16.218.789	5.885.154	10.333.635
2009	Amostra	129.766	45.476	84.290	30.559	13.752	25.807
	Amostra expandida*	62.588.673	21.933.911	40.654.762	16.421.295	5.708.739	10.712.556
2011	Amostra	118.344	44.429	73.915	33.738	13.043	20.695
	Amostra expandida*	65.665.820	24.652.699	41.013.121	17.318.542	6.695.319	10.623.223
2012	Amostra	121.079	46.238	74.841	34.233	13.445	20.788
	Amostra expandida*	67.223.569	25.671.371	41.552.198	17.744.514	6.969.118	10.775.396
2013	Amostra	122.947	47.847	75.100	34.307	13.751	20.556
	Amostra expandida*	68.750.169	26.755.547	41.994.622	18.142.461	7.271.710	10.870.751
2014	Amostra	125.190	49.902	75.288	35.089	14.944	20.145
	Amostra expandida*	70.539.877	28.117.804	42.422.073	18.655.338	7.945.354	10.709.984
2015	Amostra	124.303	50.445	73.858	34.783	14.933	19.850
	Amostra expandida*	71.676.339	29.088.037	42.588.302	18.991.880	8.153.581	10.838.299

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 a 2015).

A natureza dos dados fornecidos pela PNAD possui algumas restrições que precisam ser levados em consideração no momento da análise dos resultados. Hoffmann (1988) aponta

algumas delas: a) as informações acerca do consumo das famílias e do autoconsumo das famílias que sobrevivem da agricultura não estão presentes na pesquisa; b) a subdeclaração dos rendimentos mais altos leva a uma subestimação da renda nacional e do grau de desigualdade da distribuição da renda pessoal; c) alguns aspectos relacionados à metodologia de coleta de dados através de questionários podem contribuir para subestimar a renda total declarada pelos indivíduos entrevistados; e d) não é levado em consideração por parte da pesquisa a parcela da população sem moradia fixa.

Mesmo com essas limitações, a PNAD em seus 51 anos de realização se configurou em um importante instrumento de formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria da condição de vida no Brasil.

No contexto dessa análise, o recorte espacial empregado limita-se à Região Nordeste em comparação ao Brasil, no período de 2004²² a 2015, pois vários autores, dentre os quais Barros Henriques e Mendonça (2001), Rocha (2003; 2006), Kageyama e Hoffmann (2006), Bagolin e Ávila (2006) e Neder (2008) evidenciaram a redução da pobreza no Brasil e suas regiões, principalmente no Nordeste, nesse período.

Apartir dos dados fornecidos pela PNAD e da metodologia proposta por Alkire e Foster (2011) e Alkire e Santos (2010), fazendo as adaptações de nomenclatura necessárias ao modelo original, a fim de atender os objetivos do presente estudo, e as diferentes variáveis propostas pelos autores descritos no Capítulo 2, é construído o MPI para as famílias chefiadas por mulher do Brasil e da Região Nordeste.

4.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: OS DADOS E O INDICADOR DE ANÁLISE

Nesta seção descreve-se o procedimento metodológico que será realizado para a construção e cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional (MPI) para as famílias chefiadas por mulher do Brasil e do Nordeste. O MPI²³ possibilita o cálculo no nível de cada família, ou seja, identifica os indivíduos que passam por privações em conjunto. Além do mais, esse índice consegue capturar não apenas quantos indivíduos sofrem privações em conjunto, como também quantas privações os indivíduos enfrentam na média. Esse índice possui características que o

²² O recorte temporal é iniciado no ano de 2004, pois é a partir desse ano que a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio considera em seu cômputo a zona rural da Região Norte do Brasil.

²³ O MPI é a sucessão do IDH utilizado pelo o PNUD em seus relatórios sobre desenvolvimento humano anual (RDH) e feito em parceria com o *Oxford Poverty and Human Development Initiative* (OPHI).

tornam relativamente simples e adicionalmente agregável, uma vez que pode ser desmembrado em dimensões, tornando possível a obtenção do nível de desenvolvimento de qualquer região e grupos demográficos.

O MPI se adapta às informações básicas contidas no questionário da Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD), e a partir dessas informações pode ser decomposto em dimensões que representam as condições de vida da população. As adaptações de nomenclatura ao modelo original, a fim de atender os objetivos do presente estudo, são descritas a seguir.

4.2.1 Construção do MPI

Conforme Alkire e Foster (2007; 2009; 2011), a primeira etapa que deve ser realizado para compor o MPI consiste na escolha da unidade de análise, que pode ser uma determinada região, um domicílio, ou até mesmo um indivíduo. Em seguida deve-se realizar as escolhas das dimensões e de seus respectivos indicadores (variáveis).

Uma etapa igualmente importante consiste em definir a primeira linha de corte, devendo esta ser especificada para cada indicador, com a maior clareza possível, de modo que seja fácil identificar os indivíduos, ou unidades, que se encontrem ou não em uma situação de pobreza. Nesse caso, o MPI identifica os indivíduos em situação de pobreza levando em consideração dois pontos de corte, ou linhas de pobreza. O primeiro ponto de corte ocorre ao se definir Y como uma matriz ($n \times d$) em que n representa o número de unidades básicas sob análise ao passo que d representa o número de dimensões do índice. A observação típica de Y , $y_{ij} \geq 0$, corresponde ao desempenho do indivíduo $i = 1, 2, \dots, d$, ou seja, é a realização da unidade i no que se refere à dimensão j .

Tal realização corresponderá ao quanto do objetivo relacionado à dimensão j a unidade i consegue alcançar. Por exemplo, sendo j um indicador que se refere ao acesso ao conhecimento e a unidade i ao indivíduo, então uma provável medida de realização pode ser relacionada ao fato do indivíduo saber ou não ler e escrever, tal indivíduo será considerado privado (P) se não souber ler e escrever e não privado (NP) se souber ler e escrever.

Nesse caso, a unidade i será privada (P) em determinada dimensão, se, e somente se, $y_{ij} < z_j$. Em que $z_j > 0$ representa a linha de corte sob a qual se considera que um indivíduo sofre privações na dimensão j , em outras palavras, representa o ponto de corte no processo de identificação da pobreza, de modo que z representa um vetor de dimensão ($1 \times d$) com todas as linhas de corte para todas as dimensões. Do mesmo modo, c representa um vetor de dimensão

$n \times l$ tal que cada elemento c_i corresponde à quantidade de privações enfrentadas pela unidade i .

A segunda linha de corte (k) para a identificação de indivíduos em situação de pobreza é dado por $0 < k < d$, em que a unidade i é considerada em condição de pobreza se, e somente se, $c_i \geq k$. Nesse caso, o parâmetro k servirá para medir a pobreza extrema. Em uma situação de $k = d$, apenas serão considerados pobres aquelas unidades privadas em todas as dimensões, ao passo que, um $k = 1$ identifica como pobre qualquer unidade privada em apenas uma dimensão. Ou seja, a segunda linha de corte determina em quantos indicadores um indivíduo terá de ser privado para que seja considerado multidimensionalmente pobre.

No caso em que se deseje hierarquizar as dimensões do índice de pobreza multidimensional, basta atribuir pesos w_j a cada uma das dimensões que compõem o MPI, tal que o $\sum_j^d w_j = 1$, de modo que cada elemento c_i passaria a constituir uma soma ponderada das privações.

Contudo, identificar quais unidades estão inseridas em uma situação de pobreza não constitui em si um índice propriamente dito de pobreza multidimensional que possa ser aplicado a distintos níveis regionais/demográficos. Diante dessa realidade, Alkire e Foster (2011) elaboraram um índice capaz de comparar a ocorrência de pobreza entre as regiões.

Os autores partiram da forma mais intuitiva de se fazer tal agregação, denominada *count ratio*, ou cálculo percentual das unidades em situação de pobreza, representada pela razão entre o número de indivíduos em situação de pobreza, ou seja, que são privadas em um ou mais indicadores k , e o número total de unidades em situação de pobreza em uma dada região, denominando essa medida por H , apresentada na especificação que se segue:

$$H = \frac{\text{número de unidades pobres}}{\text{número total de unidades na região}} = q/n \quad (1)$$

Em que q representa o número total de unidades pobres.

No entanto, conforme Alkire e Foster (2011), a medida H viola o axioma da monotonicidade dimensional, uma vez que quando um indivíduo em situação de pobreza se torna privado em uma dimensão adicional, a medida H não aumenta. A solução para esse problema encontrada por esses autores consiste em calcular a privação média entre os indivíduos em situação de pobreza. Dessa forma, é definido um vetor de privações apenas entre

os indivíduos em situação de pobreza $c(k)$ em que cada entrada desse vetor, $c_i(k)$, tem valor igual a zero para unidades não pobres e valor igual a c_i , que representa o número de dimensões em que a unidade i é privada, para unidades em condição de pobreza.

Desse modo, é possível calcular o hiato da pobreza média, dado pela soma das proporções das privações de todas as unidades pobres dividido pelo número total de unidades em situação de pobreza.

A privação média das unidades em situação de pobreza é dada pela seguinte especificação:

$$A = \sum_i c_i(k) / qd \quad (2)$$

Em que c_i representa o número de dimensões em que a unidade i é privada, qd representa o número total de unidades pobres por dimensão.

Assim, o índice multidimensional de pobreza, dado pela medida M_0 , pode ser calculado por meio do produto entre as medidas H e A , como pode ser visualizado na expressão que se segue:

$$M_0 = H \times A \quad (3)$$

Em que M_0 representa o *headcount ratio* ajustado (cálculo da incidência ajustada), dado pela previsão média entre as unidades em situação de pobreza.

O MPI também pode ser desmembrado em dimensões. Para tal, divide-se o M_0 para cada subgrupo da população a ser analisada, podendo se analisar a contribuição de cada dimensão ou indicador para a pobreza geral. A medida A (soma das proporções das privações de todas as unidades pobres dividido pelo número total de unidades em situação de pobreza) é dividida pelas unidades em condição de pobreza na dimensão j , o que resulta em A_j . No entanto, $A_j \times H$ leva a M_{0j} , ou seja, leva a dimensão ajustada que indica a participação da dimensão j na pobreza total.

Os pesos dados às dimensões e aos componentes do MPI (M_0) para essa pesquisa serão considerados simétricos, isso se deve ao fato de não ser possível saber as preferências e os

gostos da população que se analisa.

Nesse sentido, a ponderação dos pesos obedece à regra de tal modo que o grau de pobreza para cada unidade analisada se situe entre 0 e 1. Nessa margem, a variabilidade igual a 0 da incidência de pobreza corresponde àquelas unidades sem qualquer traço de pobreza, ao passo que a variabilidade da incidência de pobreza igual a 1 diz respeito às unidades absolutamente pobres.

Dessa forma, o MPI soluciona o problema de monotonicidade dimensional apresentada em H , visto que quando um indivíduo que se encontra em uma situação de pobreza é privado em uma dimensão adicional, faz com que o valor de $c_i(k)$ diminua, o que também reduz o valor de A , e conseqüentemente resulta na diminuição de M_0 .

Alkire e Foster (2011) elencam seis propriedades que o MPI obedece, a saber:

i) Invariância as replicações: se x e y representam duas populações, tal que x é um múltiplo de y , dessa forma $M_0(x; z) = M_0(y; z)$, que por sua vez garante que a pobreza avaliada entre regiões com diferentes populações apresente significado.

ii) Foco na pobreza: se x é obtida a partir de y , dado por meio de um incremento das realizações entre os não pobres, ou não imersos em uma situação de pobreza, então $M_0(x; z) = M_0(y; z)$.

iii) Foco nas privações: se x é obtida a partir de y , dado por meio de um incremento entre os indivíduos não privados, dessa forma $M_0(x; z) = M_0(y; z)$.

iv) Monotonicidade fraca: se x é obtida a partir de y , dado por meio de um incremento em qualquer realização, então $M_0(x; z) \leq M_0(y; z)$.

v) Monotonicidade dimensional: se x é obtida a partir de y , dado por meio de um incremento nas unidades pobres, então b .

vi) Normalização: $0 \leq M_0 \leq 1$.

Em sua composição original, o MPI contempla três dimensões: saúde (nutrição e mortalidade infantil); educação (anos de escolaridade completados, frequência à escola das crianças) e padrão de vida (eletricidade, saneamento, água, piso, combustível para cozinhar e bens). Uma das principais limitações do MPI, mas que de nenhum modo impede a sua utilização²⁴, consiste em avanços conceituais e operacionais que poderiam e deveriam ser feitos,

²⁴ Conforme o método Alkire e Foster (AF) não existe um limite máximo para o número de indicadores a serem utilizados. Evidentemente, por se tratar de uma análise multidimensional da pobreza, são necessários no mínimo dois indicadores.

dentre os quais, deveria ser considerado em sua configuração original, dimensões importantes da pobreza como o acesso ao trabalho, o que, como se verá adiante, foi incorporada no cômputo do MPI para esta pesquisa.

No entanto, a principal vantagem em se fazer uso desse indicador de pobreza multidimensional é sua fácil interpretação, dado que deixa claro os passos a serem seguidos para estimar cada dimensão e possibilita a identificação de privações conjuntas além de possuir diversas formas de se apresentar privações por meio da medição de sua intensidade. É também flexível, no sentido de permitir ao pesquisador realizar a definição dos cortes, ou linhas, e pesos de suas dimensões e indicadores (FERES; VILLATORO, 2013).

Na sequência serão apresentadas as dimensões e os indicadores selecionados para compor o MPI, bem como as justificativas que levaram a essas escolhas e ainda a descrição das variáveis que foram utilizadas.

4.2.2 Dimensões, Variáveis e Linhas de Corte Selecionadas para a Construção do MPI

Para esta pesquisa, o MPI foi dividido em sete dimensões de pobreza, avaliadas com base nas informações da PNAD e sintetizadas no indicador multidimensional, a saber: i) vulnerabilidade familiar; ii) acesso ao conhecimento; iii) acesso ao trabalho; iv) disponibilidade de recurso; v) uso do tempo; vi) condições habitacionais e vii) consumo de bens. Cada uma dessas dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para que as unidades sejam capazes de satisfazer as suas necessidades, e, por outra parte a consecução de fins, ou seja, a efetiva satisfação de tais necessidades.

Entre as sete dimensões consideradas, a vulnerabilidade familiar é a única que não representa nem meios, nem fins. Dentre todos os meios de que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades, o acesso ao conhecimento, certamente, se encontra entre os mais importantes.

O acesso ao trabalho representa a oportunidade que uma pessoa tem de utilizar sua capacidade produtiva. Trata-se de um dos casos mais típicos de oportunidade para a utilização de meios. Na medida em que a grande maioria das necessidades básicas de uma família pode ser satisfeita através de bens e serviços adquiridos no mercado, a renda familiar *per capita* passa a ser um recurso fundamental. Assim, a disponibilidade de recursos é considerada um meio de se atingir a satisfação final das necessidades básicas.

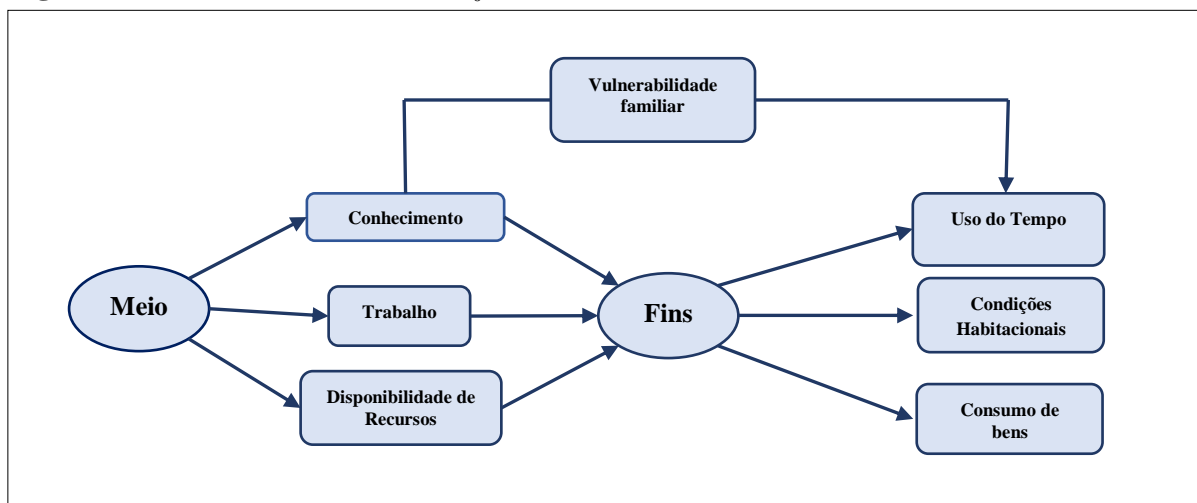
O tempo é um recurso necessário para realizar diversas atividades, tais como o estudo, a participação social e o trabalho. Ele parece muito mais importante no caso das mulheres, uma

vez que parte importante do seu trabalho (trabalho reprodutivo) não é valorizado em termos monetários, mas pode ser medido em termos de tempo.

As condições habitacionais também são uma finalidade a ser perseguida para o desenvolvimento familiar, pois representam uma das principais dimensões das condições de vida de uma família, devido a sua íntima relação com as condições de saúde. A sétima e última dimensão, consumo de bens, está relacionada com o desenvolvimento familiar no que se refere ao padrão de vida.

A Figura 13 mostra essa inter-relação entre essas dimensões, partindo daquelas mais relacionadas ao acesso a meios, para depois concluir com as dimensões mais relacionadas com a consecução de fins.

Figura 13 - Dimensões do MPI (M_0)



Fonte: Elaboração própria com base em Barros, Carvalho e Franco (2003).

Conforme a metodologia proposta por Alkire e Foster (2011), a construção do Índice de Pobreza Multidimensional (MPI) usada nesta pesquisa tem como parâmetro as informações básicas contidas no questionário da PNAD para cada ano do período que se pretende analisar, 2003 a 2015. Dada a sua linearidade, utilizada tanto na agregação da pobreza de diversas famílias como na agregação das dimensões relativas à pobreza, o MPI permite que se obtenha o grau de incidência de pobreza de toda a população com relação a cada uma de suas dimensões.

4.2.3 Descrição das Variáveis

As dimensões que compõem o MPI são sete, no entanto, elas se desdobram em componentes, que totalizam 27; e os indicadores, ou variáveis que são 37. A análise volta-se à

unidade domiciliar, mais especificamente para a(s) família(s), para a(s) qual(is) são atribuídos pesos idênticos a todas as variáveis pertencentes ao mesmo componente, bem como a todos os componentes de uma mesma dimensão e ainda para todas as dimensões.

O peso atribuído para variáveis de diferentes componentes não é o mesmo, uma vez que tanto o número de componentes por dimensão como o número de variáveis por componentes variam. Entretanto, a ponderação foi normalizada²⁵ de tal modo a possibilitar a variação do grau de pobreza de cada família entre 0 (para as famílias sem qualquer traço de pobreza) e 1 (para as famílias absolutamente pobres).

As sete dimensões se estendem em componentes que, ao seu turno, demandam diferentes indicadores para representá-los. Os componentes que definem as sete dimensões de análise, bem como os indicadores e as suas linhas de corte que definem se a unidade analisada sem encontra em uma situação de pobreza ou não são descritos no Quadro 2.

A primeira linha de corte utilizada para compor o MPI define se a unidade de análise investigada, nesse caso, as mulheres e homens chefes de família do Brasil e da Região Nordeste, é privada (P) ou não privada (NP) para cada uma das 37 variáveis das 7 dimensões consideradas no cálculo do MPI. Por exemplo, se na sétima dimensão “acesso a bens duráveis”, no indicador “o domicílio possui geladeira”, essa chefe de família será considerada privada (P) caso não possua esse bem, e não privada (NP) se possuir referido bem em seu domicílio.

Assim, a segunda linha de corte (k) determinará o número de privações que as mulheres e homens chefes de família do Brasil e Nordeste necessitam apresentar para serem enquadradas em uma situação de pobreza. Seguindo as recomendações de Alkire e Foster (2011), o k escolhido como segunda linha de corte é $k = 12$, equivalente a 1/3 do total de variáveis que serão utilizadas na construção do MPI.

Na dimensão 1, estão presentes os componentes, assim como os respectivos indicadores que tratam da ausência de vulnerabilidade familiar, que pode ser entendida como o montante adicional requerido pela família para satisfazer suas necessidades essenciais, com respeito ao que seria requerido por uma família-padrão (QUADRO 2). A vulnerabilidade familiar pode ser diferenciada entre três componentes: atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens; atenção e cuidados especiais com idosos; e dependência econômica.

Algumas considerações devem ser feitas com relação à definição de alguns componentes utilizados na construção dos indicadores da dimensão em questão. Neste trabalho são consideradas crianças os indivíduos dentro do recorte etário de 0 a 9 anos; criança e

²⁵ O peso atribuído para cada uma das 37 variáveis utilizadas para compor o MPI foi idêntico, sendo esse peso calculado por $w=1/37$.

adolescente de 0 a 17 anos; criança, adolescente e jovem de 0 a 24 anos e idosos ou indivíduos com idade de 60 anos ou mais.

Quadro 2- Definição das dimensões, componentes e variáveis do MPI²⁶

Componentes	Variáveis (Privado se) ²⁷
Dimensão 1: Vulnerabilidade familiar	
CV1. Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	V1. Presença de criança ou adolescente V2. Presença de criança, adolescente ou jovem
CV2. Atenção e cuidados especiais com idosos	V3. Presença de idoso
CV3. Dependência econômica	V4. Menos da metade dos membros da família não se encontrar em idade ativa
Dimensão 2: Acesso ao Conhecimento	
CE1. Analfabetismo	E1. Presença de adulto analfabeto E2. Presença de adulto analfabeto funcional
CE2. Escolaridade	E3. Ausência de pelo menos um adulto com fundamental completo E4. Ausência de pelo menos de um adulto com ensino médio completo E5. Ausência de pelo menos um adulto com alguma educação superior
CE3. Qualificação profissional	E6. Ausência de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta
Dimensão 3: Acesso ao Trabalho	
CT1. Disponibilidade de trabalho	T1. Menos da metade dos membros em idade ativa não se encontrar ocupada T2. Ausência de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual
CT2. Qualidade do posto de trabalho	T3. Não houver pelo menos um ocupado no setor formal T4. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola
CT3. Remuneração	T5. Não houver pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo T6. Não houver pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos
Dimensão 4: Disponibilidade de Recursos	
CR1. Extrema pobreza	R1. Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha da extrema pobreza
CR2. Pobreza	R2. Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza
CR3. Capacidade de geração de renda	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências
Dimensão 5: Uso do Tempo	
CG1. Horas dedicadas ao trabalho principal	G1. Horas dedicadas ao trabalho principal superior a 44 horas semanais
CG2. Horas dedicadas ao trabalho doméstico	G2. Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior a 44 horas semanais
CG3. Tempo de percurso diário de deslocamento para o local de trabalho	G3. Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho superior a 1 hora
Dimensão 6: Condições Habitacionais	
CH1. Propriedade	H1. Domicílio não for próprio H2. Domicílio não for próprio ou cedido
CH2. Déficit habitacional	H3. Densidade superior a 2 moradores por dormitório
CH3. Abrigabilidade	H4. Material de construção não for permanente
CH4. Acesso a abastecimento de água	H5. Não existir água canalizada no domicílio
CH5. Acesso à energia elétrica	H6. Não existir energia elétrica no domicílio
CH6. Acesso a saneamento	H7. Esgotamento sanitário inadequado H8. Ausência de banheiro no domicílio ou na propriedade H9. Uso do banheiro ou sanitário não é destinado exclusivamente ao domicílio
CH7. Acesso à coleta de lixo	H10. Lixo não é coletado
CH8. Acesso à internet	H11. Sem acesso à internet
Dimensão 7: Consumo de bens	
CC1. Acesso a fogão	C1. O domicílio não possui fogão
CC2. Acesso à geladeira	C2. O domicílio não possui geladeira
CC3. Acesso à máquina de lavar roupas	C3. O domicílio não possui máquina de lavar
CC4. Acesso a microcomputador	C4. O domicílio não possui microcomputador

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD.

²⁶ A escolha das dimensões, componentes e variáveis/indicadores foi baseada nos trabalhos de Barros, Carvalho e Franco (2003;2006); Albuquerque (2011); Ottonelli (2013); e Oliveira (2014).

²⁷ O indivíduo, ou unidade analisada, será considerado em uma situação de pobreza caso não se enquadrar na condição definida.

A dimensão 2, acesso ao conhecimento, é composta por três componentes: analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional, e por seis indicadores, ausência de adulto analfabeto, ausência de adulto analfabeto funcional, presença de pelo menos um adulto com fundamental completo, presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo, presença de pelo menos um adulto com alguma educação superior, presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta.

Uma situação ideal para o primeiro indicador (ausência de adulto analfabeto) seria aquela em que sua proporção fosse igual a 0, isto é, que todos os adultos moradores de um domicílio fossem alfabetizados. Valores próximos a 1 são considerados uma privação relevante, pois uma situação como esta irá representar a presença de analfabetismo, baixo grau de escolaridade e qualificação profissional no domicílio. Para essa dimensão são considerados adultos os indivíduos com idade entre 25 e 59 anos.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) definia em 1958 como alfabetizada uma pessoa que possuísse a capacidade de ler e escrever, um enunciado simples relacionado à sua vida diária. No entanto, como reflexo das próprias mudanças sociais, esse conceito vem se redefinindo ao longo dos últimos anos e desde 1978 essa instituição vem adotando os conceitos de analfabetismo e analfabetismo funcional. Nesse sentido, é analfabeta funcional a pessoa incapaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

Seguindo essa conceituação, a partir de 1990 o IBGE passa a divulgar índices de analfabetismo funcional, adotando o critério de não auto-avaliação dos entrevistados, mas sim o número de séries escolares concluídas. Considerando que é alfabetizada a pessoa que sabe ler e escrever um recado ou bilhete simples no idioma que conhece, até mesmo a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de ler ou escrever. No que diz respeito ao analfabetismo funcional passou a ser adotado o critério de que é analfabeto funcional o indivíduo com menos de quatro anos de estudo.

Desse modo, com relação à alfabetização na presente pesquisa, será considerado adulto analfabeto aquele que não sabe ler e escrever e adulto analfabeto funcional, aquele com menos de 4 anos de estudo.

O acesso ao trabalho e renda impacta diretamente na constituição ou não de privações que caracterizam a pobreza. Assim, na dimensão 3, acesso ao trabalho, dentre os múltiplos componentes que possui, são destacados: disponibilidade de trabalho, qualidade do posto de

trabalho e remuneração. Para essa dimensão são considerados membros em idade ativa as pessoas com 10 anos ou mais de idade.

A disponibilidade de recursos representa a quarta dimensão que compõe o MPI, essa dimensão é formada por três componentes e três indicadores, estes últimos são: renda familiar *per capita* superior à linha da extrema pobreza, renda familiar *per capita* superior à linha de pobreza e maior parte da renda familiar não advém de transferências. Para esse último componente vale destacar que na PNAD as informações referentes as transferências são captadas por meio da variável V1273, a qual considera os juros de caderneta de poupança e de outras aplicações financeiras, dividendos, programas sociais e outros rendimentos que recebia, normalmente, no mês de referência. Assim, além das transferências oriundas de programas sociais, também são consideradas outras formas de transferência de renda, sejam elas públicas ou privadas.

Embora o foco do presente estudo seja a análise da pobreza das famílias nordestinas com chefia feminina por meio da ótica multidimensional, que tem por base as abordagens das necessidades básicas e das capacitações, também se fez necessário utilizar linhas de pobreza e de extrema pobreza ou indigência. Desse modo, para a dimensão 4, as linhas de pobreza utilizadas para medir a pobreza multidimensional dos domicílios com chefia feminina na Região Nordeste brasileira no período de 2004 a 2015 correspondem a $\frac{1}{2}$ salário mínimo para cada ano vigente. Já as linhas de extrema pobreza são representadas por $\frac{1}{4}$ de salário mínimo em cada ano analisado.

O tempo é um recurso necessário para realizar diversas atividades, tais como o estudo, a participação social e o trabalho. Ele parece muito mais importante no caso das mulheres uma vez que parte importante do seu trabalho (trabalho reprodutivo) não é valorizado em termos monetários, mas pode ser medido em termos de tempo. Assim, a quinta dimensão, uso do tempo, pretende medir o tempo disponível dos chefes de família dos domicílios com relação as horas dedicadas ao trabalho produtivo e doméstico, bem como as horas com o percurso de deslocamento ao local de trabalho.

A sexta dimensão que integra o indicador multidimensional de pobreza é composta de oito componentes: propriedade, déficit habitacional, abrigabilidade, acesso a abastecimento de água, acesso à energia elétrica, acesso a saneamento, acesso à coleta de lixo, acesso à internet.

A sétima e última dimensão diz respeito ao consumo de bens e é composta por quatro componentes: acesso a fogão, acesso à geladeira, acesso à máquina de lavar roupas e acesso a microcomputador. Nessa dimensão, a escolha de seus indicadores se justifica pela relevância que possuem em especial às questões relacionadas com a alimentação, como é o caso dos

eletrodomésticos fogão e geladeira e a questões relacionadas ao uso do tempo no trabalho doméstico, como é o caso da máquina de lavar roupas.

Cabe ainda destacar que nesta pesquisa se utiliza como *proxy* para o chefe de família a variável da PNAD condição na unidade familiar (V0402) igual a pessoa de referência na família que é entendida como a pessoa responsável pela família ou que assim fosse considerada pelos demais membros. Assim, se considerou famílias em que a pessoa de referência era a mulher e, para tornar possível a comparação, famílias em que a pessoa de referência era do sexo masculino. A definição de família, de acordo com a definição do IBGE corresponde ao conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica²⁸ ou normas de convivência²⁹, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar.

²⁸ Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica.

²⁹ Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo).

5. ANÁLISE MULTIDIMENSIONAL DA POBREZA FEMININA

Neste capítulo são apresentados os procedimentos de análise que contemplaram os resultados obtidos do cálculo do Índice Multidimensional de Pobreza (MPI) e o processo de feminização da pobreza para as mulheres chefes de família do Brasil e da Região Nordeste no período de 2004 a 2015.

5.1 ANÁLISE DA POBREZA FEMININA NO BRASIL SEGUNDO AS DIMENSÕES DO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL PARA OS ANOS DE 2004 A 2015

Uma das etapas da construção do Índice Multidimensional de Pobreza (MPI) consistiu na contagem do número de privações para cada indivíduo, o que permitiu identificar os indicadores ou variáveis que os chefes de família mais sofreram privações em cada dimensão desse índice.

A Tabela 9 apresenta o percentual das mulheres chefes de família privadas nas dimensões e componentes do MPI para o Brasil no período de 2004 a 2015, quando $k=12$. No geral, observa-se uma tendência de queda no percentual de mulheres privadas em seis dimensões ao longo do período. Apenas a dimensão disponibilidade de recurso apresentou tendência de alta no ano de 2015, que sofreu aumento de 1,44% no período.

As dimensões do acesso ao trabalho e disponibilidade de recursos foram aquelas em que essas mulheres se mostraram mais vulneráveis. Apesar da melhora no acesso ao trabalho, ao longo do período, cerca de 45,80% e 37,28% dessas chefes de família eram privadas nessas dimensões, respectivamente, em 2015. Cerca de 22,70% das famílias chefiadas por mulheres viviam em situação de pobreza no Brasil, este resultado vai ao encontro da tendência a nível nacional, apresentada por Melo (2005), no qual fora constatado quão imenso é o problema da pobreza na sociedade brasileira.

Por outro lado, em termos proporcionais, as mulheres foram menos privadas nas dimensões relativas as condições habitacionais e de vulnerabilidade familiar, representando em 2015 aproximadamente 9,32% e 9,54% de privação nessas dimensões, respectivamente. A explicação desses acontecimentos será detalhada mais adiante.

Tabela 9. Percentual de mulheres chefes de família privadas nas dimensões e componentes do MPI – Brasil - 2004 a 2015

Descrição	2004	2009	2015
Dimensão1 – Vulnerabilidade familiar	10,40	9,35	9,54
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	5,64	3,95	3,29
Atenção e cuidados especiais com idosos	27,46	27,25	29,90
Dependência econômica	2,85	2,24	1,69
Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento	12,33	11,46	10,27
Analfabetismo	6,96	5,59	3,87
Escolaridade	16,47	16,13	15,92
Qualificação profissional	10,65	9,20	6,15
Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho	49,01	49,10	45,80
Disponibilidade de trabalho	44,61	43,44	42,80
Qualidade do posto de trabalho	54,86	54,14	46,90
Remuneração	47,54	49,73	47,71
Dimensão 4- Disponibilidade de Recursos	36,75	38,23	37,28
Extrema pobreza	14,10	12,24	9,87
Pobreza	26,58	25,08	22,70
Capacidade de geração de renda	69,58	77,35	79,29
Dimensão 5– Uso do Tempo	16,12	15,03	12,64
Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais	28,24	22,96	17,89
Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais	11,15	12,41	9,00
Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora	8,99	9,72	11,05
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	13,06	11,58	9,32
Propriedade	23,03	24,39	22,53
Déficit habitacional	22,55	18,33	13,38
Abriabilidade	2,40	1,26	1,00
Acesso a abastecimento de água	6,38	6,92	7,84
Acesso à energia elétrica	1,85	0,67	0,19
Acesso a saneamento	9,84	8,18	5,59
Acesso à coleta de lixo	9,38	5,97	6,16
Acesso à internet	25,52	20,93	12,13
Dimensão 7 – Consumo de Bens	40,31	30,98	22,99
Acesso a fogão	1,02	0,96	0,69
Acesso à geladeira	11,25	5,48	1,89
Acesso à máquina de lavar roupas	65,52	53,79	37,31
Acesso a microcomputador	83,46	63,69	52,06

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

Na sequência, a Tabela 10 mostra o percentual dos homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI para o Brasil no período de 2004 a 2015. No geral, observa-se uma tendência de queda na proporção de homens privados em todas as dimensões ao longo do período, apenas nas dimensões de vulnerabilidade familiar, devido ao componente atenção e cuidados especiais com idosos, e disponibilidade de recursos apresentaram uma tendência de alta no ano de 2015.

A proporção de homens chefes de família privados na dimensão vulnerabilidade era de aproximadamente 7,49% no ano de 2015, ao passo que a proporção de homens privados na dimensão disponibilidade de recursos representou 36,26%. Tal resultado é semelhante ao que aconteceu no caso das mulheres, essas duas dimensões também tiveram elevações se comparado 2004 versus 2015.

Tabela 10. Percentual de homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI – Brasil - 2004 a 2015

Descrição	2004	2009	2015
Dimensão1 – Vulnerabilidade familiar	6,86	6,87	7,49
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	3,32	2,84	2,36
Atenção e cuidados especiais com idosos	17,94	20,10	24,23
Dependência econômica	2,85	1,70	1,01
Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento	16,20	14,62	12,85
Analfabetismo	9,43	7,74	5,42
Escolaridade	20,24	19,05	18,33
Qualificação profissional	17,65	15,07	11,29
Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho	49,21	48,90	46,74
Disponibilidade de trabalho	53,78	51,64	50,08
Qualidade do posto de trabalho	60,69	58,85	55,70
Remuneração	33,15	36,21	34,44
Dimensão 4- Disponibilidade de Recursos	28,72	32,73	36,26
Extrema pobreza	9,05	8,74	6,82
Pobreza	24,17	23,26	19,35
Capacidade de geração de renda	52,94	66,18	82,60
Dimensão 5 – Uso do Tempo	19,27	16,54	13,24
Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais	47,41	38,65	29,20
Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais	0,74	0,84	0,75
Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora	9,66	10,13	9,78
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	14,94	13,36	10,47
Propriedade	21,35	23,28	21,26
Déficit habitacional	23,52	18,98	13,06
Abriabilidade	3,37	2,08	1,32
Acesso a abastecimento de água	10,95	11,21	12,82
Acesso à energia elétrica	3,99	1,55	0,45
Acesso a saneamento	12,29	10,59	7,08
Acesso à coleta de lixo	16,98	13,04	11,87
Acesso à internet	25,95	21,72	11,90
Dimensão 7 – Consumo de Bens	41,97	33,18	24,14
Acesso a fogão	1,23	1,21	0,94
Acesso à geladeira	14,43	7,50	2,66
Acesso à máquina de lavar roupas	67,51	57,42	39,09
Acesso a microcomputador	84,72	66,60	53,87

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

Em contrapartida, em termos proporcionais, os homens foram menos privados nas dimensões relativas à vulnerabilidade familiar, apesar do aumento da vulnerabilidade nesse componente observado no período, e as condições habitacionais, representando em 2015 aproximadamente 7,49% e 10,47% de privação nessas dimensões, respectivamente.

5.1.1 Dimensão Vulnerabilidade Familiar

O objetivo dessa dimensão é medir a vulnerabilidade familiar no que se refere ao montante adicional requerido pelas famílias para satisfazer suas necessidades essenciais. Essa dimensão é composta por três componentes, a saber: CV1 - Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens; CV2 - Atenção e cuidados especiais com idosos e CV3 - Dependência econômica.

O componente CV1 é composto por dois indicadores: V1 que busca medir a privação da família com relação à presença de criança ou adolescente; e V2 que procura medir a privação familiar no que diz respeito à presença de criança, adolescentes ou jovens. O componente CVI

é composto por um único indicador V3 que mede a privação familiar com relação à presença de idoso. O componente CV3 também é formado por apenas um indicador V4 que procura captar a privação familiar no que se refere à dependência econômica e avalia a parcela de membros que se encontram ou não em idade ativa (a partir dos 10 anos de idade).

A presença, por exemplo, de gestantes e crianças aumenta a vulnerabilidade das famílias, pois demanda mais volume de recursos necessários para a satisfação de suas necessidades, assim como a presença de idosos e a dependência econômica, são também aspectos relevantes para a compreensão das vulnerabilidades das famílias.

Como evidenciado na Tabela 5, ao longo do período houve uma relativa melhora na vulnerabilidade das famílias que tinham a mulher como chefe, tal resultado se deveu principalmente em razão da redução da proporção de famílias privadas nos componentes atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens e dependência econômica.

A dependência econômica diz respeito ao fato da família se encontrar numa situação em que a renda familiar seja oriunda de uma pequena parcela dos seus membros, por exemplo, famílias com um número proporcionalmente elevado de crianças ou idosos em relação à quantidade de adultos. A melhora desse componente também pode ser explicada pela diminuição da taxa de fecundidade total brasileira, que segundo dados do IBGE passou de 2,14 filhos em 2004 para 1,72 filhos em 2015.

O envelhecimento da população exige gastos adicionais com os idosos, o que tende a encarecer os orçamentos familiares. Conforme dados do IBGE, a expectativa de vida ao nascer dos brasileiros era de 71,7 anos em 2004 e passou a ser 75,5 anos em 2015. Ao longo desse período a proporção de famílias que foram privadas no componente atenção e cuidados especiais com idosos foi se intensificando, passando de 27,46% no ano de 2004 para 29,90 no ano de 2015. Resultado que pode ser considerado desfavorável do ponto de vista da vulnerabilidade familiar, mas favorável se levado em consideração o aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

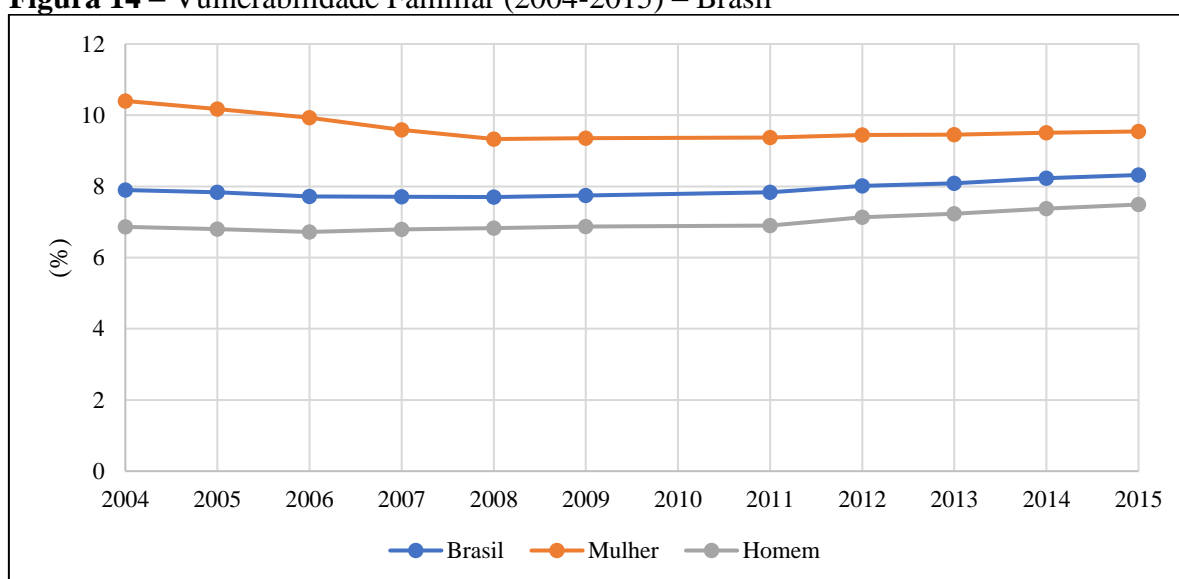
Ao longo desse período houve no Brasil a criação de legislações que contribuíram para a redução da privação nessa dimensão, dentre as quais pode-se citar a criação, por parte do governo federal, de programas direcionados à saúde³⁰, como os programas Farmácia Popular³⁰,

³⁰ O Programa Farmácia Popular do Brasil é uma iniciativa do Governo Federal que cumpre uma das principais diretrizes da Política Nacional de Assistência Farmacêutica. Foi implantado por meio da Lei nº 10.858, de 13 de abril de 2004, que autoriza a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) a disponibilizar medicamentos mediante ressarcimento, e pelo Decreto nº 5.090, de 20 de maio de 2004, que regulamenta a Lei nº 10.858, institui o Programa Farmácia Popular do Brasil. São oferecidos medicamentos gratuitos para hipertensão (pressão alta), diabetes e asma, além de medicamentos com até 90% de desconto indicados para dislipidemia (colesterol alto),

criado com o objetivo de fornecer à população medicamentos considerados essenciais; e o programa de Estratégia Saúde da Família (ESF)³¹, que busca promover a qualidade de vida da população brasileira e intervir nos fatores que colocam a saúde em risco, como falta de atividade física, má alimentação, uso de tabaco, dentre outros. Assim, pode-se inferir que de certa maneira esses programas contribuíram para a longevidade desses chefes de família.

No entanto, mesmo com a redução da proporção de famílias brasileiras chefiadas por mulheres privadas nessa dimensão, a vulnerabilidade familiar para essas mulheres é mais intensa quando comparada ao chefe de família do sexo masculino (FIGURA 14).

Figura 14 – Vulnerabilidade Familiar (2004-2015) – Brasil



Fonte: elaboração própria.

No Brasil, a mulher chefe de família é proporcionalmente mais privada do que o homem no componente atenção e cuidados especiais com idosos, o que significa que a família dessa mulher, ou até mesmo ela é enquadrada nessa faixa etária dos 60 anos ou mais de idade, tem em sua composição maior presença de idosos (TABELAS 9 e 10).

rinite, Parkinson, osteoporose e glaucoma. Ainda pelo sistema de copagamento, o Programa oferece anticoncepcionais e fraldas geriátricas (MINISTÉRIO DA SAÚDE a, 2018).

³¹ O modelo preconiza uma equipe de saúde da família de caráter multiprofissional (médico generalista, enfermeiro, auxiliar de enfermagem e agente comunitário de saúde). Com atenção integral, equânime e contínua, a ESF se fortalece como a porta de entrada do Sistema Único de Saúde (SUS) (MINISTÉRIO DA SAÚDE b, 2018).

5.1.2 Dimensão Acesso ao Conhecimento

Dentre todos os meios que uma família pode dispor para satisfazer suas necessidades, sem dúvida, o acesso ao conhecimento se encontra entre os mais importantes. Dotar as famílias de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não constitui uma política eficaz. Tão importante quanto assegurar que as famílias tenham acesso a esses meios é conceder-lhes a oportunidade de utilizá-los. Por exemplo, se não é dada a determinado indivíduo a oportunidade de realizar uma determinada função no qual lhe foi conferido os conhecimentos necessários para desempenhá-la. Privar os indivíduos do conhecimento é também privá-los do acesso ao mercado de trabalho.

Por meio dessa dimensão é possível analisar o desenvolvimento das famílias no que diz respeito ao analfabetismo (CE1), à escolaridade (CE2) e à qualificação profissional (CE3).

O componente CE1 é composto por dois indicadores que buscam medir a privação do chefe de família no que diz respeito ao analfabetismo (E1), se sabe ler e escrever, e ao analfabetismo funcional (E2), se esse chefe possui mais de quatro anos de estudo. O componente CE2 é constituído por três indicadores que buscam medir a privação do chefe de família com relação à conclusão do ensino fundamental (E3), do ensino médio (E4) e se esse chefe possui alguma educação superior (E5). O componente CE3 mede a privação dos chefes de família com relação a qualificação profissional por meio do indicador E6, trabalhador com qualificação média ou alta, isto é, chefes de família trabalhadores com ensino médio completo e ou ensino superior completo.

A proporção de mulheres privadas no acesso ao conhecimento foi reduzida ao longo do período, no ano de 2004 aproximadamente 12,33% dessas mulheres eram privadas nessa dimensão, em 2015 essa proporção foi de 10,27%, ou seja, uma redução de aproximadamente 16,71% na quantidade de mulheres chefes de família sem acesso à educação (TABELA 9).

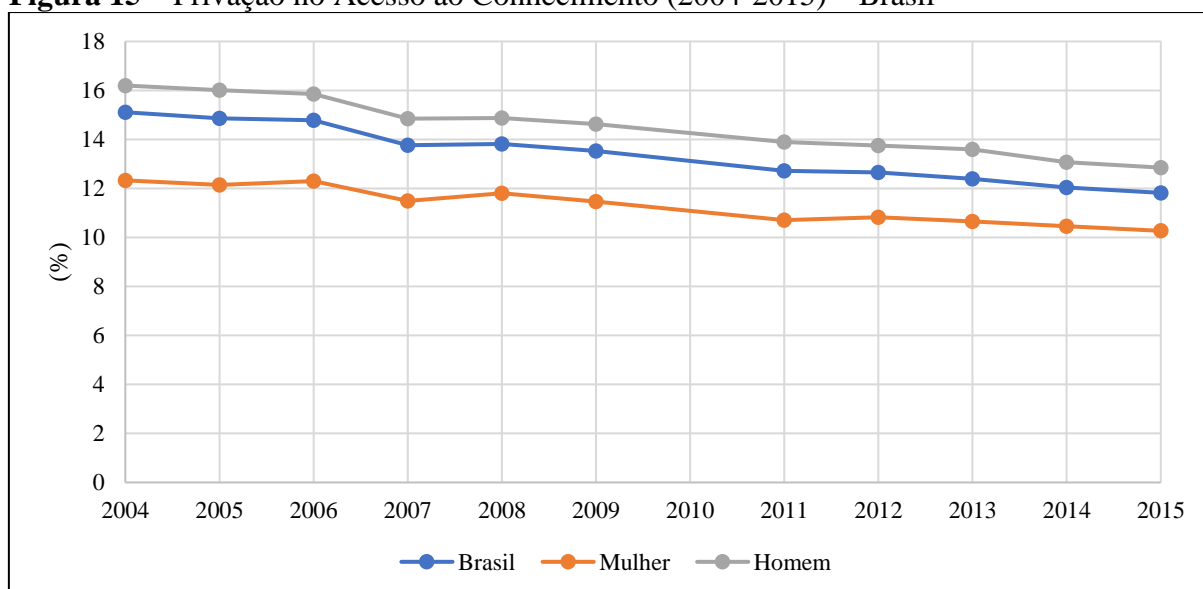
A proporção de mulheres que sofrem privação em todos os três componentes dessa dimensão, analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional, diminuiu no decorrer do período, no entanto, o componente escolaridade foi o que se manteve mais constante, tal resultado se deveu sobretudo ao indicador E5 (ausência de pelo menos um adulto com alguma educação superior) que no ano de 2015 indicou que 29,17% dessas mulheres era privadas nesse quesito, isto é, não possuíam um mínimo de educação superior.

Dotar os indivíduos de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não constitui uma política eficaz. Assim, tão importante quanto assegurar que essas pessoas tenham acesso a esses meios é conceder-lhes a oportunidade

de utilizá-los. Por exemplo, se não é dada a determinado indivíduo a oportunidade de realizar uma função no qual lhe foi conferido os conhecimentos necessários para desempenhá-la. Privar os indivíduos do conhecimento é também privá-los do acesso ao mercado de trabalho.

A Figura 15 mostra a evolução do acesso ao conhecimento por parte dos chefes de família brasileiros no período de 2004 a 2015. Nela também pode ser observada essa redução na proporção desses chefes de família privados nessa dimensão ao longo desse período. Como se percebe as mulheres são menos privadas nessa dimensão em comparação aos homens. Assim, não é essa dimensão que as induz para a condição de pobreza, mas possivelmente outras dimensões que não permitem que a mulher faça uso desse maior conhecimento para auferir maiores rendas e bem-estar.

Figura 15 – Privação no Acesso ao Conhecimento (2004-2015) – Brasil



Fonte: elaboração própria.

Os principais componentes responsáveis por esse quadro são o analfabetismo e a qualificação profissional, dos quais 3,87% e 6,15% dessas mulheres eram privadas, respectivamente. O que significa que em relação aos homens, elas buscam obter maior qualificação profissional e também são mais alfabetizadas.

Em 2015, cerca de 3,38% delas eram analfabetas (E1), ao passo que homens representavam 4,78%. Com relação ao analfabetismo funcional (E2), ou seja, chefes de família com menos de quatro anos de estudo, 4,35% das mulheres se enquadravam nessa categoria e contra 6,05% dos homens. No que diz respeito à componente qualificação profissional, 6,15% dessas mulheres que trabalhavam na semana de referência não possuíam qualificação média ou

alta (só possuíam grau de instrução de ensino fundamental), enquanto 11,29% dos homens se encontravam nessa situação.

No início dos anos 2000, houve a criação de novas Instituições de Ensino Superior (IES) no país, com o intuito de aumentar a oferta de vagas nessas instituições, e conseqüentemente o número de alunos matriculados nas universidades brasileiras. Vários programas federais foram criados com esse propósito, por exemplo, o Programa Universidade para Todos (PROUNI), desenvolvido pelo governo federal brasileiro em 2004, com o objetivo de conceder bolsas de estudos integrais ou parciais em cursos de graduação de instituições de ensino superior privadas.

A distribuição regional das matrículas no ensino superior é nos anos de 2004 e 2015 é evidenciada na Tabela 11. Nota-se que essas matrículas obtiveram incremento mais que proporcional na Região Nordeste, aumento de 110,79%. O crescimento mais acentuado nessa Região foi impulsionado pelo setor de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas. Vale destacar que em 2004 as IES públicas lideravam as matrículas na Região Nordeste, realidade oposta observada em 2015.

Tabela 11 - Distribuição de alunos matriculados em cursos presenciais em IES brasileiras por sexo e Região (2004 e 2015)

	2004			2015			Variação %		
	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher
Brasil	4.163.733	1.817.217	2.346.516	6.633.545	2.946.174	3.687.371	59,32	62,13	57,14
Pública	1.178.328	534.084	644.244	1.823.752	868.436	955.316	54,77	62,60	48,28
Privada	2.985.405	1.283.133	1.702.272	4.809.793	2.077.738	2.732.055	61,11	61,93	60,49
Norte	250.676	100.926	149.750	473.848	202.271	271.577	89,03	100,42	81,35
Pública	133.914	52.717	81.197	186.069	82.288	103.787	38,95	56,09	27,82
Privada	116.762	48.209	68.553	287.779	119.989	167.790	146,47	148,89	144,76
Nordeste	680.029	294.790	385.239	1.433.406	609.406	824.000	110,79	106,73	113,89
Pública	345.508	150.016	195.492	539.359	247.178	292.181	56,11	64,77	49,46
Privada	334.521	144.774	189.747	894.047	362.228	531.819	167,26	150,20	180,28
Sudeste	2.055.200	911.501	1.143.699	3.087.825	1.397.965	1.689.860	50,24	53,37	47,75
Pública	363.924	179.972	183.952	631.597	317.323	314.274	73,55	76,32	70,85
Privada	1.691.276	731.529	959.747	2.456.228	1.080.642	1.375.586	45,23	47,72	43,33
Sul	793.298	353.866	439.432	1.021.149	470.457	550.692	28,72	32,95	25,32
Pública	216.758	106.648	110.110	300.342	145.219	155.123	38,56	36,17	40,88
Privada	576.540	247.218	329.322	720.807	325.238	395.569	25,02	31,56	20,12
Centro-Oeste	384.530	156.134	228.396	617.317	266.075	351.242	60,54	70,41	53,79
Pública	118.224	44.731	73.493	166.385	76.434	89.951	40,74	70,87	22,39
Privada	266.306	111.403	154.903	450.932	189.641	261.291	69,33	70,23	68,68

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais - INEP (2004, 2015).

Outro aspecto importante que merece destaque é a presença majoritária de mulheres matriculadas em cursos presenciais de Instituições de Ensino Superior no Brasil e em todas as regiões, sejam elas públicas ou privadas. O que significa que no país e em suas Regiões, em relação aos homens, as mulheres, sejam elas chefes de família ou não, procuram obter maior qualificação educacional.

5.1.3 Dimensão Acesso ao Trabalho

O acesso ao trabalho representa a oportunidade que um indivíduo tem de poder utilizar sua capacidade produtiva. Trata-se, assim, de um dos casos mais típicos de oportunidade para a utilização de meios. E em se tratando de uma perspectiva de gênero, o mercado de trabalho é uma das esferas em que se pode quantificar claramente as desigualdades sofridas pelas mulheres.

Essa dimensão é formada por três componentes: CT1. Disponibilidade de trabalho; CT2. Qualidade do posto de trabalho; e CT3. Remuneração. O componente CT1 é formado por dois indicadores, T1 e T1, o primeiro mede a privação familiar do chefe de família com relação à ocupação de mais de metade de seus membros em idade ativa, e o segundo se existe trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual.

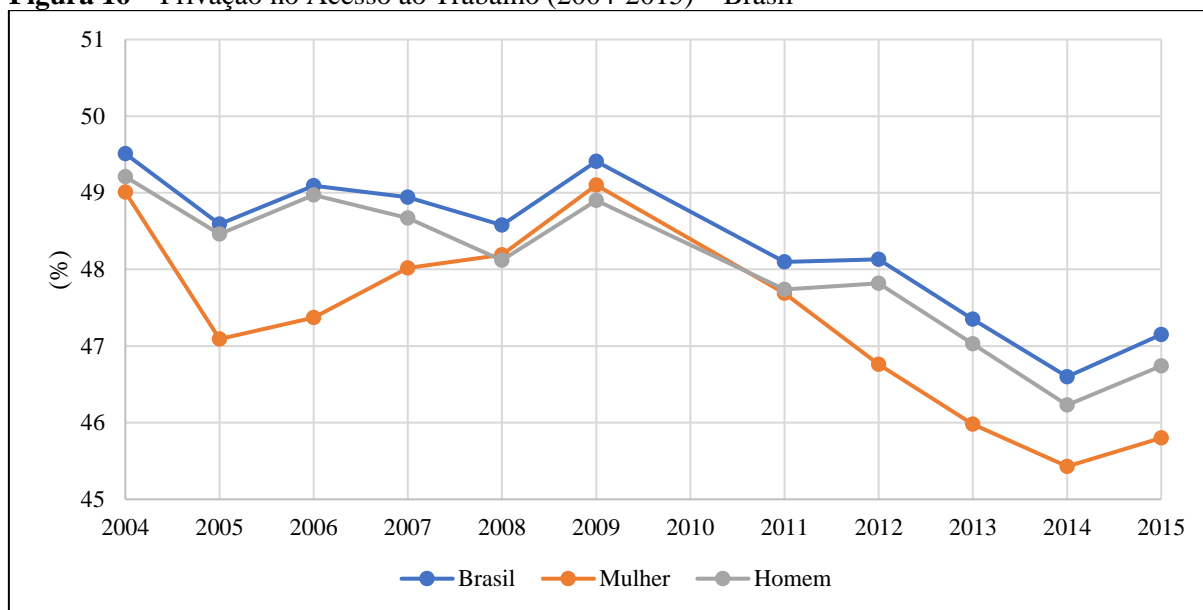
O segundo componente, CT2, avalia a qualidade do posto de trabalho do chefe de família por meio de dois indicadores T3 e T4, o primeiro avalia a formalidade do trabalho exercido (se possui carteira de trabalho assinada) e o segundo se esse trabalho é em atividade agrícola ou não. O terceiro e último componente, CT3, é composto pelo indicador T5 que avalia se o rendimento do trabalhador é superior a um salário mínimo e T6 que avalia a presença de ocupado com rendimento superior a dois salários mínimos.

No geral, a proporção de mulheres brasileiras chefes de família privadas no acesso ao trabalho ao longo do período reduziu, passando de 49,01% em 2004 para 45,80% no ano de 2015, apesar dessas proporções serem, todavia, elevadas, essa variação representou uma redução 6,55% ao longo desse período (TABELA 9). Entretanto, chama a atenção o componente de remuneração dessa dimensão, que apresentou uma tendência de alta ao final do período, passando de 47, 54% no ano de 2004 para 47,71% em 2015.

Como evidencia a Figura 16, em relação ao homem, essa mulher é menos privada ao acesso ao trabalho. Contudo, o que se observa também é que a mulher chefe de família brasileira é mais vulnerável no acesso ao trabalho quando a economia está em crise, como no caso da crise financeira internacional de 2008, claramente visível nos anos de 2008 e 2009. O que pode

ser explicado pelo fato de existir uma tendência das mulheres estarem em cargos mais flexíveis, que em geral tendem a ter uma maior informalidade. Assim, em um contexto de crise econômica, os trabalhadores com cargos mais flexíveis são os primeiros a serem demitidos de suas funções. Entretanto, em 2015 observou-se um aumento na privação de homens e mulheres no acesso ao trabalho, que pode ser explicado pela situação de que passa a economia brasileira, o que também impactou na disponibilidade de recursos, como será mostrado mais adiante.

Figura 16 – Privação no Acesso ao Trabalho (2004-2015) – Brasil



Fonte: elaboração própria.

A teoria do capital humano sugere que quanto mais qualificado for um indivíduo maiores são as chances desse se inserir no mercado de trabalho e auferir maior remuneração. Privar os indivíduos do conhecimento é também privá-los do acesso ao mercado de trabalho. Como demonstrado na seção 5.1.2, as mulheres que são chefes de suas famílias se mostraram menos privadas no acesso ao conhecimento em comparação aos homens. De fato, as mulheres sofrem menos privação no acesso ao trabalho em relação ao homem, exceto em períodos de crise econômica. No entanto, com relação à remuneração, a mulher arrimo de família é mais privada quando comparada ao homem nessa mesma condição. No ano de 2015 a parcela de mulheres privadas nesse quesito representou 47,71% ao passo que os homens representaram 34,44% (TABELAS 9 e 10), diferença de 13,27 p.p.

Tal resultado comprova que é no mercado de trabalho que se pode quantificar claramente as desigualdades sofridas pelas mulheres, basta observar a diferença salarial para cargos semelhantes. As mulheres ganham menos, na média, pois no geral não estão tão

fortemente inseridas naqueles cargos que mais remuneraram. Isso reflete a ideia de desvalorização econômica e social das tarefas desempenhadas por mulheres, traduzida em menores salários e em uma segregação ocupacional que reserva a elas os postos de trabalho mais precários, menos formalizados (KON, 2002; MELO, 2005).

5.1.4 Dimensão Disponibilidade de Recursos

A dimensão disponibilidade de recursos faz referência às famílias que se encontram abaixo da linha de extrema pobreza (indigência), abaixo da linha de pobreza e daquelas famílias nas quais a maior parte da renda domiciliar advém de transferências de renda.

A renda familiar *per capita* é um recurso fundamental já que grande parte das necessidades básicas de uma família pode ser satisfeita pela aquisição de bens e serviços no mercado. Ainda que a procedência dos recursos possa ser relevante para se satisfazer as necessidades de uma família, a sustentabilidade e o grau de independência dela dependem da parcela que é gerada autonomamente e da parte que é recebida como transferências de outras famílias ou do governo.

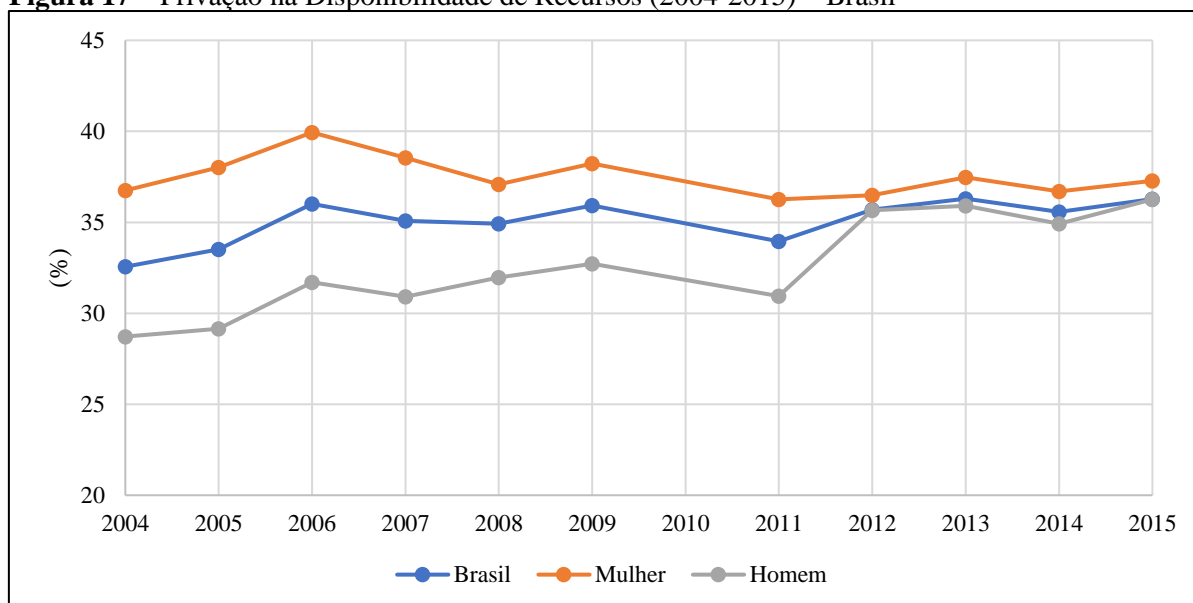
A vulnerabilidade da mulher chefe de família na disponibilidade de recursos passou de 36,75% no ano de 2004 para 37,28% em 2015, o que representou um aumento de 1,44%. Outro resultado importante mostra que essas mulheres são principalmente privadas na capacidade de geração de renda. Em 2015, cerca de 79,29% dessas mulheres tinham parte dos recursos oriundos de transferências de fontes públicas ou privadas. Em 2004, a proporção de mulheres privadas nesse quesito era de 69,58%, o que significa uma alta de 13,96% ao longo do período. Também chama a atenção o fato de que uma proporção considerável dessas mulheres estarem inseridas na pobreza, isto é, 22,70% delas possuíam renda familiar per capita inferior a $\frac{1}{2}$ salário mínimo (R\$ 394,00) no ano de 2015 (TABELA 8).

Já a vulnerabilidade do homem chefe de família, embora menos intensa em relação à vulnerabilidade feminina nessa dimensão, também aumentou ao longo período. No ano de 2004 aproximadamente 28,72% desses homens eram privados na disponibilidade de recursos. Essa proporção aumentou em 2015, passando a representar 36,26% desses, isto é, um aumento de 26,25% na privação desses homens nessa dimensão. Assim como o evidenciado para as mulheres, o componente relacionado a capacidade de geração de renda foi o principal responsável pelo aumento da vulnerabilidade masculina na disponibilidade de recurso, ao longo do período passou de uma proporção de homens privados de 52,94% em 2004 para 82,60% em 2015, aumento de 52,03% (TABELA 9).

O comportamento dessa dimensão ao longo do período analisado poder ser melhor visualizada na Figura 17, na qual se mostra a evolução da privação sofrida por mulheres e homens chefes de família do Brasil na dimensão disponibilidade de recursos.

Como se observa, a privação da mulher nesse quesito está acima do percentual apresentado para o homem em todos os anos da série. Entretanto, a partir do ano de 2012 essa diferença se mostra menor, dado que a privação na disponibilidade de recursos para esses chefes de família convergiu a partir daquele ano. No entanto, tal resultado não se deve ao fato do índice de privação na disponibilidade de recursos para a mulher ter caído e ter se aproximando do índice para o homem, mas porque cresceu muito a privação do homem nesse quesito, enquanto o da mulher praticamente se manteve estável entre 2004 e 2015.

Figura 17 – Privação na Disponibilidade de Recursos (2004-2015) – Brasil



Fonte: elaboração própria.

Conforme a teoria do círculo vicioso da pobreza e da causação circular cumulativa, quando se inicia o processo de desenvolvimento humano a probabilidade de regressão é menor, em decorrência do processo cumulativo, pois, são reforçados os elementos necessários para a manutenção do bem-estar. Pelo mesmo motivo, o processo cumulativo também pode reforçar os efeitos negativos. No caso dessa pesquisa, a proporção de chefes de família tanto do sexo feminino quanto do sexo masculino privados na dimensão referente à disponibilidade de recursos aumentou no período de 2004 a 2015 (RAIHER, FERRERA DE LIMA, 2014; OLIVEIRA, FERRERA DE LIMA, RAIHER, 2017).

Também vale salientar a política de valorização do salário mínimo implementada nesse período. Entre 2004 e 2015, o salário mínimo passou de R\$ 260,00 para R\$ 788,00, um aumento de 203,1% quando a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) foi de 65,51% no período. Assim, a política de valorização do salário mínimo implementada no Brasil nesse período se mostrou como um dos fatores mais importantes no aumento da renda da população mais pobre e marcou o sucesso de uma luta que promoveu o grande acordo salarial da história do país. A política estabelece, simultaneamente, uma regra permanente e previsível promovendo a recuperação gradativa e diferida no tempo, tendo como referência, para os aumentos reais, o crescimento da economia. Isto é, condiciona a valorização do Salário Mínimo à “produtividade social” (DIEESE, 2017).

5.1.5 Uso do Tempo

O tempo é um recurso necessário para realizar diversas atividades, tais como o estudo, a participação social e o trabalho. Ele parece muito mais importante no caso das mulheres uma vez que parte importante do seu trabalho (trabalho reprodutivo) não é valorizado em termos monetários, mas pode ser medido em termos de tempo. Assim, a alocação nas horas de trabalho produtivo (remunerado) e reprodutivo (não remunerado) influenciam sobremaneira nas diferenças de papéis sociais e de poder desempenhados por mulheres e homens.

A alta participação das mulheres no trabalho doméstico não remunerado, as torna invisíveis como atores, como sujeitos do desenvolvimento. Assim, tão somente quando o trabalho doméstico é reconhecido como um trabalho socialmente necessário é possível resgatar às mulheres como sujeito do desenvolvimento e objeto de políticas (BRAVO, 1998).

A divisão sexual do trabalho, que ao seu turno designa às mulheres o espaço reprodutivo (privado) e aos homens o espaço produtivo (público), é considerada determinante estrutural da relação de pobreza das mulheres em relação aos homens, o que de fato, mais adiante, se comprova nesta pesquisa. Tal divisão é a base da desigualdade de oportunidades que possuem as pessoas de diferentes sexos para ter acesso aos recursos materiais e sociais (propriedade de capital produtivo, trabalho remunerado, educação e capacitação) bem como de participar da tomada das principais decisões políticas, econômicas e sociais que regulam o funcionamento de uma sociedade (BRAVO, 1998).

O Brasil, principalmente nas últimas duas décadas, passou por um intenso processo de modernização econômica e social que acarretou transformações na composição do mercado de trabalho, na estrutura demográfica e nas relações familiares e afetivas. O modelo convencional,

segundo o qual o homem era tido como o principal provedor da casa e a mulher a única responsável pelos os trabalhos domésticos e ao cuidado sem remuneração, vem sendo contrariado (BANDEIRA; PRETURLAN, 2016).

Entretanto, além do desequilíbrio na divisão de tarefas, principalmente no trabalho reprodutivo que por sua vez também inclui o cuidado infantil, outros fatores dificultam o exercício do trabalho remunerado por parte das mulheres, dentre os quais, a diminuição de investimentos públicos em equipamentos como creches públicas de qualidade, que constituem parte do cotidiano de cuidado com as crianças (BIROLI, 2018).

Nesse sentido, essa dimensão procura medir a privação dos chefes de família no que diz respeito ao excesso de horas dedicadas ao trabalho principal, produtivo (G1), ao trabalho doméstico, reprodutivo (G2) e ao percurso diário de ida da residência ao local de trabalho (G3).

No Brasil, a quantidade de mulheres privadas no uso do tempo foi reduzida ao longo do período analisado, passando de uma proporção de 16,12% das chefes de família privadas no uso do tempo no ano de 2004 para 12,64% em 2015, redução de aproximadamente 21,60%. Para essas mulheres, dos três componentes que compõem essa dimensão, apenas o que corresponde ao tempo gasto de percurso diário de ida da residência ao local de trabalho teve piora. No ano de 2004 aproximadamente 8,99% dessas mulheres gastavam mais de uma hora no percurso diário de ida ao local de trabalho, em 2015 essa proporção passou para 11,05% dessas, piora de cerca de 22,91% nesse componente (TABELA 9).

Desde o ano de 2004 até o ano de 2013 o emprego teve um expressivo aumento no Brasil: de acordo com as informações da PNAD estima-se em setembro de 2004 que os estabelecimentos que realizavam atividade econômica empregaram 46,2 milhões de pessoas com idade entre 15 e 64 anos; Me setembro do ano de 2013 foram empregadas 59 milhões de pessoas dessa mesma faixa etária, ou seja, em nove anos houve um aumento de 27,7%, o que equivaleu a ritmo anual de crescimento de 2,8% ao ano, um crescimento bastante intenso dado um crescimento anual do PIB nesse período de 3,5% (BALTAR; LEONE, 2015).

A vulnerabilidade dessas mulheres no uso de tempo é menor quando se comparada ao chefe de família do sexo masculino, pois eles costumam dedicar muito mais do que 44 horas semanais dedicadas ao trabalho principal em comparação às mulheres (TABELA 9). Tal resultado pode ser explicado pelo tempo dedicado aos afazeres domésticos, pois, menos de 1% dos homens possuem mais que 44% horas dedicadas às atividades domésticas, ao passo que as mulheres esse percentual chega a 9%. Ou seja, existe uma maior flexibilidade nas atividades produtivas das mulheres, elas têm vida dupla, e conseqüentemente, menores remunerações. Os homens, por sua vez, trabalham mais na atividade produtiva, ganham mais, mas em

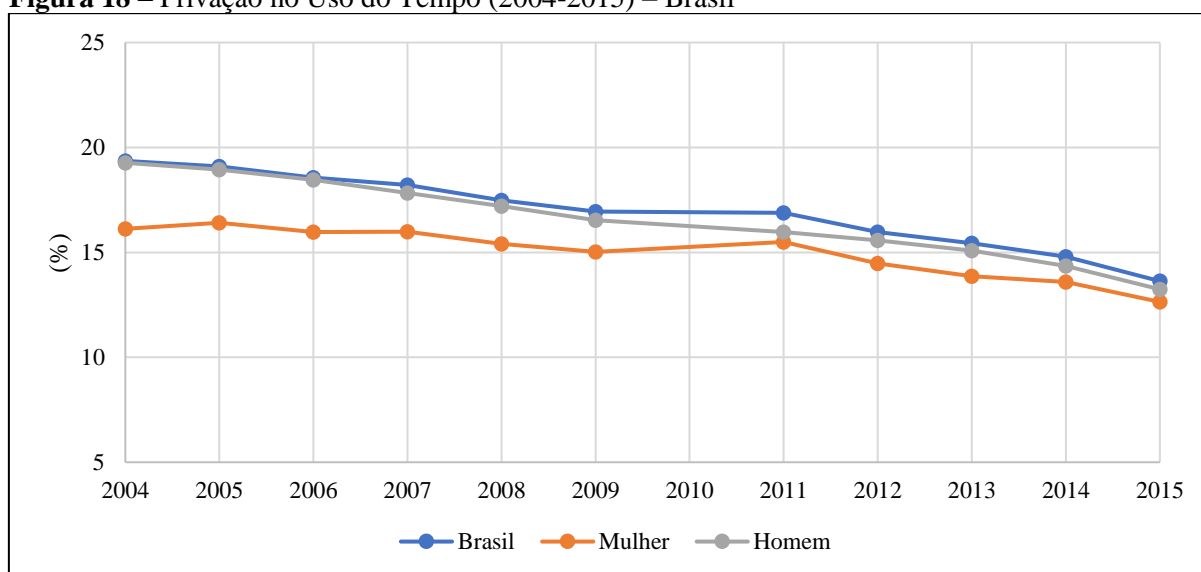
contraposição dedicam menos tempo aos afazeres domésticos. Assim, se do ponto de vista do uso do tempo o resultado nesse componente é favorável para as mulheres, por outro lado torna-se desfavorável já que essas mulheres se mostraram mais privadas do que os homens na dimensão de acesso ao trabalho.

Em contrapartida, as mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico. Em 2004 a proporção de mulheres que dedicavam mais de 44 horas semanais a esse tipo de trabalho correspondia a 11,15%, enquanto os homens representavam apenas 0,74%. No ano de 2015 essas proporções representaram 9% e 0,75%, respectivamente para essas mulheres e homens (TABELAS 9 e 10), o que revela o fato de as mulheres terem no geral uma dupla jornada intensa e exaustiva, consideravelmente superior àquela experimentada pelos homens nas mesmas posições. Essas mulheres sempre irão utilizar mais tempo nas atividades domésticas do que os homens (OLIVEIRA, 1999).

Esse resultado demonstra que há ainda predominância de mulheres nas atividades domésticas nos núcleos familiares, o que as empurra quase que compulsoriamente para uma dupla jornada de trabalho (KON, 2002). Também corrobora com os argumentos de Sen (2001), no sentido de que na divisão do trabalho, expressa nas relações no interior dos lares, as cargas de trabalhos domésticos, também na sociedade, recaem sobre as mulheres.

O comportamento dessa dimensão ao longo do período analisado poder ser melhor visualizada na Figura 18, na qual se mostra a evolução da privação sofrida por mulheres e homens chefes de família do Brasil na dimensão uso do tempo no período de 2004 a 2015.

Figura 18 – Privação no Uso do Tempo (2004-2015) – Brasil



Fonte: elaboração própria.

Como se observa, no uso do tempo a privação sofrida por essas mulheres em comparação aos homens nesse período é menor. Todavia, essa diferença vai diminuindo até quase se igualar nos anos de 2011 e 2015. Ou seja, há uma convergência entre ambos os sexos no que se refere à privação no uso do tempo.

5.1.6 Condições Habitacionais

A sexta dimensão que integra o indicador multidimensional de pobreza e é composta de oito componentes: propriedade (propriedade do domicílio), déficit habitacional (densidade de moradores por dormitório), abrigabilidade (tipo de material que foi utilizado para a construção do domicílio), acesso a abastecimento de água (proveniência da canalizada utilizada no domicílio), acesso à energia elétrica (forma de iluminação do domicílio), acesso a saneamento (forma de escoadouro do banheiro ou sanitário), acesso à coleta de lixo (destino do lixo domiciliar) e acesso à internet (microcomputador utilizado para acessar internet).

Os resultados da pesquisa demonstram que ao longo do período de 2004 até 2015 a vulnerabilidade na dimensão referente as condições habitacionais da mulher brasileira chefe de família reduziu. No ano de 2004, aproximadamente 13,06% dessas mulheres eram privadas nessa dimensão, ao passo que em 2015 essa proporção passou a representar 9,32% dessas, ou seja, no período houve uma redução de privação nesse quesito na ordem de 28,64%.

A propriedade do domicílio, o déficit habitacional (densidade de mais de dois moradores por dormitório) e o acesso à internet foram os componentes que mais influenciaram no resultado da proporção de mulheres privadas nas condições habitacionais. Cerca de 22,53% dessas mulheres não eram proprietárias dos domicílios em que viviam com a sua família, isso significa que 77, 47% dessas mulheres eram proprietárias de seus domicílios. Havia mais de dois moradores por dormitório em 13,38% dos domicílios dessas mulheres e aproximadamente 12,13% desses não contavam com acesso à internet.

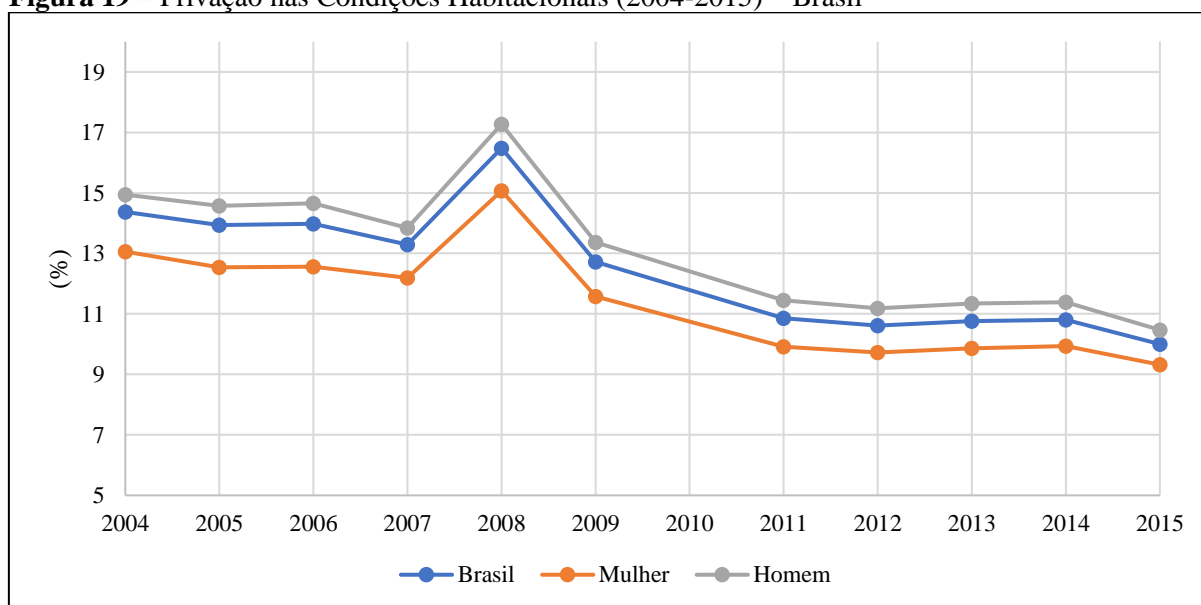
Com exceção do componente de acesso ao abastecimento de água, no qual a privação aumentou em 22,88%, a vulnerabilidade dessas mulheres em todos os demais componentes dessa dimensão foi reduzida no ano de 2015. O aumento na privação do acesso ao abastecimento de água em parte pode ser explicado pela crise hídrica de 2014-2015 enfrentada na região Sudeste, principalmente em São Paulo, bem como pela seca enfrentada pela região Nordeste em parte dos anos analisados. Conforme a Agência Nacional das Águas (ANA), no ano de 2017 o Nordeste completava o seu sétimo ano consecutivo de estiagem, com um terço (33,65%) de seu território no grau mais elevado, nível 4, da seca.

Apesar da vulnerabilidade masculina no que diz respeito as condições habitacionais ter sido reduzida no período analisado, em 2004 cerca de 14,94% desses homens tinham privações habitacionais. Já em 2015 essa proporção passou a ser de 10,47% uma redução de aproximadamente 29,92%, ou seja, nessa dimensão eles são mais privados em relação as mulheres (TABELA 10).

No ano de 2015, a maior contribuição para a proporção de homens privados nessa dimensão se referiu à propriedade do domicílio, 21,26% não eram donos do domicílio onde moravam, o que significa que 78,74% dos homens eram donos de seus domicílios. Quanto ao déficit habitacional, cerca de 13,06% desses domicílios com chefia masculina possuíam mais de dois moradores por dormitório; sobre acesso ao abastecimento de água, 12,82% não contavam com esse serviço; não havia acesso à internet em 11,90% desses domicílios, e 11,87% deles não tinham acesso ao serviço de coleta de lixo.

As condições habitacionais das famílias chefiadas por mulheres são melhores em relação àquelas famílias que são chefiadas por homens (FIGURA 19). Como se observa, o efeito da crise financeira mundial de 2008 também fez aumentar a vulnerabilidade de mulheres e homens chefes de famílias nas condições habitacionais de seus domicílios.

Figura 19 – Privação nas Condições Habitacionais (2004-2015) – Brasil



Fonte: elaboração própria.

De fato, tanto para as mulheres quanto para os homens esse foi o ano em que tiveram maior privação nessa dimensão 15,07% e 17,27%, respectivamente. Em 2015, observou-se uma convergência entre ambos os sexos quanto as condições habitacionais. Esse aumento na

vulnerabilidade familiar por parte desses chefes de família se deveu principalmente ao aumento na proporção de domicílios privados e ao acesso à internet (TABELAS 9 e 10).

5.1.7 Consumo de Bens

A sétima dimensão que compõe o MPI leva em consideração o consumo de bens. Ela é formada por quatro componentes: acesso a fogão, acesso à geladeira, acesso à máquina de lavar roupas e acesso a microcomputador.

Conforme pode ser observado na Tabela 9, no ano de 2004 a proporção de mulheres chefes de família privadas nessa dimensão correspondia a 40,31%, em 2015 essa proporção passou a ser de 22,99%, redução de 42,97% na privação dessa dimensão. Tal resultado se deveu principalmente ao aumento no acesso ao consumo de bens como máquina de lavar roupas e de microcomputador. Nesse período, houveram políticas governamentais anticíclicas que também explicam o aumento da demanda de bens nesse período, como a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a partir do ano de 2009 para eletrodomésticos de linha branca (fogão, geladeira e máquina de lavar), bens de capital e automóveis.

A melhora no acesso ao primeiro bem (máquina de lavar roupas) também pode ser considerado uma *proxy* na questão do uso do tempo no trabalho doméstico. Em 2004, cerca de 65,52% dessas mulheres não possuíam máquina de lavar roupas em seu domicílio, mas no ano de 2015 a proporção de mulheres privadas nesse componente foi reduzida em 43,06%, isto é, nesse ano aproximadamente 37,31% dessas mulheres não tinham acesso a esse bem em suas residências. Contudo, cabe destacar que em 2015 na dimensão acesso de bens, o acesso a máquina de lavar roupas e a microcomputador ainda são os que as mulheres apresentam maior privação.

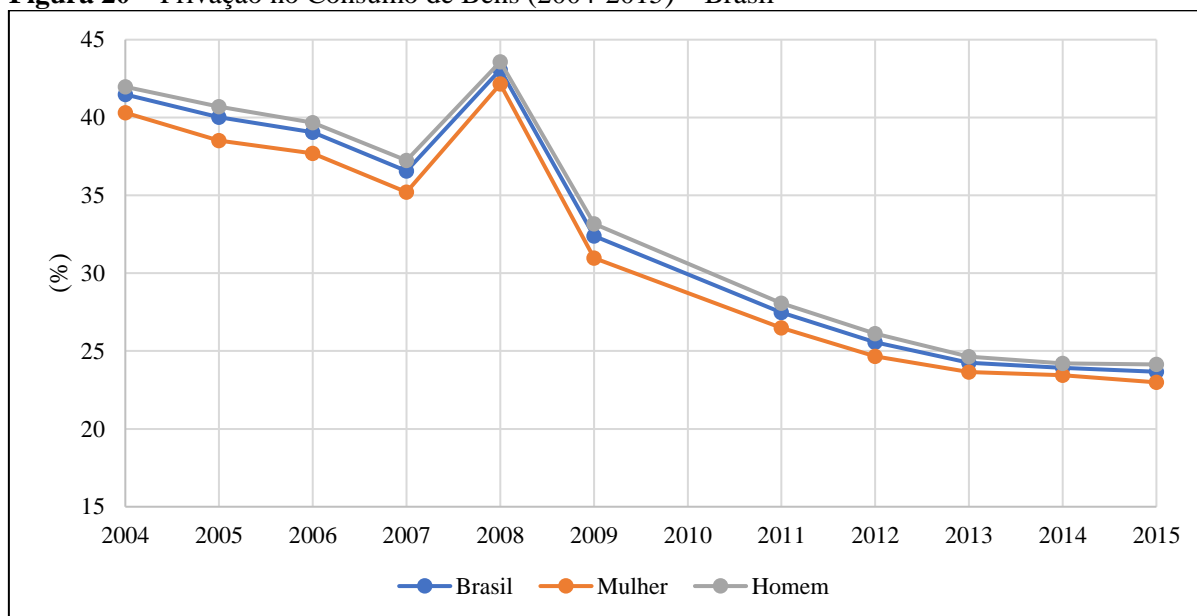
O homem chefe de família, em relação à mulher nessa mesma condição, é mais privado na dimensão consumo de bens. Assim como as mulheres, mas em maior proporção, eles são mais privados no acesso a máquina de lavar roupas e ao microcomputador (TABELA 10).

A diferença no grau de privação entre mulheres e homens chefes de família pode ser melhor visualizada na Figura 20. Como se observa, o homem possui maior privação em relação à mulher em todos os anos da série.

Chama a atenção novamente o período da crise financeira de 2008, no qual aumentou a privação no consumo de bens. Nessa fase as maiores privações ocorreram no acesso à geladeira e no acesso à máquina de lavar roupas. Nesse ano em questão, 27,66% das mulheres eram privadas no acesso à geladeira, e 84,66% eram privadas no acesso à máquina de lavar roupas,

ao passo que os homens eram privados no acesso a esses bens em 30,98% e 83,60%, respectivamente (TABELAS 9 e 10).

Figura 20 – Privação no Consumo de Bens (2004-2015) – Brasil



Fonte: elaboração própria.

Dadas as privações observadas para mulheres e homens brasileiros chefes de família em cada uma das dimensões que compõem o MPI, constatou-se que das sete dimensões desse índice, as mulheres são mais privadas em relação aos homens na vulnerabilidade familiar e na disponibilidade de recursos. Outro resultado importante evidenciou que em anos de crise econômica (2008 e 2009), a vulnerabilidade da mulher no acesso ao trabalho se mostrou maior do que a vulnerabilidade masculina nesse quesito. De fato, no que se refere à disponibilidade de recursos, a abordagem unidimensional da pobreza e da feminização da pobreza corroboram para o resultado de que a mulher é mais privada do que o homem em termos monetários.

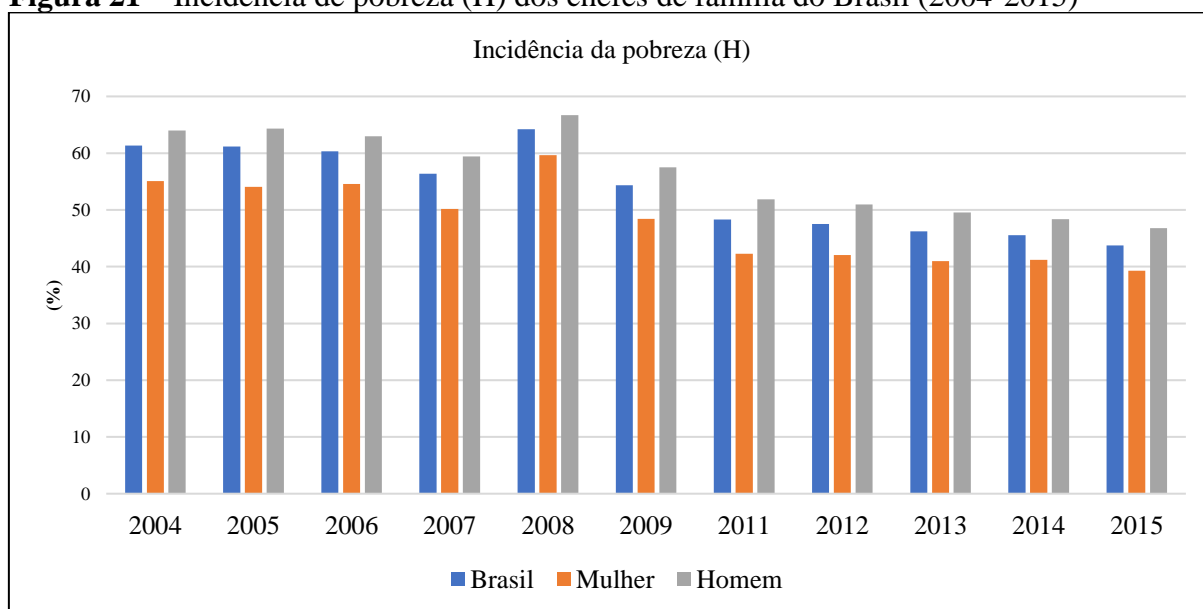
O fato de as mulheres terem apresentado menor vulnerabilidade em relação aos homens nas demais dimensões (acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, uso do tempo, condições habitacionais e consumo de bens) só reforça a ideia de que as mulheres são um importante agente na promoção do desenvolvimento social de uma região, que se configuram em um dos principais intermediários da mudança econômica e social. Dessa forma, conforme apontado por Sen (2000), o ganho de poder das mulheres nas esferas sociais e intrafamiliar constitui um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento regional. Assim, direcionar políticas públicas no sentido de reduzir as diferenças de gênero constitui uma estratégia de desenvolvimento.

5.2 POBREZA MULTIDIMENSIONAL FEMININA NO BRASIL (2004 A 2015)

Uma das etapas para a obtenção do MPI consistiu em estimar a incidência da pobreza (H) que corresponde ao cálculo da proporção de pobres de acordo com a linha de corte (k) atribuída. Para essa pesquisa a linha de corte atribuída é de $k=12$, o que representou 1/3 das 37 variáveis selecionadas para compor o MPI (M_0). A intensidade da pobreza ou pobreza média (A), que calcula quão pobres são os pobres, refere-se ao percentual médio de privações nas dimensões que cada indivíduo pobre sofre, dada a linha de corte. E, por fim, a incidência da pobreza ajustada pela intensidade que resulta na taxa de pobreza ajustada (M_0).

Na Figura 21 são apresentados os resultados da incidência da pobreza (H), no período de 2004 a 2015, para os chefes de família do Brasil para cada $k=12$. Ao longo do período observou-se que a proporção de mulheres pobres (H) foi inferior a masculina. No ano de 2004, o percentual de mulheres pobres era de 55,03%, ou seja, menos da metade (44,97%) da população feminina não possuía privação em nenhum dos 37 indicadores ou variáveis. Ao passo que no ano de 2015 o percentual de mulheres pobres foi de 39,31%, o que significa uma redução de 28,57% em relação ao ano de 2004.

Figura 21 – Incidência de pobreza (H) dos chefes de família do Brasil (2004-2015)



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

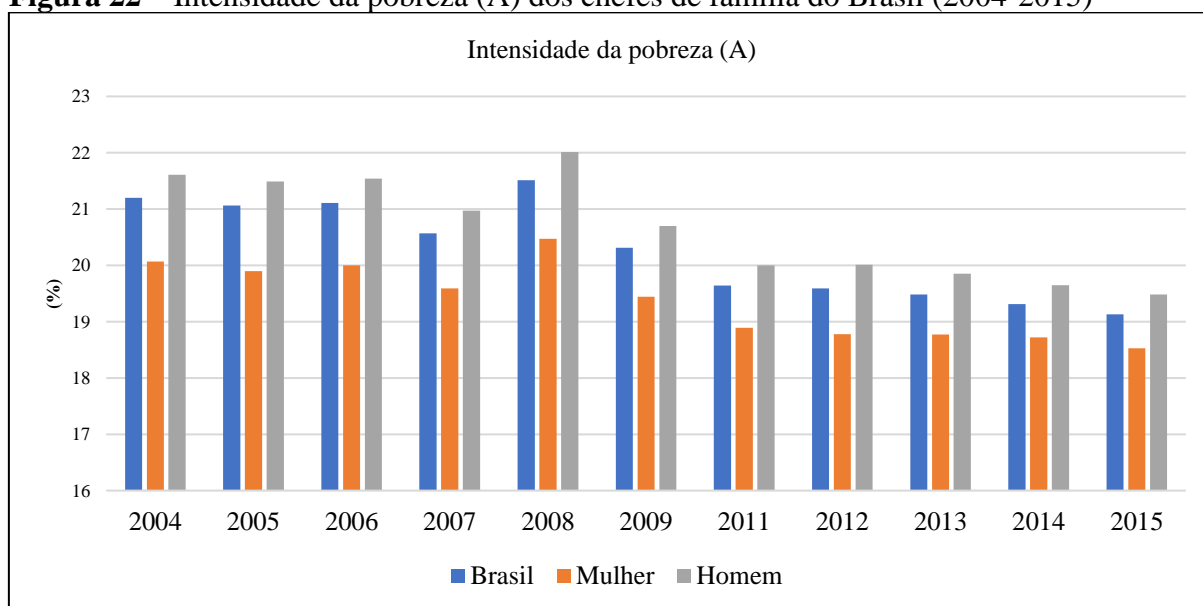
As dimensões de acesso ao trabalho e disponibilidade de recursos foram as que mais contribuíram para a incidência de pobreza para os chefes de família do Brasil, pois no ano de 2015 cerca de 45,8% das mulheres e 46,74% dos homens ainda eram privados nessa dimensão.

Para a mulher, o componente do acesso ao trabalho que mais contribui para o aumento da incidência de pobreza foi o relativo à remuneração, pois nesse quesito a vulnerabilidade da mulher além de se mostrar elevada, dado que 47,71% das mulheres eram privadas nesse componente, ainda fora elevada no período em 0,36%. Já para o homem, a qualidade do posto de trabalho que mede a vulnerabilidade do trabalhador no que diz respeito à formalidade do trabalho e o trabalho agrícola, revelou que que 55,7% dos homens eram vulneráveis nesse quesito e tal resultado se deveu principalmente porque em cerca de 86,14% das famílias chefiadas por homens no Brasil havia ao menos um ocupado em atividade agrícola.

Em 2015, aproximadamente 37,28% das mulheres e 36,26% dos homens eram privados na dimensão disponibilidade de recursos. O que mais impactou nesse resultado, tanto para os homens quanto para as mulheres, foi o componente de capacidade de geração de renda, onde 79,29% das mulheres e 82,60% dos homens eram privados nesse componente em 2015. Mais uma vez, vale lembrar que nesse componente estão sendo consideradas, além das transferências oriundas de programas sociais, outras formas de transferência de renda, sejam elas públicas ou privadas.

Na sequência, a Figura 22 apresenta os resultados da intensidade de pobreza ou pobreza média (A), no período de 2004 a 2015, para os chefes de família do Brasil para cada $k=12$. No que diz respeito à pobreza média (A), no ano de 2004 as mulheres consideradas pobres em $k=12$ apresentaram em média privações de 20,07% do total de indicadores considerados, o que correspondeu a 7 (7,43) dos 37 indicadores.

Figura 22 – Intensidade da pobreza (A) dos chefes de família do Brasil (2004-2015)

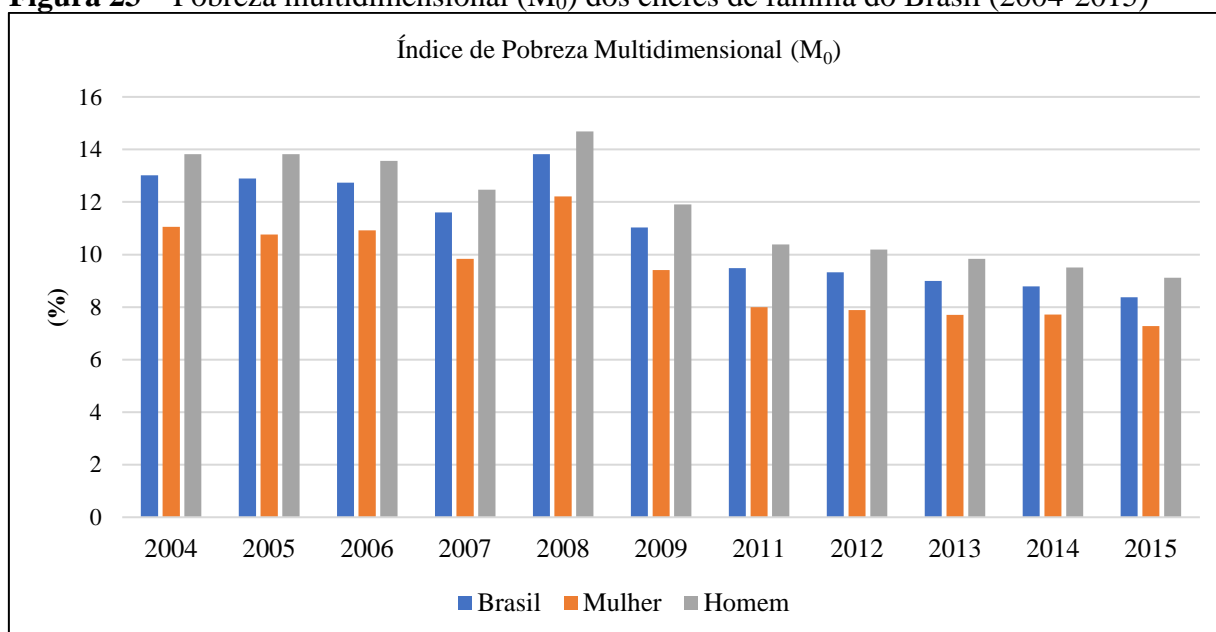


Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

Em 2015, essa proporção representou 18,53% dessas mulheres, ou seja, essas mulheres apresentaram em média privações em aproximadamente 7 (6,86) dos 37 indicadores. Dessa maneira, não ocorreram grandes variações na pobreza média das mulheres chefes de família do Brasil no período em questão.

Na Figura 23 são apresentados os resultados da incidência da pobreza ajustada (M_0), no período de 2004 a 2015, para os chefes de família do Brasil para cada $k=12$. Com relação à incidência da pobreza ajustada (M_0), o valor máximo a ser considerado é 1 (em que toda a população analisada é pobre) e zero (quando não há qualquer traço de pobreza nessa população).

Figura 23 – Pobreza multidimensional (M_0) dos chefes de família do Brasil (2004-2015)



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

Em 2004, cerca de 11,05% dessas mulheres eram multidimensionalmente pobres, mas, no ano de 2015 o percentual de mulheres nessa condição passou a ser de 7,28%. Nota-se também o efeito negativo da crise de 2008 na pobreza multidimensional, esse foi o ano em que o percentual de mulheres chefes de família multidimensionalmente pobres atingiu o seu máximo, cerca de 12,21% dessas mulheres encontravam-se nessa condição. O que demonstra que as mulheres são mais vulneráveis que os homens em uma situação de crise, pois devido à sua dupla jornada entre trabalho reprodutivo e produtivo, as mulheres buscam colocações laborais nas quais as jornadas são menores e tendem a ser menos formais, e em um contexto de crise, dada a menor burocracia nessas formas de contrato de trabalho, esses são os primeiros postos de trabalho a serem cortados.

Um resultado importante revela que, em termos multidimensionais, o homem brasileiro arrimo de família é mais pobre do que as mulheres que também são chefes de suas famílias. Tal resultado, é contrário à teoria da feminização da pobreza (MELO, 2005; BRAVO 2008), que prega que ao longo do tempo as mulheres se tornam mais pobres em relação aos homens, visto que esse fenômeno é um processo.

Diante dessa constatação, e do uso da abordagem multidimensional da pobreza, não é possível afirmar que no Brasil a mulher chefe de família é relativamente mais pobre que o homem. Mesmo ao se considerar a pobreza unidimensional, ou seja, apenas o seu aspecto monetário, pois a mulher é mais privada na disponibilidade de recursos do que o homem, não seriam condições suficientes para afirmar que de fato existe um processo de feminização da pobreza das mulheres chefes de família brasileiras no período de 2004 a 2015.

Mesmo que resultados apresentados pela pobreza média (A) indicarem um ritmo de redução da pobreza para as mulheres menor em relação ao observado para os homens do Brasil, a pobreza média ou intensidade da pobreza para a mulher chefe de família foi reduzida na ordem de 7,67%, ao passo que a intensidade da pobreza do homem fora reduzida em 9,86%.

Dado que existe feminização da pobreza não apenas numa situação de perda de renda das mulheres, mas também numa situação em que a pobreza diminui mais entre os homens do que entre as mulheres (MEDEIROS; COSTA, 2008; NOVELLINO, 2004). E nesse caso a pobreza multidimensional das mulheres chefes de família do Brasil mensurada pelo MPI fora mais reduzida (-34,12%) em relação à pobreza multidimensional dos homens arrimo de família (-34,01%) do Brasil no período analisado.

Um passo importante do cálculo do MPI permitiu identificar os indicadores ou variáveis que os chefes de família mais sofreram privações em cada dimensão desse índice. Assim, é possível verificar a ocorrência de alguma alteração nos indicadores de maior privação para esses indivíduos ao longo do período, ou seja, nos anos de 2004 e 2015.

Com esse intuito, a Tabela 12 mostra os indicadores em que as mulheres sofrem maior privação, quando $k=12$. Como pode ser observado, na primeira dimensão, vulnerabilidade familiar, destacou-se o indicador presença de idoso. Na dimensão acesso ao conhecimento, sobressai-se o indicador referente a presença de adulto com alguma educação superior.

No acesso ao trabalho, a presença de trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual foi o indicador que apresentou maior privação. Na dimensão que aborda a disponibilidade de recursos, distinguiu-se a renda familiar proveniente de transferências. Na quinta dimensão, que é o uso do tempo, a presença de trabalhador com mais de 44 horas dedicadas ao trabalho semanal foi no qual as mulheres apresentaram maior privação. Nas condições habitacionais,

destacou-se a propriedade do domicílio; e na sétima e última dimensão, que é o consumo de bens, a posse de microcomputador foi o indicador que apresentou maior privação.

Tabela 12 - Indicadores nos quais as mulheres chefes de família do Brasil sofreram maior privação para cada dimensão, quando $k=12$ (2004 e 2015)

Dimensão	Indicador/Variável	Mulher	
		Ano	
		2004	2015
Vulnerabilidade familiar	Presença de idoso	27,46%	29,90%
Acesso ao conhecimento	Adulto com alguma educação superior	29,38%	29,17%
Acesso ao trabalho	Trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual	74,23%	75,35%
Disponibilidade de recursos	Renda familiar proveniente de transferências	69,58%	79,29%
Uso do tempo	Trabalhador com mais de 44 horas de trabalho semanal	28,24%	17,89%
Condições habitacionais	Propriedade do domicílio	27,67%	25,65%
Consumo de bens	Posse de microcomputador	83,46%	52,06%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 e 2015).

Para ambos os anos (2004 e 2015) os indicadores nos quais as mulheres sofreram maiores privações em cada uma das dimensões do MPI foram os mesmos. Observa-se que em 2004 mais de 83,46% dessas mulheres foram consideradas privadas no indicador posse de microcomputador. Ao passo que no ano de 2015, a privação nesse mesmo indicador passou a ser de 52,06%. Isto é, a posse desse bem por parte dessas mulheres aumentou, pois cerca de 48% das mulheres tinham esse bem em suas residências nesse ano. Resultado bastante importante, uma vez que o acesso a esse bem possui um papel essencial no acesso ao conhecimento e à informação.

No que diz respeito à presença de trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual, no ano de 2004 cerca de 74,23% das mulheres chefes de família foram privadas nesse indicador, a situação se agrava em 2015 com aproximadamente 75,35% dessas mulheres com privação nesse indicador, o que representou uma piora de 1,5%. Dessa maneira, percebe-se o aumento da vulnerabilidade da mulher em permanecer no mesmo emprego, o que indica uma maior rotatividade feminina no mercado laboral.

No Brasil, a vulnerabilidade da mulher com relação à renda familiar proveniente de transferências também aumentou. No ano de 2004 cerca de 69,58% dessas mulheres eram privadas nesse indicador, já em 2015 essa proporção passou a ser de 79,29%, ou seja, um aumento de 13,96% na dependência da renda familiar de transferências (públicas ou privadas) das famílias brasileiras que eram chefiadas por mulheres. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), cerca de 6.571.839 famílias brasileiras eram beneficiárias do Programa Bolsa Família. Já em 2015, a quantidade de famílias atendidas pelo o Programa era de 13.936.791.

Também cabe destacar o resultado apresentado pelo o indicador adulto com educação superior que pouco oscilou no período. No ano de 2004, em torno de 29,38% das mulheres não possuíam nem sequer alguma educação superior, ao passo que em 2015 essa realidade pouco foi alterada, dado que essa privação foi reduzida em apenas 0,72%, representando aproximadamente 29,17% de mulheres que não possuíam qualquer grau de instrução de nível superior.

A privação dessas mulheres no que se refere à presença de idoso também piorou ao longo do período. Em 2004, o percentual de mulheres privadas nesse quesito representava 27,46%, no ano de 2015 a proporção de mulheres privadas nesse indicador aumentou para 29,90%. Como destacado anteriormente, esse resultado pode ser explicado pelo o aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

A presença de idoso numa família pode implicar em maiores gastos com saúde (medicamentos, planos de saúde privados, etc.) e cuidados o que de certa maneira impacta na renda das famílias. No entanto, deve se considerar a renda do idoso, os dados da PNAD mostram que em 2004, cerca de 60,05% (8. 108.495) dos chefes de família brasileiros com 60 anos ou mais de idade eram aposentados³² e 21,56% (2.531.491) desses eram pensionistas³³. Se o chefe de família era do sexo feminino, 53,57% deles eram aposentados e 51,98% eram pensionistas. Ao passo que se o chefe de família fosse homem, cerca de 78,92% eram aposentados e apenas 2,18% eram pensionistas. Em 2015, aproximadamente 69,07% (13.134.292) dos chefes de família do Brasil com 60 anos de idade ou mais eram aposentados, e 19,76% (3.757.990) eram pensionistas. Se o chefe de família era mulher, 59,81% eram aposentados e 38,55% eram pensionistas. Já se o chefe de família fosse idoso do sexo masculino, 76,88% eram aposentados e cerca de 3,93% eram pensionistas.

Como visto, esses idosos em geral possuem renda seja ela oriunda de aposentadorias ou pensões, o que de certa forma contribui na renda familiar, mas se maior parte desses recursos são destinados a gastos com saúde e cuidados, o efeito benéfico de se contar com essa renda pode ser reduzido.

A privação dessas mulheres com relação à presença de trabalhadores com mais de 44 horas de trabalho semanal também diminuiu no decorrer do período, o que é benéfico em relação ao aspecto uso do tempo, mas esse resultado também pode ser um indicador de menor inserção no mercado de trabalho por parte dessas mulheres. Como mostra a Tabela 8, no ano

³² Era aposentado por instituto de previdência ou diretamente pelo governo federal na semana de referência.

³³ Era pensionista por instituto de previdência ou diretamente pelo governo federal, independentemente de ser, ou não, aposentado, na semana de referência.

de 2004 a proporção de mulheres privadas nesse indicador era de 28,24%, ao passo que no ano de 2015 o percentual de mulheres privadas nesse quesito passou a ser de 17,89%, isto é, a vulnerabilidade delas foi reduzida em aproximadamente 36,65%.

E, por fim, também se nota diminuição na privação feminina no que se refere a posse do domicílio. Em 2004, cerca de 27,67% dessas mulheres eram privadas nesse indicador, já no ano de 2015 caiu a proporção de mulheres privadas nesse quesito (25,65%). O que indica uma melhora na titularidade da posse de ativos como imóveis por parte das mulheres. Essa é mais uma vantagem de se fazer uso do MPI para analisar a pobreza, pois permitiu a identificação, não só das dimensões e indicadores nos quais as mulheres chefes de família são mais privadas, como também do quanto elas são privadas em cada um deles.

5.3 ANÁLISE DA POBREZA FEMININA NA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL A PARTIR DO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL PARA OS ANOS DE 2004 E 2015

Como evidenciado no Capítulo 3, há um notável desfavorecimento da Região Nordeste em relação ao Brasil e suas demais regiões, sobretudo no que diz respeito à pobreza monetária, por esta razão a análise da pobreza multidimensional para as mulheres chefes de família nessa seção será centrada nessa Região.

A Tabela 13 mostra o percentual das mulheres chefes de família privadas nas dimensões e componentes do MPI para o Nordeste no período de 2004 a 2015. No geral, observou-se a tendência de queda no percentual de mulheres privadas em todas as dimensões ao longo do período. No entanto, a privação dessas mulheres na dimensão disponibilidade de recursos pouco variou no período, ou seja, houve uma diminuição da proporção de mulheres privadas de apenas 4,78%.

Esse resultado é corroborado pela literatura empírica exposta no terceiro capítulo, pois, como observado, os bons resultados obtidos para o Brasil se aliam aos bons resultados para as famílias do Nordeste, isto é, a pobreza parece sempre estar relacionada aos ciclos econômicos, no qual em períodos de bom desempenho da economia nacional há uma redução do número de pessoas pobres, extremamente pobres ou proporcionalmente pobres no Brasil e em todas as suas regiões. Porém, apesar da pobreza nordestina ter diminuído nos períodos de ascensão econômica nacional, ela ainda permanecia relativamente maior ao Brasil e as demais regiões. Dessa maneira, a estabilidade e crescimento econômico são importantes para a erradicação da pobreza.

Tabela 13 - Nordeste: percentual de mulheres chefes de família privadas nas dimensões e componentes do MPI (2004-2015)

Descrição	2004	2009	2015
Dimensão 1 – Vulnerabilidade familiar	11,07	9,77	9,66
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	6,76	4,70	3,88
Atenção e cuidados especiais com idosos	27,26	26,82	28,67
Dependência econômica	3,49	2,86	2,20
Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento	13,51	12,90	11,90
Analfabetismo	10,23	9,14	7,25
Escolaridade	17,57	17,47	17,50
Qualificação profissional	7,92	6,70	4,44
Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho	58,92	58,34	53,34
Disponibilidade de trabalho	46,28	44,59	42,52
Qualidade do posto de trabalho	67,25	67,09	56,52
Remuneração	63,23	63,33	60,99
Dimensão 4- Disponibilidade de Recursos	50,45	51,19	48,04
Extrema pobreza	23,80	21,57	17,47
Pobreza	42,54	40,71	36,91
Capacidade de geração de renda	85,02	91,27	89,73
Dimensão 5 – Uso do Tempo	16,10	15,58	11,26
Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais	26,87	23,80	15,22
Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais	15,23	15,81	10,79
Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora	6,20	7,13	7,77
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	16,49	14,65	11,58
Propriedade	19,88	22,62	20,03
Déficit habitacional	25,24	21,95	14,27
Abriabilidade	4,61	2,97	2,15
Acesso a abastecimento de água	5,53	7,19	9,85
Acesso à energia elétrica	4,12	1,37	0,30
Acesso a saneamento	18,07	14,94	10,57
Acesso à coleta de lixo	20,26	14,02	14,90
Acesso à internet	27,70	23,55	14,11
Dimensão 7 – Consumo de Bens	51,35	44,13	34,52
Acesso a fogão	1,81	2,26	1,36
Acesso à geladeira	24,47	13,65	3,53
Acesso à máquina de lavar roupas	87,13	81,47	66,07
Acesso a microcomputador	91,97	79,16	67,12

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

O grau de vulnerabilidade das famílias nordestinas com chefia feminina, em todas as suas dimensões, se revelou pior do que o grau de vulnerabilidade observado para as famílias chefiadas por mulheres no Brasil no período analisado. Por outro lado, as privações no que diz respeito ao consumo de bens e ao uso do tempo foram reduzidas em aproximadamente 32,78% e 30,06%, respectivamente, de 2004 para 2015.

As dimensões do acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e consumo de bens foram aquelas nas quais as mulheres se mostraram mais vulneráveis em todo o período analisado. Em 2015, aproximadamente 53,34%, 48,04% e 34,52% dessas chefes de família eram privadas nessas dimensões, respectivamente. Em contrapartida, em termos proporcionais, essas mulheres foram menos privadas na dimensão relativa à vulnerabilidade familiar e ao uso de tempo, representando em 2015 aproximadamente 9,66% e 11,26% de privação nessas dimensões, respectivamente.

Na sequência, a Tabela 14 mostra o percentual dos homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI para o Nordeste no período de 2004 a 2015. No geral, observou-se uma tendência de queda na proporção de homens privados na maioria das

dimensões ao longo do período, apenas a dimensão disponibilidade de recursos apresentou uma tendência de alta no ano de 2015, mais especificamente a vulnerabilidade do homem arrimo de família nordestino nesse quesito fora elevada em 1,46%. A proporção de homens chefes de família privados nessa dimensão era de aproximadamente 48,78% no ano de 2015.

Tabela 14. Nordeste: percentual de homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI (2004-2015)

Descrição	2004	2009	2015
Dimensão 1 – Vulnerabilidade familiar	8,00	7,48	7,78
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	4,43	3,59	2,93
Atenção e cuidados especiais com idosos	18,97	20,17	23,94
Dependência econômica	4,18	2,58	1,31
Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento	17,80	16,71	14,97
Analfabetismo	16,62	14,26	11,11
Escolaridade	20,42	20,41	19,74
Qualificação profissional	12,31	10,49	8,37
Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho	62,04	60,34	56,86
Disponibilidade de trabalho	57,82	55,48	51,96
Qualidade do posto de trabalho	71,61	68,49	64,28
Remuneração	56,70	57,04	54,33
Dimensão 4- Disponibilidade de Recursos	48,08	50,24	48,78
Extrema pobreza	20,68	19,24	15,66
Pobreza	46,04	43,12	36,13
Capacidade de geração de renda	77,51	88,36	94,54
Dimensão 5 – Uso do Tempo	17,09	15,08	10,92
Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais	42,24	35,84	24,81
Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais	0,69	1,01	0,80
Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora	8,35	8,41	7,15
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	19,59	17,50	13,71
Propriedade	17,93	20,75	18,96
Déficit habitacional	26,24	23,86	14,91
Abriabilidade	7,38	5,24	2,96
Acesso a abastecimento de água	8,59	10,10	14,39
Acesso à energia elétrica	8,47	3,27	0,55
Acesso a saneamento	22,75	19,00	13,48
Acesso à coleta de lixo	33,29	27,46	25,43
Acesso à internet	27,43	24,05	14,24
Dimensão 7 – Consumo de Bens	54,77	47,06	37,59
Acesso a fogão	2,62	2,84	2,14
Acesso à geladeira	32,48	17,55	5,08
Acesso à máquina de lavar roupas	90,31	85,15	72,12
Acesso a microcomputador	93,69	82,70	71,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

Assim como constatado para as mulheres chefes de família da Região Nordeste, a privação para os homens dessa região ainda é intensa no que diz respeito ao acesso ao trabalho e na disponibilidade de recursos. No ano de 2015, o percentual de privação correspondeu a 56,86% e 48,78%, simultaneamente.

Por outro lado, observou-se também que as maiores reduções nas privações deles aconteceram no que diz respeito ao uso do tempo, assim como as mulheres, e ao consumo de bens que por sua vez foram reduzidas em aproximadamente 36,10% e 31,37%, respectivamente, de 2004 para 2015.

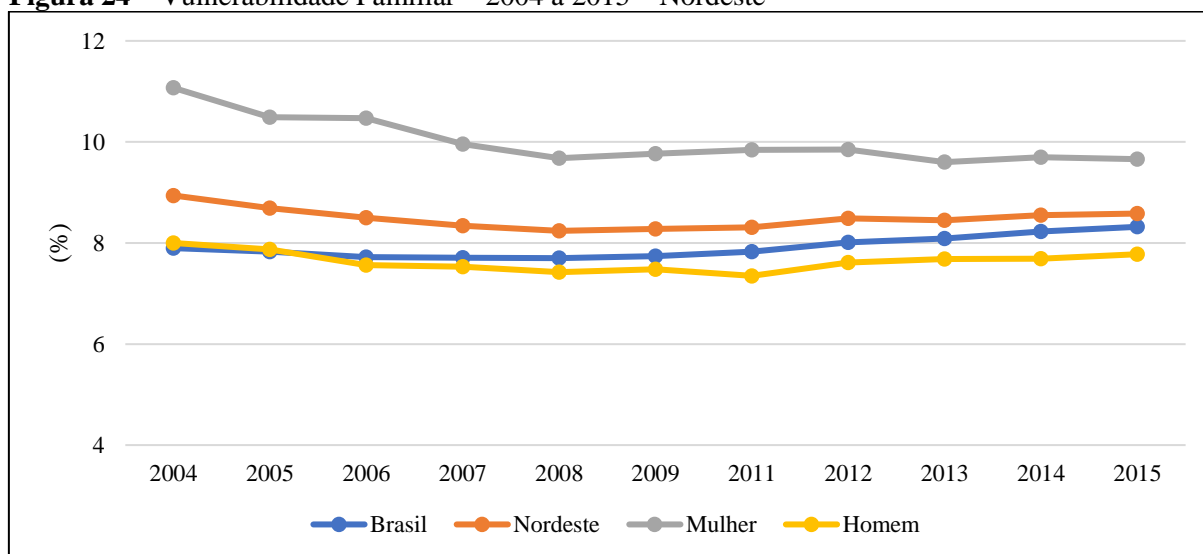
Na sequência, serão analisadas as privações para cada uma das dimensões, componentes e variáveis que compõem o Índice de Pobreza Multidimensional para a mulher do Nordeste chefe de família.

5.3.1 Dimensão Vulnerabilidade Familiar

Como evidenciado na Tabela 13, ao longo do período houve uma relativa melhora na vulnerabilidade das famílias nordestinas que tinham a mulher como chefe, esse resultado se deveu fundamentalmente à redução de privação nos componentes de atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens e de dependência econômica.

Entretanto, vale salientar que apesar da redução da proporção de famílias nordestinas chefiadas por mulheres privadas nessa dimensão, a vulnerabilidade familiar para as mulheres foi mais intensa quando comparada ao chefe de família nordestino do sexo masculino (FIGURA 24). Esse desfavorecimento da mulher em relação ao homem é devido principalmente ao componente atenção e cuidados especiais com idosos, o que significa que a família dessa mulher, ou até mesmo ela, tem em sua composição maior presença de idosos, isto é, há presença de indivíduos na faixa etária dos 60 anos ou mais de idade (Tabela 13 e Tabela 14).

Figura 24 – Vulnerabilidade Familiar – 2004 a 2015 – Nordeste



Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 15 mostra os indicadores dos componentes da dimensão vulnerabilidade familiar para as mulheres chefes de família do Nordeste nos anos de 2004 e 2015. O componente em que essas chefes de família foram mais privadas tanto no ano de 2004 como no ano de 2015

foi o relativo à atenção e cuidados especiais com idosos que mede a ausência de idoso na família, consistindo em 27,26% e 28,67%, respectivamente.

Tabela 15 - Dimensão 1: indicadores dos componentes da dimensão vulnerabilidade familiar para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)

Vulnerabilidade familiar	Nordeste		Brasil	
	Anos			
	2004	2015	2004	2015
	11,07	9,66	10,40	9,54

Componente	2004	2015	Indicadores/variáveis	2004	2015
CV1. Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	6,76	3,88	V1. Presença de criança ou adolescente	1,37	0,68
			V2. Presença de criança, adolescente ou jovem	12,16	7,08
CV2. Atenção e cuidados especiais com idosos	27,26	28,67	V3. Presença de idoso	27,26	28,67
CV3. Dependência econômica	3,49	2,20	V4. Menos da metade dos membros da família não se encontrar em idade ativa	3,49	2,20

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

Essa condição é desfavorável do ponto de vista da vulnerabilidade familiar nordestina, entretanto, pode ser atribuída ao aumento da expectativa de vida do brasileiro ao nascer. Conforme informações do IBGE (2016), em 2004 a esperança de vida do brasileiro ao nascer era de 71,7 anos, mas em 2015 essa mesma expectativa de vida passou para 75,5 anos. As mulheres tinham expectativa de vida ao nascer em 2004 de 75,5 anos e em 2015 de 79,1 anos.

Já no que diz respeito à expectativa dos homens ao nascer no ano de 2004, era de 67,9 anos e passou a ser de 71,93 anos. O envelhecimento da população exige gastos adicionais com os idosos, o que contribui para o problema de desenvolvimento das famílias nordestinas com chefia feminina. Resultado que pode ser visto como desfavorável do ponto de vista da vulnerabilidade familiar, no entanto é favorável se levado em consideração o aumento da expectativa de vida dos brasileiros.

A proporção dessas famílias que contavam com presença de criança, adolescente e jovens também fora reduzida no período. No ano de 2004 aproximadamente 1,37% das famílias do Nordeste que tinham a mulher como arrimo de família eram constituídas por criança ou adolescente. Em 2015, essa proporção passou a ser de 0,68%, o que significa que cerca de 99,32% das famílias nordestinas chefiadas por mulheres não contavam com a presença de criança ou adolescente. Tal resultado representou uma redução da vulnerabilidade familiar nesse quesito de 50,36% no período analisado.

Já quando levado em conta a presença de crianças, adolescentes e jovens também se observa uma diminuição da vulnerabilidade das famílias nordestinas com chefia feminina nesse

quesito. No ano de 2004, cerca de 12,16% dessas famílias atendiam a esse perfil, ao passo que em 2015 essa proporção passou a ser de 7,08%.

A redução na proporção de mulheres nordestinas privadas nessa dimensão pode ser, em parte, explicada pela diminuição da taxa de fecundidade total brasileira, como pode ser observado na Tabela 16, que mostra a taxa de fecundidade total para o Brasil e suas Regiões nos anos de 2004 e 2015.

Essa baixa taxa de fecundidade também é explicada por um novo perfil observado na mulher brasileira, cuja participação no mercado laboral tem aumentado cada vez mais. A crescente busca por melhor qualificação educacional e profissional feminina também é um outro fator capaz de explicar a diminuição da fecundidade da mulher brasileira, pois acaba postergando um pouco mais a maternidade.

Tabela 16 - Taxa de fecundidade total para as Regiões geográficas do Brasil (2000 – 2015)

Grandes Regiões	Taxa de Fecundidade Total		Diferença Relativa (%)
	2004	2015	
Brasil	2,14	1,56	-27,10
Norte	2,84	2,11	-25,70
Nordeste	2,39	1,82	-23,85
Sudeste	1,91	1,59	-16,75
Sul	1,93	1,59	-17,62
Centro-Oeste	2,05	1,69	-17,56

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil para o período 2000/2060.

O maior decréscimo na taxa fecundidade total entre as cinco Regiões geográficas do Brasil, entre 2004 e 2015, ocorreram nas Regiões Norte e Nordeste que passaram, respectivamente, de 2,84 e 2,39 filhos por mulher em 2004 para 2,11 e 1,82 filhos por mulher no ano de 2015, respectivamente. Isso representa um decréscimo relativo de 25,70% e 23,85%, concomitantemente, apesar de a taxa de fecundidade dessas Regiões ser ainda superior à taxa de fecundidade nacional.

Intrarregionalmente, a Tabela 17 mostra a taxa de fecundidade total para os estados do Nordeste em 2004 e 2015. Como se observa, o estado nordestino que teve maior queda nessa taxa foi o de Alagoas, pois em 2004 contava com uma taxa de fecundidade 2,72 filhos por mulher, passando para 1,94 filhos por mulher em 2015, o que representou uma diminuição de 28,68% no período.

Tabela 17 - Taxa de fecundidade total para os estados do Nordeste (2000 – 2015)

Estados	Taxa de Fecundidade Total		Diferença Relativa (%)
	2004	2015	
Brasil	2,14	1,56	-27,10
Nordeste	2,39	1,82	-23,85
Maranhão	2,90	2,17	-25,17
Piauí	2,36	1,77	-25,00
Ceará	2,40	1,76	-26,67
Rio Grande do Norte	2,27	1,74	-23,35
Paraíba	2,27	1,79	-21,15
Pernambuco	2,27	1,77	-22,03
Alagoas	2,72	1,94	-28,68
Sergipe	2,42	1,76	-27,27
Bahia	2,20	1,74	-20,91

Fonte: IBGE, Projeção da População do Brasil para o período 2000/2060.

A dependência econômica faz referência ao fato de a família se encontrar numa situação em que a renda domiciliar seja oriunda de uma pequena parcela dos seus membros, por exemplo, famílias com um número proporcionalmente elevado de crianças ou idosos em relação à quantidade de adultos.

Para o cálculo da dependência econômica domiciliar foi considerado o indicador (V4) Menos da metade dos membros da família não se encontrou em idade ativa. Em 2015, apenas 2,20% atendiam essa condição, ou seja, cerca de 97,80% das famílias nordestinas chefiadas por mulheres tinham mais da metade de seus membros em idade ativa. Isso representou uma melhoria de 36,96% nesse indicador comparado ao ano de 2004 (TABELA 15).

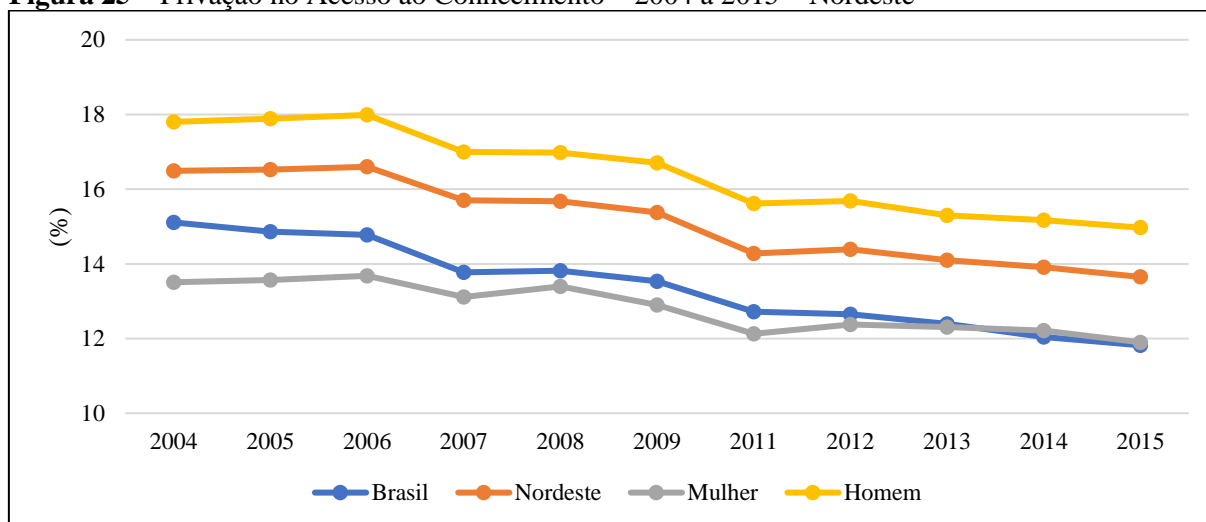
Como visto, a taxa de fecundidade no Brasil vem se reduzindo gradativamente ao longo do período, a mesma realidade também pode ser observada para a Região Nordeste. E, uma vez que essas taxas se reduzem, conseqüentemente o número de membros das famílias com idade inferior a dez anos se reduz, ou seja, as famílias são compostas em sua maioria por membros em idade ativa, o que reduz a dependência econômica dessas famílias, pois mais membros podem ingressar no mercado laboral e a renda familiar deixa de ser oriunda de uma pequena parcela dos seus membros.

5.3.2 Dimensão Acesso ao Conhecimento

A privação de mulheres chefes de família nordestinas no acesso ao conhecimento foi reduzida ao longo do período analisado passando de 13,51% no ano de 2004 para 11,90% em 2015, o que representou uma redução nessa proporção de cerca de 11,92% (FIGURA 25). Esse resultado se deveu fundamentalmente à redução de privação do componente relativo à

qualificação profissional. Analisando o comportamento da privação nessa dimensão entre os gêneros, observa-se que as mulheres são menos privadas nessa dimensão em comparação aos homens (TABELAS 13 e 14).

Figura 25 – Privação no Acesso ao Conhecimento – 2004 a 2015 – Nordeste



Fonte: elaboração própria.

A Tabela 18 mostra os indicadores dos componentes da dimensão acesso ao conhecimento para as mulheres chefes de família do Nordeste nos anos de 2004 e 2015. O componente em que essas mulheres foram mais privadas tanto no ano de 2004 como no ano de 2015 foi o relativo à escolaridade, sendo 17,57% e 17,50% dessas mulheres privadas nesse componente, respectivamente.

Tabela 18 - Dimensão 2: indicadores dos componentes da dimensão acesso ao conhecimento para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)

Acesso ao conhecimento	Nordeste		Brasil		
	Anos				
	2004	2015	2004	2015	
	13,51	11,90	12,33	10,27	
Componente	2004	2015	Indicadores/variáveis		
CE1. Analfabetismo	10,23	7,25	E1. Presença de adulto analfabeto	11,93	7,64
			E2. Presença de adulto analfabeto funcional	8,53	6,85
CE2. Escolaridade	17,57	17,50	E3. Presença de adultos sem fundamental completo	23,17	20,19
			E4. Presença de adultos sem ensino médio completo	2,70	4,12
			E5. Presença de adultos sem alguma educação superior	26,83	28,18
CE3. Qualificação profissional	7,92	4,44	E6. Presença de trabalhador sem qualificação média ou alta	7,92	4,44

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

A proporção de mulheres nordestinas que sofrem privação em todos os três componentes da dimensão acesso ao conhecimento, analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional diminuiu no decorrer do período. Os indicadores do componente analfabetismo apresentaram uma significativa melhora nessa fase.

No ano de 2004, cerca de 11,93% dessas chefes eram analfabetas, que não sabiam ler e escrever, (E1) ao passo que em 2015 a proporção de mulheres nessa condição foi de 7,64%, ou seja, houve uma redução de 35,96% de mulheres privadas nesse quesito. O percentual de mulheres privadas no indicador analfabetas funcionais, ou seja, aquelas com menos de 4 anos de estudo, (E2) também foi reduzido no período, em 2004 cerca de 8,53% dessas mulheres se encontravam nessa condição, já no ano de 2015 aproximadamente 6,85% era analfabeta funcional, redução de 19,69%.

Com relação aos indicadores do componente escolaridade, observou-se que a privação nesse componente pouco reduziu no período. Apenas a privação no indicador E3 (presença de adultos sem fundamental completo) foi reduzida. Em 2015 aproximadamente 20,19% das chefes não tinham ensino fundamental completo. Também se observa o aumento da vulnerabilidade da mulher chefe de família nordestina no que se refere ao indicador E4 (presença de adultos sem ensino médio completo), pois em 2015 aproximadamente 4,12% dessas mulheres ainda não tinham concluído o ensino médio, significando um aumento nessa privação de 52,59% em relação ao ano de 2004.

No que diz respeito ao indicador E5 (presença de adultos sem alguma educação superior), no ano de 2015 cerca de 28,18% dessas mulheres não possuíam um mínimo de educação superior, resultando em um aumento de 5,03% na privação dessas mulheres com relação ao ano de 2004.

Merece destaque o componente qualificação profissional, no qual a privação das mulheres chefes de família do Nordeste fora reduzida em aproximadamente 43,94% ao longo do período. O que é explicado pelo aumento do número de matrículas em universidades públicas e privadas nessa Região, assim como o observado no Brasil e em suas demais Regiões, no Nordeste essas mulheres também procuram obter maior qualificação educacional (TABELA 11).

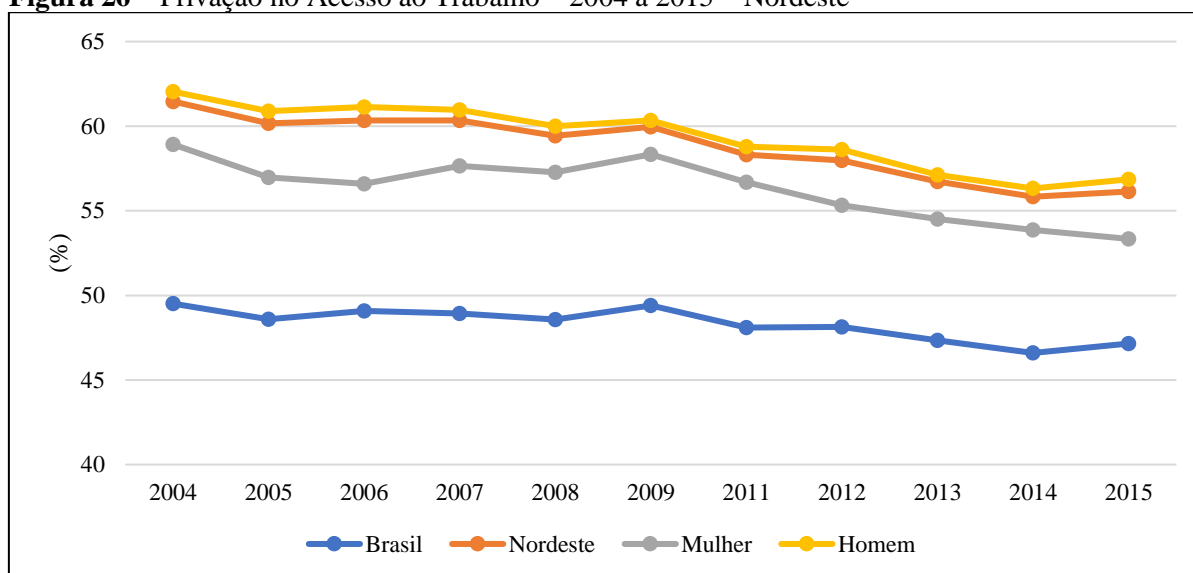
5.3.3 Dimensão Acesso ao Trabalho

Quanto a perspectiva do trabalho no mercado laboral, existem quatro maneiras de exclusão que afetam de forma mais severa as mulheres: i) o desemprego; ii) as formas precárias

de inserção laboral; iii) as formas de trabalho não remunerado; e iv) a exclusão das oportunidades para desenvolver suas potencialidades. E somam-se a essas formas de exclusão as desigualdades nas ocupações nas quais se inserem (segmentação ocupacional) e a discriminação salarial no mercado de trabalho (ARRIAGADA, 2005).

No que diz respeito aos indicadores da dimensão acesso ao trabalho, a vulnerabilidade das mulheres chefes de família do Nordeste foi reduzida ao longo do período, passando de 58,92% no ano de 2004 para 53,34% em 2015, o que significa que no ano de análise mais recente, mais da metade dessas mulheres tinham dificuldade no mercado de trabalho, em relação à ocupação, à qualidade da ocupação e ao rendimento da mesma (FIGURA 26). Chama a atenção o fato de que a privação de mulheres e homens nordestinos nessa dimensão se mostrou bastante superior à privação dos chefes de família brasileiros no acesso ao trabalho.

Figura 26 – Privação no Acesso ao Trabalho – 2004 a 2015 – Nordeste



Fonte: Elaboração própria.

Para melhor avaliar o comportamento da vulnerabilidade dessas mulheres nesse quesito, a Tabela 19 mostra os indicadores dos componentes da dimensão acesso ao trabalho para as mulheres chefes de família do Nordeste nos anos de 2004 e 2015. Embora as mulheres nordestinas estejam reduzindo suas privações nessa dimensão, perante as mulheres brasileiras tal redução é bastante pequena, pois em 2015 tinha-se aproximadamente 46% das mulheres brasileiras com fragilidade nessa dimensão enquanto que as nordestinas eram 53%.

Com relação aos indicadores referentes ao componente disponibilidade de trabalho para a mulher chefe de família do Nordeste, observou-se que em 2004 cerca de 83,40% das famílias têm mais da metade e seus membros em idade ativa ocupados (T1), essa proporção foi de

88,46% no ano de 2015. A reorganização do mercado de trabalho brasileiro nos anos 2000, diferentemente da década de 1990, significou uma demanda de trabalho maior e redução da rotatividade no emprego (POCHMAN, 2006). Desse modo, esta pesquisa demonstrou os efeitos favoráveis no Nordeste para a absorção dos trabalhadores e tempo no trabalho.

Tabela 19 - Dimensão 3: indicadores dos componentes da dimensão acesso ao trabalho para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)

Acesso ao trabalho	Nordeste		Brasil	
	Anos			
	2004	2015	2004	2015
	58,92	53,34	49,01	45,80

Componente	2004	2015	Indicadores/variáveis	2004	2015
CT1. Disponibilidade de trabalho	46,28	42,52	T1. Menos da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada	16,60	11,54
			T2. Ausência de trabalhador com mais de seis meses no trabalho atual	75,95	73,50
CT2. Qualidade do posto de trabalho	67,25	56,52	T3. Ausência de ocupado no setor formal	61,49	52,41
			T4. Presença de ocupado em atividade agrícola	73,01	60,63
CT3. Remuneração	63,23	60,99	T5. Presença ocupado com rendimento inferior a 1 salário mínimo	44,07	38,50
			T6. Presença de ocupado com rendimento inferior a 2 salários mínimos	82,39	83,48

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

Todavia, no ano de 2004 em 16,60% das famílias chefiadas por mulheres da Região Nordeste menos da metade de seus membros em idade ativa encontrava-se ocupada e, apesar da melhora em 2015, essa proporção ainda representava aproximadamente 11,54%. Mais da metade dessas famílias não contavam com trabalhador com mais de seis meses no trabalho atual, com 75,95% e 73,50%, respectivamente.

A presença de pelo menos um ocupado com carteira de trabalho assinada assegura tanto um maior acesso ao crédito e posse de bens de consumo duráveis quanto a uma renda continuada para a obtenção e acumulação de patrimônio. No que se refere aos indicadores do componente qualidade no posto de trabalho, no ano de 2004, em 61,49% das famílias nordestinas chefiadas por mulheres não havia ocupado no setor formal e, mesmo com a relativa melhora, no ano de 2015 essa proporção fora de aproximadamente 52,41%, o que sugere um alto percentual de mulheres empregadas na informalidade e sob condições precárias de trabalho. Esse resultado corrobora a visão de Medeiros (2003) sobre a questão da pobreza no Brasil com a noção de que a atual estrutura do mercado de trabalho, com ampla flexibilização do emprego, tem estado na essência da pobreza e da desigualdade de renda no país.

A maioria dessas famílias era formada por pelo menos um trabalhador do setor agrícola, em 2004 essa proporção fora de 73,01% e em 2015 fora de 60,63%. O que é bastante

compreensível, uma vez que no que diz respeito à ocupação e produção econômica nas zonas rurais do Brasil, observou-se que quase da metade da população brasileira vive em áreas predominantemente rurais ou intermediárias, cerca de 25,1% e 19,9%, respectivamente (SERRA, 2017). Em termos de uso do solo, as áreas rurais representam 93% do território brasileiro (IBGE, 2016). O setor agrícola, principal atividade das áreas rurais, tem grande importância na economia brasileira. Em 2016, este setor respondeu por aproximadamente 23% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil.

Houve nesse período recuperação do mercado de trabalho ligada à redução da informalidade no país e aumento dos ocupados em atividades não agrícolas (POCHMAN, 2006; RAMOS, 2007 & CARDOSO JR, 2007). Contudo, para as famílias chefiadas por mulheres da Região Nordeste, existe ainda uma relativa dependência laboral do setor agrícola, e essa Região mantém o problema da não formalização do trabalho, uma vez que a maioria dessas famílias não possuem pelo menos um ocupado formalizado.

Em 2004, somente 44,07% dessas famílias do Nordeste não contava com pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo (T5), essa mesma proporção em 2015 foi de 38,50%, ou seja, reduziu-se em 12,64%. O segundo indicador T6 (presença de ocupado com rendimento inferior a 2 salários mínimos) que forma o componente Remuneração indicou que 82,39% dessas famílias não contavam ocupado que tinha rendimento superior a 2 salários mínimos no ano de 2004 e para o ano de 2015 essa proporção foi de 83,48% dessas famílias. Assim, também se observou uma piora nesse indicador em menos 1,32%, o que demonstra que o rendimento do trabalho ainda é um obstáculo para as famílias do Nordeste que são chefiadas por mulheres.

Em razão da discriminação salarial por gênero, as famílias predominantemente suportadas por mulheres tendam a ter uma maior propensão a ser pobres do que aqueles predominantemente suportados por homens (BARROS; FOX; MENDONÇA, 1994). De fato, no Nordeste as mulheres sofrem menos privação no acesso ao trabalho em relação ao homem, mas com relação à remuneração a mulher arrimo de família é mais privada quando comparada ao homem nessa mesma condição. Em 2015, a parcela de mulheres privadas nesse quesito representou 60,99% ao passo que os homens representaram 54,33% (TABELAS 8 e 9), diferença de 6,66 p.p.

Muitas vezes a mulher chefe de família, que tem que realizar várias atividades simultaneamente (emprego, afazeres domésticos, cuidado das crianças, cuidado com idosos, etc.), se depara com maiores dificuldades para sua inserção no mercado de trabalho formal, o qual exige participação integral de seus membros. Diante dessa realidade, a participação da

mulher chefe de família se dá, com maior frequência, nos trabalhos informais, instáveis, de menor qualificação e com as remunerações mais baixas do mercado, que estão longe de garantir condições de vida satisfatórias e o desenvolvimento futuro de sua família (PACHECO, 2005).

No que diz respeito ao emprego formal do Nordeste no período analisado, de acordo com os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) no ano de 2004 havia 5.394.730 trabalhadores nessa Região, dos quais 2.304.499 eram mulheres, já em 2015 a quantidade de trabalhadores formais nessa região passou para 8.899.279, dentre os quais 3.858.609 eram do sexo feminino.

Conforme a Tabela 20, observa-se que o mercado de trabalho para a mulher é segmentado. Elas são mais frequentemente inseridas em alguns setores do que em outros. De um modo geral, a administração pública, o comércio varejista e o subsetor de alojamento e comunicação foram os que tiveram maior inserção das mulheres dessa Região nos anos analisados, 2004 e 2015.

Tabela 20 – Nordeste: emprego formal por subsetor de atividade (2004 - 2015)

Subsetor	2004				2015			
	Total	(%)	Mulheres	(%)	Total	(%)	Mulheres	(%)
Administração pública	1.864.022	34,55	1.165.859	50,59	2.512.276	28,23	1.506.045	39,03
Comércio varejista	704.025	13,05	273.709	11,88	1.400.385	15,74	609.589	15,80
Administração técnica profissional	424.609	7,87	110.225	4,78	943.910	10,61	341.848	8,86
Alojamento e comunicação	414.488	7,68	196.261	8,52	680.015	7,64	350.584	9,09
Alimentos e bebidas	286.444	5,31	46.854	2,03	333.004	3,74	76.990	2,00
Agricultura	228.965	4,24	25.586	1,11	242.303	2,72	32.081	0,83
Construção civil	209.000	3,87	12.629	0,55	500.514	5,62	44.654	1,16
Transporte e comunicações	200.095	3,71	28.569	1,24	363.132	4,08	67.082	1,74
Ensino	172.351	3,19	104.958	4,55	392.708	4,41	236.822	6,14
Médicos odontológicos e veterinários	164.430	3,05	121.199	5,26	332.571	3,74	244.104	6,33
Indústria têxtil	124.821	2,31	69.325	3,01	158.709	1,78	90.435	2,34
Comércio atacadista	123.731	2,29	31.638	1,37	273.094	3,07	72.622	1,88
Outros	477.749	8,86	117.687	5,11	766.658	8,61	185.753	4,81
Total	5.394.730	100,00	2.304.499	100,00	8.899.279	100,00	3.858.609	100,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da RAIS (2004 - 2015).

No ano de 2004, a maioria das mulheres nordestinas eram empregadas em cargos da administração pública (50,59%). Em 2015 a inserção dessas mulheres ainda era maioria nesse subsetor, no entanto, percebe-se uma migração para cargos do comércio varejista que passou a representar 15,80% do total de mulheres inseridas nesse subsetor.

No período houve aumento da inserção da mulher nordestina nos subsetores de ensino e de médicos odontológicos e veterinários. Também chama a atenção a baixa inserção da mulher em atividades ligadas à agricultura na Região Nordeste, o que indica uma urbanização

da força de trabalho feminina e corrobora com a tese da masculinização do meio rural nessa Região.

5.3.4 Dimensão Disponibilidade de Recursos

A quarta dimensão, disponibilidade de recursos, se refere às famílias nordestinas chefiadas por mulheres que se encontram abaixo da linha de extrema pobreza ou de indigência, abaixo da linha de pobreza e daquelas nos quais a maior parte da renda domiciliar é oriunda de transferências de renda.

A pobreza possui raízes na limitação de recursos das famílias, o que acaba prejudicando a capacidade de elevar a renda familiar (KAGEYAMA; HOFFMANN, 2006). Assim, a renda familiar *per capita* é um recurso fundamental uma vez que grande parte das necessidades básicas de uma família pode ser satisfeita pela aquisição de bens e serviços. Embora a procedência dos recursos possa ser relevante para se satisfazer as necessidades de uma família, a sustentabilidade e o grau de independência dela dependem da parcela que é gerada autonomamente e da parte que é recebida como transferências de outras famílias ou do governo.

As linhas de extrema pobreza utilizadas para nessa dimensão nos anos de 2004 e 2015 foram de R\$ 65,00 e R\$ 197,00, respectivamente e corresponderam a $\frac{1}{4}$ de salário mínimo no ano vigente. Ao passo que as linhas de pobreza foram de R\$ 130,00 e R\$ 394,00 para os anos de 2004 e 2015, correspondendo a $\frac{1}{2}$ de salário mínimo em cada ano analisado.

A Tabela 21 mostra os indicadores dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos das famílias nordestinas chefiadas por mulheres para os anos de 2004 e 2015.

Tabela 21 - Dimensão 4: indicadores dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)

Disponibilidade de recursos	Nordeste		Brasil	
	Anos			
	2004	2015	2004	2015
	50,45	48,04	36,75	37,28

Componente	2004	2015	Indicadores/variáveis	2004	2015
CR1. Extrema pobreza	23,80	17,47	R1. Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha da extrema pobreza	23,80	17,47
CR2. Pobreza	42,54	36,91	R2. Renda familiar <i>per capita</i> inferior à linha de pobreza	42,54	36,91
CR3. Capacidade de geração de renda	85,02	89,73	R3. Maior parte da renda familiar advém de transferências	85,02	89,73

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

No ano de 2004, cerca de 23,80% dessas famílias possuíam renda familiar *per capita* inferior à linha de extrema pobreza (R1); essa proporção em 2015 fora de 17,47%, ou seja, uma redução de 26,60% nessa vulnerabilidade. Resultado semelhante ocorreu para o indicador das famílias com renda inferior a linha de pobreza (R2), sendo 42,54% dessas famílias em 2004 com renda familiar *per capita* inferior à linha de pobreza e 36,91% em 2015, o que representou uma redução nessa privação de cerca de 13,23%.

Em comparação aos resultados observados para o Brasil, os resultados da pobreza e extrema pobreza das famílias chefiadas por mulheres do Nordeste corroboram com os achados em Melo (2005), no qual constatou-se que a Região Nordeste concentrava o maior contingente de pobres e indigentes do país.

O resultado obtido no indicador que mede a parcela da renda familiar que advém de transferências mostra que o grau de dependência dessas mulheres aumentou ao longo do período, em que aproximadamente 85,02% da renda familiar analisada para a amostra da região Nordeste era originada de transferências no ano de 2004 e de 89,73%, no ano de 2015, o que, por sua vez, se configurou em um aumento da vulnerabilidade dessas famílias nesse indicador em aproximadamente de 5,54%.

Um dos programas de transferência de renda pública mais importantes do Brasil é o Programa Bolsa Família, criado em outubro de 2003 e previsto em lei — Lei Federal nº 10.836, de 09 de janeiro de 2004 — sendo regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, figura como o principal programa de combate à pobreza e desigualdade no Brasil.

O Programa Bolsa Família possui três eixos principais: complemento da renda, em que mensalmente as famílias atendidas pelo Programa recebem um benefício em dinheiro, que é transferido diretamente pelo governo federal, o que garante o alívio imediato da pobreza; acesso a direitos, nesse aspecto as famílias devem cumprir algumas condicionalidades, que têm por objetivo reforçar o acesso à educação, à saúde e à assistência social.

O cumprimento de tais compromissos acaba oferecendo condições do rompimento do ciclo da pobreza para as gerações futuras; o último eixo se refere às articulações com outras ações, no sentido em que o Bolsa Família tem capacidade de integrar e articular várias políticas sociais a fim de estimular o desenvolvimento das famílias, contribuindo para elas superarem a situação de vulnerabilidade e de pobreza.

Desde o ano de 2011, o Programa Bolsa Família faz parte do Plano Brasil Sem Miséria, que reuniu diversas iniciativas para permitir que as famílias deixassem a extrema pobreza, com o efetivo acesso a direitos básicos e a oportunidades de trabalho e de empreendedorismo.

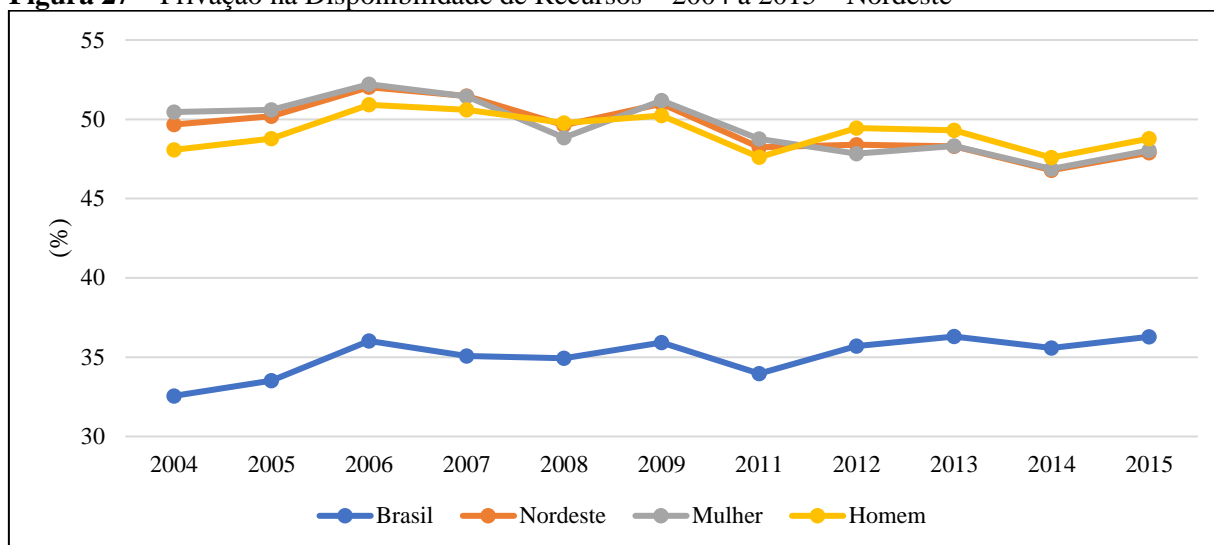
De acordo com os dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), mais de 3 milhões (3.320.446) de famílias do Nordeste eram beneficiárias do Programa Bolsa Família, o que representou 50,57% de todas as famílias assistidas pelo Programa no país. Já em 2015, a quantidade de famílias nordestinas atendidas pelo o Programa foi de 6.936.407, representando 49,77% do total de famílias atendidas no Brasil.

Outra iniciativa do governo brasileiro foi o Programa Brasil Carinhoso, que consiste na transferência automática de recursos financeiros para custear despesas com manutenção e desenvolvimento da educação infantil, contribuir com as ações de cuidado integral, segurança alimentar e nutricional, além de garantir o acesso e a permanência da criança na educação infantil. Esses recursos são destinados aos alunos de zero a 48 meses de idade, matriculados em creches públicas ou conveniadas com o poder público, cujas famílias sejam beneficiárias do Programa Bolsa Família.

A vulnerabilidade revelada para a chefe de família nordestina na capacidade de geração de renda nos remete a pobreza caracterizada em Spicker (1999) pela dependência. Segundo esse entendimento, o fato dos indivíduos receberem algum tipo de benefício social em razão da sua falta de recursos implica que a pobreza não diz respeito apenas aos indivíduos com renda insuficiente, mas sim àqueles que são dependentes. Assim, a pobreza entendida como dependência aumentou para as mulheres chefes de família da Região Nordeste.

Dessa maneira, os resultados obtidos pelos indicadores da dimensão disponibilidade de recursos revelam que os indicadores mais relevantes para a diminuição da vulnerabilidade da mulher nordestina nesse quesito foram a redução da extrema pobreza e da pobreza. Vale destacar que os programas sociais de transferências de renda condicionadas mantiveram importante participação para o incremento de grau de desenvolvimento das famílias do Nordeste, porém, ao seu lado, outras fontes de renda das famílias ganharam mais espaço, especialmente associadas às aposentadorias e pensões (FERREIRA, SOUZA, 2011; HOFFMANN, 2006).

A Figura 27 mostra a evolução da privação enfrentada por mulheres e homens chefes de família do Nordeste na dimensão disponibilidade de recursos no período de 2004 a 2015. Como pode ser observado, a privação das mulheres nesse quesito foi superior ao do homem até o ano de 2012. A partir do ano de 2014 há uma convergência na privação de recursos para ambos os chefes de família dessa Região. Também se observa que a privação desses chefes em comparação ao Brasil se mostrou bastante superior em todo o período analisado.

Figura 27 – Privação na Disponibilidade de Recursos – 2004 a 2015 – Nordeste

Fonte: Elaboração própria.

Ainda que tenha havido melhora nos índices dos componentes da dimensão disponibilidade de recursos, esse resultado revela que a proporção de famílias pobres e extremamente pobres ainda é um grave problema na região Nordeste, sobretudo quando essas famílias são chefiadas por mulheres.

5.3.5 Uso do Tempo

A pobreza pode ser vista de maneira dual: como privação das necessidades básicas e privação dos meios que possam satisfazê-las. As mulheres são pobres na medida em que não contam com o tempo disponível para buscar formas mais apropriadas para satisfazer as suas necessidades (KABEER, 1998). Dessa maneira, é relevante medir a pobreza de tempo. A dinâmica da pobreza requer uma análise do conceito tempo, e esse parece muito mais importante no caso das mulheres, uma vez que parte importante de seu trabalho (trabalho doméstico) não é valorizado monetariamente, no entanto pode ser mensurado em termos de tempo.

A sobrecarga de trabalho não remunerado gera diversas sequelas às mulheres: dificulta a sua entrada no mercado laboral e reduz suas oportunidades profissionais em ocupações consideradas “masculinas”, de forma que, devido à discriminação salarial e menor valorização das ocupações nas quais se concentram, as mulheres têm rendimentos menores, o que as limita a uma maior participação na informalidade e em empregos sem proteção social (OIT & PNUD, 2009).

Com relação à dimensão uso do tempo, no Nordeste, a proporção de mulheres privadas nessa dimensão foi reduzida ao longo do período analisado, passando de uma proporção de 16,10% chefes de família privadas nessa dimensão no ano de 2004 para 11,26% em 2015, redução de aproximadamente 30,06% (TABELA 9).

A Tabela 22 mostra os indicadores dos componentes da dimensão uso do tempo das famílias nordestinas chefiadas por mulheres para os anos de 2004 e 2015. Como pode ser observado, o indicador em que essas mulheres são mais vulneráveis diz respeito à presença de trabalhador com mais de 44 horas de trabalho semanal. Em 2004 aproximadamente 26,87% dessas mulheres eram privadas nesse quesito; no ano de 2015 a proporção de mulheres privadas nesse indicador se reduz para 15,22%, mas ainda é o que mais contribui com a vulnerabilidade da mulher nessa dimensão.

Tabela 22 - Dimensão 5: indicadores dos componentes da dimensão uso do tempo para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)

Uso do tempo	Nordeste		Brasil	
	Anos			
	2004	2015	2004	2015
	16,10	11,26	16,12	12,64

Componente	2004	2015	Indicadores/variáveis	2004	2015
CG1. Horas dedicadas ao trabalho principal	26,87	15,22	G1. Presença de trabalhador com mais de 44 horas de trabalho semanal	26,87	15,22
CG2. Horas dedicadas ao trabalho doméstico	15,23	10,79	G2. Horas dedicadas ao trabalho doméstico superior a 44 horas semanais	15,23	10,79
CG3. Tempo de percurso diário de deslocamento para o local de trabalho	6,20	7,77	G3. Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho superior a uma hora	6,20	7,77

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

Para essas mulheres, dos três componentes que compõem essa dimensão, apenas o que corresponde ao tempo gasto de percurso diário de ida da residência ao local de trabalho teve piora. No ano de 2004 aproximadamente 6,20% dessas mulheres gastavam mais de uma hora no percurso diário de ida ao local de trabalho, em 2015 essa proporção passou para 7,77% dessas, piora de cerca de 25,32% nesse componente para essas mulheres (TABELA 13). Esse resultado pode ser explicado pelo fato de, dado a saturação do mercado de trabalho nos grandes centros urbanos, essas mulheres estão procurando colocação laboral em lugares cada vez mais distantes desses centros.

Com relação ao homem chefe de família nessa Região, a vulnerabilidade das mulheres nordestinas no uso de tempo é menor. Pois, como pode ser observado na Tabela 9, eles costumam dedicar muito mais do que 44 horas semanais ao trabalho, principalmente em

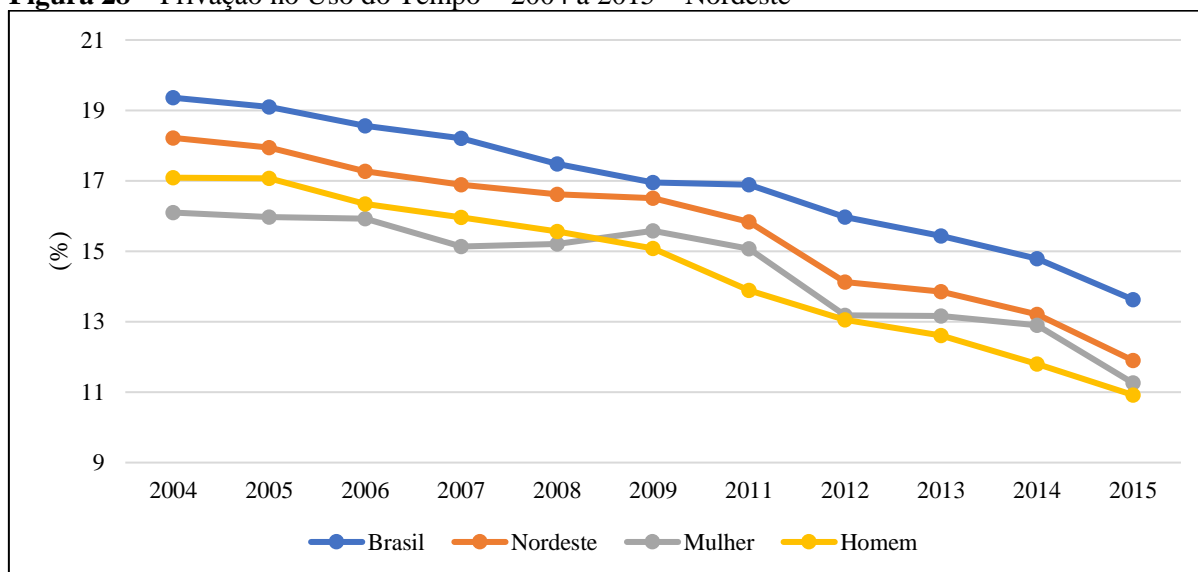
comparação com as mulheres. Tal resultado é favorável às mulheres do ponto de vista do uso do tempo, todavia esse fato se torna desfavorável na medida em que essas mulheres se mostraram mais privadas do que os homens na dimensão de acesso ao trabalho. Isto também pode indicar que há uma tendência dessas mulheres, em razão da demanda de suas funções reprodutivas, estarem optando por trabalhos de períodos parciais ou em regime de trabalho temporário.

Em contrapartida, as mulheres dedicam muito mais tempo ao trabalho doméstico. Em 2004 a proporção de mulheres nordestinas que dedicavam mais de 44 horas semanais a esse tipo de trabalho correspondia a 15,23%, enquanto os homens representavam apenas 0,69%. No ano de 2015 essas proporções representaram 10,79% e 0,80%, respectivamente para essas mulheres e homens (TABELAS 13 e 14).

Esses resultados indicam que, ao considerar o trabalho doméstico não remunerado que essas mulheres realizam em seus lares, a jornada de trabalho da mulher chefe de família do Nordeste é maior do que a do homem chefe de família dessa região. E apesar da inserção crescente dessas mulheres no mercado laboral, isso não significa que tenha tido um aumento paralelo da inserção masculina nas atividades domésticas. Isso revela, no entanto, que as mulheres dessa Região enfrentam jornada de trabalho dupla, isto é, além da função exercida no trabalho, têm ainda que realizar as tarefas domésticas.

Conforme Gimenez (1999), a própria feminização da pobreza pode ser entendida como um resultado direto da dupla jornada das mulheres: como força de trabalho não remunerado no próprio domicílio. Como resultado, elas acabam lidando com maiores restrições em termos de tempo e mobilidade, e essa realidade faz com que passem a dedicar um menor número de horas a empregos remunerados ou a treinamento/qualificação e educação.

O comportamento dessa dimensão ao longo do período analisado pode ser melhor visualizada na Figura 28, na qual se mostra a privação enfrentada por homens e mulheres nordestinos na dimensão uso do tempo no período de 2004 a 2015.

Figura 28 – Privação no Uso do Tempo – 2004 a 2015 – Nordeste

Fonte: Elaboração própria.

A mulher nordestina se mostrou mais vulnerável no uso do tempo do que o homem dessa Região, principalmente a partir de 2009, no entanto, assim como a tendência observada no Brasil, há uma convergência entre ambos os sexos quanto à redução da privação no uso de tempo.

5.3.6 Condições Habitacionais

A sexta dimensão diz respeito às condições habitacionais dos domicílios das chefes de família. Por ter uma estreita relação com as condições de saúde, mensuradas, principalmente, pelos indicadores dos componentes acesso a saneamento e acesso à coleta de lixo, essa dimensão pode ser considerada uma das mais importantes em captar as condições de vida de uma família. No Nordeste, a proporção de mulheres privadas nessa dimensão foi reduzida de uma proporção de 16,49% no ano de 2004 para 11,58% em 2015, redução nessa vulnerabilidade de aproximadamente 29,78% (TABELA 13).

As condições habitacionais das famílias chefiadas por mulheres são melhores em relação àquelas famílias que são chefiadas por homens. Assim como para os chefes de família brasileiros, o efeito da crise financeira mundial de 2008 também fez aumentar a vulnerabilidade de mulheres e homens chefes de famílias do Nordeste nas condições habitacionais de seus domicílios.

De fato, o percentual de privação nessa dimensão foi maior tanto para as mulheres quanto para os homens nesse ano, 18,49% e 22,51%, respectivamente. No ano em questão, o

aumento na vulnerabilidade familiar por parte desses chefes de família se deveu principalmente ao aumento na proporção de domicílios privados ao acesso à internet (TABELAS 13 e 14).

Na sequência, a Tabela 23 mostra os indicadores dos componentes dessa dimensão para as famílias nordestinas chefiadas por mulheres nos anos de 2004 e 2015. A maioria dos componentes dessa dimensão, com exceção dos relativos à propriedade e ao acesso a abastecimento de água, contribuíram positivamente para a redução do percentual de mulheres nordestinas chefes de família privadas nessa dimensão.

Tabela 23 - Dimensão 6: indicadores dos componentes da dimensão condições habitacionais para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)

Condições habitacionais	Nordeste		Brasil	
	Anos			
	2004	2015	2004	2015
	16,49	11,58	13,06	9,32

Componente	2004	2015	Indicadores/variáveis	2004	2015
CH1. Propriedade	19,88	20,03	H1. Domicílio não era próprio	24,31	23,39
			H2. Domicílio não era próprio ou cedido	15,45	16,67
CH2. Déficit habitacional	25,24	14,27	H3. Densidade maior que dois moradores por dormitório	25,24	14,27
CH3. Abrigabilidade	4,61	2,15	H4. Material de construção não permanente	4,61	2,15
CH4. Acesso a abastecimento de água	5,53	9,85	H5. Acesso inadequado à água	5,53	9,85
CH5. Acesso à energia elétrica	4,12	0,30	H6. Sem acesso à eletricidade	4,12	0,30
CH6. Acesso a saneamento	18,07	10,57	H7. Esgotamento sanitário inadequado	40,84	27,71
			H8. Ausência de banheiro no domicílio ou na propriedade	11,59	3,76
			H9. Uso do banheiro ou sanitário não exclusivo ao domicílio	1,77	0,25
CH7. Acesso à coleta de lixo	20,26	14,90	H10. Lixo não é coletado	20,26	14,90
CH8. Acesso à internet	27,70	14,11	H11. Sem acesso à internet	27,70	14,11

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

Todavia, os componentes que tiveram maior impacto na redução nesse percentual foram os relativos ao acesso à energia elétrica, em que a privação nesse componente por parte dessas mulheres fora reduzida em 92,72% no período e o de abrigabilidade cujo percentual de mulheres privadas fora reduzida em 53,36%.

Já os componentes em que essas mulheres foram mais privadas foram os relativos à propriedade do domicílio, cujo resultado mostrou que no ano de 2015 cerca de 20,03% das chefes de famílias do Nordeste não eram donas dos domicílios em que moravam. A vulnerabilidade habitacional dessas mulheres aumentou em 0,75% no período, e o componente de acesso a abastecimento de água. Nesse quesito cerca de 5,53% das famílias nordestinas

chefiadas por mulheres não tinham acesso adequado em seus domicílios no ano de em 2004, em 2015 esse percentual correspondeu a 9,85% dessas famílias que não contavam com acesso adequado à água, ou seja, um aumento dessa privação de 78,12% no período.

O indicador H1 (domicílio não era próprio) revelou que 24,31% das chefes de famílias do Nordeste não tinham a propriedade de seus domicílios no ano de 2004. Essa proporção caiu para 23,39% no ano de 2015. O indicador H2 (domicílio não era próprio ou cedido) mostrou que 15,45% dessas chefes no ano de 2004 não possuíam domicílio próprio ou cedido. A proporção de mulheres privadas nesse indicador fora de 16,67% em 2015, assim, no período analisado a proporção de mulheres privadas nesse indicador aumentou em cerca de 7,90%.

Uma das medidas para combater os efeitos da crise de 2008 na economia brasileira foi a criação de programas governamentais voltados à redução da desigualdade no país. Um deles é o Programa Minha Casa Minha Vida criado em 2009, cujos principais objetivos se centraram na redução do déficit habitacional no Brasil, por meio da construção de moradias populares destinadas sobretudo à população de baixa renda; na regularização fundiária e urbana; e no aumento dos investimentos no setor da construção civil, esse último que por sua vez pode ser corroborado com os dados da RAIS (2018) sobre a inserção no mercado formal da região Nordeste, que mostrou um aumento na participação dos trabalhadores no subsetor da construção civil no período de 2004 a 2015 (TABELA 20). Além do mais, conforme Macedo e Silva (2013), o Programa Minha Casa Minha Vida teve a intenção de criar uma fonte de demanda por capital e trabalho, dado que o programa consistiu em uma medida anticíclica à crise financeira mundial de 2008.

Também se observou o aumento na privação do acesso ao abastecimento de água (H5) por parte das mulheres chefes de família do Nordeste. No ano de 2004 cerca de 5,53% dessas mulheres eram privadas nesse indicador e em 2015 o percentual de privação dessas mulheres passa a ser de 9,85%, isto é, houve um aumento no percentual de privação dessas chefes de família nesse indicador de 78,12%. Tal resultado é em parte explicado por fatores edafoclimáticos conhecidos da região Nordeste como o fenômeno da seca. Conforme a Agência Nacional das Águas (ANA), no ano de 2017 o Nordeste completava o seu sétimo ano consecutivo de estiagem, com um terço (33,65%) de seu território no grau mais elevado, nível 4, da seca.

No Brasil, conforme dados da PNAD para o ano de 2015, cerca de 27% das famílias situadas nas áreas rurais não têm acesso adequado à água. Sem abastecimento público, famílias de agricultores e seus familiares em extrema pobreza precisam, diariamente, percorrer longos caminhos para buscar água em fontes que nem sempre são de boa qualidade (poços, cacimbas,

riachos, açudes, igarapés, barreiros). Nessas condições as famílias ficam expostas a doenças, vulneráveis em períodos de escassez e sem condições mínimas para desenvolver atividades produtivas na propriedade.

Com o intuito de atuar nessa realidade, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome conta com o Programa Nacional de Apoio à Captação de água de chuva e outras Tecnologias Sociais de Acesso à Água - o Programa Cisternas. O Programa Cisternas integra o *Água para Todos* no âmbito da estratégia mais ampla de superação da extrema pobreza e da garantia da segurança alimentar.

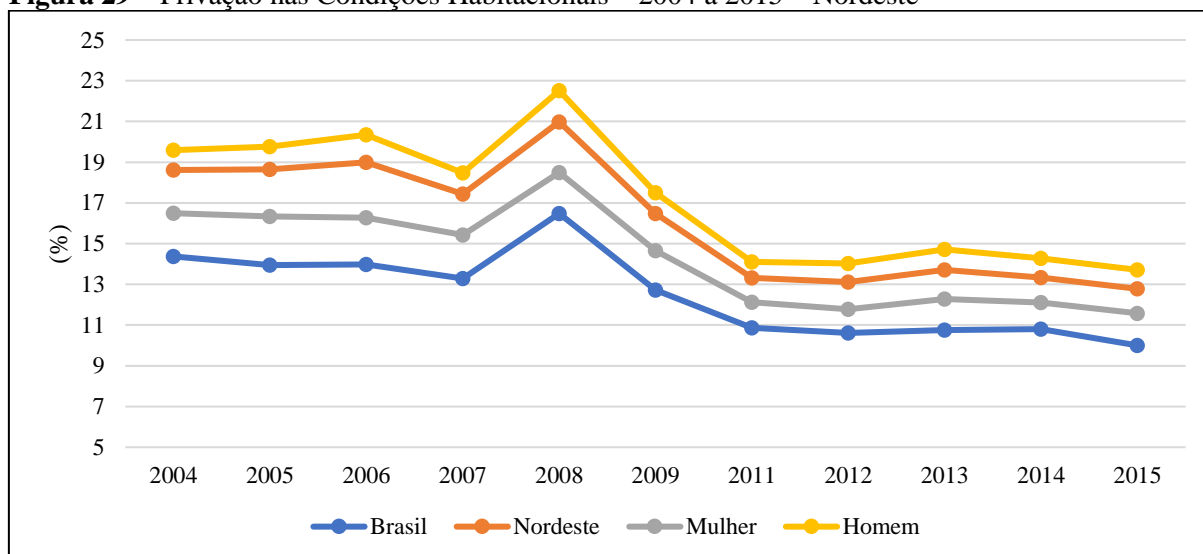
Com relação à exclusividade no uso do banheiro do domicílio (H9), apenas 1,77% dessas mulheres não tinham a exclusividade do uso do banheiro em seus domicílios no ano de 2004, em 2015 esse percentual caiu para 0,25%. Em questão de acesso a saneamento básico, houve uma significativa redução na vulnerabilidade das mulheres arrimo de família do Nordeste nesse componente. No ano de 2004 cerca de 18,07% dessas mulheres não tinham acesso ao saneamento básico em seus domicílios. Já em 2015 o percentual de privação nesse componente cai para 10,57%. Ao longo do período, representou uma redução de privação nessa dimensão de 41,50%.

O indicador H7 (esgotamento sanitário inadequado) revelou que no ano de 2004 aproximadamente 40,84% dessas mulheres não tinham acesso a esgotamento sanitário adequado em seus domicílios, em 2015 essa proporção fora de 27,71%, o que denota uma redução de 32,15% na vulnerabilidade dessas chefes de família nesse indicador.

O indicador H8 (ausência de banheiro no domicílio ou na propriedade) mostrou quem em 2004 a proporção de mulheres que não possuíam banheiro em seus domicílios ou dentro de suas propriedades era de 11,59%, em 2015 essa proporção fora de 3,76%.

O acesso ao saneamento básico é ainda é um problema grave no Brasil. Conforme dados Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS), a população total atendida com esgotamento sanitário (habitantes) no ano de 2016 no país era de 6.918.620 desse total. Conforme o Índice de tratamento de esgoto, apenas 21,12% contavam com esgoto tratado. Na Região Nordeste essa realidade é ainda pior, pois o número de habitantes dessa região que tinham acesso ao serviço de esgotamento sanitário correspondia a 1.630.713, dentre os quais apenas 12,33% tinham acesso a esgoto tratado.

O comportamento dessa dimensão ao longo do período analisado pode ser melhor visualizada na Figura 29, na qual se mostra a privação enfrentada por homens e mulheres nordestinos na dimensão condições habitacionais no período de 2004 a 2015.

Figura 29 – Privação nas Condições Habitacionais – 2004 a 2015 – Nordeste

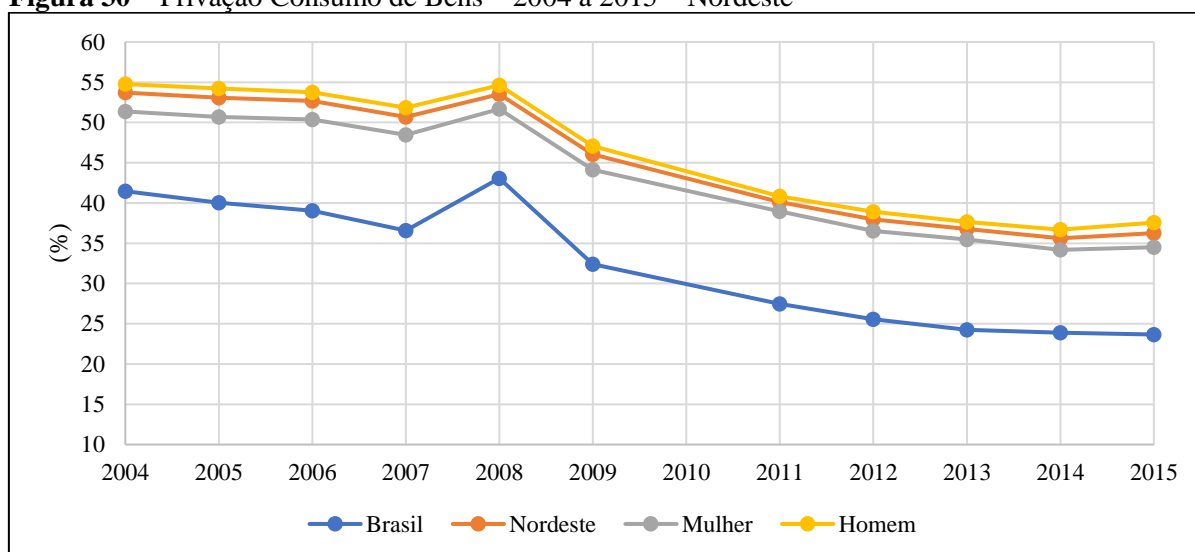
Fonte: Elaboração própria.

Como se observa, em relação ao chefe de família do sexo masculino da Região Nordeste, as mulheres são menos privadas nas condições habitacionais, isto é, quando se tem a mulher como chefe, as condições habitacionais das famílias por elas chefiadas são melhores em relação as famílias chefiadas por homens. No entanto, em comparação aos chefes de família do Brasil, tanto homens quanto as mulheres chefes de família nordestinos enfrentavam maior privação nessa dimensão no período.

5.3.7 Consumo de Bens

A sétima, e última dimensão, do MPI faz referência ao consumo de bens, como fogão, geladeira, máquina de lavar roupas e microcomputador, pelas famílias nordestinas chefiadas por mulheres nos anos analisados, 2004 e 2015. O percentual de mulheres privadas nessa dimensão foi reduzido ao longo do período analisado. Em 2004, mais da metade (51,35%) das chefes de família nordestinas eram privadas nessa dimensão, mas em 2015 a proporção caiu para 34,52%.

No entanto, em comparação às mulheres chefes de família brasileiras, ainda se tem um percentual alto para as mulheres nordestinas. No Nordeste, o consumo de bens pelas famílias chefiadas por mulheres é melhor em relação aquelas famílias que são chefiadas por homens (FIGURA 30). Ou seja, essas mulheres são capazes de garantir melhores condições de vida aos integrantes de sua família no que diz respeito ao consumo de bens duráveis e de tecnologia (microcomputador).

Figura 30 – Privação Consumo de Bens – 2004 a 2015 – Nordeste

Fonte: Elaboração própria.

A Tabela 24 mostra os indicadores dos componentes da dimensão consumo de bens para as famílias nordestinas chefiadas por mulheres nos anos de 2004 e 2015. Como pode ser observado, o indicador C1 (o domicílio não possui fogão) do componente acesso a fogão revelou que em 2004 cerca de 1,81% dessas chefes não tinham em suas residências a posse do fogão, ao passo que no ano de 2015 essa proporção fora de 1,36%.

Tabela 24 - Dimensão 7: indicadores dos componentes da dimensão consumo de bens para as mulheres chefes de família do Nordeste (2004 - 2015)

Consumo de bens	Nordeste		Brasil	
	Anos			
	2004	2015	2004	2015
	51,35	34,52	40,31	22,99

Componente	2004	2015	Indicadores/variáveis	2004	2015
CC1. Acesso a fogão	1,81	1,36	C1. O domicílio não possui fogão	1,81	1,36
CC2. Acesso à geladeira	24,47	3,53	C2. O domicílio não possui geladeira	24,47	3,53
CC3. Acesso à máquina de lavar roupas	87,13	66,07	C3. O domicílio não possui máquina de lavar	87,13	66,07
CC4. Acesso à microcomputador	91,97	67,12	C4. O domicílio não possui microcomputador	91,97	67,12

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

Com relação à privação no consumo de geladeira (C2) por essas mulheres, no período fora reduzida em 85,57%. No ano de 2004, 24,47% das famílias nordestinas com chefes do sexo feminino não possuíam geladeira em seus domicílios, ao passo que em 2015 esse percentual foi de 3,53%.

A posse da máquina de lavar roupas (C3) por parte dessas mulheres é ainda bastante limitada, visto que mais da metade dessas mulheres em ambos os anos, 2004 (87,13%) e 2015 (66,07%), não tinham geladeiras em seus domicílios. A posse desse bem tem íntima relação com o tempo gasto no trabalho doméstico, e a falta dele significa que indiretamente essas mulheres também têm sua vulnerabilidade no uso do tempo intensificada.

Também se observa que em 2004 cerca de 91,97% das mulheres nordestinas foram consideradas privadas no indicador posse de microcomputador (C4). Ao passo que no ano de 2015, neste mesmo indicador, a posse desse bem por parte dessas mulheres aumentou, isto é, a privação nesse indicador passou a ser de 67,12%. Um resultado importante, visto que o acesso a esse bem possui um papel essencial no acesso ao conhecimento.

A redução da privação por parte dessas chefes de família nos indicadores que compõem a dimensão consumo de bens é explicada pela implantação do programa Minha Casa Melhor em 2013, criado como medida anticíclica da crise de 2008 pelo governo brasileiro, e como complemento do Programa Minha Casa Minha Vida. O programa concede crédito de até R\$ 5.000,00 para as famílias beneficiadas adquirirem móveis, eletrodomésticos e eletrônicos. Atualmente a concessão de crédito por parte desse programa encontra-se temporariamente suspenso.

Outra medida governamental anticíclica responsável pelo aumento da demanda de bens nesse período foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) a partir do ano de 2009 para eletrodomésticos de linha branca (fogão, geladeira e máquina de lavar), bens de capital e automóveis.

As privações nas condições básicas da existência, como a abastecimento de água, saneamento básico e coleta de lixo, assim como as privações no acesso ao trabalho e na disponibilidade de recursos observadas para as mulheres chefes de família da região Nordeste, são frutos do subdesenvolvimento regional e local dessa região e da limitação financeira observada para essas famílias. Segundo Kageyama e Hoffmann (2006), a superação desses problemas oriundos do subdesenvolvimento se dá por meio de investimentos públicos e privados em infraestrutura e serviços básicos, e através de melhorias no nível educacional da região e nas condições de acesso ao mercado de trabalho.

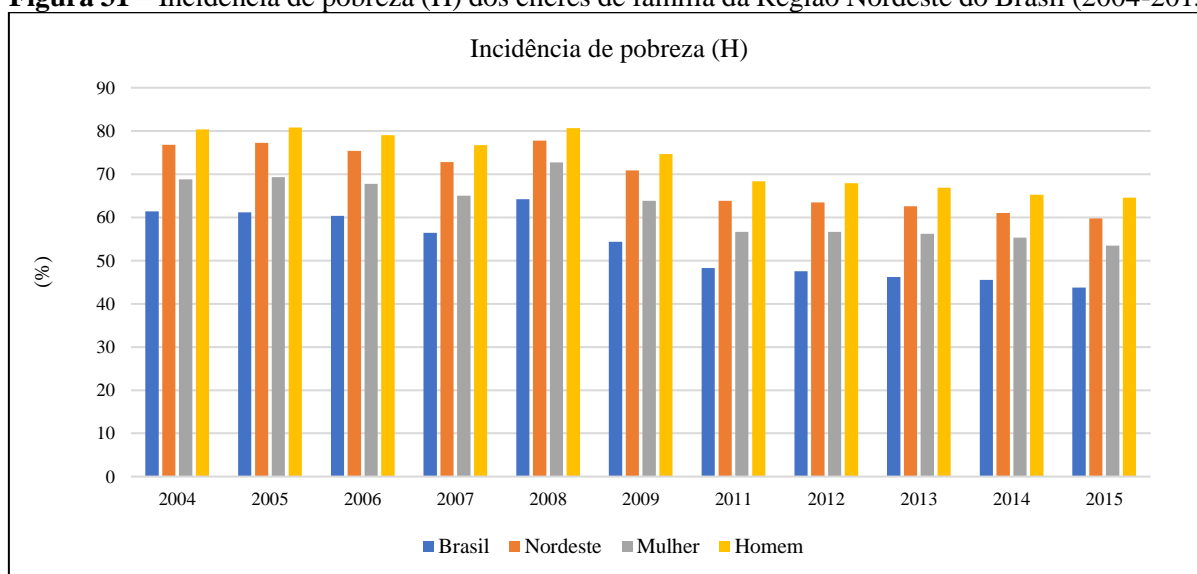
Assim, é importante enfatizar que trabalho e renda na Região Nordeste, principalmente no que se refere as mulheres chefes de família dessa região, são temas que exigem mais atenção do poder público, pois a distância verificada no percentual de privação dessas dimensões em relação aos chefes de família do país e ao homem dessa Região se mostrou bastante significativa.

Do mesmo modo que é essencial assegurar que as famílias tenham acesso aos meios que necessitam, também é de suma importância conceder-lhes a oportunidade de utilizá-los. O uso da capacidade produtiva dos indivíduos se concretiza na oportunidade de acesso ao trabalho que venham a ter. De fato, a promoção do mercado de trabalho da mulher por meio de incentivos específicos é um direito previsto constitucionalmente, mais especificamente no Art. 6º inciso XX da Constituição Federal de 1988.

5.4 POBREZA MULTIDIMENSIONAL FEMININA NO NORDESTE (2004 A 2015)

Na Figura 31 são apresentados os resultados da incidência da pobreza (H), no período de 2004 a 2015, para os chefes de família da região Nordeste do Brasil para cada $k=12$. Ao longo do período observa-se que a proporção de pobres (H) da Região Nordeste foi superior à proporção de pobres observada para os chefes de família brasileiros em todos os anos do período analisado.

Figura 31 – Incidência de pobreza (H) dos chefes de família da Região Nordeste do Brasil (2004-2015)



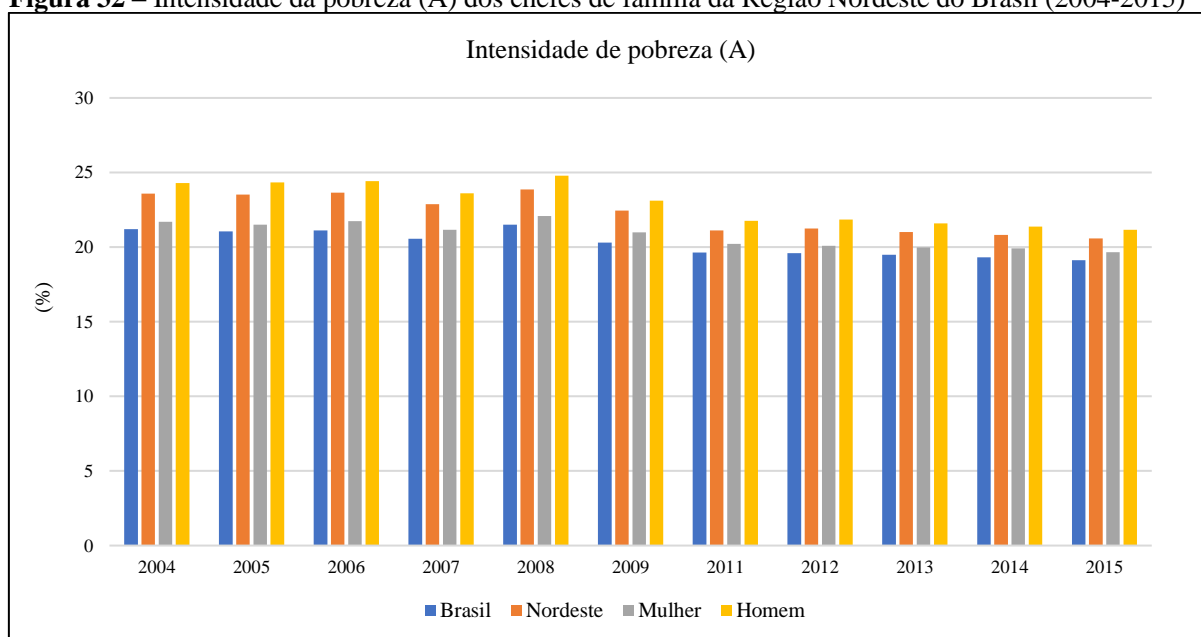
Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

No ano de 2004 o percentual de chefes de família pobres no Nordeste era de 76,81%, ou seja, apenas 23,19% desses chefes era não-privada em nenhum dos 37 indicadores ou variáveis contempladas no cálculo do Índice de Pobreza Multidimensional. No ano de 2015 o percentual de chefes de família pobres foi de 59,78%, significando uma redução de 22,17% em relação ao ano de 2004. Já em 2004, quando o chefe de família nessa Região era do sexo

feminino, cerca de 68,82% desses eram privados em no mínimo 12 indicadores ($k=12$), em 2015 esse percentual fora de 53,44%.

A Figura 32 apresenta os resultados da intensidade de pobreza ou pobreza média (A), no período de 2004 a 2015, para os chefes de família da Região Nordeste do Brasil para cada $k=12$. No que diz respeito a pobreza média (A), no ano de 2004 as mulheres chefes de família da Região Nordeste consideradas pobres em $k=12$ apresentaram em média privações de 21,70% do total de indicadores considerados, o que correspondeu a 8 (8,03) dos 37 indicadores.

Figura 32 – Intensidade da pobreza (A) dos chefes de família da Região Nordeste do Brasil (2004-2015)



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

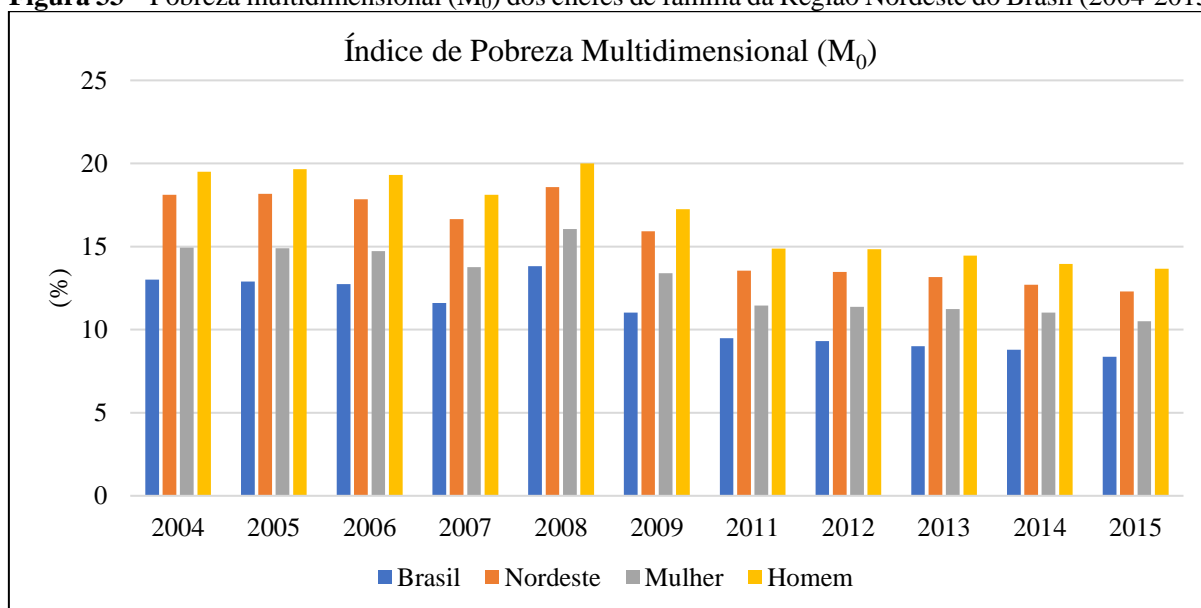
Em 2015, essa proporção representou 19,66% dessas mulheres, ou seja, esse grupo apresentou em média privações em aproximadamente 7 (7,27) dos 37 indicadores. Assim, a pobreza média das mulheres chefes de família do Nordeste no período em questão fora reduzida em aproximadamente 9,40%.

Ainda com relação à pobreza média (A), constatou-se que os homens chefes de família do Nordeste, no ano de 2004, quando $k=12$, apresentaram em média privações de 24,29% do total de indicadores considerados, o que correspondeu a 9 (8,99) dos 37 indicadores. Em 2015 essa proporção representou 21,16% desses homens, ou seja, esses chefes de família apresentaram em média privações em aproximadamente 8 (7,83) dos 37 indicadores. Assim, a pobreza média dos homens chefes de família do Nordeste no período em questão fora reduzida em aproximadamente 12,89%.

Os resultados apresentados pela pobreza média ou intensidade da pobreza (A) indicam um processo de feminização da pobreza na Região Nordeste do Brasil, visto que o ritmo de redução da pobreza para as mulheres fora menor em relação ao observado para os homens do Nordeste. Ferreira e Marin (2016) também evidenciaram maior concentração de pobreza média para a mulher do Nordeste. Esses resultados também são corroborados com as definições de feminização da pobreza apresentados em Bravo (1998), Melo (2005) e Costa et al (2005), os quais consideram a existência de tal fenômeno quando há aumento nos diferenciais de incidência ou intensidade da pobreza entre mulheres e homens.

A Figura 33 apresenta os resultados da incidência da pobreza ajustada (M_0), no período de 2004 a 2015, para os chefes de família da região Nordeste do Brasil para cada $k=12$. Com relação à incidência da pobreza ajustada (M_0), o valor máximo a ser considerado é 1 (em que toda a população analisada é pobre) e zero (quando não há qualquer traço de pobreza nessa população).

Figura 33 – Pobreza multidimensional (M_0) dos chefes de família da Região Nordeste do Brasil (2004-2015)



Fonte: resultados da pesquisa, elaboração própria.

Como se observa, em 2004 cerca de 14,94% dessas mulheres eram multidimensionalmente pobres; no ano de 2015 o percentual de mulheres nessa condição passa a ser de 10,51%. O efeito negativo da crise financeira de 2008 na pobreza multidimensional também foi observado para os chefes de família da Região Nordeste, esse foi o ano em que o percentual de mulheres chefes de família multidimensionalmente pobres atingiu o seu máximo, cerca de 16,05% dessas mulheres encontravam-se nessa condição.

Apesar dos resultados, no que diz respeito à incidência de pobreza, pobreza média e do MPI que foram apresentados pelas mulheres arrimo de família do Nordeste terem sido melhores do que os resultados revelados para os homens chefes de família dessa Região. Mesmo assim, é possível afirmar que, através do uso da abordagem multidimensional da pobreza, diferentemente do observado para as chefes de família do Brasil, visto que a pobreza nessa Região diminuiu mais entre os homens do que entre as mulheres, assim a pobreza multidimensional das mulheres chefes de família do Nordeste mensurada pelo MPI fora menos reduzida (-29,65%) em relação à pobreza multidimensional dos homens arrimo de família (-29,98%) dessa região no período analisado.

Tal resultado remete para a feminização da pobreza considerada em Costa et. al. (2008) a qual a entende sob o prisma relativo, quando há, no período, um distanciamento dos indicadores para homens e mulheres, ou seja, se as mulheres piorarem de situação em comparação aos homens. E ratifica inferir quanto à feminização da pobreza no Nordeste, evidenciando as desigualdades de gênero e a maior vulnerabilidade das mulheres à pobreza dessa Região e que no Brasil a localização geográfica, assim como o sexo do indivíduo, são fatores determinantes para a pobreza e para o aumento da vulnerabilidade.

Além do mais, a feminização da pobreza acarreta muitas consequências insalubres para sociedades, dentre elas, a transmissão da pobreza intrageneracional³⁴. Isso é um sério problema, pois o nível educacional das mães é muitas vezes determinante do nível educacional de seus filhos porque mães mais educadas podem dar um melhor apoio e motivação para seus filhos (NOVELLINO, BELCHIOR, 2008).

Conforme Buvinic e Gupta (1997), isso explica o porquê de as políticas públicas tomarem como alvo as mulheres, pois elas tendem a investir mais nos filhos quando são elas as provedoras de suas famílias, e tendem a gastar mais deste benefício com os filhos do que os homens o fariam.

Esses resultados reforçam ainda mais a importância de se tentar compreender e analisar a pobreza sob um ponto de vista multidimensional, sobretudo quando se analisa a pobreza via uma perspectiva de gênero, pois, conforme Oliveira (2014), apesar de se entender que os recursos monetários são importantes para a redução da pobreza, eles por si só, não são capazes de garantir aos indivíduos a liberdade de atender as suas necessidades básicas e provê-los dos meios que os tornem capazes de satisfazê-las.

³⁴ Conforme Novellino e Belchior (2008), a transmissão intergeracional da pobreza é vista como um resultado da ausência de investimentos adequados no capital humano dos filhos –educação, saúde e alimentação –por parte de seus pais de modo que possam debelar os níveis renda e consumo de sua infância e sair da condição de pobreza.

6. CONCLUSÕES

Uma das metas principais de qualquer governo e da sociedade é a busca da melhoria da qualidade de vida e a redução dos níveis de desigualdade e pobreza de sua população, que é um objetivo exposto na Constituição Federal do Brasil de 1988. De tal modo, torna-se extremamente importante, para a criação e implementação de políticas públicas, o conhecimento do perfil dos agentes mais vulneráveis da sociedade.

Diferentemente da maior parte dos estudos sobre pobreza no Brasil, que estão centrados fundamentalmente na análise do agregado familiar, não fazendo sua distinção de gênero, a presente pesquisa buscou ir além do estabelecimento de uma associação entre renda e a feminização da pobreza. Nesse sentido, o objetivo central consistiu em analisar o processo de feminização da pobreza no Brasil e na Região Nordeste no período 2004-2015, por meio de uma abordagem multidimensional, a fim de promover elementos para a discussão do perfil das políticas públicas essenciais para dirimir a feminização da pobreza nessas espacialidades.

Diante disso, o desenvolvimento da presente pesquisa se baseou nos seguintes questionamentos: O processo de feminização da pobreza, no contexto multidimensional, ocorre no Brasil e se dá com maior incidência na região Nordeste? Quais as variáveis que devem ser priorizadas na política pública para reduzir a feminização da pobreza?

A hipótese principal da pesquisa fundamentou-se nas proposições de que a feminização da pobreza não tem apenas a renda como determinante, como preconiza as teorias convencionais, e as famílias do Nordeste que são chefiadas por mulheres são, sob a abordagem multidimensional, mais pobres em relação às famílias sob chefia masculina dessa Região.

Utilizou-se como procedimento metodológico a fim de atingir os resultados, e para uma discussão sobre a existência do fenômeno da feminização da pobreza no Brasil e Região Nordeste, a construção do Índice de Pobreza Multidimensional (MPI).

Os resultados da pesquisa demonstraram que no Brasil a proporção de mulheres pobres foi inferior a proporção masculina. Em 2004, o percentual de mulheres pobres era de 55,03%. Ao passo que no ano de 2015 o percentual de mulheres pobres caiu para 39,31%. Já a pobreza média no ano de 2004 das mulheres consideradas pobres apresentaram em média privações de 20,07% do total de indicadores considerados, o que correspondeu a 7 (7,43) dos 37 indicadores. Em 2015, essa proporção representou 18,53% dessas mulheres, ou seja, esse grupo apresentou em média privações em aproximadamente 7 (6,86) dos 37 indicadores. Os resultados do MPI ou da incidência da pobreza ajustada (M_0) revelaram que em 2004 cerca de 11,05% dessas mulheres eram multidimensionalmente pobres, no ano de 2015 o percentual de mulheres nessa

condição passou a ser de 7,28%. Também se observou o efeito negativo da crise de 2008 na pobreza multidimensional, pois nessa fase o percentual de mulheres chefes de família multidimensionalmente pobres atingiu o seu máximo, cerca de 12,21% delas encontravam-se nessa condição.

Também fora constatado que no Brasil o homem que é arrimo de sua família é multidimensionalmente mais pobre do que as mulheres que também são chefes de suas famílias. Tal resultado não foi condizente com a expectativa inicial desta pesquisa, assim, não foi possível afirmar a existência de um processo de feminização da pobreza no País.

Observou-se que no Brasil as mulheres chefes de família eram mais vulneráveis no que dizia respeito as dimensões do acesso ao trabalho e disponibilidade de recursos. Em relação aos homens chefes de família brasileiros, constatou-se que das sete dimensões do MPI, as mulheres eram mais privadas em duas delas: na vulnerabilidade familiar e na disponibilidade de recursos. Essas mulheres se mostraram menos vulneráveis em relação aos homens nas dimensões de acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, uso de tempo, condições habitacionais e consumo de bens. No entanto, em anos de crise econômica (2008 e 2009), a vulnerabilidade da mulher no acesso ao trabalho se mostrou maior do que a vulnerabilidade masculina nessa dimensão.

Com relação à vulnerabilidade feminina no uso de tempo, o resultado foi favorável para as mulheres, mas, por outro lado, foi desfavorável na medida em que as mulheres se mostraram mais privadas do que os homens na dimensão de acesso ao trabalho. As mulheres dedicavam muito mais tempo ao trabalho doméstico (não remunerado ou reprodutivo).

Quanto aos indicadores ou variáveis que as chefes de família mais sofreram privações em cada dimensão que compões as dimensões do MPI calculado para o Brasil, observou-se que na primeira dimensão, vulnerabilidade familiar, as mulheres eram mais vulneráveis no indicador presença de idoso; na dimensão acesso ao conhecimento, a vulnerabilidade foi maior no indicador referente à presença de adulto com alguma educação superior; no acesso ao trabalho, a presença de trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual foi o indicador que apresentou maior privação para essas mulheres; na dimensão que aborda a disponibilidade de recursos, distinguiu-se a renda familiar proveniente de transferências; na quinta dimensão, que é o uso do tempo, a presença de trabalhador com mais de 44 horas dedicadas ao trabalho semanal foi onde as mulheres apresentaram maior privação; nas condições habitacionais, destaca-se a propriedade do domicílio; e na sétima e última dimensão, que é o consumo de bens, a posse de microcomputador foi o indicador que essas mulheres apresentaram maior privação.

Na Região Nordeste, no que diz respeito à incidência de pobreza (H), pobreza média (A) e do MPI (M_0) que foram apresentados pelas mulheres da Região foram melhores do que

os resultados revelados para os homens. Dessa forma, foi possível atender às expectativas iniciais da presente pesquisa, e afirmar que, através da abordagem multidimensional da pobreza, diferentemente do observado para as chefes de família do Brasil, as mulheres do Nordeste que são arrimo de suas famílias são multidimensionalmente mais pobres do que os homens. Dado que a pobreza nessa Região diminuiu mais entre os homens do que entre as mulheres. Assim, a pobreza multidimensional das mulheres nordestinas fora reduzida em 29,65%, ao passo que a pobreza multidimensional dos homens arrimo de família foi reduzida em 29,98% no período analisado.

Observou-se que para as chefes de família da Região Nordeste, as dimensões do acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos e consumo de bens foram os fatores nos quais as mulheres se mostraram mais vulneráveis em todos os anos do período analisado. No ano de 2015, aproximadamente 53,34%, 48,04% e 34,52% dessas chefes de família eram privadas nessas dimensões, respectivamente. Em compensação, em termos proporcionais, as mulheres foram menos vulneráveis na dimensão relativa à vulnerabilidade familiar, representando em 2015 aproximadamente 9,66% de privação nessa dimensão.

Em comparação aos homens chefes de família da Região Nordeste, as mulheres foram mais privadas nas dimensões referentes à vulnerabilidade familiar, na disponibilidade de recursos até o ano de 2011, e a partir do ano de 2009 no uso do tempo.

Quanto aos indicadores em que as mulheres foram mais vulneráveis em cada uma das sete dimensões quem compõem o MPI, constatou-se que, na dimensão referente à vulnerabilidade familiar, o indicador dessa dimensão em que essas chefes de família foram mais privadas tanto no ano de 2004 como no ano de 2015 foi a presença de idosos na família, consistindo em 27,26% e 28,67%, respectivamente.

No acesso ao conhecimento, essas mulheres apresentaram maior vulnerabilidade no indicador que mede a presença de adultos sem alguma educação superior. A proporção de mulheres privadas nesse quesito correspondeu a 26,83% no ano de 2004 e a 28,18% em 2015, o que consistiu um aumento de 5,03% na privação dessas mulheres em comparação ao ano de 2004.

Na dimensão acesso ao trabalho, ficou evidente que o rendimento do trabalho ainda é um obstáculo para as famílias do Nordeste que são chefiadas por mulheres, pois o indicador dessa dimensão mostra que as mulheres são mais vulneráveis foi o relativo a presença de pessoa ocupada com rendimento inferior a 2 salários mínimos, que indicou que cerca de 82,39% dessas famílias não contavam ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos no ano de 2004. Em 2015 essa proporção foi de 83,48% dessas famílias.

No tocante à dimensão que mede a disponibilidade de recursos, essas mulheres foram mais privadas no indicador que mede a parcela da renda familiar que advém de transferências, revelando que o grau de dependência dessas mulheres aumentou ao longo do período, em que aproximadamente 85,02% da renda familiar analisadas para a amostra da região Nordeste era originada de transferências no ano de 2004 e de 89,73%, no ano de 2015.

Na dimensão referente ao uso do tempo, o indicador no qual as mulheres se mostraram mais vulneráveis foi o da presença de trabalhador com mais de 44 horas de trabalho semanal. Em 2004, aproximadamente 26,87% das mulheres nordestinas eram privadas nesse quesito. No ano de 2015, a proporção de mulheres privadas nesse indicador se reduziu para 15,22%, mas ainda é o que mais contribuiu com a vulnerabilidade da mulher nessa dimensão.

No que se refere à dimensão das condições habitacionais dos domicílios dessas mulheres, elas apresentaram maior vulnerabilidade no indicador esgotamento sanitário inadequado. No ano de 2004 aproximadamente 40,84% dessas mulheres não contavam com acesso a esgotamento sanitário adequado, em 2015 a privação nesse indicador fora reduzida para 27,71%.

A posse de microcomputador foi indicador em que as mulheres sofreram maior privação na dimensão referente ao consumo de bens. Em 2004 cerca de 91,97% dessas mulheres não tinham microcomputador em seus domicílios, no entanto em 2015 esse percentual passou a ser de 67,12%.

Frente ao exposto, é possível afirmar que a hipótese central proposta nesta pesquisa pode ser validada para a Região Nordeste. As famílias do Nordeste que são chefiadas por mulheres são multidimensionalmente mais pobres em relação às famílias sob chefia masculina dessa Região. No Nordeste, a feminização da pobreza não tem apenas a renda como determinante, como preconiza as teorias convencionais.

Adicionalmente, esta pesquisa revelou que trabalho e renda apresentam as maiores vulnerabilidades para as mulheres do Nordeste, ou seja, são essas as dimensões que mais contribuem para a inserção da mulher em uma condição de pobreza e o que conseqüentemente alimenta o círculo vicioso da pobreza da mulher nordestina.

Diante desses resultados, acredita-se que as políticas públicas de combate à pobreza, com foco meramente na renda, não são suficientes para combatê-la e, em muitos casos apenas minimiza tal problema, pois, quando se utiliza apenas o enfoque unidimensional, tende a subestimar a pobreza e o número de pobres.

Assim, trabalho e renda são temas que exigem mais atenção do poder público, pois a distância verificada no percentual de privações observadas nessas dimensões em relação ao

Brasil se mostrou significativa. Dessa forma, políticas públicas devem ser direcionadas para essa Região no sentido de mitigar essas vulnerabilidades da mulher nordestina.

Vale salientar que quando analisado a pobreza dos chefes de família para o Brasil, o Nordeste também está inserido, ou seja, os resultados dessa região fazem parte do cômputo, assim a diferença entre o Nordeste e o resto do Brasil é ainda maior, pois se o Nordeste está nos dados do Brasil ele está alavancando, portanto, para o alto os índices. De tal modo, se fosse retirada a diferença entre o que ocorre no Nordeste versus o que ocorre no restante do Brasil, tal diferença seria ainda maior.

Além disso, a análise nesta pesquisa foi realizada considerando tanto o meio urbano quanto o meio rural, o que de certa maneira pode ter contribuído no resultado dos chefes de famílias do sexo masculino serem mais pobres a nível de Brasil do que as mulheres. Pois, em geral, o percentual de famílias chefiadas por homens no meio rural é maior do que no urbano, além de que as estatísticas do IBGE não mensuram a renda não monetária do campo, só a monetária, e dessa forma a pobreza do campo tende a ser superestimada, pois mesmo que sua renda seja baixa, o homem do campo pode ter um nível de vida bem melhor porque em teoria vive de subsistência, plantando em geral seu alimento. Nesse cenário específico, se o homem do campo comprasse tudo o que produz, sua a renda não seria suficiente.

Por fim, para o aprofundamento da discussão sobre o processo de feminização da pobreza sugere-se para trabalhos futuros o desenvolvimento de uma abordagem desse processo que leve em consideração as divergências espaciais no que diz respeito ao urbano/rural da Região Nordeste do Brasil. A principal limitação constatada na presente pesquisa, mas que não invalida os resultados encontrados, foi o fato de considerar os chefes de família independentemente se esses viviam ou não com o cônjuge ou companheiro. Dessa forma, indica-se ainda, como investigação futura, a análise do processo de feminização da pobreza que leve em consideração a figura do cônjuge - sua presença ou ausência - no ambiente familiar.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA NACIONAL DAS ÁGUAS (ANA). Disponível em: <www.monitordesecas.ana.gov.br/>. Acesso em: 27 fev. 2018.
- AGUILAR, P. L. La feminización de la pobreza: conceptualizaciones actuales y potencialidades analíticas. **Revista Katál**, v. 14, n. 1, p. 126-133, jan./jun. 2011.
- ALBUQUERQUE, M. R. **Pobreza sob o enfoque dimensional no Paraná: 1995 e 2009**. 2011. 68 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2011.
- ALKIRE, S.; APABLAZA, M.; & JUNG, E. Multidimensional poverty measurement for EU-SILC countries. **OPHI Research in Progress**, v. 3, n. 66, 2014.
- ALKIRE, S.; FOSTER, J. Counting and multidimensional poverty measurement. **Journal of Public Economics**, n. 95, p. 476-487, 2011.
- _____. Counting and multidimensional poverty. University of Oxford, Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). **Working Paper**, n. 32, 2009.
- _____. Counting and multidimensional poverty. Oxford: University of Oxford, Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). **Working Paper**, n.7, 2007.
- ALKIRE, S.; SANTOS, M. E. Acute multidimensional poverty: a new index for developing countries. University of Oxford, Oxford Poverty & Human Development Initiative (OPHI). **Working Paper**, n. 38, 2010.
- ANAND, P.; HUNTER, G.; SMITH, R. Capabilities and well-being: evidence based on the Sen-Nussbaum approach to welfare. **Social Indicators Research**, v. 74, n. 1, p. 9-55, jan. 2005.
- ANAND, S.; SEN, A. Concepts of human development and poverty: a multidimensional perspective. United Nations Development Programme, **Poverty and human development: Human development papers**. New York: United Nations, p. 1-20, 1997.
- ANGRIST, J.; EVANS, W. Children and their parent's labor supply: evidence from exogenous variation in family size. **American Economic Review**, Nashville, v. 88, n. 3, p. 450- 477, jun. 1998.
- ASSELIN, L. M. **Analysis of multidimensional poverty: theory and case studies**. Springer/IDRC, 2009.
- ARRIAGADA, I. Dimensiones de la pobreza y políticas desde una perspectiva de género. **Revista de la CEPAL**, n. 85, p. 101-113, 2005.
- AZEVEDO, J. P. Avaliando a significância estatística da queda da desigualdade no Brasil. In: BARROS, R. P. de; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). **Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente (v.1)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007.
- BAGOLIN, I. P.; ÁVILA, R.; P. Poverty distribution among the Brazilian states: a multidimensional analysis using capabilities and needs approaches. In: ENCONTRO

NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA, 34, **Anais...** Salvador, 2006.

BALTAR, P. Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil. **Texto para Discussão**. n. 2036. Brasília: IPEA, fev. 2015

BALTAR, P. LEONE, E. Perspectivas para o mercado de trabalho após o crescimento com inclusão social. **Estudos Avançados**, v. 29 (85), 2015.

BANDEIRA, L. M.; PRETURLAN, R. B. As pesquisas sobre o uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In: FONTOURA, N.; ARAÚJO, C.; BARAJAS, M. P. L. *et al...* (Orgs.). **Uso do tempo e gênero**. Rio de Janeiro: UERJ, 2016.

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. Pobreza Multidimensional no Brasil. **Texto para Discussão**. n. 1227. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2006.

BARROS, R. P. de; CARVAVALHO, M.; FRANCO, S. O índice de desenvolvimento da família (IDF). **Texto para Discussão**. n. 968. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2003.

BARROS, R. P.; HENRIQUES, R.; MENDONÇA, R. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. **Texto para Discussão**, n. 800. Rio de Janeiro: IPEA. 24 p. 2001.

BARROS, R. P.; MACHADO, A. F.; MENDONÇA, R. A. Desigualdade da pobreza: estratégias ocupacionais e diferenciais por gênero. **Texto para Discussão**, n. 453. Rio de Janeiro: IPEA. 40 p. 1997.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. A evolução do bem-estar, pobreza e desigualdade no Brasil ao longo das últimas três décadas: 1960/90. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 115-164, 1995a.

BARROS, R. P.; MENDONÇA, R. S. P. Os determinantes da desigualdade no Brasil. **Texto para Discussão**, n 377. Brasília: IPEA, 1995b.

BARROS, R. P. de; FOX, L.; MENDONÇA, R. Pobreza e domicílios chefiados por mulheres. In: LAVINAS, L. (Org). In: SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE POLÍTICA ECONÔMICA, POBREZA E TRABALHO, 2., 1994, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: IPEA, 1994.

BARROS, F. F. R. **Análise da pobreza unidimensional e multidimensional no Nordeste do Brasil em 2009 e 2012**. 39 f. Dissertação (Mestrado profissional em Economia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014. Disponível em: <<http://www.teses.ufc.br/>>. Acesso em 20 abr. 2015.

BARROSO, C. Sozinhas ou mal acompanhadas: a situação das mulheres chefes de família. In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 1., **Anais...** Campos do Jordão: ABEP, 1978.

BESLEY, T.; COATE, S. Warfare versus welfare: incentive arguments for work requirements in poverty alleviation programs. **The American Economic Review**, v. 82, n. 1, p. 249-261. 1992.

BIANCHI, S. M. Feminization and juvenization of poverty: trends, relative risks, causes, and consequences. **Annual Review of Sociology**, v. 25, p. 307-333, 1999.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BOURGUINON, F.; CHAKRAVARTY, S. R. The measurement of multidimensional poverty. **Journal of Economic Inequality**, n. 1, p. 25-49. 2003.

BRAVO, R. **Pobreza y desigualdad de género**: una propuesta para el diseño de indicadores. CEPAL. Servicio Nacional de la Mujer, Santiago de Chile, 1998. Disponível em: <<http://www.cepal.org/deype/mecovi/docs/TALLER6/15.pdf>> Acesso em 10 out. 2015.

BRIDGE. Briefing paper on the feminization of poverty. Brighton: Institute of Development Studies, University of Sussex, 2001 (Bridge Report, n. 59).

BRITES et al. Pobreza feminine nas grandes regiões brasileiras (2012): uma aplicação do método Alkire Foster (AF). **Revista Brasileira de Economia de Empresas**, v. 17, n. 1, p. 81-100, 2017.

BUDIG, M.; ENGLAND, P. The Wage Penalty for Motherhood. **American Sociological Review**, n. 66, p. 204-225, 2001.

BUVINIC, M.; GUPTA, G. R. Female-headed households and female-maintained families: are they worth targeting to reduce poverty in developing countries? **Economic Development and Cultural Change**, v. 45, n. 2, p. 259-280, 1997.

CAGATAY, N. Gender and poverty. **SDPED Working Paper Series – WP5**. United Nations Development Programme, 1998.

CARDOSO Jr, C. **De volta para o futuro?** As fontes de recuperação do emprego formal no Brasil e as condições de sua sustentabilidade temporal. Brasília: IPEA. 2007.

CLERT, C. De la vulnerabilidad a la exclusión: género y conceptos de desventaja social In: ARRIAGADA, I.; TORRES, C. (Orgs.). **Género y pobreza**. Santiago de Chile: Nuevas Dimensiones, Ediciones de las Mujeres, 1998.

CODES, A. L. M. A trajetória do pensamento científico sobre a pobreza: em direção a uma visão complexa. **Texto para Discussão**, n. 1332, Brasília: IPEA, 2008.

COMIM, F.; BAGOLIN, I. P. Aspectos qualitativos da pobreza no Rio Grande do Sul. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, número especial, p. 467-490. 2002.

COSTA, J. S.; PINHEIRO, L.; MEDEIROS, M.; QUEIROZ, C. **A face feminina da pobreza**: sobre-representação e feminização da pobreza no Brasil. **Texto para Discussão**, n 1137. Brasília: IPEA, 2005.

CRESPO, A. P. A.; GUROVITZ, E. A pobreza como um fenômeno multidimensional. **ERA-eletrônica**. São Paulo, v. 1, n. 2, jul-dez 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/raeel/v1n2/v1n2a03.pdf>>. Acesso em 3 fev. 2016.

CRUCES, G.; GALIANI, S. **Generalizing the causal effect of fertility on female labor supply**. Ann Arbor: University of Michigan Business School; Willian Davidson Institute, 2003 (Working Paper, 625).

DEERE, D. C.; ALVARADO, G. E.; TWYMAN, J. Gender inequality in asset ownership in Latin America: female owners vs. household heads. **Development and Change**, v. 43(2), p. 505-530. 2012.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICAS E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS (DIESE). **Política de Valorização do Salário mínimo**: depois de 20 anos reajuste fica abaixo da inflação (INPC). Nota técnica, n. 166, jan. 2017.

DUCLOS, J. Y.; ARAAR, A. Economic studies in inequality social exclusion and well-being. In: DUCLOS, J. Y.; ARAAR, A. Poverty and Equity: Measurement, Policy and Estimation With Dad. [S.l.]: **Springer e International Development Research Centre**, v. 2. Cap. 1, p. 3-18. 2006.

FAHEL, M.; TELES, L. R.; CAMINHAS, D. A. Para além da renda: uma análise da pobreza multidimensional no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 92, 2016.

FARAH, M. F. S. Gênero e políticas públicas. **Estudos feministas**, v. 12 (1), n. 360, p. 47-71, jan./abr. 2004.

FERES, J. C.; VILLATORO, P. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**, Brasília, n. 15, 88 p. 2013.

FERES, J. C.; MANCERO, X. Enfoques para la medición de la pobreza. Breve revisión de la literatura. **Estudios estadísticos y prospectivos - Cepal y Naciones Unidas**, n. 4, 2001.

FERREIRA, T. R. S.; MARIN, S. R. Pobreza multidimensional feminina: uma aplicação do método de Alkire Foster (af) nas grandes regiões brasileiras nos anos de 2001 e 2011. **Revista Pesquisa & Debate**, São Paulo, v. 27, n. 1(49), p. 174-192, mar. 2016.

FERREIRA, C. R.; SOUZA, S. C. I. **Contribuição das parcelas do rendimento domiciliar per capita na distribuição da renda das macro-regiões brasileiras: 1981 a 2009**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS REGIONAIS E URBANOS, 9, 2011, Natal. **Anais...ENABER**, 2011.

FIELDS, G. S. **Distribution and development: a new look at the developing world**. New York: Russel Sage Foundation, 2001.

GAFAR, J. Growth, inequality and poverty in selected Caribbean and Latin America countries, with emphasis on Guyana. **Journal of Latin America Studies**, Cambridge University Press, v. 30, p. 591-617, 1998.

GELINSKI, C. R.; ORTIZ G.; PEREIRA, R. S. **Mulher e trabalho não remunerado**. (Mulher e Trabalho). Porto Alegre: FEE, 2005.

GIMENEZ, M. The feminization of poverty: myth or reality. **Critical Sociology**, v. 25, n.2/3, p. 336-351, 1999.

GODOY, L. Entender la pobreza desde la perspectiva de género. **Serie Mujer y Desarrollo**, n. 52. Santiago de Chile, 2004.

GOUGH, I. **From welfare to workfare: social integration or forced labor?** Notes for a presentation. Conference on Politics and instruments of fighting against poverty in European community: the guarantee of minimum income. Algarve, 2000.

HICKS, J. R. **Value and capital:** an inquiry into some fundamental principles of economic theory. 2 ed. Oxford: Oxford University Press, 1946.

HOFFMANN, R. Medidas de pobreza. In: **Estatística para Economistas**. 4 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011. p. 375-401.

_____. Transferências de renda e a redução da desigualdade no Brasil e cinco regiões entre 1997-2004. **Econômica**, Rio de Janeiro, UFF, v. 8, n. 1, p. 55-81, 2006.

_____. Mensuração da desigualdade e da pobreza no Brasil. In: Henriques, R. O. (Ed.). **Desigualdade e Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 81-107

_____. **Distribuição de renda** – Medidas de desigualdade e pobreza. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 275 p. 1998.

_____. **A subdeclaração dos rendimentos. São Paulo em Perspectiva**, 2(1): 50-4. São Paulo, Seade, 1988.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Banco de dados agregados**. 2016. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 de maio de 2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 15 fev. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>>. Acesso em: 20 de nov. 2017.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP). **Sinopses Estatísticas da Educação Superior**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br>>. Acesso em 20 fev. 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEADTA). **Base de dados sociais**. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 28 set. 2016.

KABEER, N. Tácticas y compromisos: nexos entre género y pobreza. In: Arriagada, I.; Torres, C. (Org.) **Género y pobreza**, v. 26. Santiago de Chile, 1998.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 15, n. 1 (26), p. 79-112, jan./jun. 2006.

KON, A. A economia política do gênero: determinantes da divisão do trabalho. **Revista de Economia Política**, v. 22, n. 3 (87), p. 89-106, jul./set. 2002.

KRETER, A. C. **Avaliação da eficácia e da equidade das aposentadorias no meio rural**. 103 f. Dissertação (Mestrado em Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2004. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/>>. Acesso em 18 de abril de 2018.

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we don't agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **QEH Working Paper Series**. University of Oxford, n. 107, mai. 2003. Disponível em: <<http://ideas.repec.org/p/qeh/qehwps/qehwps107.html>>. Acesso em: 25 abr. 2016.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LOK-DESSALIEN, R. **Review of poverty: concepts and indicators**. New York: Poverty Elimination Programme/UNDP, 1998.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO, A. F. Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro. **Texto para Discussão**, n. 223, 15 p. Belo Horizonte: CEDEPLAR/UFMG, 2003.

MACEDO, N.; SILVA, N. Variedade de capitalismo no Brasil: o Programa Minha Casa Minha Vida e as respostas à desigualdade social no contexto da crise econômica de 2008. **Revista Eletrônica de Ciência Política**, v. 4, n. 1-2, 2013.

MAXWELL, S. **The meaning and measurement of poverty**. ODI Poverty Briefing 3. Overseas Development Institute, fev. 1999.

MEDEIROS, M.; COSTA, J. What do we mean by “Feminization of Poverty?”. **One Pager**, n. 58. Brasília: International Poverty Centre, jul. 2008.

MEDEIROS, C. A. Desenvolvimento econômico e estratégias de redução da pobreza e das desigualdades no Brasil. **Ensaio**, FEE, Porto Alegre, v. 4, n. 2, p. 323-350, 2003.

MELO, H. P. **Gênero e pobreza no Brasil**. 2005. Disponível em: <http://www.spm.gov.br/arquivos-diversos/arquivos/integra_publicacao_hildete_pereira>. Acesso em 12 jul. 2015.

MELO, H. P.; BANDEIRA, L. A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil. *Unidad Mujer y Desarrollo*. **Projeto Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero**. CEPAL. Santiago, 2005.

MINISTÉRIO DA SAÚDE(a). Programa Farmácia Popular. Disponível em:<<http://portalms.saude.gov.br/acoes-e-programas/farmacia-popular/sobre-o-programa>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

MINISTÉRIO DA SAÚDE(b). Estratégia Saúde da Família (ESF). Disponível em:<<http://portalms.saude.gov.br/acoes-e-programas/saude-da-familia>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). Matriz de Informação Social. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/miv/miv.php?codigo=1>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

MONTEIRO, C. A. A dimensão da pobreza, da desnutrição e da fome no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 48, p. 7-20, mai/ago. 2003.

MYRDAL, G. **Aspectos políticos da teoria econômica**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

_____. **Subdesenvolvimento**. Brasília: UnB, 1970.

_____. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Saga, 1968.

NEDER, H. D. Um estudo sobre a pobreza rural com abordagem multivariada. In: Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 46, **Anais...**, Rio Branco, 2008.

NOVELLINO, M. S. F.; BELCHIOR, J. R. **Feminização e transmissão intergeracional da pobreza no Brasil**. In: Anais XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, Caxambú- MG, 2008.

NOVELLINO, M. S. F. Os estudos sobre feminização da pobreza e políticas públicas para mulheres. In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, v. 1, 2004.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT); PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Trabajo y Familia**: hacia nuevas formas de conciliación con corresponsabilidad social. Chile: OIT; PNUD, 2009.

OLIVEIRA, N. S. M. N.; FERRERA DE LIMA, J.; RAIHER, A. P. Convergência do desenvolvimento humano municipal no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 13, n. 3, p. 164-184, set-dez, 2017.

OLIVEIRA, N. S. M. N.; SOUZA, S. I.; DEVIDÉ JUNIOR, A. Desenvolvimento das famílias e a pobreza no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 5, n. 2, p. 240-262, 2015.

OLIVEIRA, N. S. M. N. **Pobreza no Nordeste do Brasil**: um estudo multidimensional. 2014, 84 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

OLIVEIRA, E. M. **A mulher, a sexualidade e o trabalho**. São Paulo: Hucitec CUT – BRASIL, 1999.

OTTONELLI, J. **Pobreza multidimensional na Região Nordeste**: uma aplicação da Teoria dos Conjuntos *Fuzzy* (em 2010). 127 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013. Disponível em: <<https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/14087>>. Acesso em 10 de novembro de 2016.

PACHECO, A. L. P. B. **Mulheres pobres e chefes de família**. 253 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://pos.eicos.psicologia.ufrj.br/wp-content/uploads/analuciapaespacheco.pdf>>. Acesso em: 20 de abril de 2018.

PASSOS, E. Gênero e sua aplicabilidade. In: **Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pro-Gavião**. 1. Vitória da Conquista: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher – NEIM, Universidade Federal da Bahia, p. 03-12, 2000.

PAZELLO, E. A maternidade afeta o engajamento da mulher no Mercado de trabalho?: Um estudo utilizando o nascimento de Gêmeos como um experimento natural. **Revista Estudos Econômicos**, São Paulo, v. 36, n. 3, p.507-538, jul-set., 2006.

PAZELLO, E.; FERNANDES, R. A maternidade e a mulher no mercado de trabalho: diferença de comportamento entre mulheres que têm e mulheres que não têm filhos. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CENTROS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA. João Pessoa: ANPEC. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A151.pdf>>. Acesso em: 15 maio de 2018.

PEARCE, D. The feminization of poverty: women, work and welfare. **Urban and Social Change Review**, Washington, v. 11, p. 28-36, 1978.

PEREIRINHA, J. A. (Org.). **Gênero e Pobreza: impacto e determinantes da pobreza no feminino**, Lisboa, Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, 2008.

POCHMANN, M.; AMORIM, R. (Orgs.). Atlas da Exclusão Social no Brasil. 1.ed. São Paulo: Cortez, v. 1. 221 p., 2003.

POCHMANN, M. Mercado geral de trabalho: o que há de novo no Brasil? **Revista Parcerias Estratégicas**, CGEE, n. 22, jun. 2006.

_____. **O trabalho sob o fogo cruzado**. São Paulo: Contexto, 1999.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento humano municipal no Sul do Brasil: evolução recente e o círculo vicioso da pobreza. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, Maringa, v. 36, n. 2, p.147-154, 2014.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS (RAIS). **Consultas Personalizadas**. Disponível em: <<http://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

RAMOS, L. **O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e mudanças estruturais**. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2007.

RAVALLION, M. Poverty lindes in theory and practice.. The World Bank. Standards Measurement Survey (LMMS). **Working Paper**, n. 133, Washington, DC, 1998.

_____. Poverty comparisons: a guide to concepts and methods.. The World Bank. Standards Measurement Survey (LMMS) **Working Paper**, n. 88. Washington, DC, 1992.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: a evolução de longo prazo (1970-2011)**. Rio de Janeiro: XXV Fórum Nacional, 2013.

_____. Alguns aspectos relativos à evolução 2003-2004 da pobreza e da indigência no Brasil. **Revista Parcerias Estratégicas**, n. 22, p. 11, 2006.

_____. **Pobreza no Brasil, afinal do que se trata?** 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

_____. Pobreza no Nordeste: a década de 1990 vista de perto. **Revista Econômica do Nordeste**, Fortaleza, v. 34, n. 1, p. 7-41, jan./mar. 2003.

_____. Desigualdade regional e pobreza no Brasil: a evolução, 1981/95. 27 p. **Texto para Discussão**, n. 567, Brasília: IPEA, 1998.

_____. Pobreza no Brasil: parâmetros básicos e resultados empíricos. **Pesquisa e Planejamento Econômico**. Rio de Janeiro, v. 22, p. 541-560, dez. 1992.

ROGAN, M. Gender and multidimensional poverty in South Africa: applying the global multidimensional poverty index (MPI). **Social Indicators Research**, v. 126(3), p. 1-20, 2015.

ROWNTREE, B. S. **Poverty**: a study of town life. London: MacMillan, 1901.

SANTOS, V. F. **Efeitos do crescimento e redução na desigualdade de renda na pobreza da região Nordeste do Brasil: 2003-2008**. 154 f. Tese (Doutorado em Economia Aplicada). Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2011.

SANTOS, L.; KERSTENETZY, C. L. Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro. **Texto para discussão**, n. 223. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: <http://www.uff.br/econ/download/tds/UFF_TD223.pdf>. Acesso em 17 out. 2016.

SALAMA, P.; DESTREMAU, B. **O tamanho da pobreza**: economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamound, 1999.

SCHWARTZMAN, S. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro: FGV, 2007. 208 p.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO (SNIS). **Série Histórica**. Disponível em: <<http://app3.cidades.gov.br/serieHistorica/>>. Acesso em: 30 mar. 2018.

SOUZA, L.; RIOS-NETO, E.; QUEIROZ, B. The relationship between childbirth and women's labor in Brazil. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**. São Paulo, v. 28, n. 1, p. 57-79, jan./jun. 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-30982011000100004>>. Acesso em: 15 maio de 2018.

STADUTO, J. A. R. Desenvolvimento e gênero: um olhar sobre o rural a partir da perspectiva de Amartya Sen. In: STADUTO J. A. R.; SOUZA, M.; NASCIMENTO, C. A. (Orgs.). **Desenvolvimento rural e gênero**: abordagens analíticas, estratégias e políticas públicas. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

SEN, A. K. **Desigualdade reexaminada**. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001.

_____. Many faces of gender inequality. 2001. **Frontline**, v. 18(22), Índia, out./nov. 2001. Disponível em: <<http://www.frontline.in/static/html/fl1822/18220040.htm>>. Acesso em 12 jun. 2016.

_____. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Poverty in the human development perspective: concept and measurement. **Human Development Report**, p. 15-23. 1997.

- _____. **Resources, values and development.** Oxford: Basil Blackwell, 1984.
- _____. Development: which way now? **The Economic Journal**, v. 93, 1983.
- _____. Equality of what? In: **Choice, welfare and measurement.** MIT Press, 1982.
- _____. Equality of what? In: MCMURRIN, S. (ed.). **Tanner Lectures on Human Values.** Cambridge: Cambridge University Press, 1980.
- _____. Personal utilities and public judgements, or what's wrong with welfare economics? **Economic Journal**, n. 89, p. 537-558. 1979.
- _____. Social choice theory: a re-examination. **Econometrica**, n. 45, p. 53-89. 1977.
- SERRA, A. S. **Pobreza multidimensional no Brasil rural e urbano.** 2017, 161 f. Tese (Doutorado) Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 2017.
- SHADPOUR, B. **The facts about women and poverty.** Canadian Women's Foudation, 2013. Disponível em: < <http://www.canadianwomen.org/facts-about-women-and-poverty> >. Acesso em 14 jun. 2015.
- SILVA, A. M. R.; LACERDA, F. C. C.; NEDER, H. D. A evolução do estudo da pobreza: da abordagem monetária à privação de capacitações. **Bahia Análise & Dados.** Pobreza, desigualdade e ciclos econômicos. Salvador, v. 21, n. 3, p. 509-527, jul./set. 2011.
- SPICKER, P. Definitions of poverty: twelve clusters of meaning. In: **Guide to estimating child poverty.** CEPAL. 1999. Disponível em: < <http://dds.cepal.org/infancia/guide-to-estimating-child-poverty/>>. Acesso em 10 out. 2016.
- TODARO, M. P.; SMITH, S. C. **Economic development.** 11 ed. 2013. Disponível em: <<http://eco.eco.basu.ac.ir/BasuContentFiles/57/57304a77-1269-4081-bd5b-4c66b84b06a4.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2016.
- UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). **Human development report.** New York, 1990. Disponível em: <http://hdr.undp.org/sites/default/files/reports/219/hdr_1990_en_complete_nostats.pdf>. Acesso em: 28 jun. 2018.
- VARIAN, H. **Intermediate microeconomics: a modern approach.** 7 ed. New York: Norton & Company, 2006.
- VENEROSO, C. **O efeito do número de filhos no rendimento das mulheres brasileiras inseridas no mercado de trabalho.** 65f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.
- VIANA, G.; FERRERA DE LIMA, J. Capital humano e crescimento econômico. **Revista Interações.** Campo Grande, v. 11, n. 2, p. 137-148, 2010.
- WRATTEN, E. Conceptualizing urban poverty. **Environment and Urbanization**, v. 7, n. 1, p. 11-36, abr. 1995.

APÊNDICE A - Brasil: percentual de mulheres chefes de família privadas nas dimensões e componentes do MPI – 2004 a 2015

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Dimensão 1 – Vulnerabilidade familiar	10,40	10,17	9,93	9,59	9,33	9,35	9,37	9,44	9,45	9,51	9,54
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	5,64	5,27	5,19	4,52	3,97	3,95	3,77	3,64	3,70	3,57	3,29
Atenção e cuidados especiais com idosos	27,46	27,54	26,74	26,79	27,10	27,25	27,89	28,52	28,67	29,16	29,90
Dependência econômica	2,85	2,62	2,60	2,53	2,28	2,24	2,04	1,95	1,75	1,76	1,69
Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento	12,33	12,14	12,30	11,49	11,81	11,46	10,71	10,83	10,65	10,46	10,27
Analfabetismo	6,96	6,61	6,32	6,10	5,69	5,59	4,33	4,66	4,25	4,23	3,87
Escolaridade	16,47	16,57	17,10	15,86	16,46	16,13	15,86	16,17	16,15	15,81	15,92
Qualificação profissional	10,65	9,90	9,89	9,16	10,08	9,20	8,05	7,14	6,94	6,89	6,15
Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho	49,01	47,09	47,37	48,02	48,19	49,10	47,69	46,76	45,98	45,43	45,80
Disponibilidade de trabalho	44,61	43,50	43,89	42,77	42,20	43,44	42,98	43,18	42,94	42,58	42,80
Qualidade do posto de trabalho	54,86	51,76	49,92	53,14	53,19	54,14	53,25	49,07	47,81	47,21	46,90
Remuneração	47,54	46,01	48,28	48,15	49,17	49,73	46,85	48,03	47,17	46,52	47,71
Dimensão 4 – Disponibilidade de Recursos	36,75	38,02	39,94	38,54	37,09	38,23	36,26	36,49	37,47	36,70	37,28
Extrema pobreza	14,10	13,36	13,80	12,78	11,37	12,24	10,93	10,15	11,10	8,96	9,87
Pobreza	26,58	25,43	27,17	25,88	24,12	25,08	23,53	23,09	23,38	21,24	22,70
Capacidade de geração de renda	69,58	75,28	78,85	76,97	75,79	77,35	74,32	76,22	77,92	79,89	79,29
Dimensão 5 – Uso do Tempo	16,12	16,41	15,97	15,99	15,41	15,03	15,49	14,48	13,87	13,59	12,64
Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais	28,24	27,75	27,57	25,50	24,85	22,96	22,15	22,42	20,58	19,18	17,89
Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais	11,15	11,79	11,07	13,15	10,83	12,41	14,55	10,36	10,13	10,46	9,00
Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora	8,99	9,68	9,28	9,32	10,56	9,72	9,78	10,66	10,90	11,14	11,05
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	13,06	12,54	12,56	12,19	15,07	11,58	9,91	9,72	9,86	9,94	9,32
Propriedade	23,03	22,88	23,81	23,45	21,49	24,39	22,17	22,47	22,33	22,96	22,53
Déficit habitacional	22,55	21,17	21,83	20,07	17,69	18,33	15,64	15,13	14,95	14,35	13,38
Abrigabilidade	2,40	2,00	1,93	1,82	1,40	1,26	1,47	1,07	1,13	1,08	1,00
Acesso a abastecimento de água	6,38	6,56	6,81	7,42	6,76	6,92	7,92	7,28	7,87	8,18	7,84
Acesso à energia elétrica	1,85	1,56	1,65	1,09	0,75	0,67	0,28	0,18	0,22	0,23	0,19
Acesso a saneamento	9,84	9,05	9,00	7,88	7,53	8,18	6,47	6,31	6,79	6,76	5,59
Acesso à coleta de lixo	9,38	8,46	7,93	7,06	6,27	5,97	6,58	6,56	6,10	6,23	6,16
Acesso à internet	25,52	25,33	23,35	26,14	67,31	20,93	13,41	12,82	13,19	13,01	12,13
Dimensão 7 – Consumo de Bens	40,31	38,53	37,69	35,21	42,15	30,98	26,49	24,66	23,65	23,45	22,99
Acesso a fogão	1,02	1,06	1,11	1,20	0,83	0,96	0,77	0,56	0,70	0,74	0,69
Acesso à geladeira	11,25	10,07	9,89	8,19	27,66	5,48	3,22	2,64	2,14	2,14	1,89
Acesso à máquina de lavar roupas	65,52	62,55	61,83	58,60	84,66	53,79	46,66	42,39	41,28	39,93	37,31
Acesso a microcomputador	83,46	80,44	77,92	72,85	55,44	63,69	55,32	53,02	50,49	51,01	52,06

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

APÊNDICE B – Brasil: percentual de homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI – 2004 a 2015

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Dimensão 1 – Vulnerabilidade familiar	6,86	6,80	6,72	6,79	6,83	6,87	6,90	7,13	7,23	7,38	7,49
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	3,32	3,40	3,18	3,05	2,92	2,84	2,70	2,65	2,54	2,53	2,36
Atenção e cuidados especiais com idosos	17,94	17,72	18,27	18,96	19,68	20,10	20,80	21,84	22,59	23,34	24,23
Dependência econômica	2,85	2,65	2,24	2,12	1,80	1,70	1,39	1,38	1,24	1,11	1,01
Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento	16,20	16,01	15,86	14,85	14,87	14,62	13,90	13,75	13,59	13,07	12,85
Analfabetismo	9,43	9,33	8,80	8,34	7,91	7,74	6,04	6,29	5,95	5,67	5,42
Escolaridade	20,24	20,38	20,51	19,08	19,04	19,05	18,76	18,94	18,68	18,39	18,33
Qualificação profissional	17,65	16,24	16,02	15,16	16,27	15,07	15,07	13,14	12,90	11,89	11,29
Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho	49,21	48,46	48,97	48,67	48,12	48,90	47,74	47,82	47,03	46,23	46,74
Disponibilidade de trabalho	53,78	52,92	52,83	51,27	50,61	51,64	51,34	51,04	51,03	50,12	50,08
Qualidade do posto de trabalho	60,69	60,21	59,36	60,36	58,67	58,85	58,34	57,58	56,62	56,37	55,70
Remuneração	33,15	32,27	34,73	34,39	35,08	36,21	33,56	34,82	33,43	32,21	34,44
Dimensão 4 – Disponibilidade de Recursos	28,72	29,15	31,70	30,91	31,96	32,73	30,95	35,66	35,91	34,93	36,26
Extrema pobreza	9,05	9,17	9,37	9,22	8,40	8,74	7,75	7,54	7,67	6,10	6,82
Pobreza	24,17	24,51	24,97	24,18	22,95	23,26	21,02	21,00	20,36	18,29	19,35
Capacidade de geração de renda	52,94	53,79	60,74	59,33	64,53	66,18	64,08	78,44	79,69	80,39	82,60
Dimensão 5 – Uso do Tempo	19,27	18,95	18,46	17,83	17,20	16,54	15,97	15,57	15,08	14,35	13,24
Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais	47,41	45,32	44,29	42,50	39,65	38,65	36,80	35,88	33,94	31,83	29,20
Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais	0,74	0,74	0,73	0,80	0,66	0,84	0,95	0,85	0,85	0,81	0,75
Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora	9,66	10,79	10,37	10,19	11,30	10,13	10,15	9,98	10,45	10,40	9,78
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	14,94	14,57	14,66	13,84	17,27	13,36	11,45	11,18	11,34	11,39	10,47
Propriedade	21,35	21,57	22,77	21,67	21,11	23,28	21,29	21,64	21,75	22,89	21,26
Déficit habitacional	23,52	22,24	22,53	20,28	18,25	18,98	15,93	14,89	14,97	14,21	13,06
Abrigabilidade	3,37	2,60	2,55	2,51	2,21	2,08	1,75	1,59	1,63	1,44	1,32
Acesso a abastecimento de água	10,95	11,76	11,52	11,49	11,76	11,21	12,20	12,00	12,59	12,55	12,82
Acesso à energia elétrica	3,99	3,50	3,34	2,52	1,88	1,55	0,76	0,53	0,50	0,52	0,45
Acesso a saneamento	12,29	11,75	11,67	10,27	10,18	10,59	8,47	8,29	8,83	8,56	7,08
Acesso à coleta de lixo	16,98	16,39	15,76	14,10	13,80	13,04	12,28	12,55	12,08	11,73	11,87
Acesso à internet	25,95	25,43	24,97	27,17	69,30	21,72	15,00	13,24	12,97	13,39	11,90
Dimensão 7 – Consumo de Bens	41,97	40,69	39,68	37,25	43,58	33,18	28,07	26,12	24,64	24,21	24,14
Acesso a fogão	1,23	1,24	1,37	1,35	0,92	1,21	0,84	0,76	0,84	0,82	0,94
Acesso à geladeira	14,43	13,29	13,11	10,77	30,98	7,50	4,30	3,70	3,00	2,92	2,66
Acesso à máquina de lavar roupas	67,51	65,77	64,69	62,15	83,60	57,42	49,84	45,47	43,02	41,30	39,09
Acesso a microcomputador	84,72	82,46	79,56	74,73	58,82	66,60	57,29	54,56	51,71	51,79	53,87

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

APÊNDICE C – Nordeste: percentual de mulheres chefes de família privadas nas dimensões e componentes do MPI (2004-2015)

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Dimensão 1 – Vulnerabilidade familiar	11,07	10,49	10,47	9,96	9,68	9,77	9,84	9,85	9,60	9,70	9,66
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	6,76	6,23	6,10	5,11	4,68	4,70	4,19	4,27	4,15	4,16	3,88
Atenção e cuidados especiais com idosos	27,26	26,53	26,51	26,59	26,57	26,82	28,31	28,34	27,87	28,30	28,67
Dependência econômica	3,49	2,97	3,17	3,05	2,79	2,86	2,66	2,52	2,22	2,18	2,20
Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento	13,51	13,57	13,68	13,11	13,40	12,90	12,13	12,38	12,31	12,21	11,90
Analfabetismo	10,23	10,48	10,03	10,18	9,37	9,14	7,35	8,22	7,81	7,55	7,25
Escolaridade	17,57	17,81	18,28	17,31	18,01	17,47	17,26	17,51	17,64	17,64	17,50
Qualificação profissional	7,92	7,02	7,18	6,37	7,66	6,70	6,28	5,28	5,30	5,27	4,44
Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho	58,92	56,98	56,60	57,66	57,28	58,34	56,68	55,32	54,52	53,87	53,34
Disponibilidade de trabalho	46,28	44,78	44,88	44,90	44,68	44,59	44,25	43,62	42,89	42,45	42,52
Qualidade do posto de trabalho	67,25	63,83	62,41	65,15	64,64	67,09	64,02	60,55	59,47	57,74	56,52
Remuneração	63,23	62,33	62,50	62,94	62,52	63,33	61,76	61,78	61,20	61,41	60,99
Dimensão 4 – Disponibilidade de Recursos	50,45	50,59	52,21	51,45	48,84	51,19	48,75	47,83	48,31	46,87	48,04
Extrema pobreza	23,80	23,60	23,51	22,45	19,82	21,57	20,02	17,72	19,15	15,92	17,47
Pobreza	42,54	41,67	42,77	41,45	38,80	40,71	39,01	37,37	37,61	35,12	36,91
Capacidade de geração de renda	85,02	86,50	90,36	90,44	87,90	91,27	87,23	88,38	88,18	89,56	89,73
Dimensão 5 – Uso do Tempo	16,10	15,97	15,93	15,14	15,21	15,58	15,07	13,18	13,16	12,90	11,26
Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais	26,87	27,08	26,90	24,21	24,07	23,80	20,42	19,19	18,34	17,00	15,22
Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais	15,23	14,69	14,01	14,54	13,79	15,81	17,96	11,97	12,28	12,86	10,79
Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora	6,20	6,14	6,88	6,67	7,76	7,13	6,84	8,39	8,86	8,84	7,77
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	16,49	16,33	16,27	15,42	18,49	14,65	12,12	11,77	12,28	12,11	11,58
Propriedade	19,88	21,63	20,05	21,37	19,28	22,62	20,01	20,83	21,42	20,75	20,03
Déficit habitacional	25,24	24,08	26,06	24,00	20,77	21,95	16,80	17,32	16,28	15,48	14,27
Abriabilidade	4,61	3,88	4,46	4,36	2,97	2,97	3,25	2,54	2,58	2,17	2,15
Acesso a abastecimento de água	5,53	5,28	7,16	6,86	5,91	7,19	7,48	7,42	8,26	9,56	9,85
Acesso à energia elétrica	4,12	3,28	3,83	2,53	1,61	1,37	0,52	0,40	0,38	0,38	0,30
Acesso a saneamento	18,07	17,05	16,85	13,93	12,86	14,94	11,46	10,73	12,05	11,73	10,57
Acesso à coleta de lixo	20,26	18,12	17,68	16,46	13,74	14,02	14,66	15,74	14,05	14,09	14,90
Acesso à internet	27,70	30,57	29,11	30,89	81,21	23,55	16,21	12,24	14,52	14,84	14,11
Dimensão 7 – Consumo de Bens	51,35	50,69	50,39	48,46	51,67	44,13	38,96	36,53	35,48	34,19	34,52
Acesso a fogão	1,81	2,32	2,63	2,50	1,88	2,26	1,33	1,12	1,42	0,90	1,36
Acesso à geladeira	24,47	22,95	22,71	19,72	30,98	13,65	7,05	5,66	4,73	3,53	3,53
Acesso à máquina de lavar roupas	87,13	86,48	86,93	85,49	92,36	81,47	74,86	70,78	70,80	67,33	66,07
Acesso a microcomputador	91,97	91,00	89,29	86,11	81,45	79,16	72,60	68,56	64,96	65,01	67,12

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).

APÊNDICE D – Nordeste: percentual de homens chefes de família privados nas dimensões e componentes do MPI (2004-2015)

Descrição	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014	2015
Dimensão 1 – Vulnerabilidade familiar	8,00	7,87	7,56	7,53	7,42	7,48	7,35	7,61	7,68	7,69	7,78
Atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens	4,43	4,53	3,97	3,88	3,78	3,59	3,13	3,30	2,99	2,98	2,93
Atenção e cuidados especiais com idosos	18,97	18,48	18,99	19,35	19,49	20,17	21,07	22,02	23,16	23,38	23,94
Dependência econômica	4,18	3,95	3,32	3,01	2,65	2,58	2,07	1,80	1,56	1,42	1,31
Dimensão 2 – Acesso ao Conhecimento	17,80	17,89	17,99	17,00	16,98	16,71	15,62	15,69	15,30	15,17	14,97
Analfabetismo	16,62	16,60	16,04	15,67	14,60	14,26	11,47	12,45	11,60	11,31	11,11
Escolaridade	20,42	20,88	21,51	20,23	20,19	20,41	19,79	19,95	19,75	19,82	19,74
Qualificação profissional	12,31	11,47	11,32	9,99	12,14	10,49	11,43	9,38	9,33	8,96	8,37
Dimensão 3 – Acesso ao Trabalho	62,04	60,89	61,14	60,96	59,99	60,34	58,79	58,61	57,13	56,32	56,86
Disponibilidade de trabalho	57,82	55,99	56,19	55,95	55,00	55,48	54,98	53,97	52,86	51,84	51,96
Qualidade do posto de trabalho	71,61	70,69	69,66	70,30	67,98	68,49	67,08	66,78	64,89	64,66	64,28
Remuneração	56,70	56,00	57,55	56,63	56,99	57,04	54,31	55,07	53,64	52,45	54,33
Dimensão 4 – Disponibilidade de Recursos	48,08	48,78	50,91	50,60	49,77	50,24	47,61	49,44	49,31	47,58	48,78
Extrema pobreza	20,68	20,82	21,31	20,92	19,18	19,24	17,43	16,69	16,43	13,86	15,66
Pobreza	46,04	46,15	46,37	45,10	43,65	43,12	39,77	39,97	37,97	35,18	36,13
Capacidade de geração de renda	77,51	79,37	85,06	85,79	86,49	88,36	85,64	91,66	93,53	93,70	94,54
Dimensão 5 – Uso do Tempo	17,09	17,07	16,34	15,96	15,56	15,08	13,89	13,05	12,61	11,80	10,92
Horas dedicadas ao trabalho principal maior que 44 horas semanais	42,24	41,12	39,48	38,65	35,75	35,84	32,30	30,77	28,87	26,58	24,81
Horas dedicadas ao trabalho doméstico maior que 44 horas semanais	0,69	0,77	0,85	0,63	0,62	1,01	1,14	0,83	0,85	0,78	0,80
Tempo gasto de percurso diário de ida da residência para o local de trabalho maior que 1 hora	8,35	9,33	8,68	8,60	10,31	8,41	8,24	7,57	8,12	8,03	7,15
Dimensão 6 – Condições Habitacionais	19,59	19,77	20,35	18,48	22,51	17,50	14,11	14,03	14,71	14,27	13,71
Propriedade	17,93	19,24	19,69	19,24	18,56	20,75	18,14	19,20	19,69	19,74	18,96
Déficit habitacional	26,24	26,47	28,69	25,05	23,14	23,86	17,34	17,86	16,43	16,04	14,91
Abrigabilidade	7,38	5,40	6,41	6,44	5,55	5,24	3,94	3,91	4,17	3,12	2,96
Acesso a abastecimento de água	8,59	9,25	11,26	10,31	10,16	10,10	10,44	10,96	12,92	13,43	14,39
Acesso à energia elétrica	8,47	7,64	7,57	6,02	4,19	3,27	1,39	0,97	0,94	0,86	0,55
Acesso a saneamento	22,75	22,12	22,19	18,79	18,21	19,00	14,56	14,26	16,14	15,06	13,48
Acesso à coleta de lixo	33,29	32,02	31,97	29,60	27,76	27,46	24,42	25,72	24,82	23,92	25,43
Acesso à internet	27,43	31,84	32,01	31,02	85,02	24,05	17,71	13,73	14,76	14,96	14,24
Dimensão 7 – Consumo de Bens	54,77	54,21	53,75	51,83	54,63	47,06	40,84	38,93	37,66	36,69	37,59
Acesso a fogão	2,62	3,25	3,24	2,79	2,09	2,84	1,53	1,54	1,67	1,56	2,14
Acesso à geladeira	32,48	30,77	30,40	26,41	37,51	17,55	9,14	7,86	5,90	5,22	5,08
Acesso à máquina de lavar roupas	90,31	89,44	89,51	88,70	93,33	85,15	77,73	75,04	74,03	71,40	72,12
Acesso a microcomputador	93,69	93,36	91,86	89,40	85,60	82,70	74,96	71,28	69,02	68,59	71,00

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da PNAD (2004 - 2015).